UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***Gente do Vale*: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890)**

JULIANA ALVES DE ANDRADE

Recife
2014

JULIANA ALVES DE ANDRADE

***Gente do Vale*: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dra. Tanya Maria Pires Brandão.

Recife

2014

Catalogação na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB-4 985

A553g Andrade, Juliana Alves de.
Gente do vale: experiências camponesas no interior da província das Alagoas (1870 – 1890) / Juliana Alves de Andrade. – Recife: O autor, 2014.
313 f. : il., 30 cm.

Orientador: Prof.ª Dr.ª Tanya Maria Pires Brandão.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Camponeses. 3. Terras – Demarcação. 4. Conflito social. I. Brandão, Tanya Maria Pires. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (23.ed.) UFPE (BCFCH2014-40)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA JULIANA ALVES DE ANDRADE

Às 9h. do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Juliana Alves de Andrade** intitulada "**Gente do Vale: Experiências Camponesas no interior da Província das Alagoas (1870-1890)**", em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Tanya Maria Pires Brandão (Orientadora), Christine Paulette Yves Rufino Dabat, Mauricio Sardá de Faria, Osvaldo Batista Acioly Maciel e Cristiano Luis Christillino. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão
Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel
Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro
Sandra Regina Albuquerque

“nosotros y nosotras
somos la gente de la tierra, quienes
producimos alimentos para el mundo. Tenemos el
derecho de seguir siendo campesinos y campesinas
y la responsabilidad de continuar alimentando a
nuestros pueblos. Cuidamos las semillas, que son la
vida, y pensamos que el acto de producir alimentos
es un acto de amor. La humanidad necesita de
nuestra presencia; nos negamos a desaparecer.”

(Declaração da Via Campesina, 2008).

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, todo pós-graduando que termina um trabalho, seja em nível de mestrado ou doutorado, sabe reconhecer o papel que as instituições de pesquisa e ensino, os órgãos de financiamento, os profissionais que atuam nesses espaços, os amigos e familiares desempenham nesse processo de construção de uma dissertação ou tese. Assim, como todos eles, ao final deste trabalho, também reconheço esse papel. Sei que tenho uma dívida enorme para com todos esses agentes, mas espero que, neste momento, ao registrar o meu afeto, admiração e gratidão para com eles, esse débito possa ser minimizado.

Início agradecendo à Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas-FAPEAL, pelo financiamento desse trabalho, permitindo que a realização e integralização da pesquisa pudessem transcorrer da melhor forma possível. Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, por ter me acolhido de maneira generosa e prazerosa em 2009, oferecendo-me bons encontros formativos. Nesses encontros proporcionados pelo PPGH, alguns deles foram significativos, para o meu trabalho, como os vivenciados nos momentos de orientação com a professora Tanya Brandão, que com suas preciosas indicações e recomendações, me incentivaram e motivaram a continuar na difícil tarefa de produzir uma tese. Além, é claro, dos encontros que tive com as professoras Christine Dabat, Isabel Guillen, Socorro Ferraz, Regina Beatriz nas aulas semanais do primeiro ano de doutorado. Gostaria também de registrar os meus agradecimentos a Sandra (nossa secretária) que, com maestria e poesia, cuidou de nos orientar na parte mais difícil (os prazos). E aos colegas de turma, pela convivência fraterna e encontros enriquecedores.

Aos professores que estiveram na qualificação Osvaldo Maciel e Cristiano Christillino, pela leitura atenciosa e sugestiva que contribuíram para que as lacunas e os problemas existentes no trabalho fossem superados. Quero agradecer também ao companheirismo, a amizade e a solidariedade que os dois sempre tiveram para comigo. Aos professores Mauricio Sardá e Christine Dabat pela excelente arguição no momento da defesa, me indicando caminhos para que pudéssemos melhorar os argumentos

apresentados no trabalho. De modo particular, gostaria de agradecer atenção com que a professora Christine sempre teve para com os meus trabalhos e minha formação.

Agradeço a todos os técnicos administrativos, bibliotecários, arquivistas, estagiários, oficiais de justiça e juízes das instituições de pesquisa (APA, IHGAL, Fóruns Municipais de Pilar, Viçosa, União dos Palmares e Atalaia), onde realizei o levantamento, coleta e transcrição do *corpus* documental usado neste trabalho. Sem a disposição e disponibilidade desse grande número de pessoas, certamente, o resultado final do trabalho seria comprometido. Ainda nesse processo de identificação, coleta e transcrição tive o privilégio de contar com a colaboração imprescindível de Lenine Andrea, Emanoel Lopes e Joseane Cordeiro nos arquivos alagoanos e pernambucanos. Nas leituras paleográficas, os saberes de Mateus Simon, Claydja Cabral, Noely Gomes foram primordiais para desvelar parte desse "novo" mundo rural alagoano.

Aos meus colegas da UFRPE, sobretudo, a Suely Alves, Virginia Loureiro, Maria Jaqueline, Lucas Victor e Humberto Miranda (meu amado), por terem assumido minhas atividades na instituição, nessa reta final da tese, permitindo que me dedicasse exclusivamente à escrita. E aos alunos que acompanharam o processo de construção da tese e torceram para que tudo desse certo, sou grata pela paciência e compreensão.

Por fim, agradeço aos amigos e familiares por terem sido meu *porto seguro*, me oferendo cada um, por seu turno, um tipo de "cobertura" e amparo:

- Rosimere, Paulinha, Luana (Grande), Luana (Pequena) e Jamilly, por terem me proporcionado "um abrigo afetuoso" no Recife;
- Ana Luíza, Raquel e Fabiane por alimentarem o meu espírito, ajudando-me a manter o meu astral, ânimo e autoestima;
- Erika, Maria Helena, Andreia Paiva, Rafaela, Onilda, Rosália, Ana Paula, Mercês e Martha, por quererem compartilhar comigo projetos futuros;
- Emília, Pablo, Helder, Beth, Zé brito, Carolina Cahu, Luís e Ieda, por sempre alimentarem o meu processo criativo e de criação;
- Clarinha, Rosana, Patrícia, Nilson e Dona Lia pela torcida;
- Jane pela disponibilidade e carinho para comigo;
- Painho (Jonas), Mainha (Zelita) e mana (Janaina), por terem sido minha fortaleza e ancoradouro em todos os momentos;

- Humberto (meu amado), por ter sido um companheiro atencioso, afetuoso e leal durante essa longa jornada;

Agradeço a todos vocês por terem me ensinado, nos últimos cinco anos, a ser resiliente e andar com fé, já "que ela (fé) não costuma faiá"[1] nos momentos mais difíceis.

[1] Trecho da letra da música "Andar com Fé" do disco "A gente precisa ver o luar" de Gilberto Gil, 1981.

RESUMO

O presente trabalho historiciza as experiências camponesas vividas por diferentes agentes que habitavam os vales do Mundaú e Paraíba do Meio, nos anos de 1870 a 1890. No estudo, tratamos das características sociais e culturais dessa região economicamente dinâmica de Alagoas, cortado por dois importantes afluentes, e apresentamos a formação do campesinato em uma área que se tornava a partir de 1870 agroexportadora, explorando a presença histórica desses agentes em alguns munícipios alagoanos como Atalaia, Assemblea, Imperatriz e Pilar. O texto também traz para o debate uma reflexão sobre as características da unidade produtiva camponesa no regime escravista, a tentativa de construção e manutenção do projeto camponês, principalmente no pós-abolição quando se intensificam a expansão das fronteiras agrícolas agroexportadores em Alagoas. Na construção desta tese, utilizamos o procedimento metodológico da micro-análise por nos permitir acompanhar através dos inventários, livros de notas, correspondências dos chefes de polícia e presidentes de província, inquéritos policiais, processos crimes e recortes de jornais as relações que se forjaram entre indivíduos dentro ou fora de suas comunidades. Nesse sentido, este estudo pretende contribuir com a ampliação dos saberes sobre o universo rural oitocentista brasileiro, principalmente, alagoano, na medida em que traz para o debate o papel protagonizado pelos camponeses na economia local, e na luta para se ter um pedaço de chão.

Palavras-chave: campesinato, estrutura agrária, conflitos de terra.

ABSTRACT

The present work aims to create a history of the peasant experiences of different actors who inhabited the lands situated in the valleys of Mandaú and Paraíba do Meio from 1870 to 1890. In this study, we treat the social, economic, and cultural characteristics of the region crossed by two major rivers, we present the formation of the peasantry in an area based on an agricultural exportation economy, exploring the historical presence of these actors in some municipalities of the state of Alagoas, such as Atalaia, Assemblea, Imperatriz and Pilar. The text also discusses the characteristics of the peasant production unit in the slave regime, the attempt to build and maintain the peasant project, especially in the post-abolition period when the expansion of the agricultural exportation frontiers in Alagoas. In the making of this thesis we used the micro-historical methodology for it allowed us to follow the relationships forged among individuals within or outside their communities through inventories, notebooks, correspondence of police chiefs and provincial Presidents, criminal cases and newspaper clippings. Thus, this study aims to contribute to the expansion of knowledge about the Brazilian nineteenth century rural universe, mainly related to Alagoas, insofar it brings to the debate the role played by peasants in the local economy, and in the struggle to own their own piece of land.

Keywords: Peasantry, agrarian structure, land conflicts.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Mapa Geopolítico da Província das Alagoas no século XIX, organizado por municípios 43

Mapa 02- Localização dos principais núcleos de povoamento situados nas margens dos rios Mundaú e Paraíba do Meio na segunda metade do século XIX 45

Mapa 03- Extensão da várzea dos rios Mundaú e Paraíba do Meio 46

Mapa 04- Mapa físico-vegetal de Alagoas no século XVII 58

Mapa 05- Colonização do litoral Alagoano no século XVI e XVII 65

Mapa 06- Colonização do litoral Alagoano no século XVII e XVIII 65

Mapa 07- Limites das Fronteiras de colonização 84

Mapa 08- Localização da Aldeia de Urucu 219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Percentual médio do número de engenhos em Alagoas no ano de 1849 e 1859 103

Gráfico 02- Percentual médio do número de Homens e Mulheres Livres e Escravos da Província de Alagoas por município 118

Gráfico 03- Percentual médio do número de homens e mulheres (livres/escravos) nos maiores núcleos populacionais da Província de Alagoas 121

Gráfico 04- Percentual médio do número de homens e mulheres (livres/escravos) nos municípios que compõem o vale do Mundaú e Paraíba do Meio 122

Gráfico 05- Percentual médio da composição demográfica alagoana no final do século XIX 124

Gráfico 06- Composição demográfica da Província das Alagoas entre 1810-1890 126

Gráfico 07- Características do campesinato segundo o seu Estado Civil 164

Gráfico 08- Percentual médio do número de filhos das famílias camponesas 166

Gráfico 09- Composição da propriedade de terra nas unidades produtivas camponesas 174

Gráfico 10- Característica das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar 177

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Quadro demográfico da Província das Alagoas por município, condição civil e sexo 116

Tabela 02 – Composição demográfica dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio 120

Tabela 03- Composição demográfica de Alagoas por Município para o ano de 1890..125

Tabela 04- Composição social da família camponesa segundo o Estado Civil 164

Tabela 05- Número de processos inventariados, segundo o número de filhos 166

Tabela 06-Composição da propriedade da terra nas unidades produtivas camponesas 173

Tabela 07- Característica das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar 176

Tabela 08- Extensões das Terras negociadas nos vales do Paraíba do Meio e do Mundaú 187

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-Distribuição das Sesmarias no vale do Mundaú e Paraíba do Meio entre 1678 a 1828 301

Quadro 02- Valores envolvidos nas transmissões de compra e venda de Propriedades na região do Mundaú e Paraíba do Meio 189

Quadro 03-Demonstrativo do número de inventários utilizados no trabalho 310

Quadro 04-Demonstrativo do Trabalho no Espaço rural e urbano em Alagoas 315

LISTA DE ABREVIATURAS

APA- Arquivo Público de Alagoas

APEJE- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

AHEX- Arquivo Histórico do Exército

Cx.- Caixa

E. – Estante

F. M- Fórum Municipal

FAPEAL- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas

IAHGP-Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

IHGAL- Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

M.- Maço

PPGH- Programa de Pós- Graduação de História da UFPE

SEMARH- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UFAL- Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....18

PARTE I:
TERRITÓRIO CAMPONÊS: ESPAÇO, FRONTEIRAS E DILEMAS.

CAPÍTULO 1 – Espaço e Fronteiras: os camponeses e a constituição da região 40

1.1-Fronteiras em movimento: a formação dos núcleos de povoamento em Alagoas ...51

1.2-"Em fronteira tão longe de todo o trato": a organização dos primeiros núcleos populacionais camponeses nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio 75

1.3- O sertão vai virá mata: a implantação da econômica agroexportadora na Zona Oeste da Província 91

CAPÍTULO 2 - Um espaço apropriado para a vida: a presença camponesa nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio 108

2.1-Os números populacionais da Província das Alagoas e seus indícios 111

2.2-O conceito de camponês em questão: uma categoria social em construção 129

PARTE II:
NA UNIDADE E NA LUTA SE CONSTRÓI UM PROJETO DE VIDA: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES EM ALAGOAS NO SÉCULO XIX.

CAPÍTULO 3- Em família: Características das unidades produtivas camponesas em uma sociedade de regime escravista 153

3.1-Minha família é a minha maior riqueza 158

3.2- Tomar parte de uma parte: o significado da terra para os camponeses 168

3.3- Quanto vale? : Características do mercado imobiliário rural em Alagoas na segunda metade do século XIX 184

CAPÍTULO 4- Os camponeses em defesa de seus direitos botaram pra *quebrar:* o movimento do Quebra-Quilos em Alagoas e outras relações de solidariedade e reciprocidade 191

4.1-Economia do Arranjo: um negócio que deve ser respeitado 196

4.2-Força em Marcha: tumultos e manifestações no cotidiano 205

CAPÍTULO 5- Na medida Certa? Tensões e conflitos em torno da terra e a tentativa de manutenção da condição camponesa no pós-abolição (1888-1890) 217

5.1- O processo de disputa pela posse de terra 227

5.2- Estratégias e Resistência da cultura camponesa em Alagoas 237

CONSIDERAÇÕES FINAIS 250

FONTES 255

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 262

ANEXOS 300

INTRODUÇÃO

> O meu fito na vida foi apossar-me das terras de S. Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e avicultura, adquirir um rebanho bovino regular[2].

Com essas palavras, o escritor alagoano Graciliano Ramos pontou em seu romance S. Bernardo, os anseios do homem do campo brasileiro, nas primeiras décadas do século XX. Escrito nos anos de 1930, o conto discorre sobre as articulações organizadas por Paulo Honório, personagem principal da trama[3], para conseguir colocar em prática o seu "projeto de vida": apossar-se das terras de S. Bernardo. Embora, estivesse preocupado em mostrar os dramas vividos por trabalhadores rurais e agricultores nordestinos, Graciliano Ramos, como expoente do regionalismo problemático[4], ressalta no texto, aspectos do universo rural alagoano, pouco conhecido, como por exemplo, a capacidade do homem do campo de refazer suas práticas culturais e sociais para alcançar o seu objetivo, viver uma vida campesina.

Ao fazer uso das práticas sociais e culturais de Paulo Honório, o autor coloca em tela um novo cenário e desconhecidos atores do mundo rural brasileiro. Buscando enfatizar as transformações e reconstruções nos modos de viver dos "matutos alagoanos", chama a atenção do leitor para a importância das experiências dos homens e

---

[2] Fragmento extraído do livro S. Bernardo do escritor alagoano Graciliano Ramos. RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 92ª ed. Ed revista. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 12.

[3] O romance S. Bernardo conta a historia de como Paulo Honório se relaciona com o dinheiro, trabalho e o casamento com a professora Madalena, inicialmente, contratada para trabalhar em sua propriedade. A narrativa nos mostra que, apesar das conquistas materiais e afetivas, perseguidas durante um longo período da vida do personagem, não foram suficientes para oferecer-lhe o sossego tão desejado. Essa história retrata também as preocupações com a linguagem e a politica que os autores contemporâneos ao movimento modernista carregavam. O escritor Graciliano apresenta em seu texto essas duas preocupações: a organização da estrutura fundiária e os conflitos de terra em Alagoas. RAMOS, Graciliano. Op. cit. 2012.

[4] Para Carlos Alberto Dória, o regionalismo problemático consiste num movimento literário que se opõe ao chamado regionalismo emblemático. O chamado movimento regionalista problemático discute os aspectos locais, como forma de compreender a sociedade em seus aspectos gerais, ou seja, "consiste no tratamento da diversidade como elemento enriquecedor da percepção do todo" e tem como representante Graciliano Ramos. Já o regionalismo emblemático tem um papel de exaltação e contemplação dos elementos regionais. Os autores desse movimento são conhecidos pela visão idílica do espaço, como a representa do nordeste, construída pelo sociólogo Gilberto Freire. DÓRIA, Carlos Alberto. Graciliano e o Paradigma do Papagaio. **Revista do IEB**, nº 35, p.19-34, 1993.

mulheres no processo de constituição da cultura camponesa e para o papel que ela ocupa na transformação do espaço. Através das astucias do personagem Paulo Honório, observa-se como os homens do campo projetam o seu futuro e articulam-se no presente para que os seus projetos possam se concretizar.

O romance S. Bernardo conta os desafios enfrentados por um homem de poucos recursos, que vivendo numa região marcada pelo latifúndio, desigualdade e desmando, consegue realizar o sonho de se tornar camponês. Nascido e criado por uma ex-escrava em Viçosa, cidade do interior de Alagoas, Paulo Honório teve uma infância pobre e uma juventude marcada pela violência e a ausência de afeto. Começou a trabalhar no roçado da fazenda S. Bernardo muito cedo, onde aos 18 anos se envolveu numa briga, e, foi preso. Na cadeia, passou alguns anos, e lá aprendeu a ler, escrever e a contar.

Quando saiu da prisão, Paulo Honório tomou emprestada uma quantia em dinheiro com um agiota, para começar o ofício de caixeiro pelo sertão alagoano. Trabalhou noite e dia, *negociando com redes, gado, imagens, rosários, miudezas* pelo sertão de Alagoas e Pernambuco, para juntar algum dinheiro e conseguir realizar o seu sonho. Juntou algumas economias, largou a vida de comerciante e voltou para Viçosa, sua terra natal, onde começou a planejar como se tornaria proprietário de um pedaço de chão.

Ao retornar para a cidade de Viçosa, Paulo Honório soube do falecimento do proprietário da Fazenda S. Bernardo e da situação financeira em que a família do morto vivia. Imediatamente, viu nessa conjuntura, a possibilidade de colocar em prática o seu projeto de vida. E, para que isso acontecesse o personagem precisava fazer com que o preço da propriedade ficasse abaixo do mercado. E para isso Paulo Honório tinha um plano. Vejamos a estratégia do personagem.

Para tal feito, Paulo Honório começou a se aproximar de Padilha Moço, herdeiro da fazenda S. Bernardo. Como o jovem Padilha era um admirador dos "prazeres da carne"- jogo, mulher e bebida- não faltaram oportunidades para que essa aproximação acontecesse. Paulo Honório começou a frequentar bailes e salão de jogos, na intensão de encontrar o filho primogênito. Sem demora, numa noite de jogatina, ele foi apresentado a Padilha Moço e aos poucos, ganhou sua amizade. E na medida em que os laços se estreitavam, pequenos empréstimos, concessões e conselhos eram concedidos.

Paulo Honório incentivou Padilha Moço a financiar projetos audaciosos e arriscados, na intenção de fazer com que ele perdesse todo o seu patrimônio. O plano deu certo. O jovem investiu todo o dinheiro que tinha numa tipografia, e perdeu tudo, porque o projeto era inviável para a região, graças ao pequeno público de leitores em Viçosa. No entanto, Paulo Honório interessando em obter alguma vantagem, emprestou uma razoável quantia a Padilha para que ele pudesse "reerguer a tipografia". Mas, não teve jeito, a falência da empresa, que já havia sido anunciada, agora era irreversível.

Passados alguns meses, a situação financeira de Padilha não melhorou, e sem ter como honrar com os compromissos[5], vendeu a fazenda para Paulo Honório, que consegue comprá-la por um preço irrisório, do jeito que havia planejado. Ao certo, S. Bernardo foi trocada numa transação complicada. Paulo Honório, que emprestou 20 contos de réis, pediu a propriedade como forma de pagamento. Padilha Moço relutou em entregar a propriedade. Depois de muita discussão, ambos entram em acordo, e o pagamento da dívida foi efetuado. Resultado da transação, Paulo Honório ficou com a propriedade, e repassou a diferença a Padilha Moço, já que o valor do patrimônio era bem maior do que o empréstimo concedido. Como diz o personagem no romance:

> Padilha botou sete contos na casa e quarenta e três em S. Bernardo. Arranquei-lhes mais dois contos: quarenta e dois pela propriedade e oito pela casa. Arengamos ainda meia hora e findamos o ajuste.[6]
>
> Para evitar arrependimento, levei Padilha para a cidade, vigiei-o durante a noite. No outro dia, cedo, ele meteu o rabo na ratoeira e assinou a escritura. Deduzi a dívida, o juros, o preço da casa, e entreguei-lhe sete contos quinhentos e cinquenta mil-réis. Não tive remorsos[7].

Além de não sentir remorso por empregar na transação, toda a sua economia, salta aos olhos do leitor, o quanto Paulo Honório era um excelente estrategista, administrador, negociante, agricultor e tantas outras qualidades que podem ser identificadas ao longo do romance, mas, que não cabem ser recontadas aqui neste trabalho. Nossa intenção ao fazer uso do olhar do autor acerca do momento histórico vivenciado por homens e mulheres do campo durante 1930 e 1940 é problematizar os conceitos e noções que a historiografia possui sobre o universo rural brasileiro, mais notadamente, dos sujeitos que vivem na Zona da Mata nordestina.

[5] RAMOS, Graciliano. Op. cit. p 24. 2012.
[6] RAMOS, Graciliano. Op. cit. p 29. 2012.
[7] RAMOS, Graciliano. Op. cit. p 30. 2012.

Logo, o que nos une a esse romance, é a problematização das relações de dominação, e as transformações e as reconstruções nos modos de viver do camponês alagoano. O conto de Graciliano Ramos nos ajuda a construir o cenário que serve como pano de fundo para o palco das ações dos sujeitos, objeto de estudo da tese, para além de um objeto frio, georeferenciado, quantificado. Assim como em S. Bernardo, o nosso trabalho narra a experiência camponesa na Zona da Mata de Alagoas, numa região marcada por médias e pequenas unidades produtivas, casas de farinha e de beneficiar algodão, vales encobertos por grandes arbustos, muito gado no pasto e por sujeitos como Paulo Honório, que nos estimula a pensar os significados, os valores e as práticas sociais dos camponeses nordestinos.

Tanto a tese, quanto a dissertação de Graciliano Ramos pensa a cultura camponesa, enquanto elemento produzido no interior das práticas sociais e da vida material. No entanto, as narrativas ficcionais apresentam limites que precisam ser reconhecidos, para que se evitem distorções, confusões e anacronismos. Segundo o historiador italiano Carlo Ginzburg, embora a história e a literatura dialoguem entre si, e ambos sejam linguagens e como tal tentem representar o mundo em sua volta, o texto literário possui potencialmente respostas e problematizações produzidas no "terreno da ficção" que dialogam com as perguntas postuladas pelo conhecimento histórico, e que tal exercício, próprio do texto ficcional, não deve ser tomado como verossemelhante à produção historiográfica, mas como estimulo a investigação. Segundo Carlo Ginzburg:

> (...) por definição, [a literatura] não deixa rastros documentários. Estamos numa zona situada aquém (ou além) do conhecimento histórico e inacessível a ele. (...). Nesse sentido, um procedimento como o discurso direto livre, nascido para responder, no terreno da ficção, uma série de perguntas postas pela história, pode ser considerado um desafio indireto lançado aos historiadores[8].

Nesse sentido, usamos esta linguagem (a literatura), que está situada na zona do *aquém ou além* do conhecimento história, como um *campo magnético: que provoca indagações e atraí documentos potenciais*[9], por que ela problematiza o modo de viver do camponês alagoano e nos convida a pesquisar sobre tais experiências fora do mundo

[8]Para uma crítica sobre os usos e implicações desse tipo de estrutura narrativa como fonte para a narrativa histórica, observar as considerações de Carlo Ginzburg, ao problematizar perspectivas teórico-metodológicas que aproximam ou alinham narrativa historiográfica e ficção literária. Para Carlo Ginzburg, o historiador deve ficar atento para as falas dos personagens ficcionais, que buscam causar o efeito de verossimilhança, e que tal estratégia narrativa deve ser considerada como não tendo intenção ou ligação no/com real. GINZBURG, Carlo. A áspera verdade-Um desafio de Stendhal aos historiadores. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p 188.
[9]GINZBURG, Carlo. Op. cit. p 188. 2007.

ficcional. Ao apontar no campo da ficção uma racionalidade indicativa de comportamentos sociais dos camponeses, e uma história de negociação e conflito, resistência e luta em defesa do direito á terra, Graciliano Ramos, trata do que Giovani Levi chama de *uma racionalidade específica do mundo camponês*[10] e o que denominados de estratégia para colocar em prática o projeto de vida camponesa. Desse modo, o presente trabalho busca historicizar a racionalidade camponesa, por meio das experiências dos camponeses da região do Paraíba do Meio e Mundaú, no período de desagregação da escravidão entre os anos de 1870 a 1890.

O texto procura mostrar os efeitos causados do acesso a terra na organização econômica, politica e cultural dos homens e mulheres que vivem da agricultura familiar. Nossa preocupação é explicar as estratégias adotadas por esse grupo populacional (homens e mulheres livres), durante o período escravista e pós-escravista para conseguir tornar-se camponês, ou manter-se nessa condição. Para isso, observamos os códigos sociais e culturais do mundo rural, o significado das diferentes atividades desenvolvidas numa pequena propriedade de produção familiar, as dificuldades, as incertezas, o sofrimento e as esperanças que são próprias da vida rural. De modo que, apresentaremos o processo de reorganização da economia dos vales do Paraíba do Meio e do Mundaú, os reflexos das reformas sociais e politicas no cotidiano da população alagoana que habitava o campo e a maneira como organizavam suas unidades produtivas.

Para estudar essas experiências camponesas, elegemos como espaço de investigação, a região dos vales do Mundaú e Vale do Paraíba do Meio (onde estão situados os municípios de Atalaia, Pilar, Imperatriz e Assemblea), por vários motivos, entre alguns desses, podemos destacar o significado que o lugar assumiu a partir de 1870, quando o avanço da agroindústria se intensificou pela região. Os vales do Mundaú e Paraíba do Meio, a partir de 1870 começam a se consolidar na história do campesinato alagoano, como um espaço de resistência, por ser um lugar onde se forjavam em maior proporção o modo de viver e está no campo de homens e mulheres, que sobreviviam da agricultura familiar e do arranjo comercial entre vizinhos, parentes e amigos.

Os vales do Mundaú e do Paraíba do Meio possuíam características ideais para abrigar sujeitos que fugiam da exploração agroexportadora. Por ser um espaço cercado

[10]LEVI, Giovanni Battista. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio de Facques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 45

por riachos, rios, árvores frutíferas e bons pastos; a região é formada por um terreno acidentado que dificultava a presença dos empreendimentos açucareiros. Até o século XIX, grande parte da região, ainda não havia sido colonizada, o que de certa forma, contribuiu para a permanência dos diferentes grupos sociais.

No século XIX, os vales Mundaú e Paraíba do Meio apresentavam grande densamente demográfica, concentravam um grande número de *homens livres* (ex-escravos, índios, pequenos proprietários, libertos) e possuíam um forte comércio inter e intraprovincial. O município de Atalaia possuía considerável número de livres e libertos nas últimas décadas de vigência da escravidão, sendo, conforme o recenseamento de 1872, o segundo município da Província da Alagoas com a maior população livre, ficando atrás apenas, do munícipio de Passo do Camaragibe, situado na região Norte da Província, reduto de uma das famílias mais influentes da Província (Família Mendonça) e com a presença marcante de unidades produtivas agroexportadoras. Essa configuração social fazia com que os vales formassem outra *fronteira* a ser conquistada pelo "progresso industrial capitalista do final do século XIX". Embora essa meta só tenha sido alcançada nos anos de 1950, quando os usineiros, conseguiram subir os tabuleiros e alcançar as várzeas do Mundaú e Paraíba do Meio.

Na segunda metade do século XIX, os grandes proprietários alagoanos, por inúmeras razões, entre as quais podemos destacar: as características topográficas da região (os famosos tabuleiros á serem desbravados); a rudimentar tecnologia usada na unidade produtiva, precária condição financeira; continuavam a concentrar sua produção agrícola em apenas dois vales (Camaragibe e São Miguel dos Campos) e em alguns outros afluentes próximos a Maceió. Bastava observar no mapa da Província das Alagoas e no testamento de José Mendonça de Mattos Moreira[11] (Camaragibe) e nos inventários de José Martins Firmino (Assemblea), Pedro Claudino Cavalcante Duarte (Pilar), Joaquim Correia Araújo (Assemblea), Antônio Lopes Barbosa, Antônio Candido do Bonfim Filho, Manoel dos Santos Ribeiro (Imperatriz) que entre o final do século XVIII e XIX, a região de Camaragibe e Maceió concentravam as maiores

[11]Seu testamento deixa **cinco propriedades de 100 léguas** para os seus filhos, frutos de uma relação "extra-conjungal" que tivera com Maria Souza Alarça Aiala: "declaro que por fragilidade humana, tive de Dona Maria Souza Alarça, Aiala, os seguintes filhos: José de Mendonça de Matos Alarça Aiala; Jacinto Paes de Mendonça, Bernardo Antônio de Mendonça; Bárbara Francisca Xavier de Matos; Maria Josefa Diniz de Alarça Aiala, Antônio de Mendonça Alarça Aiala; todos eles existem e são meus filhos naturais, porque a referida sua mãe se achava no estado vivo e conhecendo eu que as Leys do Império pela distinta condição que me compete na ordem da sociedade os inhabilitão por meio de sucessão abintestado..." IHGAL. **Testamentos de José Mendonça de Mattos Moreira**. 00037c. 1820.

unidades agroexportadoras[12], haja vista que, os inventários das famílias que viviam em Assemblea, Pilar e Imperatriz apresentam pequenas unidades produtivas se comparadas aos empreendimentos do vale do Camaragibe.

A região em questão também tem uma história marcada por conflitos de várias naturezas, que culminam nos anos de 1890, com a disputa de terra entre posseiros e usineiros, no processo de demarcação das propriedades rurais do Vale do Mundaú, mais precisamente nas terras do antigo aldeamento de Urucu. Entre os conflitos destacam-se aqueles vinculados ás questões agrárias: posse de terra e colonização da área. O que nos remete aos confrontos entre diferentes projetos, interesses e valores, que envolveu índios, quilombolas, camponeses nos conflitos do Quilombo dos Palmares, Guerra dos Cabanos e o Quebra-quilos. As expansões dessas empresas açucareiras trouxeram, entre outras consequências, o desmatamento dos territórios indispensáveis á reprodução material e simbólica dos camponeses, ou melhor, da *gente da mata*.

No século XIX, os cabanos (grupo social formado pela população indígena) e os Quebra-quilos (grupo social constituído por camponeses) demonstraram que haviam códigos morais e culturais que deviam ser respeitados e considerados no processo de reordenamento da região. Os *desmedidos* do movimento *quebra-quilos* em 16 de Janeiro de 1875 em União dos Palmares demostraram toda a sua força "na feira da cidade", expressando que possuíam suas próprias práticas comerciais "por isso desconhecia essa forma de medir" [13].

Essa resistência também pode ser percebida no período do pós- abolição, a região seguiu preservando a organização fundiária baseada na agricultura familiar (pequenos sítios com produção de mandioca, inhame, laranja, milho e gado), situação que será modificada a partir da década de 1950 com a consolidação dos complexos industriais de açúcar e álcool, quando "terá início um intenso processo de expropriação", e esse segmento começará a migrar para a capital (Maceió) ou se tornar

[12]**Lista de inventários *post-mortem* organizada por ordem cronológica (1850-1890) e por região (Atalaia, Pilar, Assembleia e Imperatriz)** em anexo. Para construir essa cartografia das dimensões das unidades produtivas, levamos em consideração o tamanho e a quantidade dos bens declarados nos processos inventariais das comarcas de Atalaia, Assemblea, Imperatriz e Camaragibe. Certamente, essa estrutura fundiária se comparada a das famílias de São Miguel dos Campos, Anadia e Penedo núcleos que possuíam grandes unidades, não apresentaram grandes divergências, embora essa relação precise ser melhor investigada.

[13] Nas primeiras semanas do ano de 1875 os pequenos produtores de Muricy, Imperatriz e Assembleia se recusavam a usar o novo sistema métrico para medir seus produtos vendidos na feira de Imperatriz. Essa recusa por parte dos "feirantes", não acontecia somente na Província das Alagoas, mas em outras províncias como na Paraíba, em Pernambuco e Rio Grande do Norte entre os meses de dezembro de 1874 a março de 1875. Tal revolta teve uma grande repercussão na imprensa. APA. **Relatório da delegacia de polícia do termo de Atalaia 20 de Janeiro de 1875**. Caixa Movimento sediosos na Província. Folha 9.

os contemporâneos trabalhadores do corte da cana (moradores de usinas ou de cidades cuja economia depende desse setor).

Desse modo, esse recorte espacial e temporal, nos apresentam as consequências e implicações da Lei de Terras de 1850, a crise econômica do setor agroindustrial e abolição da escravatura sobre uma região que abrigou uma das mais duradouras experiências camponesas do Atlântico Sul[14], mas, sobretudo, nos mostra a importância da experiência desses sujeitos históricos para os rumos dos fenômenos e processos históricos na Província das Alagoas.

Ao apresentarmos o tema, os sujeitos e o espaço da pesquisa, também somos levados a pontuar as dificultadas enfrentadas para delimita-los, bem como os problemas enfrentados com as fontes históricas usadas no trabalho. O formato da tese foi ganhando simetria, na medida em que, fomos confrontando as fontes e a historiografia que trata do tema *campesinato* e *homens livres pobres.* Nesse dialogo, foi sendo construído o problema central do trabalho, que tem como elemento norteador as mudanças e reconstruções nos modos de viver dos camponeses, e respondidas algumas questões acerca da experiência de homens e mulheres que viviam da agricultura familiar. Sem dúvida, o trabalho de pesquisa foi um passo importante na busca dos significados das experiências vivenciadas pelos morados dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio na segunda metade do século XIX.

Com relação às fontes, a nossa primeira preocupação foi superar as dificuldades, em torno da ausência de documentos, produzidos pelos próprios pequenos agricultores alagoanos no século XIX. Para essa questão, as observações do historiador Eric Hobsbawn, a respeito das dificuldades de se estudar os grupos populares serviram de inspiração e motivação. Ao afirmar que *historiador da historia feita pelo povo encontra apenas o que procura não o que já está a sua espera*, Eric Hobsbawn contribuiu para que continuássemos a buscar informações sobre camponeses nas mais diferentes instituições de pesquisa. O texto apresentado contou com o acervo

[14] Para Walter Fraga Filho esse período deve ser pensado para além do conceito econômico de sistema escravista que tem início no período colonial e o seu fim em 1888. O autor acredita que a escravidão por moldar práticas, definir hierarquias sociais e raciais, e forjar sentimentos, ela não deve ser estudada como um processo linear, contínuo e sem rupturas. FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhada da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: EDUNICAMP, 2006. Inicialmente outros autores já fizeram a critica essa "visão de transição" Silvia Lara num artigo intitulado "**Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**" na Revista Projeto História. N°16 em 1998, pp.26-27 e Sidney Chalhoub na introdução de sua tese de doutorado intitulada **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp.19-20.

documental de pelo menos três instituições de pesquisa: Arquivo Público Estadual de Alagoas-APA, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas- IHGAL e os arquivos dos fóruns municipais, já que para se ter acesso aos múltiplos aspectos da vida de um camponês se fez necessário à consulta de um variado número de fontes.

Segundo Márcia Motta, os estudiosos do universo rural brasileiro *estão cientes de que é impossível realizar um estudo em história agrária com apenas um conjunto documental*[15]. De fato, para que pudéssemos descreve as experiências dos camponeses alagoanos, se fez necessário identificar, analisar e relacionar fontes de diferentes tipos. Por ora, limita-nos a listar as fontes e problematizar algumas questões levantas, uma vez que a metodologia adotada será discutida ao longo do trabalho.

Iniciamos nossa pesquisa documental no Arquivo Público Estadual de Alagoas-APA, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas- IHGAL, Arquivo Judiciário de Alagoas-AJA, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco-IAHGP, compulsamos entre 2008 e 2011 todo tipo de registro com relatos sobre sujeitos que moravam ou eram proprietários de sítios, fazendas e/ou frequentadores de feiras, produtores de gêneros alimentícios (mandioca, algodão, café, milho, arroz), ou desenvolvia qualquer atividade para fins de sobrevivência própria ou familiar, mas especificamente, na região dos municípios de Pilar, Atalaia, Assembleia e Imperatriz, uma vez que, nosso projeto de doutorado tinha como intenção investigar o lugar social dos homens e mulheres livres dos vales do mundaú e do Paraíba do Meio, no período de desagregação da escravidão (1850-1889)[16].

Com isso, conseguimos levantar um total de 16 relatórios de delegados de polícias das vilas e povoados da Comarca de Atalaia, descrevendo brigas entre agricultores em diferentes espaços (hospedarias, a caminho do trabalho, em frente às residências, na feira, casas de farinhas), oito (8) processos-crimes do Tribunal do Júri referentes à Imperatriz, Assemblea e Pilar e dez (10) do Tribunal da Relação de Pernambuco, alusivo a Pilar e São José da Lage, dos quais faremos uso apenas do depoimento das testemunhas, para identificar o cotidiano e as relações de sociabilidade existentes entre os sujeitos que habitavam o mesmo espaço.

[15]GUIMARÃES, Elione e MOTTA, Márcia. (ORG.). **PROPRIEDADE E DISPUTAS: fontes para a história dos oitocentos**. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 2011. p.14

[16]O projeto intitulado **Gente do Vale**: Trajetórias dos homens livres no Vale do Paraíba do Meio (Alagoas 1850-1889) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em 2009.

Encontramos também seis (6) processos de embargo de posse de terras para Imperatriz (referentes aos povoados de São José da Lage e Murici), treze (13) processos civis de justificação e legitimação de propriedade (Autos de medição de propriedades situadas em Murici, povoado de Imperatriz), sete (7) livros de nota do cartório sendo que esses se distribuem da seguinte forma: dois (2) livros para Assembleia, dois (2) livros para Imperatriz e três (3) livros para Pilar, contendo registros de compra e venda de propriedades rurais com dimensões de até oitocentos (800) hectares, quatro (4) livros com relatórios fiscais e alfandegários dos produtos importados e exportados pela Província, um (1) testamento, incontáveis papéis avulsos sobre a Secretária do Comércio do Interior, inúmeras Correspondências do Presidente da Província para as autoridades locais (chefe de quarteirão, juiz de paz, delegados de policias, senhores de engenhos, representantes da câmara de Pilar, Assemblea e Imperatriz), vinte e oito (28) matérias de jornais sobre escravidão, econômica, manifestações dos populares e sete (7) anúncios de compra e venda de propriedades em diferentes jornais da Província.

Essa documentação compulsada nas instituições de pesquisa nos forneceram importantes informações, sobre o que Márcia Motta chama de "História da ocupação do lugar". Ao descrever a relação comercial intraprovincial, entre as cidades do Pilar, Imperatriz, Assembleia, Maceió e São Miguel dos Campos ou com um mercado interprovincial (entre Assemblea/AL e Garanhuns/PE), esse material também contribui para a descrição da organização do "mercado" de terra, a composição demográfica das principais cidades da província, os problemas tecnológicos que atormentavam a vida dos empresários do açúcar, os diferentes motins e movimentos organizados por um determinado segmento (população livre).

Depois de consultarmos essas instituições, resolvemos buscar fontes que permitissem entender, o modo de viver dos *homens livres pobres* e nos fornecessem informações sobre a organização da unidade produtiva dos seus arranjos familiares. Buscávamos fontes que nos fornecesse elementos sobre os bens materiais dos sujeitos investigados. A documentação referente a tais questões encontra-se nos arquivos municipais de algumas cidades dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio. A partir de 2011, passamos a pesquisar nos fóruns municipais e cartórios das cidades Atalaia, Pilar, União dos Palmares, Viçosa. Procurávamos na ocasião, documentos (inventários, testamentos, registros paroquiais de terras e livros de tabelionato) que pudessem trazer mais detalhes sobre as unidades produtivas e o cotidiano desse segmento populacional durante a desagregação da escravidão. Como os testamentos e inventários costumam

arrolar os bens materiais dos indivíduos em vida ou *post-mortem*, esses documentos seriam a possibilidade de conhecermos a cultura material desse grupo. No momento, listaremos e comentaremos pontualmente as fontes selecionadas a serem usadas na tese. O *corpus* documental das instituições investigadas é formado substancialmente por inventários *post-mortem* e processos crimes/cíveis (embargos, protestos, precatórios), encontramos apenas alguns testamentos para o período de 1830-1850/1890-1930.

Os fóruns e cartórios de Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares dispõem de um grande número de documentos para todo o período estudado. Fizemos um levantamento dos processos abertos no período compreendido entre os anos de 1870 e 1890. Durante o levantamento, percebemos que precisávamos delimitar melhor o nosso objeto de investigação, por conta do tamanho do acervo. O conceito *população livre* era muito amplo e abrangia um grande número de situações e condições sociais. Diante do volume das fontes, optamos observar àquelas famílias ou pessoas, cuja atividade fim é a reprodução do núcleo familiar por meio da agricultura, que possuísse um ou três escravos e participasse das atividades econômicas da comunidade (comercializando em feiras, mercados e etc.). Com isso, decidimos excluir todos os processos em que os titulares tinham profissões urbanas (comerciantes ou profissionais liberais como os advogados, médicos, professores, farmacêuticos) e não possuíam atividades vinculadas à agricultura familiar, os que estavam incompletos e não apresentavam "interrogatórios" ou "autos de inventários" (a descrição e avaliação dos bens) e aqueles em que o inventariante declarava que o "espólio" não possuía nenhum tipo de bem, sendo considerados "processos negativos".

Nesse processo de seleção, evitamos excluir inventários de homens e mulheres que, embora desempenhassem atividades profissionais que os desqualificavam como camponeses (trabalhador de engenho, vendedores de fazenda e frutas na rua da matriz, trabalhadora de aluguel em casa de família, costureira, caixeiro e trabalhadores da linha férrea, alferes)[17], alguns apresentavam em seu espólio, acesso a pequenas parcelas de terras, fator que num contexto de crises e redefinições, contribuía muitas vezes para que

[17] Para coletar tais informações, utilizamos o modelo de "ficha de inventário" elaborada pela historiadora Tanya em sua tese de doutorado sobre a elite colonial piauiense, fazendo algumas adaptações, por conta dos sujeitos e da área pesquisada. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite Colonial Piauiense: família e poder.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. pp. 317-318.

esses sujeitos pudessem vir a ser camponeses e que não se mantivessem a parte da organização econômica, social e politica da comunidade[18].

Todos os *homens livres pobres* que viviam nas regiões agroexportadoras vislumbravam a possiblidade de se tornar camponês, já que a condição campesina garantiria sua sobrevivência, liberdade e autonomia. Isso fazia com que, os homens e mulheres buscassem meios que os permitissem materializar a conquista formal ou não de uma parcela de terras. Embora os pequenos agricultores familiares sejam objeto de análise do trabalho, não descartamos da nossa pesquisa, os processos em que os titulares não se "encaixavam" neste perfil previamente delimitado. Selecionamos alguns processos, com casos em que o inventariado possuía mais de cinco cativos, e cuja extensão da propriedade, por exemplo, superava a de onze alqueires[19]. Devemos esclarecer que, apesar de termos adotado o perfil de pequeno proprietário, era interesse identificar os elementos que constituíam o patrimônio de um médio e um grande produtor rural.

Depois de compulsarmos e selecionarmos diferentes tipos de fontes restaram-nos alguns documentos como: oito (8) processos crimes, seis (6) processos civis e trezentos e cinquenta e cinco (355) inventários *post-mortem* de agricultores familiares, cuja classificação obedece alguns princípios, como por exemplo, a maior parte se dedicava à produção de farinha, algodão e/ou alimentos para o consumo próprio e/ou comercialização nas feiras circunvizinhas. A unidade contava com trabalho familiar, tendo alguns casos, em que as famílias dispunham de "força extra", já que não possuíam força de trabalho suficiente, seja por ser viúva com filho muito pequeno, e por não ter como administrar "sozinha" a unidade, enfermidade do provedor da família, ou quando o número de membros era insuficiente para seu sustento familiar. A nossa análise abrange um total de duzentos e cinquenta e cinco (255) processos (*inventários post-mortem*), número que julgamos corresponder apenas 10% do universo de documentos existentes nas instituições consultadas, o que significa dizer que, o percentual total de

[18]Nossa perspectiva é trabalhar a inclusão, haja vista que, a população livre estava atenta ao que acontecia em sua volta. Capazes de criar alternativa para si própria, a partir das "brechas" abertas pelo sistema escravista, em fase de reorganização. Toda ação que pudesse estabelecer laços de apadrinhamento ou render algo era planejada por liberto, ex-escravos e livres, pensando talvez no "futuro", principalmente com relação à formação de um capital. Esses aspectos dialogam com o conceito posto por Marx sobre a acumulação primitiva de capital, ou seja, o acúmulo de um capital inicial à custa do trabalho individual, familiar etc., que não fosse produto de exploração do trabalho assalariado. MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

[19] Valor que apareceu com frequência em inventários e processos civis dos pequenos proprietários alagoanos.

pequenos proprietários que abriram seus processos no período pesquisado, é ainda maior, tendo em vista, o número de processos disponíveis no acervo dos fóruns municípios que não foram compulsados.

Concluída esta fase preliminar de seleção dos documentos, onde no primeiro momento, analisamos o lugar social de *homens livres pobres* na região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio no século XIX, e em seguida de forma mais sistematizada, as estratégias de reprodução de seu núcleo familiar, iniciamos a classificar das fontes por assunto e uma reflexão mais sistematizada das informações, sobretudo, daqueles reveladoras de valores e práticas sociais do grupo investigado. Na medida em que, transcrevíamos os documentos, os assuntos que mais sobressaíam eram os relacionados ao processo de colonização da região, a distribuição de sesmarias em Alagoas no século XVII, as práticas de violência entre vizinhos e camaradas, experiência de trabalho cooperativo, costumes, características das unidades produtivas familiares, fluxos migratórios, conflitos entre posseiros e proprietários de terra, práticas comerciais, organização de motins e demarcação de propriedade. De modo que, a produção da tese contou com o acervo do IHGAL, APA, APEJE, IAHGP que serviu para a construção das narrativas sobre conflitos agrários, estratégias de resistência camponesa e das instituições do poder judiciário municipal, por tratar de questões relacionadas à organização das unidades produtivas dos camponeses e da racionalidade desse grupo social.

Para que pudéssemos compreender as ações e os gestos desse grupo social, observamos o significado das experiências individuais ou coletivas de homens e mulheres que constituíam por meio da agricultura familiar uma rede política, econômica, social e cultural no interior alagoano e analisamos os valores, as práticas, os costumes e os modos de vida. Por entender que, só por meio da análise das experiências individuais e coletivas é que se consegue superar leituras estruturalizante e homogeneizadoras dos fatos e acontecimentos. Para E. P. Thompson é por meio da *experiência [que] fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão*[20].

Partindo dessa perspectiva, nosso dialogo teórico-metodológico com a Micro-História, História Agrária e a Sociologia Rural contribuiu para pudéssemos sistematizar

[20] THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. pp. 188-189.

tais experiências. De modo que, ao fazermos uso de um procedimento analítico quase artesanal de aproximação do objeto, com a redução da escala de observação para o entendimento de questões mais gerais, nos fosse permitido observar a partir da trajetória individual dos sujeitos que viviam nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio como a sociedade rural em Alagoas no final do século XIX se organizava. Os manuscritos compulsados nas diferentes instituições trouxeram experiências individuais e coletivas pouco investigadas pela historiografia alagoana, a compreensão dos significados das experiências vivenciadas pelos agricultores familiares dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, só foi possível pelo dialogo estabelecido entre as fontes documentais e a historiografia que trata sobre o mundo rural.

Na tentativa de refazer o itinerário percorrido por essas pessoas que buscavam sua autonomia, liberdade e tranquilidade, percebemos que precisávamos repensar os sentidos atribuídos às práticas, os costumes e ao modo de viver de uma população que se reproduzia a partir da agricultura prática no âmbito doméstico. Os conceitos *homens livres pobres, trabalhadores nacionais, moradores, lavradores* e *pequenos produtores rurais* não conseguiam sintetizar o modo de vida e a cultura política do grupo social que aparecia na documentação. Ao fazermos leitura dos inventários e processos crimes, compreendemos que era preciso dialogar com uma concepção mais dinâmica e aberta da história, dada à complexidade da natureza do objeto de investigação. Por isso, os referencias teóricos que orientam a tese encontram-se como diz Robert Slenes, *numa encruzilhada de vários caminhos da historiografia recente*, onde a história agrária, a história social da escravidão e a história social do trabalho tem importante papel no processo de produção dos saberes históricos sobre o modo de viver e está no campo brasileiro.

Essa reflexão contribuiu para que reconhecêssemos o lugar social dos homens e mulheres do vale do Mundaú e Paraíba do Meio para além de sua condição civil, social e econômica e buscássemos um conceito que permitisse sistematizar suas práticas sociais e culturais, sem desconsiderar nenhuma das características apresentadas pelas experiências individuais e coletivas da comunidade. Ao observamos os gestos, os valores, as práticas agrícolas dos sujeitos que vivia no final do século XIX no vale do Mundaú e Paraíba do Meio, identificamos que existiam relações entre o que podemos denominar de cultura camponesa e a cultura vivenciada pelos alagoanos.

Com base nesses dados, utilizaremos o conceito de *camponês* para sistematizar um conjunto de experiências vividas por homens e mulheres nos vales do Mundaú e

Paraíba do Meio no final do século XIX. Da mesma forma que, os homens e mulheres viviam da agricultura familiar, tinha acesso a terra e participavam da economia local no Caribe, Alemanha e França, os sujeitos que habitavam os vales do Mundaú e Paraíba do Meio, além de viverem da agricultura familiar, tinham acesso à terra de maneira estável, sobreviviam da economia de trocas realizadas nas feiras, praças e eventos importantes para a comunidade, compartilhavam os mesmos códigos morais e usufruíam de autonomia para estabelecer o que devia ser plantado e quando tinha que ser colhido. Para Ciro Flamarion, a economia camponesa é constituída por quatro aspectos: 1) acesso estável a terra, seja ele em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente.[21]

Embora a historiografia reconheça esses elementos como sendo referência para classificar práticas consideradas camponesas, para alguns historiadores, esses aspectos precisam ser analisadas de modo particular, sobretudo, quando elas aparecem em uma sociedade marcada pela liberdade precarizada. Para Ciro Flamarion, ser camponês no século XIX era exercer certa autonomia na gestão da unidade produtiva. Já para Márcia Motta, ser camponês nos oitocentos era viver única e exclusivamente da agricultura familiar, e nos casos em que as famílias contem com a força de um ou dois escravos, essas unidades produtivas passam a ser consideradas como pequenas unidades escravistas. De acordo com Hebe Mattos, em sua dissertação de mestrado, ser camponês numa sociedade marcada por sobressaltos e indefinições, era garantir o funcionamento da unidade produtiva mesmo que fosse com a ajuda de força adicional. De fato, definir o camponês do século XIX é reconhecer as múltiplas faces que os homens e mulheres livres e com acesso a terra possuíam nesse período.

O debate em torno do tema "Campesinato" têm se mostrado como um campo de possibilidades, e que rompe não só com o essencialismo das reflexões marxistas dos anos de 1960, mas também com o formalismo das definições mais rígidas instituídas nos anos de 1980. Os novos estudos apontam o campesinato como uma identidade,

[21]CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. pp.51-52.

construída e redefinida em função de fatores diversos, de contextos históricos, sociais, culturais, e mesmo do trabalho de representação de atores políticos, como organizações, partidos e lideranças, formuladas a partir dos anos de 2000, quando o diálogo multidisciplinar no interior das ciências humanas estabeleceu novas delimitações para o termo *camponês*.

Atualmente, nas pesquisas do campo da história social do campesinato e sociologia rural não basta considerar a especificidade da organização interna da unidade de produção (a família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados) é preciso compreender o mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Nesse sentido, acrescenta Márcia Motta e Paulo Zarth, que ser *camponês* é:

> Categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornando comuns e projetivos. A esse respeito, devemos romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados á cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional[22].

Dessa forma, acreditamos que a ampliação dos limites conceituais do que representa ser o *camponês*, nos faz perceber que muitas pessoas desejavam viver uma condição camponesa. Muitos desses homens, que viviam em Alagoas no século XIX, por exemplo, encontravam-se mobilizados politicamente para lutar pela objetivação dessa condição de produção e reprodução de vida, como os moradores de engenho. No caso do nordeste, especialmente o alagoano, essa elasticidade e capilaridade conceitual, tem permitido o reconhecimento da presença camponesa em áreas de *Plantation.*

Para os pesquisadores, as práticas camponesas coexistiam com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. As experiências são parte importante da tradição organizativa desse grupo e compõem uma tradição de solidariedade que contribuiu positivamente na construção dos movimentos sociais contemporâneos. Os

[22] Definição atual do conceito de Campesinato. MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. (org.). **Apresentação á Coleção.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP, Brasília Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. pp. 07-08

trabalhos mais recentes têm demonstrado que a produção de alimento tem sido realizada lado a lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana, algodão e café. Essa condição camponesa aparece, geralmente, sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes.

Percebemos com isso que, compartilhar em nosso trabalho com os debates estabelecidos pela sociologia rural, ou ainda as calorosas discussões da história social da escravidão sobre o que é ser livre, liberto, pardo, preto e pobre numa sociedade rural marcada pelas relações escravistas, e as entusiasmadas conclusões da história agrária sobre a dinâmica e estrutura agrícola brasileira em diferentes regiões do século XVI ao XX é uma grande oportunidade para se construir um quadro interpretativo sobre a vida do camponês brasileiro do século XIX, contribuindo dessa maneira para o fortalecimento da rede de estudos sobre o universo rural.

Diante desse contexto, onde a história do campesinato brasileiro está sendo construída, nas últimas três décadas, com a consolidação da História Agrária[23] enquanto campo de pesquisa no país, não podemos dizer que o camponês é um sujeito "excluído" da história e da historiografia. Nem o camponês se encontra excluído do fazer histórico, já que sua socialização e sua condição de vida têm sido intensamente debatidas por diferentes áreas do saber, como foi citado anteriormente e nem a historiografia pode afirmar que eles estão excluídos do seu *metier*, uma vez que não faltam estudos específicos sobre as diversas maneiras como os camponeses foram vistos, classificados, problematizados e conceituados.

O intenso debate tem produzido importantes revisões em torno de temas já consagrados pela historiografia. Esses trabalhos sinalizam aspectos até então negligenciados pela comunidade de cientistas sociais, como a organização das unidades produtivas camponesas no século XVIII e XIX no nordeste brasileiro. Ao trazer a público os conflitos rurais, as formas de organização, resistência e ação política camponesa, a problemática das fronteiras, a sociabilidade rural, a legitimação de formas de dominação da propriedade em suas distintas modalidades, e a formação do campesinato independente de recorte temporal (de curta ou longa duração) e espacial, os pesquisadores da historia social brasileira contribuem para a construção de uma renovada produção cientifica sobre o modo de vida dos camponeses brasileiros.

[23]Chama-se história agrária ou história social da agricultura um conjunto de pesquisas que privilegiam o universo rural em seus múltiplos desdobramentos. História Agrária. In: MOTTA, Márcia. (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.72-75.

No entanto, se por um lado essa nova produção tem aumentado o número de trabalhos sobre o universo rural, por outro ela tem permitido que as fronteiras do campo da história agrária fossem ampliadas, sobretudo, para o que se refere o que é considerado ou não camponês, no contexto do século XIX. Para que o presente trabalho pudesse se apropriar de tal termo, nos amparamos numa abordagem que reconhecesse a importância dos conceitos clássicos, e que dialogasse com novos pressupostos. Isso porque, os camponeses sempre foram visto como sujeitos indefinidos, ora compondo o conjunto mais amplo do grupo de pequenos produtores rurais, ora como categoria externa a ela, sendo trabalhador autônomo. Nesse sentido, o termo camponês no Brasil, sempre foi polissêmico e polêmico. Seu emprego é marcado por debates acalorados e, normalmente, encontra-se associado ao seu processo de reconhecimento político de um grupo social. Em síntese, os "largos limites" que o termo camponês conquistou, de certa forma, dialoga com o debate proposto pela historiográfica recente, e com o que a comunidade acadêmica atribui ser um conceito histórico. Segundo Reinhart Kosellech um conceito *reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.* E diferente do que acontece com as palavras, que o sentido pode ser determinado pelo emprego, o conceito deve *manter-se polissêmico*[24].

Segundo Mario Grynszpan "camponês é uma forma determinada de estar no campo"[25]. E, essa "forma determinada" para ser reconhecida como tal, possui alguns princípios básicos que permite tanto aos intelectuais, quanto aos militantes dos movimentos sociais, dialogarem em torno de "pontos comuns" capazes de demonstrar a presença, a forma ou a condição camponesa, sob as variadas possibilidades de objetivação ou de situações sociais. Entre as mais reconhecidas estão aquelas em que (os sujeitos) tem acesso a uma parcela de terra para produzir (legal ou não). Sua produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar (não excluindo uma força adicional) e sendo a unidade de produção familiar, ao mesmo tempo,

[24] Sobre história dos conceitos e seu papel no processo de construção do conhecimento histórico ver os Capítulos I, II, III do livro **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

[25] Campesinato. In: MOTTA, Márcia. (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.72-75.

consumidores e produtores (o que não exclui a possibilidade da comercialização de excedentes).

Já que viver o rural é uma forma de estar no campo, empregamos para essa prática o termo com vistas a nos aproximar-das *experiências*[26]dos sujeitos que "viveram no/o rural". Para E.P. Thompson *é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente*[27].E como acreditamos que essa "vida rural" possui diversos significados. Não podemos reduzi-la, por exemplo, a três elementos "Monocultura, latifúndio e Escravidão", como fez Gilberto Freyre na década de 1930 ao definir a "sociedade que surgiu, floresceu e depois entrou em declínio nas regiões litorâneas do Nordeste Brasileiro entre meados do século XVI e o final do século XIX". Toda experiência histórica é obviamente, em certo sentido, única.[28]

Segundo Raymond Williams essa diversidade pode ser percebida tanto nos sentidos, quanto a partir das atividades, do espaço e do tempo[29]. Para ele, a ideia de "vida rural" está ligada a experiência de cada sujeito. Inclusive, traz a sua própria concepção de mundo rural, para mostrar a existência de diferentes sentidos para o mesmo espaço, quando comparada a outras narrativas (literárias ou não) ao afirmar que:

> São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; as mulheres de lenço na cabeça, paradas ás portas das casas, esperando pelo ônibus azul que o levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. È o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melaço na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui

[26] Conceito problematizado por Edward Paul Thompson para explicar o processo histórico, visto pela produção intelectual como um termo ausente. Para o autor a experiência "surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo". Ela é "determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados". THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p 16.

[27] Idem. 1981

[28] THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi e Sergio Silva (org.). **E P**. **Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: UNICAMP,2001.

[29] WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp.11-22

> que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre.[30]

De fato, em meio ao debate sobre o que ser camponês, existe um esforço coletivo, não só intelectual, mas político de diferentes profissionais, em torno do papel e do lugar dos camponeses nas sociedades capitalistas. Desde os finais dos anos de 1970 e início dos anos 1980, quando a complexidade das relações sociais no mundo rural cresceu em decorrência das transformações ocorridas no campo, que os trabalhos no campo das ciências sociais têm dado preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor. Segundo a socióloga Marta Marques[31], essa postura se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos.

Essa modificação vem sendo percebida quando conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese, por não abrigar tais relações. Para Marta Marques, isso é uma postura que precisa ser melhor refletida por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas produções, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Por fim, faço uma reflexão das questões colocadas por Marta Marques, ao observar que, curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

[30] WILLIAMS, Op. cit. p14
[31] MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008

(MST) passa a se auto-intitular como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil.

Desse modo, problematizar a importância que o conceito de camponês representa para o grupo de pessoas que vivem do trabalho no campo, é, sobretudo, uma ação política de enfrentamento ao esvaziamento de uma prática cultura com uma larga tradição. Historicizar o modo de vida dos camponeses alagoanos, é perceber o significado que essas práticas possuem no cotidiano dessas pessoas, ou seja, ver a cultura enquanto um sistema de vida. Buscando contribuir com tais questões, o nosso trabalho foi organizado em duas partes e cinco capítulos. Nos dois primeiros capítulos, traçamos um panorama geral sobre a presença camponesa em Alagoas, realizando um debate sobre sua presença histórica na região, a partir da ocupação da região, ocorrida no final do século XVII, e uma caracterização do campesinato alagoano. Além desse levantamento amplo, feito no intuito de discutirmos a organização da estrutura fundiária no interior da província, indicamos traços que ressaltam a especificidade do campesinato, enquanto sujeitos que construíram *outra* fronteira agrícola em Alagoas. Discutimos os pressupostos teóricos e historiográficos em torno do uso da noção de camponês na sociedade escravista brasileira, na qual o acesso eventual à força de trabalho complementar, mesmo a aquisição de força, é função do ciclo reprodutivo família camponesa e de sua lógica de produção e consumo.

Na segunda parte, nos capítulos 3, 4,5 apresentamos as trajetórias dos camponeses durante o período escravista, enfatizando as características de sua unidade produtiva, a posse da terra, e sua inserção no mercado imobiliário e a sua mobilização coletiva e no quinto capítulo discutimos a organização camponesa em ações coletivas, em defesas de seus direitos com relação ao território ocupado.

Assim, é chegada a hora de conhecer como essa gente[32], igual a Paulo Honório, personagem do romance de Graciliano Ramos que vivia no campo, lugar onde organizou sua propriedade, se casou e passava os dias pensando na lida que teriam início assim que o sol raiasse.

[32] Neste trabalho usamos essa expressão enquanto sinônimo de humanidade, povo, pessoas, coletividade humana de referência ou multidão. Não identificamos nos estudos sociolinguísticos ou históricos, elementos que façam alguma distinção política e cultural entre os termos citados (conceitos). Com isso, queremos salientar que não há relação sintática entre os termos. Povo. In: RIVAS, Xosé Luís Barreiro. **Dicionário de filosofia Moral e Política**. Instituto de Filosofia da Linguagem. www.ifl.pt

PARTE I

TERRITÓRIO CAMPONÊS: ESPAÇO, FRONTEIRAS E DILEMAS

CAPITULO I

Espaço e Fronteiras: os camponeses e a constituição da região

O século XIX representa para a história do atual Estado/antiga Província de Alagoas um período de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Basta, mencionarmos, o processo de organização geopolítico, vivido durante todo o século XIX, cujo ápice, foi momento da conquista da autonomia política-administrativa a partir de 1817 (ano em que Alagoas emancipa-se de Pernambuco), na melhoria infraestrutural do setor agroexportador, na urbanização dos principais núcleos populacionais e a organização de novas vilas e cidades em diferentes áreas da região. Eventos que, colaboraram para delimitar os contornos territoriais pertencentes à região e definir os rumos da sua organização política-administrativa.

Todas as narrativas sobre a formação dos primeiros núcleos populacionais Alagoanos levam em consideração, de alguma forma, todos esses acontecimentos citados, sobretudo, os que se referem a instalação dos primeiras unidades produtivas no litoral e a ocupação quilombola no interior da província como sendo responsáveis pelo processo de ocupação territorial alagoano. De certo modo, essa explicação contribui para que possamos entender como se deu a organização espacial entre o século XVII e XIX, no entanto, não podemos que deixar de lembrar que, o espaço é uma produção cultural, social e econômica, logo, não é um desdobramento territorial, puro e simples do processo de fundação dos três principais núcleos populacionais (Porto Calvo, Alagoas do Sul, Penedo e Atalaia)[33], mas sim produto da intervenção de diferentes grupos sociais. Sobre a história da ocupação espacial de Alagoas, a historiografia local tem procurando fazer novas sínteses e revisar interpretações clássicas, e sabemos muito pouco sobre como foram delimitadas as fronteiras inter/intra regional.

Assim, nossa intensão nesse primeiro capítulo é problematizar a organização espacial alagoano, mas necessariamente, a ocupação dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, por ser uma região considerada estratégica para o projeto agroindustrial e uma alternativa para os que se opunham ao sistema. Nossa intensão é historicizar como os

[33] MENDONÇA, op. cit. p. 359

diferentes projetos de ocupação/colonização contribuíram para organização espacial forjado pela cultura camponesa.

Desde o início da Idade Moderna, que o espaço deixa de ser, destinado á contemplação lírica e se torna passível de intervenção política deliberada. Segundo Durval Muniz, a lógica do direito natural sobre o território será substituída a partir de então direito chancelado pelo ato da conquista. Nessa nova lógica, o espaço surge enquanto campo de forças interativas e de arranjos continentais, como um produto do poder. Assim, longe de ser natural, a delimitação da fronteira surge como produto de uma relação de força, onde será cristalizado o limite dos vencedores e vencidos na batalha pela ocupação do espaço.

Com, relação ao estabelecimento das fronteiras dentro da província, tal fenômeno precisa ser problematizado, uma vez que, tais limites estão relacionados ao projeto de ocupação destinado para a área e o papel que determinado grupo desempenhava. Logo, para nós fronteira é a divisão de dois espaços diferentes. Segundo Duval, o limite da natureza é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação:

> O espaço deixa de ser inerte, adquire vida, passa a ser visto, pouco a pouco, como um organismo em funcionamento. È o espaço moderno que se instaura no país, que passa a incorporar os sinais deixados pela história, os signos do progresso e da modernização. O espaço que deixa de ser apenas espaço telúrico, pitoresco, tropical. O espalho visto não mais como imitação da natureza, mas como criação humana, configuração intelectual de formas.[34]

Ao contextualizar a região estudada pela pesquisa, ou seja, ao investigar a Zona da Mata Alagoana, conhecida atualmente, como o Leste Alagoano, formado por 6 microrregiões (Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Litoral Norte Alagoano, Maceió, São Miguel dos Campos, Penedo), nas quais observaremos apenas a microrregião Serrana dos Quilombos (São José da Lage, Ibateguara, União dos Palmares, Santana do Mundaú, Chã Preta, Viçosa e Pindoba) e Mata Alagoana (Murici, Atalaia, Capela, Branquinha e outras), pudemos perceber que a região, não é um dado acabado e estático, mas um produto histórico, construído por sujeitos que possuem diferentes projetos para o mesmo espaço.

[34] MUNIZ, Durval. Op. cit.36

Para que fosse possível visualizar o espaço no qual o estudo se debruça, utilizamos como referência cartográfica, um mapa da segunda metade do século XIX elaborado pelo engenheiro Carlos de Mornay. O mapa 01 nos mostra que algumas fronteiras territoriais já estavam definidas e que o território alagoano, encontrava-se organizado em 18 municípios, sendo desses: 4 cidades, 14 vilas, 110 povoações e 8 aldeamentos[35]. Todos esses núcleos populacionais encontravam-se reunidos em 9 comarcas e 18 termos.

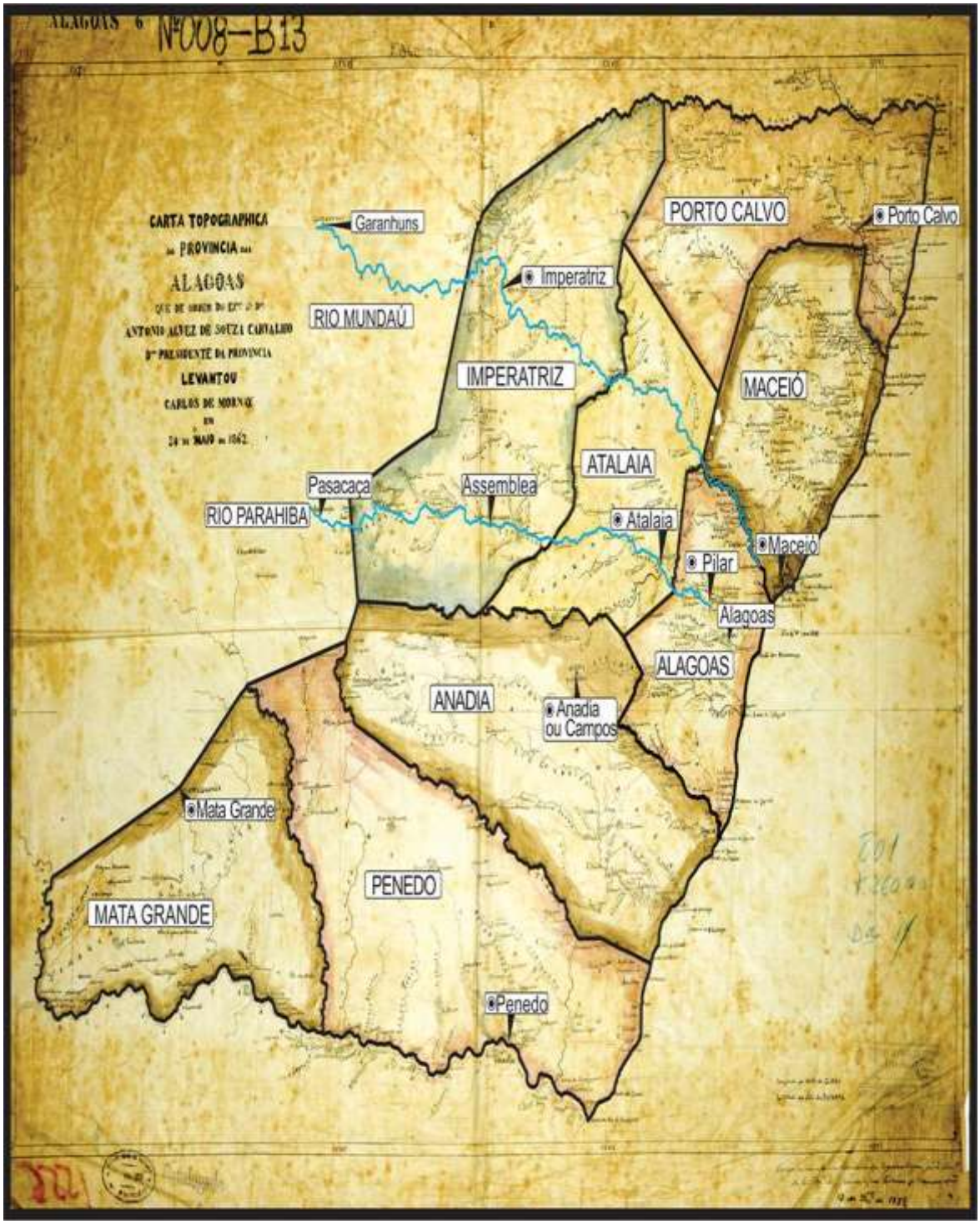
Nos anos de 1870-1890, a Província de Alagoas vivenciou um intenso debate sobre a modernização e ampliação das unidades produtivas açucareiras situadas nos vales dos rios Camaragibe, São Miguel e Santo Antônio e a melhoria das vias de comunicação (estradas) destinada á área produtora de diferentes gêneros agrícolas localizada nos vales dos rios Mundaú e Paraíba do Meio. O final do século XIX colocava em tela, o principal o assunto mais discutido pela sociedade alagoana: a expansão das fronteiras agrícolas do setor agroexportador[36]. Logo, o setor agroexportador situado na área de colonização mais antiga, começará cobiçar as áreas até então consideradas improdutivas e inapropriadas. Para José de Souza Martins, esse fenômeno traz ao mesmo tempo um espaço constitui cenário de intolerância é também lugar da elaboração de uma residual concepção de Esperança, a espera do advento de um novo tempo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura.[37]

[35] ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001. p. 129.

[36] Habitualmente, fronteira indica um limite entre duas áreas, regiões ou país. Ela determina onde tem início ou fim um determinado território cujo limite serve para assinalar o que pertence a ele, quais as suas competências e os patrimônios que dele fazem parte. Essa demarcação de uma linha ou faixa não se resume ás suas delimitações geográficas (rios, vales e montanhas), mas uma faixa de natureza política entre duas regiões, que a estimula a ocorrência de práticas de afirmação, adaptação e tensão. Fronteira. In: MOTTA, Márcia. Op. cit. 226-228

[37] MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

Mapa 01- Mapa Geopolítico da Província das Alagoas no século XIX organizado por municípios



CARTA TOPOGRÁPHICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS – Autor Carlos de Mornay, cópia extraída na Secretaria da Agricultura pelo Ten José Processo de Assumpção, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, papel tecido, bom estado, medindo 90,5cm x 70cm. 1862. Fonte Arquivo Histórico do Exército. Imagem 01.05.170. Intervenção: Silvio Cadena, 2014. Consulta no site: www.ahex.ensino.br. Acessado no dia 26 de junho de 2013.

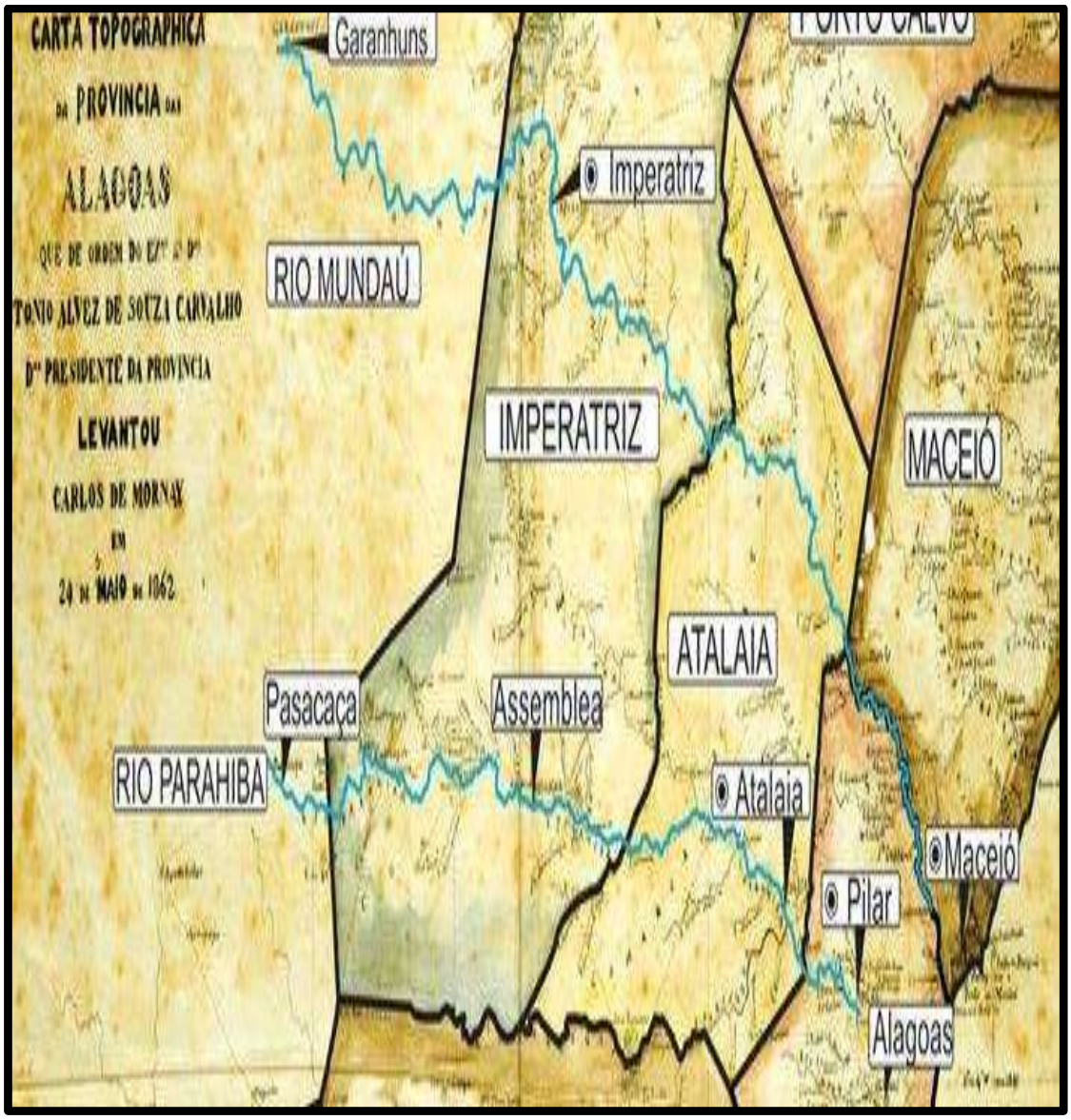
Na carta topográfica da Província de Alagoas, mapa 01, podemos identificar que a concentração demográfica acontece no município de Porto Calvo, Maceió e Alagoas, e que o sertão do São Francisco apresenta baixa densidade populacional. Os vales do Mundaú, Paraíba do Meio e Camaragibe reúnem o maior número de núcleos populacionais, unidades produtivas (no caso de Camaragibe, as unidades agrícolas são voltadas para a produção canavieira). Segundo Manoel Correria de Andrade a oeste dos tabuleiros estende-se a área que dispõe de solo drenada pelos dois principais rios alagoanos- Mundaú e Paraíba do Meio. Aí se localiza a maior porção das usinas do estado e, sobretudo, aqueles que, tradicionalmente, dispõem de maior área[38].O vale do Mundaú tem sua importância marcada não só pela ferrovia que ligava Alagoas a Pernambuco, como por ter sido caminho de intensa penetração, conforme nos mostra os mapas 02 e 03.

Os vales possuíam importantes núcleos populacionais, como se pode ver no mapa 02. No vale do Paraíba do Meio existiam os núcleos urbanos de Pilar, Atalaia, Assembleia e Passacaça. Já o vale do Mundaú tinha seus principais núcleos populacionais formados pelos municípios de Maceió, Imperatriz e Garanhuns[39]. Os dois rios são as bacias hidrográficas mais importantes de Alagoas, cuja extensão cobre grande parte do território alagoano. Como pode ser observado no mapa 02 a concentração de propriedades agrícola nos vales, acontece na várzea do rio Paraíba do Meio, nas proximidades da cidade do Pilar, já no Mundaú a concentração agrícola dá-se na região das lagoas, configuração semelhante ao do século XVII e XVIII. Nota-se no mapa 01 que grande parte do território dos municípios de Atalaia e Imperatriz ainda não foram ocupados.

[38] ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed., Recife: UFPE, 1999, pp.29-30.

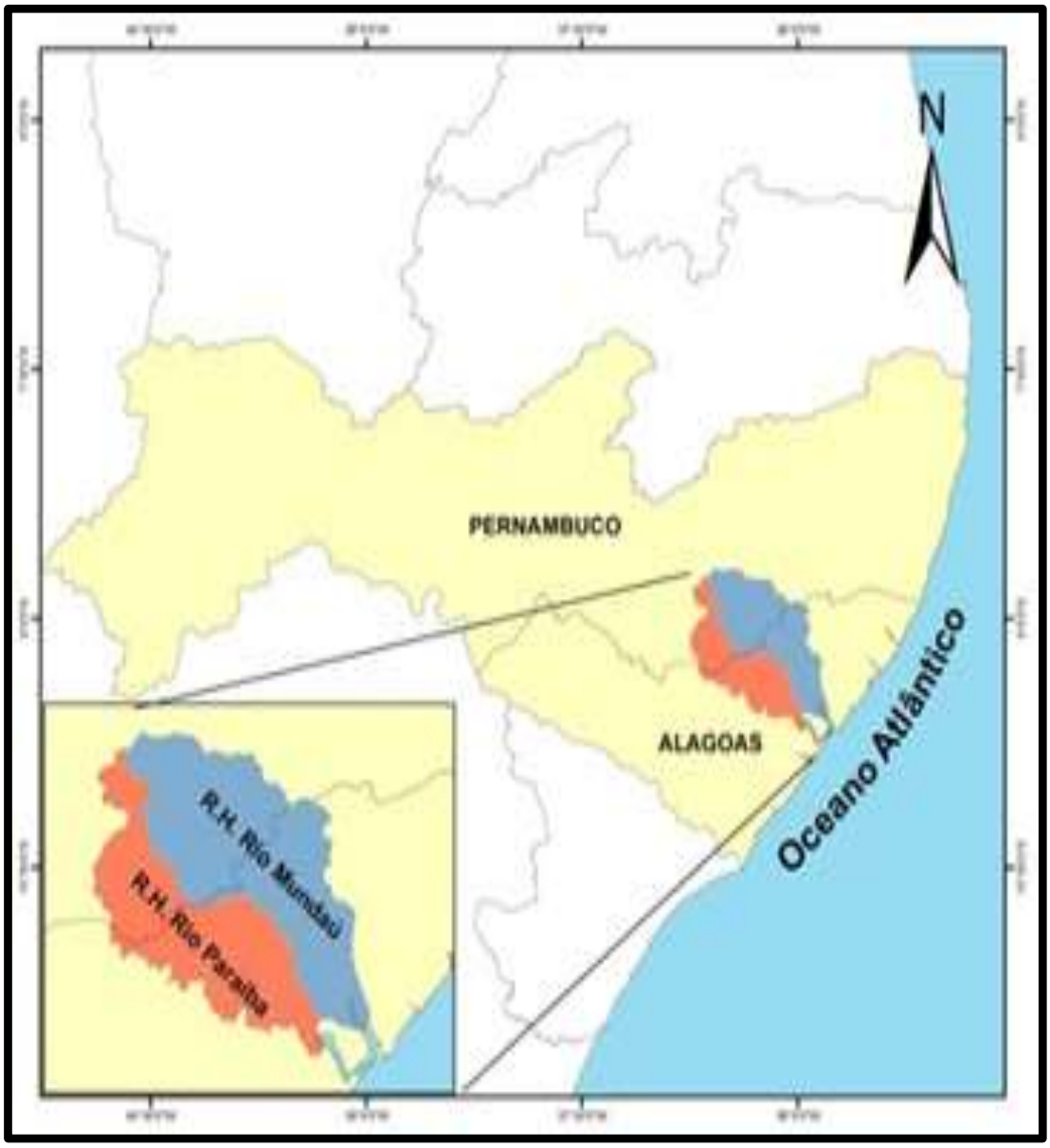
[39] No vale do Mundaú desde a foz até os limites com Pernambuco, encontramos as cidades de: Maceió, Coqueiro Sêco, Santa Luiza do Norte, a vila de Fernão Velho, a de Utinga, a de Gustavo Paiva, a cidade de Rio Largo, Murici, Branquinha, União dos Palmares e Santana do Mundaú. Já as cidades que compõem o vale do Paraíba podem são: Quebrangulo, Paulo Jacinto a vila de Anel e Viçosa, Cajueiro, Capela, Atalaia e margeando a lagoa Manguaba, Pilar e Marechal Deodoro (antiga Alagoa). O rio Paraíba, tem ao norte de Bom Conselho, percorre 150 km. O rio Mundaú perfaz perfazendo um trajeto de quase 200 Km. LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1965. pp.45-47.

Mapa 02-Localização dos principais núcleos de povoamento situados às margens dos rios Mundaú e Paraíba do Meio na segunda metade do século XIX.



Recorte da CARTA TOPOGRÁPHICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS – Autor Carlos de Mornay, cópia extraída na Secretaria da Agricultura pelo Ten José Processo de Assumpção, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, papel tecido, bom estado, medindo 90,5cm x 70cm. 1862. Fonte Arquivo Histórico do Exército. Imagem 01.05.170. Intervenção: Silvio Cadena, 2014. Consulta no site: www.ahex.ensino.br. Acessado no dia 26 de junho de 2013.

Mapa 03- Extensão da Bacia Hidrográfica dos rios Mundaú e Paraíba do Meio no território Alagoano.



Desenho ilustrativo das Bacias hidrográficas dos rios Mundaú e Paraíba. Fonte: SEMARH

Sobre a ocupação dos vales Mundaú e Paraíba do Meio encontro três tipos de explicação: a primeira está ligada os descendentes do Quilombo dos Palmares, ex-escravos que continuaram na região vivendo da agricultura familiar, conforme a tradição oral, muitos quilombolas contribuíram para a organização dos primeiros povoados na região do Mundaú e Paraíba do Meio, como nos mostra a história da fundação da cidade de Chã Preta.[40] A segunda explicação está relacionada à distribuição de sesmarias ao longo do século XVIII e XIX aos que lutaram contra os palmarinos e em terceiro estaria ligada as atividades agrícolas de pequenos agricultores no século XVIII com a cultura de algodão[41]. Todas essas narrativas apontam indícios de como a ocupação espacial em Alagoas, foi extremamente tensa e belicosa.

Por essa razão, que apropriação das terras, que mais tarde formariam o território alagoano, não pode ser considerada fruto do desdobramento territorial dos núcleos de povoamento mais antigos da região (vilas de Porto Calvo, Alagoas, Penedo), e nem muito da extensão de sua produção canavieira[42]. Por que, a débil presença do Estado português, nos sertões contribuiu para extremar essas diferenças e garantir aos grupos e potentados individuais uma condição de autonomia relativa. A ocupação do sertão nordestino constituiu, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do

[40] MENDONÇA, Op. cit. 400,

[41] BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas**: o município e a cidade- notas históricas, geográficas e archeologicas. São Paulo: Plátano Comunicação, 2005. Ed. fac-símile de Recife: Imprensa Nacional, 1914. p.40.

[42] Para esses pesquisadores, toda a ocupação territorial alagoana partiria dos principais núcleos de povoamento Penedo, Alagoa do Sul e Porto Calvo criados na segunda metade do século XVI, quando os portugueses interviram na região para reprimir os revoltosos caetés[42]. A conquista do território alagoano teria acontecido a partir de duas bandeiras de penetração, uma capitaneada pelo donatário Duarte Coelho de Albuquerque e a outra por Cristóvão Lins, o futuro fundador da povoação de Porto Calvo. Os colonizadores subiram o rio São Francisco e fundaram, na margem setentrional do rio, uma primeira feitoria. Essa feitoria constituiu os primeiros alicerces da cidade de Penedo. Sucessivamente, com a repartição da capitania em sesmarias, o território alagoano foi dividido em vários lotes menores, alguns dos quais couberam a Cristóvão Lins, após a sua conquista sobre os índios potiguares. Se atribuía a esse desbravador a responsabilidade de introduzir a cultura da cana-de-açúcar em Alagoas, instalando alguns engenhos para a sua produção. Em pouco tempo, desenvolveu-se um núcleo populacional que deu origem à povoação de Porto Calvo, nas terras situadas entre o cabo de Santo Agostinho e o rio Manguaba. O terceiro núcleo ficaria sob a responsabilidade de Diogo Soares da Cunha cuja, a sesmaria doada tinha sete léguas ao interior e cinco ao litoral, entre a enseada de Jaraguá até Porto dos Franceses, ou seja, mas precisamente, nas margens da Lagoa do Sul (Manguaba), formou-se um povoado conhecido pelo nome de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, ou Alagoas do Sul. Já o quarto núcleo de povoamento, Atalaia, teria sido organizado nos primeiros anos do século XVIII, na fronteira, que demarcava os limites entre uma região já colonizada (Alagoa do Sul) e o espaço ocupado por todo tipo de gente indesejada (índios e ex-escravos rebelados) o chamado sertão de dentro. Esse núcleo teria sido formado nas margens do rio Paraíba do Meio, pelos paulistas Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Mello, nas terras que ganharam como prêmio, por terem conseguido "acabar oficialmente" com o Quilombo dos Palmares. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2006. p 25

século seguinte, um conjunto disforme de ações de diferentes grupos "autônomos", carente de sentido único e, portanto, destituído de qualquer projeto. Para o autor:

> O processo colonizador se deu de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões. (...) Entender essas diferenças entre os grupos colonizadores é decisivo para a compreensão do processo de ocupação luso-brasileira dos sertões do nordeste da América Portuguesa[43].

E como se não bastasse institui na historiografia regional um mito sobre a formação territorial alagoana, sobretudo, para o espaço que atualmente chamamos de Zona da Mata. Ao compartilhar a ideia de que a penetração do interior se deu pela dilatação das propriedades canavieiras do litoral ou pela ação dos bandeirantes paulistas, os historiadores alagoanos como Thomaz Espindola, Manoel Diégües Júnior, Dirceu Lindoso, Moacir Santana, Maria Angélica da Silva e Antônio Filipe Caetano, acabam partilhando do mesmo pensamento, mesmo aqueles que tentando se afastar.

Para todos esses historiadores, Alagoas é uma dádiva do açúcar. Isso acontece por serem eles tributários de uma matriz analítica da geografia clássica, cujo foco aponta para colonização da periferia brasileira como dependente da agregação continua de novos espaços. De forma que, a colonização de Alagoas, por exemplo, só seria possível depois de Pernambuco; a de Sergipe depois da Bahia, como se na colonização portuguesa na América fosse, portanto, uma *expansão territorial continua*[44]. E que de fato não foi como atesta Márcio Roberto Alves Santos ao se debruçar sobre o sertão da Capitania de Pernambuco e da Capitania da Bahia no período colonial. O espaço não pode ser considerado uma *extensão territorial continua*, por que existiam barreiras difíceis de serem conquistadas pela econômica colonial. Existiam fronteiras internas difíceis de serem vencidas.

Para Márcio Roberto Alves dos Santos, as fronteiras internas estão relacionadas ás resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Elas não estão ligadas, portanto, á disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio

[43] SANTOS, op. cit. p. 25

[44] Desde os primeiros anos do século XX que a produção historiográfica compartilhava da ideia de expansão do território. Ideia que será explorada por Capistrano de Abreu e apropriada pela historiografia brasileira até os primeiros anos do século XXI. Esse movimento de expansão seria ocasionado pelas atividades dos bandeirantes e do rompimento do tratado de Tordesilhas. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano:** 1670-1740. São Paulo: USP (Tese de doutorado). 2010. p 17-24.

território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente os tapuias e os quilombolas. Tratava-se de limites não institucionais, temporários e conflitantes, que se estabeleciam entre os territórios ocupados por esses dois grupos mencionados. É importante destacar que a existência de fronteira interna nega a ideia do território contínuo. O conjunto das áreas de ocupação luso-brasileiras é vazado por espaços onde os exploradores e colonos não podem entrar.

É nesse sentido, que pensamos a ocupação territorial da Província das Alagoas. Acredito que essa apropriação tenha se estrutura da seguinte forma: abertura de caminho, a povoação, doação de sesmaria, posto militar e assentamento das populações camponesas. Por esse motivo, não achamos pertinente repetir a versão propagada pela historiografia sobre a ocupação do interior alagoana, que no fim das contas, não sabe se vingou o povoado criado por Domingos Jorge Velho. E porque tal explicação não "reconhece" o importante papel das práticas camponesas na organização de núcleos populacionais que se formaram a margens dos rios Paraíba e Mundaú.

Assim, o debate que segue, pretende mostrar como que o litoral alagoano foi ocupado por pequenos proprietários portugueses no século XVII e que o interior da província será ocupado pelos camponeses (ex-escravos e índios libertos) o leste alagoano foi ocupado por camponeses, e como essa ocupação ajudou a consolidar uma nova fronteira agrícola. Discutiremos também como esse espaço, se transformou em Zona da Mata, no final do século XIX, observando como o discurso de modernização do setor agroexportador colaborou para tal intento, e qual o comportamento do campesinato frente a essas mudanças. E como que numa nova ordem econômica e fundiária estabelecida a partir da segunda metade do século XIX, mudança cujos primórdios se observaram no século XVIII, influenciou na organização da estrutura fundiária da região? E como esse processo contribuiu para a construção das fronteiras meridionais alagoanas no final do século XIX?

De fato, no século XVII, o interior de Alagoas, parece não contar com a presença do poder colonial em seu espaço físico. Podemos perceber no vale do rio Mundaú, o cenário era totalmente diferente, podendo ser encontrado nele plantações e alguns vestígios dos *negros do Palmar*. O mapa desenhado por George Marcgrave, consegue pontuar os principais núcleos populacionais alagoano no período colonial e a região do vale do Mundaú e Paraíba do Meio, vejamos a seguir.

1.1-Fronteiras em movimento: a formação dos núcleos de povoamento em Alagoas

> O distrito das Alagoas da Capitania de Pernambuco (...) tem o seu começo no rio Santo Antônio Grande e estende-se ao longo do litoral para o sul até o rio de São Miguel, **compreendendo para o interior (...) o que tenha sido povoado, porque não é costume no Brasil marcar limites para o lado do sertão** (Grifo nosso) [45].

Além de registrar no relatório os limites territoriais do *distrito das Alagoas* em outubro de 1643[46]. O capitão holandês Hendrick Moucheron e seu assessor Johannes Van Walbeeck também advertiam o Conde Mauricio de Nassau, sobre a preocupante situação demográfica e econômica da região. Aos olhos dos oficiais, o sul de Pernambuco[47], que se estendia desde Porto Calvo (banhado pelos rios Manguaba e Santo Antônio Grande), no norte[48], passando por Alagoas (situada entre as duas lagoas e o rio São Miguel), até Penedo (Rio São Francisco) no sul, encontrava-se *totalmente* devastado pela guerra. Segundo os oficiais, além desses três paupérrimos e acanhados núcleos populacionais, o Sul de Pernambuco possuía também um imenso sertão habitado por gente indesejada, onde os domínios colônias não haviam alcançado, o que

[45] Trecho do documento intitulado "Relatório sobre a situação das Alagoas"; apresentado em outubro de 1643 pelo assessor Johannes Van Walbeeck e capitão Hendrick de Moucheron, diretor do distrito de Alagoas e territórios circunvizinhos, em desempenho do cargo que lhes foi dado por sua Exª e pelos nobres membros do Alto Conselho da WIC [Westindische Compagnie- Companhia das Índias Ocidentais holandesa, constituída em 1621 pelos Estados Gerais das Províncias Unidas para comercializar e fundar feitorias em todo o Atlântico]. Transcrição e tradução de José Antônio Gonsalves de Melo. Documento 3. 1643. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). **Fontes para a História do Brasil Holandês**: a administração da conquista. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004. Vol. II. p 123-135.

[46] Quando os holandeses utilizaram o termo *distrito das Alagoas*, eles estavam se referindo ao espaço territorial situado entre as duas lagoas a do Sul (Manguaba) e do Norte (Mundaú), onde se desenvolveram dois povoados: Alagoas do Sul e do Norte. E não a divisão política administrativa estabelecida a partir do século XVIII do atual Estado das Alagoas. CONSOLINI, Barbara. **Impressões alagoanas, expressões holandesas:** o Rio São Francisco e a Alagoas através dos documentos da WIC (1630-1647). In: SILVA, Maria Angélica da (org.). O olhar Holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 26

[47] A Capitania de Pernambuco estendia-se desde a Ilha de Itamaracá, no norte, até a foz do rio São Francisco, no sul, rio que a partir daquele momento se tornaria o limite natural entre o Brasil holandês e o Brasil Português (Pernambuco e Bahia). E o sul da Capitania, que atualmente é o Estado das Alagoas estava dividida até o final do século XVII em três jurisdições, ou melhor, distritos que iam do norte para o sul: 1) o de Porto Calvo, que começava do Rio Manguaba e ia até o Rio Santo Antônio Grande; 2) o das Alagoas, desde esse último (Rio Santo Antônio Grande) até o Rio São Miguel e 3) Penedo do Rio São Francisco com as terras que margeavam o próprio rio que lhe deu o nome. O presente relatório tratava apenas do segundo desses districtos. Os limites para o sertão ou ocidente eram desconhecidos e teoricamente estavam fixados pelo Tratado de Tordesilhas (1494). MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). **Fontes para a História do Brasil Holandês**: a administração da conquista. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004. Vol. II. p 119.

[48] Rios que a partir daquele momento se tornariam o limite natural entre o litoral e o sertão alagoano, e posteriormente, estabeleceria a atual fronteira setentrional entre os estados de Pernambuco e Alagoas.

somente aconteceria na segunda metade do século XVIII, com a criação da Vila de Atalaia. De modo que, ao invés de engenhos de açúcar, produção bovina, plantações de mandioca e tabaco, os militares holandeses se depararam com duas unidades produtivas de açúcar em funcionamento em todo o território[49], e como se não bastasse deram de cara com uma extensa fronteira aberta "precisando ser protegidos" dos *negros do Palmar*. Tal diagnóstico deixou toda a comitiva bastante preocupada, e ao mesmo tempo frustrada. Isso por que todos esperavam "agregar" ao projeto comercial mais unidades produtivas que por ventura a região pudesse ter, com isso se desejava que a incorporação do distrito de Alagoas fosse capaz de contribuir para o aumento da produção da Capitania, que no século XVII era a mais importante do Mundo Atlântico[50]. O que não aconteceu, por Alagoas por completo se acha em "arrasada".

Essa noticia sobre a situação das terras pernambucanas não demorou atravessar o Atlântico, e, chegar aos ouvidos dos representantes da WIC[51], que de Amsterdã, cuidaram imediatamente de minimizar tal sobressalto. Todos tinham consciência que a manutenção dessas fronteiras agrícolas era extremamente necessária. Manter Alagoas sob o seu domínio serviria não só para resguardar as fronteiras meridionais da Capitania, fechando as vias de comunicação que por ventura pudessem ser usadas pelos inimigos, mas garantiria o acesso a um grande número de gados, a produção de mandioca, a recursos pesqueiros e outros gêneros necessários para abastecer

[49] Para que possamos visualizar o impacto da guerra de conquista dos holandeses sobre a região alagoana, basta observar os dados dispostos no relatório de Adriaan Verdonk, escrito três anos antes dos registros dos dois oficiais holandeses (Hendrick de Moucheron e Johannes Van Walbeeck). Em seu relatório (Verdonk) argumenta que Alagoas não possuía muitos engenhos, mas tinha um grande potencial para a produção de gêneros alimentícios. Segundo Verdonk na região do São Francisco havia poucos habitantes e que quase todos viviam da criação de gado. Já área das lagoas e perto dos rios Mundaú e Paraíba também se registravam poucos habitantes e que nas imediações das lagoas se encontravam cinco ou seis engenhos que não faziam açúcar, e somente um que no ano seguinte poderia moer. Registrava ainda que na região se encontrava pasto apropriado para o gado, e plantação de mandioca. E ao norte existiam em Porto Calvo oito engenhos que dos quais dois produzem açúcar este ano. MENEZES, Catarina Agudo e SILVA, Maria Angélica da. **Os engenhos alagoanos e as telas de Frans Post: investigações iconográficas.** In: Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro: Paraty, maio de 2011.

[50] A Jurisdição de Pernambuco concentrava o maior número de engenhos produtores de açúcar no século XVII no Mundo Atlântico. Essa produção se concentrava em Igarassu, Olinda, Várzea, indo até o Cabo de Santo Agostinho. Alagoas, segundo os dados registrados pelos holandeses possuía uma acanhada produção açucareira. GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares**: política e economia na capitania da Parayba (1583- 1630). Bauru: Edusc, 2007. p 182. MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos Mazombos**: nobres e mascates. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[51] WIC (Westindische Compagnie), a Companhia das Índias Ocidentais holandesas, foi constituída em 1621 pelos Estados Gerais das Províncias Unidas, seguindo o mesmo modelo da Companhia das Índias Orientais criada no começo do século XVII e tinha como objetivo de comercializar e fundar feitorias em todo o Atlântico. CONSOLINI, Barbara. **Impressões alagoanas, expressões holandesas:** o Rio São Francisco e a Alagoas através dos documentos da WIC (1630-1647). In: SILVA, Maria Angélica da (org.). O olhar Holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL, 2011. p.24

Pernambuco, em particular as vilas onde se concentravam a produção açucareira. Por que ter acesso há área de produção de gêneros de primeiras necessidades era vital para a *Plantation*. Alagoas era um reconhecido centro de abastecimento de gêneros alimentícios, tido como um lugar de *belos pastos ricos em gado, férteis terras, excelentes madeiras e [excelente] produtora de mandioca* [52] e um canal de comunicação ao longo do litoral, entre o centro econômico situado em Olinda/Recife e o poder administrativo português, localizado na Baía de Todos os Santos.

O distrito das Alagoas era tão significativo para o funcionamento da *Plantation*, por conta da produção de gêneros de alimentícios (farinha), que logo após a conquista das vilas de Olinda e Recife em 1630, começaram a serem organizadas as expedições para o sul de Pernambuco, sobretudo, com o objetivo de integrar aos domínios batavos as terras e a produção agrícola de Porto Calvo, Alagoas (lagoa do Norte e lagoa do Sul) e do Rio São Francisco (Penedo) que antes de sua chegada, vivenciava um momento de crescimento econômico[53]. Esse deslocamento para o sul da Capitania de Pernambuco permitiria aos holandeses, não só o reconhecimento das potencialidades econômicas existentes na fronteira meridional, mas a conquista de um importante espaço econômico e social no século XVII. Já que na opinião do Conde Mauricio de Nassau era necessário aliar a produção açucareira com outras atividades agrícolas, principalmente, o cultivo da mandioca, que sustentava a econômica, a guerra, homens e mulheres de todos os níveis no Brasil. Ele recomendava que esta cultura fosse disseminada no território do distrito

[52] MORENO, Diogo de Campos**. Livro que dá razão ao Estado do Brasil (1612)**. Recife: Arquivo Público Estadual. Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, 1955._____ "**Relação das praças fortes do Brasil (1609)"**. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: IAHGPE, 1984.

[53] Entre 1630 e 1637 a parte meridional da Capitania de Pernambuco, tornou-se cenário de muitas batalhas entre holandeses e portugueses. Os holandeses na intenção de obter o controle militar, politico e econômico da região produtora de açúcar nas Américas intensificaram seus ataques ao litoral nordestino em 1624, quando ocuparam a Baía de Todos os Santos sem muito sucesso. No entanto, somente em 1630, numa segunda tentativa, conseguiram concretizar o projeto de dominação ao aportar em Pau Amarelo povoado situado no litoral pernambucano, e assim conquistarem Olinda, Recife e a Várzea, tomando assim o controle do centro econômico da maior colônia portuguesa no Atlântico. Cinco anos após a conquista do centro administrativo da capitania de Pernambuco, os holandeses conseguiram estender seus domínios para o sul, ocupando o distrito de Alagoas em 1635. HERKENHOFF, Paulo (org.). **O Brasil e os holandeses**. Rio de Janeiro: GMT Editoras Ltda. 1999. p 26. Para o historiador alagoano José Ferreira Azevedo, a conquista de Olinda e Recife foi relativamente fácil, no entanto, a ocupação da Zona da Mata foi mais difícil, "só se concretizando após 1635, quando os holandeses estenderam seu domínio até Porto Calvo". AZEVEDO, José Ferreira**. Formação Socioeconômica de Alagoas, Período Holandês (1630-1654)**: Uma Mudança de Rumo. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. Alagoas Colonial: Construindo Economias, Tecendo redes de Poder e Fundando Administrações (séculos XVII- XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

das Alagoas, pois além dessa região *ser provida de um solo muito fértil, não se encontravam aí muitos engenhos*[54].

Assim, após longas tentativas, os holandeses conseguiram conquistar grande parte do sul de Pernambuco (as vilas de Porto Calvo e Alagoas) em 1637. Passado o momento da conquista. Os holandeses perceberam que se fazia necessário "uma intervenção" para minimizar o quadro de crise que havia se instalado na região[55]. Se não o problema do abastecimento que afetava todas as vilas da Capitania do Norte do Brasil e a enorme fronteira aberta poderia ficar ainda maior[56]. E isso era o que eles mais temiam. Se vendo pressionada pelos moradores locais, para que a região voltasse a suas atividades econômicas, a WIC decide recolonizar a pequena parte do território "já pacificado", ou melhor, "já colonizado" com quem pudesse "arcar" com parte das despesas, já que o restante dos gastos, os empreendedores poderiam contar com o auxilio da WIC. O único órgão institucional, que no período tinha condições de financiar essa onerosa empreitada. Certamente, foi essa confiança que levou o Capitão Hendrick a se arriscar em pleno século XVII e revelar há existência de tantas terras a serem dominadas e recolonizadas em Pernambuco, caso contrario, não teria feito nenhum alarme[57].

Apesar dos esforços empregados pelos oficiais holandeses, na prática a medida adotada para atenuar os efeitos da baixa densidade populacional e a "inércia" das unidades produtivas em todo o território alagoano, nunca saiu do papel. Muitos fatores influenciaram para que isso acontecesse. As dificuldades financeiras dos *neerlandeses e os súditos de outras nações, que se passaram para o Brasil, a fim de estabelecer aqui a sua residência,* o gosto pelas atividades comerciais, que faziam de *poucos (...) os que se ocupa[ssem] com engenhos, com a criação de animais, com plantação de cana ou*

[54] Idem p. 29

[55] As incursões holandesas em Alagoas intensificadas foram deixando para trás um rastro de destruição. A medida que avançavam de Barra Grande para Porto de Pedras e daí para o Porto dos franceses, em direção a Alagoas do Sul, as lavouras foram incendiadas, prédios destruídos e engenhos desmontados. CONSOLINI, Op. Cit. 28

[56] Para a pesquisadora Bárbara Consolini parte dos moradores e autoridades portuguesas que habitavam no território alagoano, com a chegada dos holandeses migraram para o sul, estabelecendo nas imediações das Lagoas do Norte e do Sul. CONSOLINI, Op. Cit. 29.

[57] O século XVII traz uma nova situação, na qual se sobressaem consequências geopolíticas. Nesse momento tem-se inicio de maneira significativa a expansão espacial, processo responsável pela configuração do território brasileiro contemporâneo, definindo-lhe eixos de ocupação e atingindo limites que virão a constituir muitas das suas atuais fronteiras. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano:** 1670-1740. São Paulo: USP (Tese de doutorado). 2010. p 17-24.

cultura das terras[58] até a inabilidade das autoridades locais contribuíram para o fracasso do projeto. (Re) povoar o distrito das Alagoas como desejava os holandeses não era tão simples, nem muito menos fácil. E eles perceberam. Para colonizá-la era preciso uma boa estratégia de conquista, um excelente capital financeiro e alguns "empreendedores" dispostos. E isso talvez, não foi possível colocar em prática, já que na "arte da conquista" e dos "negócios no mundo atlântico" os portugueses possuíam melhor desenvoltura. Os holandeses chegaram ao nordeste brasileiro, antigo norte, arrebatados pelo potencial econômico dos quase 140 engenhos pernambucanos, que produziam 700.000 arrobas de açúcar, e permaneceram em Pernambuco por mais de três décadas (1630- 1654), o que desencadeou o maior problema enfrentado pelo império lusitano na primeira metade do século XVII e o único conflito que ameaçou o controle geopolítico, administrativo e econômico dos portugueses em suas colônias[59]. Os portugueses só conseguiram vencer tal conflito, na segunda metade do século XVII, quando a Capitania do Norte do Brasil foi restaurada pelos lusitanos em 1654, dando inicio assim a reestruturação da capitania, que agora voltava a ser capitania régia e a integrar o sistema Administrativo Metropolitano Português.

Na capitania de Pernambuco em 1654, o segundo período português, a Coroa portuguesa se deparava com um quadro crítica, uma realidade econômica e social repleta de problemas estruturais: uma paisagem caracterizada pela destruição dos engenhos e canaviais (que no caso alagoano, ainda não havia se recuperado do primeiro conflito). O açúcar, seu principal produto exportação, enfrentava uma desvalorização de preço no mercado internacional. Havia ainda o excedente de homens e mulheres livres, que não tinham onde se empregar, engrossando a fileira dos desocupados e marginais, indesejáveis pelo governo pernambucano; o Quilombo dos Palmares e os conflitos com as comunidades indígenas; e a falência dos senhores de engenho. Por isso, que a tentativa de mudança estava na conquista do sertão. Todos precisavam alargar as fronteiras de seus domínios. Se a ideia de expansão territorial e a evasão populacional (principalmente das vilas açucareira de Olinda e Recife) era um grande atrativo para a Coroa. Muitos estavam interessados nessa empreitada. Expandir as fronteiras do domínio colonial, também era de interesse dos colonos, por representava a possibilidade de adesão a novas terras e títulos. No transcorrer do texto, iremos de forma pontual

[58] Op. cit. MELLO. p.134.
[59] MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

falar de cada um desses itens, observando suas implicações na conquista do sertão alagoano. No momento, faremos uma reflexão sobre o cenário econômico e social do sul de Pernambuco a partir da segunda metade do século XVII, usando para isso os documentos produzidos no período holandês.

Embora tenham permanecido no território alagoano por pouco tempo, os holandeses produziram um rico acervo sobre o estado de sua nova conquista (no caso sobre o Sul da Capitania de Pernambuco). Os relatórios administrativos, as correspondências oficiais, iconografias, relatos de viagens, nos ajudam a compor o complexo cenário econômico e social existente ao sul da Capitania mais importante do Mundo Atlântico. O relatório utilizado nesta introdução nos mostra, por exemplo, quais os percursos navegáveis existente em Porto Calvo e Alagoas, as potencialidades econômicas das povoações, a nomeação dos elementos paisagísticos, a localização de núcleos habitados, a indicação de elementos naturais, como rios e acidente geográficos e as condições religiosas. Se observarmos isso, perceberemos que oficiais traziam a tona tudo o que era de mais importante e preocupante para eles naquele momento.

Vê-se que, o relatório pontua as regiões cobiçadas pelo poder econômico e até onde alcançava á conquista da América Portuguesa em território alagoano. E como se faz notório, no caso alagoano, a área de interesse é onde estão situadas as poucas unidades produtivas e os pequenos núcleos populacionais (Porto Calvo, Alagoas e Penedo) existentes no sul da Capitania de Pernambuco, que se concentravam próximos ao litoral. O relatório também nos mostra a existência de uma grande faixa de terra no interior da capitania e as dificuldades da administração nassauviana de interiorizá-la para as bandas do Oeste. Os motivos que explicam tal problema, não deixaram de ser registrados[60]. Aliás, problema que se fará presente na vida dos colonizadores portugueses, mesmo depois da restauração.

[60] Há uma vasta literatura sobre o processo de ocupação do sertão das Capitanias do Norte do Brasil durante o período colonial. Na maior parte dos trabalhos é destacado o papel do Quilombo dos Palmares, os índios tapuias e outras comunidades como os maiores desafios do império português a serem vencidos no interior do Mundo Atlântico. Em tese de doutorado Márcio Roberto Alves dos Santos afirma que os motivos para a não internação da expansão pernambucana, seria a ausência de portos ou ancoradouros na região, a presença de diferentes grupos sociais que impediam a entrada dos colonizadores, bem como praticas normativas que proibiam a ocupação da região. SANTOS, Op. Cit p. 88. Já Kalina Vanderlei Paiva da Silva apresentava as diferentes estratégias utilizadas pela Coroa Portuguesa para se apropriar desse espaço. Nesse processo de apropriação, muitas dificuldades que tiveram de ser vencidas para que só então pudessem ser instaladas as unidades produtivas, que em muitos casos não foi possível tal ocupação, embora esse aspecto não possa ser identificado dado o objetivo de estudo. SILVA, Kalina Vanderlei

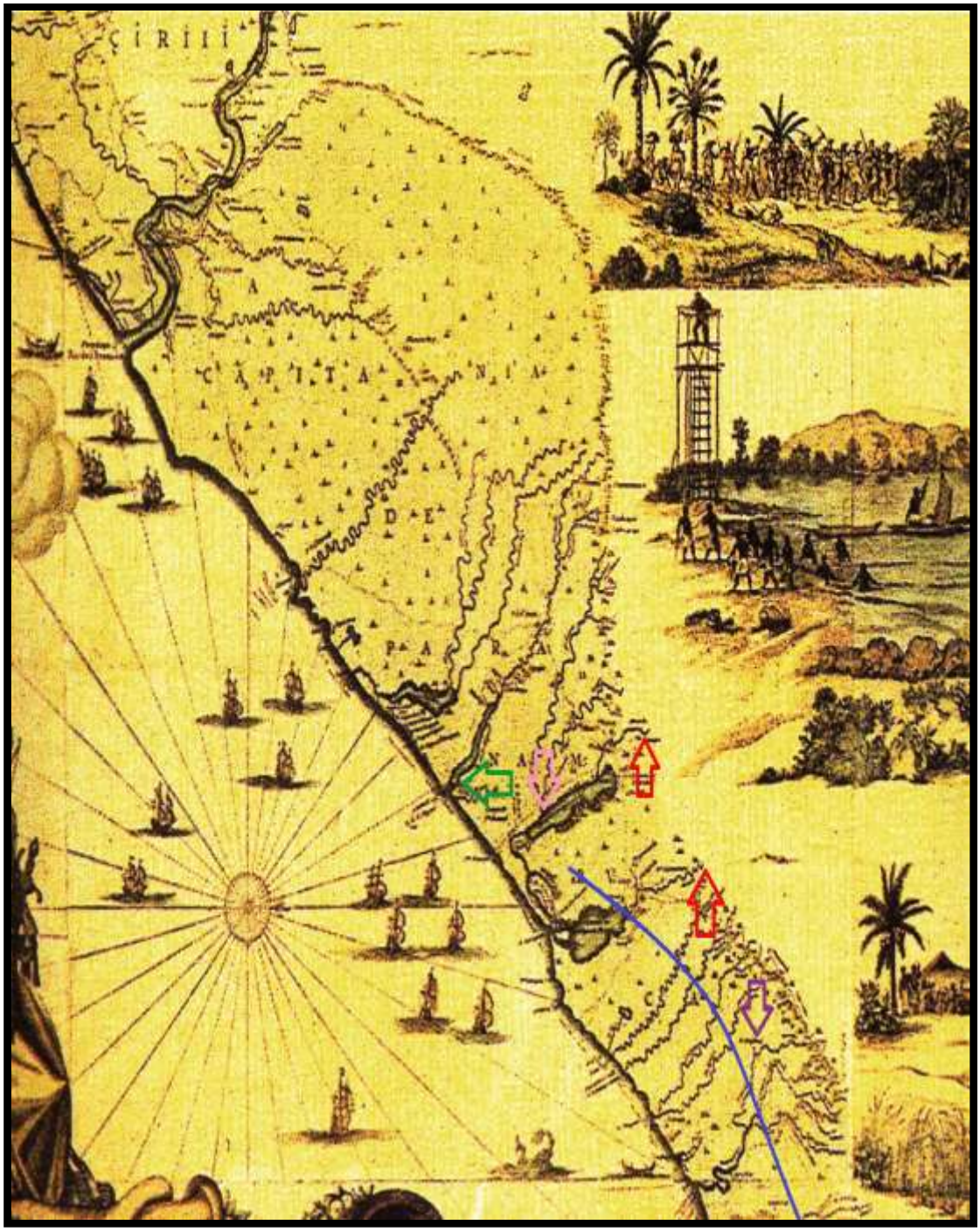
Os dados fornecidos pelos oficiais que pontuam os principais núcleos populacionais e o imenso sertão da Capitania de Pernambuco, se comparado ao mapa desenhado por George Marcgrave[61], contemporâneo dos oficiais, eles poderão ser visto de forma mais clara. Para melhorar a nossa localização no mapa, propôs algumas intervenções. Assim, os pontos coloridos no mapa servem para sinalizar as principais vilas, os principais acidentes geográficos e as fronteiras existentes. Na cor rosa, o ponto indica o local onde se desenvolvia a vila de Penedo, os pontos em verde sinalizam os principais acidentes geográficos do território alagoano (a lagoa Mundaú e Manguaba), sendo que o verde escuro está sinalizando a vila de Alagoas, já a cor lilás indica a povoação de Porto Calvo. Há também dois traços em azul que cortam o mapa no sentido leste/oeste. Esses são os rios Paraíba do Meio e Mundaú. O traço em vermelho que corta o mapa no sentido norte/sul representa a divisão das fronteiras. Do lado esquerdo da linha vermelha fica a fronteira açucareira. Do outro lado da linha vermelha (lado direito), ficava a fronteira dos diferentes grupos sociais[62], esse espaço cuja identidade estaria associada ao sertão. Essa outra fronteira no século XVII foi constituída pelos grupos indígenas, moradores do Quilombo dos Palmares, no seguinte pelos ex-moradores do Quilombo dos Palmares, e no século XIX por um grande número de retirantes de diversas partes do nordeste brasileiros.

Paiva da. **" Nas Solidões Vastas e Assustadoras**"- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos século XVII e XVIII. Recife: UFPE. Tese de Doutorado. 2003. pp. 188-230.

[61] George Marcgrave (1610-1644) produziu mapas que foram depois reunidos no livro de Barleus, já mencionado, publicado em 1647 e gravados em 1645 e 1646.

[62] Lagoa do Sul A cidade de Marechal localiza-se a 28 quilômetros da capital alagoana Maceió, Penedo fica dista aproximadamente 160 quilômetros de Maceió, Porto Calvo, á 101 quilômetros da capital. As três povoações surgiram por volta do final do século XVI e início do XVII. A localização da povoação de Madalena se deu ás margens da lagoa Manguaba; a povoação de São Francisco (Penedo), ás margens do rio São Francisco na porção alagoana, a cerca de 42 quilômetros da costa oceânica; e a de Santo Antônio dos Quatro Rios (Porto calvo).

Mapa 04- Mapa físico- vegetal de Alagoas no século XVII



Parte da carta Brasília qua parte Belgis, de Georg Margrave, gravada por Johannes Blaeu. Barão do Rio Branco, Efemérides Brasileiras, RJ, 1946, p. 351, apud CORTESÃO, Op. cit., 16-17. Adaptação: Maria Angélica da Silva, 2012. Intervenção Gráfica: ANDRADE, Juliana Alves de. 2013.

Se olharmos o mapa de forma aligeirada, a princípio se perceber que, para cada lado da fronteira foi atribuído um significado social e econômico. Segundo Maria Angélica da Silva, o autor inclusive aproveita o que ela chama de "zona de silêncio cartográfico" para inserir, na parte interna do mapa, uma série de imagens, com uma longa narrativa visual das práticas realizadas na terra. Narrativa que fala sobre os animais, o quotidiano das populações nativas, e a gradual ruptura com a natureza. Recorte que além de nortear a classificação regional do território alagoano no século XVIII e XIX, influenciou a leitura histórica sobre o espaço até o presente momento. No entanto, se o observarmos atentamente, veremos que toda a complexidade do quadro natural e das características físicas e ecologias foram sintetizadas em duas grandes regiões: litoral e sertão. Divisão que ilustra muito bem o imaginário da sociedade seiscentista salienta Kalina Vanderlei[63]. E apesar desses limites não serem rígidos, geralmente o litoral possuía um conjunto de unidades produtivas, centro administrativo e quase sempre um notório comércio e o sertão definido pela ausência desses elementos (engenhos, comércio e centro administrativo), sendo esse mais tarde classificado pela historiografia como *sertão de dentro* e *sertão de fora*.

Para a historiografia alagoana, esses três principais núcleos de povoamento sinalizados no mapa, teriam surgido na segunda metade do século XVI, quando os portugueses intervieram na região para reprimir os revoltosos caetés[64]. A conquista do território alagoano teria acontecido a partir de duas bandeiras de penetração, uma capitaneada pelo donatário Duarte Coelho de Albuquerque e a outra por Cristóvão Lins, o futuro fundador da povoação de porto calvo. Os colonizadores subiram o rio São Francisco e fundaram, na margem setentrional do rio, uma primeira feitoria. Essa

[63] Há uma vasta literatura sobre o processo de ocupação do sertão das Capitanias do Norte do Brasil durante o período colonial. Na maior parte dos trabalhos é destacado o papel do Quilombo dos Palmares, os índios tapuias e outras comunidades como os maiores desafios do império português a serem vencidos no interior do Mundo Atlântico. Em tese de doutorado Márcio Roberto Alves dos Santos afirma que os motivos para a não internação da expansão pernambucana, seria a ausência de portos ou ancoradouros na região, a presença de diferentes grupos sociais que impediam a entrada dos colonizadores, bem como praticas normativas que proibiam a ocupação da região. SANTOS, Op. Cit p. 88. Já Kalina Vanderlei Paiva da Silva apresentava as diferentes estratégias utilizadas pela Coroa Portuguesa para se apropriar desse espaço. Nesse processo de apropriação, muitas dificuldades que tiveram de ser vencidas para que só então pudessem ser instaladas as unidades produtivas, que em muitos casos não foi possível tal ocupação, embora esse aspecto não possa ser identificado dado o objetivo de estudo. SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **" Nas Solidões Vastas e Assustadoras**"- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos século XVII e XVIII. Recife: UFPE. Tese de Doutorado. 2003. pp. 188-230.

[64] Se faz necessário assinalar que todo o litoral da capitania de Pernambuco, era ocupado pelos índios caetés. Toda a região foi palco das lutas contra os Caetés, até que, esgotados, viram-se forçados a retirar-se rumo ao sertão. DUARTE, Abelardo. **Os primórdios do Povoamento das Alagoas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió, V. XXV, 1947. pp7-33.

feitoria constituiu os primeiros alicerces da povoação de Penedo. Sucessivamente, com a repartição da capitania em sesmarias, o território alagoano foi dividido em vários lotes menores, alguns dos quais couberam a Cristóvão Lins, após a sua conquista aos índios potiguares. Teria sido Cristóvão Lins o responsável por introduzir a cultura da cana-de-açúcar em Alagoas, instalando alguns engenhos para a sua produção. Em pouco tempo, desenvolveu-se um núcleo populacional que deu origem á povoação de Porto calvo, nas terras situadas entre o cabo de Santo Agostinho e o rio Manguaba.[65] O terceiro núcleo ficaria sob a responsabilidade de Diogo Soares da Cunha foi doada cuja, a sesmaria tinha sete léguas ao interior e cinco ao litoral, entre a enseada de Jaraguá até Porto dos Franceses, ou seja, mas precisamente, nas margens da Lagoa do Sul (Manguaba), formou-se um povoado conhecido pelo nome de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, ou Alagoas do Sul.[66] Já o quarto núcleo de povoamento, Atalaia, teria sido organizado nos primeiros anos do século XVIII, no outro lado da fronteira, próximo a um afluente do rio Paraíba, pelos paulistas Domingo Jorge Velho e Bernardo Vieira de Mello, nas terras que ganharam como um prêmio, por terem sido "exterminado oficialmente" o Quilombo dos Palmares[67]. E é essa ocupação territorial que o presente trabalho tem interesse de entender, tendo em vista que, os atuais municípios alagoanos Atalaia, Viçosa, União dos Palmares e Pilar tem as suas historias de formação territorial ligada a esse conflito.

De fato, no século XVII, o interior de Alagoas, parece não contar com a presença do poder colonial. Embora se perceba a presença de grupos quilombola em um dos vales. Até o famoso relatório de viagem ao Quilombo dos Palmares de 1645 do capitão holandês João Blaer confirma tal assertiva. Inclusive, para Blaer o vale do rio Paraíba, ainda precisava ser dominado. Enquanto que, no vale do rio Mundaú, o cenário era totalmente diferente, podendo ser encontrado nele plantações e alguns vestígios dos *negros do Palmar*:

> A seis do dito, prosseguimos na marcha e chegamos a um rio de nome Pevirgavo, o qual subimos por espaço de cinco milhas, ora numa, ora noutra margem, até chegarmos o rio Paraíba, que despeja na Alagoa, junto do engenho de Gabriel Soares (ver Alagoas do Norte); encontramos a nossa gente, que havia reconduzido o capitão João Blair para as Alagoas, a cinco milhas do engenho de **Gabriel soares,**

[65] Por calvo, Municipio Alagoano, na margem esquerda do rio Manguaba, dista de 27 Km da sua foz. ESPÍNDOLA, op. cit. Pp. 109 e 115

[66] Alagoas do sul, hoje Marechal Deodoro, é um dos povoados mais antigos do atual Estado de Alagoas, Idem

[67]

> **no lugar chamado Barra de Pevirgavo, onde o rio Parengabo desemboca no Paraíba; disse a nossa gente que só com grande trabalho tinha conseguido subir aquele rio Paraíba, andando pelo leito cheio de penhascos submersos, porquanto as margens estão cobertas de vegetação tão densa que é quase impossível atravessá-la; este rio é muito piscoso e se estende mais para o norte; ali pernoitamos.** A 18 do dito ganhamos o cimo do referido monte, que era alto é íngreme, e sobre o qual encontramos água para beber; a este monte demos o nome de **Outeiro do Mundéus ou monte das armadilhas, porquanto em cima dele havia bem cinquenta ou sessenta destas para pegar caça, mas eram todas velhas de três anos; transposto este monte chegamos, uma milha adiante, a uma antiga plantação onde encontramos algumas pacovas verdes; dali por diante tivemos de cortar caminho através dum denso canavial na extensão de duas milhas; em seguida chegamos ao Velho Palmares, que os negros haviam deixado desde três anos, abandonando-o por ser um sítio muito insalubre e ali morrerem muitos dos seus** (grifo nosso)[68].

Relato que nos mostra, sobretudo a circularidade desses sujeitos, e as múltiplas possibilidades de sobrevivência que o espaço permitia a eles. Por conta dessa característica, não sabemos precisar, quais rotas e caminhos foram estabelecidos no interior de Alagoas. São múltiplas as referências as referências de caminhos e povoações no interior das Alagoas no século XVII. Sabemos apenas, que muito antes dos bandeirantes se estabelecerem na área, os moradores e ex-moradores de palmares já haviam se apropriado do território, principalmente do vale do Mundaú.

Como se pode ver também, o sertão, não era uma área totalmente desconhecida dos colonizadores, principalmente do sertão que ficava próximo ao litoral. Vizinho dos domínios coloniais o *sertão,* situado na *parte meridional* das Capitanias do Norte do Brasil, quase sempre ficava de fora da área delimitada pela administração colonial. No caso dos relatos holandeses sobre alagoas, ele se fará presente e ganhará destaque, por que além de compreender a maior parte do território, ele era habitado pelos inimigos do projeto colonial. Em Alagoas, por exemplo, o sertão era tão grande, que começava onde findava as sesmarias de Miguel Gonçalves, Manoel Antônio Duro[69], Diogo Soares da

[68] Documento traduzido do holandês por Alfredo de Carvalho- extraído da coleção de inéditos denominada Brieven em Papierem uit Brasilien- e publicado na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, número 55, 1902, p. 87-96. Ver a transcrição também em Edison Carneiro, pp. 231-239.

[69] Para saber a dimensão espacial das primeiras sesmarias doadas em Alagoas do Sul consultar CAVALCANTI, Veronica Robalinho. **La produciton de l'espace á Maceió** (1800-1930). Paris: Universite de Paris I- Pantheon/Sorbone. 1998. p.38-39

Cunha, e só terminava nas *bandas do além*, muitas vezes sem nenhuma referência. Da mesma forma, acontecia em outras localidades da Capitania de Pernambuco como as vilas de Olinda, Igarassu e Recife, onde o extremo norte dessas localidades era considerado sertão. Embora fossem vaga e transitória essas delimitações. Para a historiadora Tanya Brandão, o interior do território brasileiro no século XVII apresentava-se pelo menos com duas divisões:

> Até meados dos anos setecentos, quando foram definidas as fronteiras das capitanias instaladas nesta região, o interior do atual Nordeste era dividido pelos contemporâneos em duas grandes áreas denominadas *Sertão de Dentro* e *Sertão de Fora*. As delimitações destes espaços eram muito vagas. O *Sertão de Dentro*, também chamado de Sertão de Rodelas, por exemplo, compreendia as terras situadas a oeste do rio São Francisco"[70].

E quais terras faziam parte do *sertão de Fora*? Estas correspondiam às terras próximas a estreita faixa litorânea, segundo Caio Prado Junior[71]. Em Alagoas elas ficavam a mais ou menos entre 100 a 400 km de distancia do litoral[72]. Se fossemos possível projetar tal distância, perceberíamos que boa parte das cidades que compõem a Zona da Mata, provavelmente, estaria situada no chamado território do *sertão de fora*. Segundo Marcio Roberto dos Santos do ponto de vista prático, a identificação dessas zonas partiriam de dois critérios: 1- sob o enfoque territorial, a existência de uma situação de vulnerabilidade domínio luso-brasileiro, com frequentes ameaças indígenas e negros fugitivos de retomada do território ou esvaziamento da sua ocupação; 2- sob a perspectiva econômica a presença de atividades produtivas não ligadas diretamente a cultura agroexportadora, de pequena escala. Esse critério abrange as áreas criatórias de pequena produção, com emprego de baixo número de trabalhadores, bem como cultivos agrícolas voltados para os mercados locais ou regionais, roças de subsistência e atividades extrativistas.

E se quisemos ainda ser mais precisamos, ousaríamos dizer que, o sertão alagoano, começava logo após que terminava a estreita faixa de terra de aproximadamente 40 km próximo ao litoral, e findava na vila de Garanhuns. Segundo

[70] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O vaqueiro: símbolo da liberdade e mantenedor da ordem no sertão**. In: MONTINEGRO, Antônio. (org.). História, Cultura e Sentimento: outras história do Brasil. Recife: EDUFPE, 2008.
[71] PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.63-64
[72] Op. cit DEAN, P. 677

fontes do século XVII, os limites meridionais, por exemplo, da vila de Alagoas situada no entorno da lagoa Manguaba, era Garanhuns. No pedido de Lourenço de Brito Correa, sua irmã Joana Correa de Brito, o capitão Antônio Lopes Soeiro e o padre Matheus de Mendonça, de uma carta de sesmaria, eles podem doze léguas de terra nos pastos e campos de Garanhum-merim nos *sertões das Lagoas do Norte e Sul*. Vejamos a petição.

> Dizem Lourenço... e sua irmão Joana e o Capitão Antônio e o padre Matheus moradores e povoadores da capitania da Bahia e também nesta capitania no Rio São Francisco que todas são pessoas que tão bem servido a Sua Majestade e de posses para povoar as terras devolutas e sertão desta capitania de Pernambuco chegados e vizinhos dos rebeldes negros dos mocambos e Palmares, e não tem passos bastantes para o crescimento dos seus gados em utilidade dos dízimos reais e povoação dos sertões. E porque sobre das Alagoas do Sul e do Norte há pastos devolutos acima e para os lados dos campos da Unhaúnhau que estão despovoados e sem até agora se aproveitarem de que resultará aumento a Fazenda Real e a outras comodidades. Pedem a Vossa Senhoria lhe faça mercê em nome de Sua Magestade das de sesmaria e por **devoluta doze léguas de terra em pastos e campos de Garanhum-merim que é no sertão das Lagoas do Norte e Sul** sobre os campos de Unhaúnhau para um dos lados deles que estão confinando com o mocambo e Palmares dos negros fugidos com todas suas ribeiras lagoas, matos e mais pertenças em quadra pelos rumos que escolherem e melhor lhe tiver quatro léguas para o dito Lourenço e quatro para a sua irmã Joana e as outras quatro para o capitão Antônio e o padre Matheus e sendo dada a tomarão aonde houver naqueles confins e com parecer do provedor da Fazenda Real. E receberá mercê. Despacho do governador André Vital. O provedor da fazenda de Sua Majestade desta capitania me informe com seu parecer. Olinda, 7 de fevereiro de 1660. Vidal[73]

Registro que nos faz ver, que durante o século XVII e XVIII, *as bandas do além* do Sul da Capitania de Pernambuco tinha limites. Não tão do além assim. No caso, das fronteiras meridionais alagoanos, os limites seriam os acidentes geográficos situados no Planalto de Borborema, que tinha a vila de Garanhuns, como referência. Sabemos que tais limites permaneceram validos até o inicio do século XX, quando um acordo entre Pernambuco e Alagoas sobre as terras de Águas Belas, Bom Conselho e Correntes, todo esse território passará a fazer parte de Pernambuco. Por isso que quando

[73] GOMES, Op. cit. p. 129

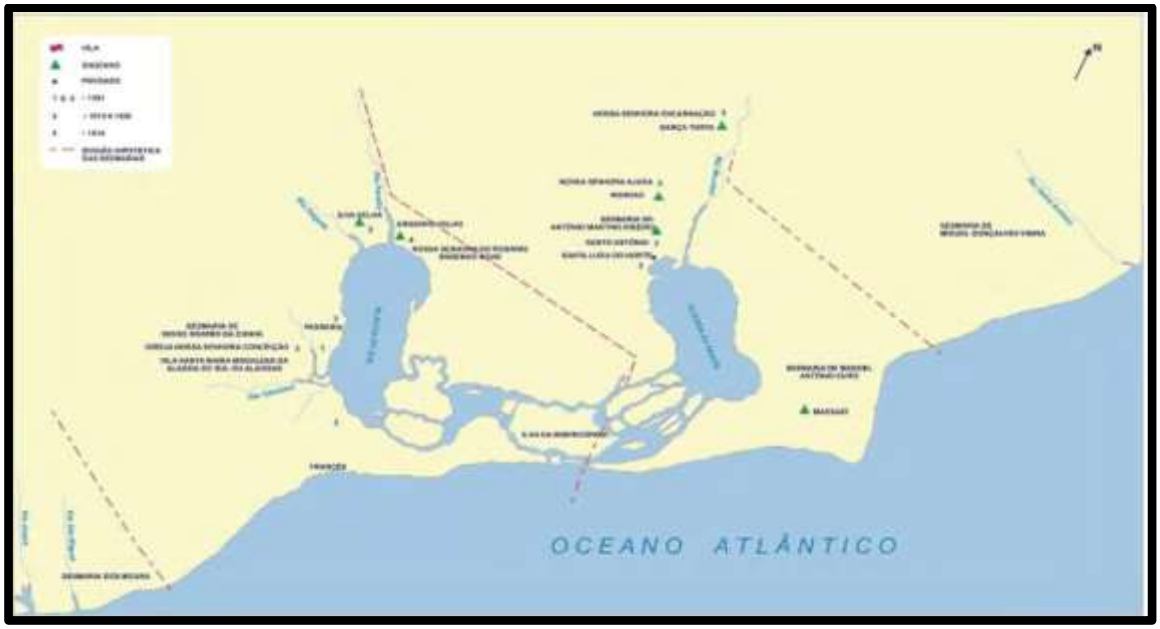
formos analisar a concessão de sesmaria, os autos de medição de terra no vale do Mundaú, tal vila aparecerá como referência que os limites entre Pernambuco e Alagoas.

Como a partir da segunda metade do século XVII, e as três primeiras décadas do XVIII foram marcados por diversas lutas no interior das colônias portuguesas. O grande acontecimento em território alagoano foi à criação da Comarca das Alagoas em 1711 e a conquista do seu sertão. O período pós-restauração foi extremamente difícil e por esse motivo a Coroa concentra todos os esforços na conquista do sertão, para repor as perdas no trato colonial. Não obstante, o restante da Comarca tentava reinventar práticas econômicas e sociais, para viver em períodos tão difíceis.

Segundo Josemary Passos, mediante a análise documental e bibliográfica, principalmente as informações fornecidas por Manoel Diégües Junior, foi possível acompanhar a gradativa ocupação territorial da Vila de Alagoas, a partir da instalação dos engenhos de açúcar montados entre os séculos XVI e XVIII na região. Percebemos que todas as unidades produtivas irão se concentrar em volta da Lagoa Manguaba, nas margens da povoação Alagoas do Sul e no extremo norte lagunar, onde também formou uma da rede de engenhos de açúcar no atual município de Pilar[74]. Não se identifica, por exemplo, nenhum engenho ou outro tipo de unidade produtiva para a região de Atalaia, vizinha do munícipio de Pilar. Vejamos nos mapas 05 e 06.

[74] Ferrare, Josemary Omena Passos. **Antigos engenhos de açúcar "em itinerário de ativação cultural revelando a história da colonização da ex-Alagoa do Sul (Marechal Deodoro): uma proposição.** In: Revista de Arquitetura. UFAL. S/D.

Mapa 05- Colonização do litoral Alagoano no século XVI e XVII



Indicativo da ocupação do solo no século XVI e XVII / Expansão do povoamento com os Engenhos Bangüês no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba. Fonte: COELI, 1999; NORMANDE, 2000, p. 31 Adaptação: Josemary Ferrare, 2006

Mapa 06- Colonização do litoral Alagoano no século XVII e XVIII

Indicativo da ocupação do solo no século XVII e XVIII / Expansão do povoamento com os Engenhos Bangüês no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba. Fonte: COELI, 1999; NORMANDE, 2000, p. 31 Adaptação: Josemary Ferrare, 2006.

Como se pode observar nos mapas, as relações socioeconômicas se deram de forma bastante dinâmica em torno das duas Lagoas. Esse número crescente de engenhos e bangues, com o decorrer do tempo, quando no século XVIII ultrapassava uma centena, multiplicando-se no século XIX, chegando perto do milhar no inicio do século XX, como argumenta Moacir Santana, penso que não pode ser visto como um elemento impeditivo para o surgimento de outras culturas agrícolas. Essa lógica de pensar a produção canavieira como senhora de todo o território, parece ser refutável, na medida em que se observa o mapa de Josemary Passos. Basta observar a figura número 2 para se perceber que o grande quantidade de terra, sem está sob o domínio dos senhores de engenho. Como as unidades produtivas se concentravam próximas às lagoas Mundaú e Manguaba, por conta dos poucos recursos de seus senhores, e por está próximo dos principais portos e ancoradores da região. De fato, percebe-se que na primeira metade do século XVIII, o extremo sul da referência criada Comarca das Alagoas e Porto Calvo, permanecia igual ao final do século XVII uma fronteira aberta, provavelmente, sendo ocupada por diversos grupos sociais, que tinha como principal atividade agrícola o cultivo de gêneros alimentícios.

José Ferreira ressalta que a produção açucareira dessas unidades, se comparada às unidades produtivas tinha uma baixa produtividade. De fato, não se sabe o que era produzido em trais propriedades. Os autores, sempre apresentaram as queixas dos senhores por serem suas empresas. Senhores que em diferentes tempos, sempre alegavam que as unidades produtivas no Brasil não possuíam uma estrutura tecnologia adequada, e nem um número de braços escravo suficiente. Embora a tese do professor reconheça tal limitação, ele admite que, será a produção açucareira e não outra atividade, responsável pelo processo de ocupação territorial de Alagoas. Chega a firmar que Alagoas teve um momento de sua história, em que sua produção agrícola poderia ser diversificada, no entanto, a invasão holandesa na primeira metade do século XVIII provocou uma brusca mudança no rumo do desenvolvimento das forças produtivas locais [75].

Para o autor, as antigas plantações de gêneros de primeira necessidade que despontava em quase todo o território alagoano não foram retomadas depois da guerra holandesa. Os portugueses pós- restauração tinha outro projeto para o sul da Capitania

[75] Azevedo, José Ferreira de. **Formação sócio-econômica de Alagoas**. O período holandês (1630-1654). São Paulo, 2002. Tese (doutorado) FFLCH/USP, p.34.

de Pernambuco. Que a meu ver, era a conquista do sertão. Por que nas guerras de conquista do sertão houve uma efetiva atuação militar de negros e índios nos dois conflitos que são ditos como as principais barreiras á colonização do interior do norte do Estado do Brasil. E a formação da sociedade colonial alagoana só se tornou possível na medida em que foram sendo dominados tais espaços. Palmares foi a grande barreira á colonização do interior da Capitania de Pernambuco. Logo, percebo que ela foi fundamental para que a região tivesse outro tipo de ocupação. Para Silvia Hunold Lara, Palmares deve ser levado em consideração como uma verdadeira tentativa de manutenção da liberdade diante da sociedade escravista. Após, a sua destruição oficial, o medo colonial em relação a possíveis formações de grupos sociais compostos por escravos fugidos era constante. Toda a administração colonial passou a se preocupar muito mais com as fugas e formações de mocambos, por que quando um desses cresciam, poderiam colocar em perigo a tranquilidade das vilas coloniais.

Segundo Flávio Gomes, o Quilombo dos Palmares durou mais de 120 anos. Antes mesmo da invasão da WIC, em território da Capitania de Pernambuco, mas precisamente na Serra da Barriga, hoje território alagoano[76]. No século XVII, após a sumária destruição do quilombo, foi criado o presidio de Palmares, com a alocação de terços específicos para trabalho na região, além de missões indígenas. Mesmo nessa época, ainda havia notícias de escravos fugidos.

Essa fronteira agrícola ocupava uma extensa área, cuja dimensão é incalculável, mas situada pelos menos 600 léguas de distancia da Praça do Recife e Olinda e 150 léguas da vila das Alagoas. Os conflitos perduram por quase todo o século XVIII. Sua destruição foi registrada em 1695, pelo terço dos paulistas, liderados por Domingos Jorge Velho. E estes foram notadamente recompensados por tal feito. A chamada República de Palmares possuía uma complexa organização econômica, militar e política[77]. Para Dirceu Lindoso, a constituição desse quilombo não se limitou a uma simples fuga de escravos, mas de um enorme fato político, que abalou a estrutura do estado Colonial, especificamente o governo da Capitania de Pernambuco. Não cabe aqui por menorizar o que foi o quilombo dos Palmares, mas discutir o seu significado para as

[76] Op. cit p. 7

[77] FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: EDUFAL, 2004.

elites locais[78]. Por que é nesse contexto, que os ex-moradores dos Quilombos dos Palmares irão construção uma cultura camponesa no interior de Alagoas, responsável pela formação de inúmeros povoados, vilas e unidades produtivas. Mas antes de explorar tais questões, cabe-nos ressaltar o motivo que levou há escolher o discurso holandês, como fio condutor da problematização do capítulo.

Primeiro, escolhemos a narrativa dos oficiais holandeses para a abertura do presente capitulo, por que além de demonstrar o papel que o "ato de mapear" desempenhava no contexto das conquistas territoriais ultramarinas, ao estabelecer o que é central e o que é periférico no espaço[79], tal registro nos faz olhar o espaço de forma mais ampla. Ela nos enxergar como se deu a ocupação do interior alagoano, depois dos dois grandes conflitos enfrentados pela Coroa Portuguesa. Segundo, por que o debate trazido pela historiografia alagoana usa o discurso desse conjunto de narrativas para explicar o processo de ocupação territorial, logo, como em Alagoas os homens e mulheres adquiriram seus bens e suas propriedades. E como, percebemos que essa velha fonte seiscentista não sugeria tal interpretação, resolvemos começar por aquela que serve muitas vezes como prova a tal leitura histórica. Por ora, utilizaremos essa narrativa dos oficiais holandeses para criticar três aspectos: o mito criado pela literatura histórica e econômica regional de que a ocupação da Zona da Mata só ocorreu no decorrer da segunda metade do século XVIII, devido ao fim dos Quilombos dos Palmares e a falta de rigidez das proibições portuguesas de devassamento desse espaço, conhecida por "matas reais", e ao logo do século XIX, com a introdução da atividade canavieira. Criticamos por duas razões: essa região era de formação continua cuja característica principal foi à instabilidade e o surto demográfico crescente.

Nesse sentido, se o mapa era fundamental para que o colonizador se estabelecesse na região, trafegasse regularmente por aquelas novas terras, realizasse investidas militares reconhecendo portos, identificando o comércio, certamente suas informações sobre as fronteiras agrícolas não deixariam a desejar. Assim, se alargarmos a nossa perspectiva de analise sobre o documento, descobriremos que o relatório em tela, aponta alguns elementos que são base para o entendimento, de como se deu a produção do espaço em Alagoas no século XVII e XVIII. E uma desses elementos é a

[78] LINDOSO, Dirceu. **O Poder Quilombola.** A comunidade de mocambeira e a organização social quilombola. Maceió: EDUFAL, 2007, p.18.
[79] SILVA, Maria Angélica da. **A conquista Pela Visão: Mapas e Pinturas**. In: SILVA, Maria Angélica da (org.). O olhar Holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL, 2011. p.52

ação dos quilombolas ou de seus ex-moradores na consolidação da outra fronteira. O discurso holandês sobre o Sul de Pernambuco, nos ajuda, sobretudo, a problematizar a história da ocupação territorial do interior de Alagoas, ao pontar a existência de duas fronteiras agrícolas por essas paragens. Ao sinalizar a existência dessas duas fronteiras agrícolas, a declaração nos faz observar a movimentação engendrada por cada uma. Apesar de o documento dar ênfase ao deslocamento das *fronteiras da doçura*, fronteira formada pelas unidades produtivas açucareiras, situadas nos dois núcleos de povoamento mais antigos- Porto Calvo e Alagoas. O termo doçura é uma analogia usada por este trabalho para se referir à região produtora de açúcar. O registro dos oficiais não deixa de pontuar o deslocamento provocado pela atuação dos moradores dos Quilombos dos Palmares na outra fronteira.

Para os historiadores alagoanos o movimento das fronteiras agrícolas regionais se deu de forma unilateral e unívoco no sentido Leste/Oeste. Não houve dialogo entre as fronteiras. Os canaviais não permitiram que fosse estabelecido qualquer dialogo. O complexo produtivo açucareiro ocuparia paulatinamente todo o território com seus canaviais. "Ele (os canaviais) não deixariam espaço" para que fosse formado uma outra fronteira agrícola. Mesmo, os historiadores reconhecendo a necessidade que a Plantation possuía de espaços alternativos de produção. Para historiografia regional, a sociedade desse período, via essa outra fronteira como uma ameaça. Por isso, argumenta os historiadores, que no final do século XVII, os colonizadores portugueses trataram de ceifar qualquer possibilidade ligada a esse contexto.

A difícil situação financeira dos senhores de engenho e a resistência dos antigos moradores dos Quilombos dos Palmares na região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, garantia a consolidação de uma nova fronteira agrícola no centro da Província. Os poucos recursos dos senhores de engenho prejudicava a mobilidade da fronteira canavieira. Já a concentração demográfica do interior da região, não encontrava quase problema, sobretudo, a partir do final do século XVIII, quando ela ajudará a consolidar a produção de algodão e gêneros alimentícios nos vales do Paraíba e do Mundo, mesmo sendo o espaço proibido, por conta das "matas reais". Ao mesmo tempo em que se faziam representar como importantes protagonistas de uma economia camponesa em regiões agrícolas secularmente consolidadas, como em Pernambuco, os antigos moradores dos Quilombos dos Palmares levavam uma experiência campesina para as fronteiras de ocupação econômica mais antiga do Brasil, mostrando que eram

responsáveis pelo o movimento de interiorização e de avanço da fronteira agrícola para o oeste da Capitania de Pernambuco.

Enquanto as fronteiras agrícolas do leste não atingiam os vales do Mundaú e Paraíba, eles se tornavam o lugar privilegiado para outros tipos de habitantes. Entre eles estavam aqueles que tinham algum motivo para não assumir o papel social que lhe havia sido determinado pela sociedade colonial, como, por exemplo, os grupos indígenas, os escravos fugidos, os brancos pobres e homens e mulheres mestiços. Como a documentação indica que Palmares não foi à única formação quilombola existente no interior do nordeste brasileiro entre o século XVI e XIX. Como este, porém com menos êxito, existiram comunidades de escravos fugidos que sobreviviam da produção de alimentos, de troca desses bens da terra pelos bens manufaturados da própria sociedade colonial e viviam protegidos pela hostilidade da floresta, procurando manter a liberdade que havia conquistado através da fuga, por muitos anos. Essas informações sobre ação dos ex-moradores dos quilombos no processo de ocupação das terras dos vales do Mundaú e Paraíba, também podem ser verificada, por exemplo, na tradição oral da população do município de Chã Preta, que atribui ao "preto" Inácio a responsabilidade de povoar a região, com a produção agrícola de subsistência e a criação de gado por volta de 1865[80].

Dessa forma, essas experiências apontam para a existência de uma complexa rede de interesses econômicos que ajudou no desenvolvimento de uma economia de gêneros de primeira necessidade no interior das Alagoas. Assim, o que inicialmente começou como um grupo de negros fugitivos dos engenhos de Olinda, Recife e Cabo de Santo Agostinho no século XVII, e no século XVIII contavam com outros setores da população livre para organizar as suas unidades produtivas, no final do século XIX, será uma prática econômica e social responsável por influenciar uma complexa organização fundiária, que tem como objetivo não apenas sobreviver, mas também prosperar e se fazer presente nas relações comerciais e culturais dos Municípios de Atalaia, Viçosa, União dos Palmares e Pilar.

Para Flávio Gomes e João José Reis, foi comum nas sociedades escravistas das Américas, a formação de setores camponeses a partir do extrativismo e da pequena

[80] Segundo a Enciclopédia dos Municípios de Alagoas, a cidade de Chã Preta, antigo povoado de Viçosa, seria uma sítio habitado "por famílias remanescentes do famoso quilombo dos Palmares e escravos fugidos de antigos engenhos da região". MENDONÇA, Op. cit p.400.

produção agrícola de roceiros libertos, escravizados e de comunidades de escravos fugidos. Também era comum que eles desbravassem essa região, descobrindo cada vez mais as potencialidades desse interior. Para os autores, como a documentação concernente á vida econômica dos quilombos e mocambos brasileiros é parca e superficial, não é possível sabermos, por exemplo, como essas relações que foram organizadas durante o século XVII puderam resistir e se consolidar enquanto espaço camponês. No entanto, como sabemos apenas o que plantavam, mas não sabemos quase nada sobre como se organizavam socialmente para plantar, nem suas técnicas agrícolas. Essa pequena pista já nos sugere elementos suficiente, para acreditar que tais sujeitos criaram um universo rural particular no qual o acesso á terra e seu cultivo foram essenciais para a sobrevivência em liberdade e a construção de um espaço camponês numa região de economia agroexportadora[81].

Nesse sentido, como os municípios estudados por esta pesquisa, estão situados no interior da Província das Alagoas, e esses compunha o território da antiga Comarca de Atalaia. Nada mais justo do que refletir sobre o significado da grande quantidade de terra pontuada nos diferentes registros do século XVII. E se possível entender qual o seu papel na conjuntura da expansão canavieira nos séculos XVIII e XIX. E como existia um grande número de camponeses na região, nos interessa saber, se esses sujeitos participaram do processo de ocupação territorial. E de que forma? Na verdade, se faz necessário saber Como se deu a apropriação das terras para além das fronteiras das duas mais antigas vilas coloniais alagoanas (Porto Calvo e Alagoas do Sul)? E como que numa nova ordem econômica e fundiária estabelecida a partir da segunda metade do século XIX, mudança cujos primórdios se observaram no século XVIII, influenciou na organização da estrutura fundiária da região? Como essa região que não era agroexportadora, foi tocada por projetos de transformação que pretendiam ser tão abrangentes? E como esse processo contribuiu para a construção das fronteiras meridionais alagoanas no final do século XIX?

Tais perguntas poderiam parecer fora de propósito. Se não fosse, a maneira como a historiografia alagoana, tem interpretado a ocupação desse espaço. Para Manoel Diégues Júnior, *saem deles [Porto Calvo e Alagoas] os demais núcleos de povoamento,*

[81] GOMES, Flávio dos Santos. & REIS, João José. **Roceiros, Camponeses e Garimpeiros Quilombolas na Escravidão e na Pós-Emancipação**. In: TELLES, Marcela. (org.). Utopias Agrárias. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 221.

expandindo-se em blocos, ás vezes, dispersos pela disseminação dos engenhos[82]. Todos os núcleos populacionais das Alagoas nasceram e/ou cresceram em derredor dos engenhos de fabricar açúcar. Segundo o autor:

> Porto Calvo, primeiro desdobrando-se mais tarde em São Bento, Camaragibe, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde, e Alagoas, logo depois multiplicando-se a seguir em Pilar, Santa Luzia, Maceió, São Miguel, Anadia, encontraram nas fábricas de açúcar o ponto de partida da sua colonização. Em Atalaia, mesmo, cujos fundamentos remontam aos fins do século XVII, como ponto de referência no combate aos negros palmarinos, encontrou o bangue habitat satisfatório; e mal surgia o povoado de que Domingos Jorge Velho lançou os alicerces, começaram a aparecer os engenhos, alastrando-se rapidamente pelo vale riquíssimo do Paraíba: Capela, Viçosa, União vão encontrar igualmente no açúcar o elemento propulsor de sua riqueza, de seu crescimento de seu progresso[83].

Enfim, essa maneira de explicar a ocupação territorial alagoana, parece ignorar as evidencias. E como se não bastasse institui na historiografia regional um mito sobre a formação territorial alagoana, sobretudo, para o espaço que atualmente chamamos de Zona da Mata. Ao compartilhar a ideia de que a penetração do interior se deu pela dilatação das propriedades canavieiras do litoral ou pela ação dos bandeirantes paulistas, os historiadores alagoanos como Thomaz Espindola, Manoel Diégües Júnior, Dirceu Lindoso, Moacir Santana, Maria Angélica da Silva e Antônio Filipe Caetano, acabam partilhando do mesmo pensamento, mesmo aqueles que tentando se afastar. Para todos esses historiadores, Alagoas é uma dádiva do açúcar. Isso acontece por serem eles tributários de uma matriz analítica da geografia clássica, cujo foco aponta para colonização da periferia brasileira como dependente da agregação continua de novos espaços. De forma que, a colonização de Alagoas, por exemplo, só seria possível depois de Pernambuco; a de Sergipe depois da Bahia, como se na colonização portuguesa na América fosse, portanto, uma *expansão territorial continua*[84]. E que de fato não foi como atesta Márcio Roberto Alves Santos ao se debruçar sobre o sertão da Capitania de Pernambuco e da Capitania da Bahia no período colonial. O espaço não pode ser considerado uma *extensão territorial continua,* por que existiam barreiras difíceis de

[82] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2006. p 25.
[83] Idem p. 26
[84] Desde os primeiros anos do século XX que a produção historiográfica compartilhava da ideia de expansão do território. Ideia que será explorada por Capistrano de Abreu e apropriada pela historiografia brasileira até os primeiros anos do século XXI. Esse movimento de expansão seria ocasionado pelas atividades dos bandeirantes e do rompimento do tratado de Tordesilhas. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano:** 1670-1740. São Paulo: USP (Tese de doutorado). 2010. p 17-24.

serem conquistadas pela econômica colonial. Existiam fronteiras internas difíceis de serem vencidas.

Para Márcio Roberto Alves dos Santos, as fronteiras internas estão relacionadas ás resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Elas não estão ligadas, portanto, á disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente os tapuias e os quilombolas. Tratava-se de limites não institucionais, temporários e conflitantes, que se estabeleciam entre os territórios ocupados por esses dois grupos mencionados. É importante destacar que a existência de fronteira interna nega a ideia do território contínuo. O conjunto das áreas de ocupação luso-brasileiras é vazado por espaços onde os exploradores e colonos não podem entrar.

Por essa razão, que apropriação das terras, que mais tarde formariam o território alagoano, não pode ser considerada fruto do desdobramento territorial dos núcleos de povoamento mais antigos da região (vilas de Porto Calvo, Alagoas, Penedo), e nem muito da extensão de sua produção canavieira. Por que, a débil presença do Estado português, nos sertões contribuiu para extremar essas diferenças e garantir aos grupos e potentados individuais uma condição de autonomia relativa. A ocupação do sertão nordestino constituiu, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do século seguinte, um conjunto disforme de ações de diferentes grupos "autônomos", carente de sentido único e, portanto, destituído de qualquer projeto. Para o autor:

> O processo colonizador se deu de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões. (...) Entender essas diferenças entre os grupos colonizadores é decisivo para a compreensão do processo de ocupação luso-brasileira dos sertões do nordeste da América Portuguesa[85].

É nesse sentido, que pensamos a ocupação territorial da Província das Alagoas, principalmente, da região que a partir do final do século XIX, passara a ser reconhecida como Zona da Mata. Será a partir do debate sobre a expansão das fronteiras das canavieiras, a preocupação com o escoamento dos gêneros de primeiras necessidades (farinha, milho, feijão, carne e algodão), e a atuação do campesinato na organização da estrutura fundaria da região que observaremos como se dará a apropriação das terras

[85] SANTOS, op. cit. p. 25

que irão compor o do território da Província das Alagoas no século XIX. Acredito que essa apropriação tenha se estrutura da seguinte forma: abertura de caminho, a povoação, doação de sesmaria, posto militar e populações camponesas. Por esse motivo, não achamos pertinente repetir a versão propagada pela historiografia sobre a ocupação do interior alagoana, por ela se remete apenas há uma maneira de ocupar o território, que no fim das contas, não sabe nem se vingou o povoado criado por Domingos Jorge Velho. E porque tal explicação não "reconhece" o importante papel das práticas camponesas na organização de núcleos populacionais que se formaram a margens dos rios Paraíba e Mundaú.

Na historiografia econômica e cultural criou-se o mito de que a ocupação da região da Mata alagoana só ocorreu no decorrer das últimas décadas do século XVIII, devido o aumento da produção açucareira e da falta de controle dos portugueses sobre as chamadas áreas de "matas reais"[86]. No entanto, esse espaço desde o início da colonização tem sido marco por surtos variáveis de desbravamento e de ocupação territorial. No período colonial, a região leste da capitania de Pernambuco era considerada uma área natural, intocada pelo homem branco e habitada por indígenas e quilombolas pouco afeitos á civilização. Embora, sua posição geográfica, conferiu-lhe condição de porta obrigatória de passagem dos desbravadores do sertão, sendo uma região em contínua formação cuja característica principal foi à instabilidade e o surto demográfico crescentes.

No século XVII e XVIII, os primeiros núcleos populacionais se concentravam no litoral, a mata era uma fronteira onde o domínio da natureza, do "gentio" ou de feras, notável na cartografia da época, pode ter sido um dos principais entraves a dificultar ou, até mesmo, retardar o povoamento, como de fato aconteceu em algumas áreas, mas não a barrar o avanço e a ocupação. A visão de um mundo desconhecido entre os colonizadores criou o fascínio pela riqueza fácil e imediata e seduziu aventureiros ávidos ao deslocamento da fronteira. Os bandeirantes tinham a convicção de que lá se encontrava a fortuna: índios predestinados ao cativeiro (prontos para serem preados) e nas minas resplandecentes (prontas para serem apropriadas).

A região das matas foi ocupada a contragosto dos colonizadores, e em represália a legislação proibitiva que instituiu as "áreas proibidas" e impediu a abertura

[86] Ver dissertação de mestrado de Juliana Alves de Andrade e UFPB

de novos caminhos nas áreas não povoadas da capitania. Os problemas no sistema de controle da administração colonial, as políticas planejadas de maneira pouco eficiente e inconsistente da Coroa em relação á colônia, colaborou com o crescimento demográfico e incentivou e as concessões de sesmarias, as quais legitimaram petições de terras apossadas ou compradas, contribuíram para impulsionar o processo de incorporação territorial. Essa postura também colaborou para a gestão de uma cultura da evasão. A conquista e a incorporação da região das matas no século XVIII comprova a dificuldade do poder metropolitano em normatizar e restringir a produção de parte do espaço colonial, notadamente das áreas vedadas.

Entre o século XVII e XVIII a cana não ocupava grande parte da paisagem alagoana. Os primeiros núcleos tentavam se organizar. O primeiro núcleo Porto Calvo, sofria as consequência da guerra holandesa, os outros dois núcleos em torno das lagoas maiores, a do Norte e a do Sul (Manguaba e Mundaú) (Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul e Santa Luzia do Norte) tentavam se Martins Ribeiro organizar um vila em homenagem a Santa Luiza. E finalmente o terceiro, mais ao sul, tendo como centro Penedo, que se organiza a partir das atividades comerciais que o rio São Francisco concedia. Segundo Manoel Diegues Júnior, não se conhece com exatidão a data em que foi criada a primeira freguesia nas Alagoas. Sabe-se que foi Porto Calvo, porquanto já figura na folha geral que acompanha o alvará de junho de 1617. Pode-se admitir que nos últimos anos do século XVI, quando Cristóvão Lins já possui alguns engenhos nessa região.

Nos meados do século XVII cria-se a quarta freguesia, a da Santa Luzia do Norte, e nos fins do mesmo século, a de São Miguel dos Campos (essas duas freguesias pertenciam as alagoas). Ao alvorecer do século seguinte sucedem-se as novas freguesias: Camaragibe em 1708; Pioca em 1713 (pertenciam a Porto Calvo); Traipu em 1714, São Bento e Poxim em 1718. Daí até 1760, quando criada a de Porto Real do Colégio e em 1763 a freguesia de Atalaia. No século XVII a comarca das alagoas possuía 12 freguesias.

Historiar como se deu o processo de ocupação da Zona Leste alagoana, contribui para o debate sobre o papel social de homens e mulheres que viviam na região.

1.2-"Em fronteira tão longe de todo o trato": a organização dos primeiros núcleos populacionais camponeses nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio

Sua destruição foi registrada em 1695, pelo terço dos paulistas, liderados por Domingos Jorge Velho. E estes foram notadamente recompensados por tal feito. A chamada República de Palmares possuía uma complexa organização econômica, militar e política[87]. Para Dirceu Lindoso, a constituição desse quilombo não se limitou a uma simples fuga de escravos, mas de um enorme fato político, que abalou a estrutura do estado Colonial, especificamente o governo da Capitania de Pernambuco. Não cabe aqui por menorizar o que foi o quilombo dos Palmares, mas discutir o seu significado para as elites locais[88]. Por que é nesse contexto que os ex-moradores dos Quilombos dos Palmares irão construção uma cultura camponesa no interior de Alagoas, responsável pela formação de inúmeros povoados, vilas e unidades produtivas.

Embora a tese do professor reconheça tal limitação, ele admite que será a produção açucareira e não outra atividade, responsável pelo processo de ocupação territorial de Alagoas. Chega afirmar que Alagoas teve um momento de sua história, em que sua produção agrícola poderia ser diversificada, no entanto, a invasão holandesa na primeira metade do século XVIII provocou uma brusca mudança no rumo do desenvolvimento das forças produtivas locais [89]. Para o autor, as antigas plantações de gêneros de primeira necessidade que despontava em quase todo o território alagoano não foram retomadas depois da guerra holandesa. Os portugueses pós- restauração tinha outro projeto para o sul.

Na procura de pistas que pudessem nos levar a alguma informação sobre o desenvolvimento dessas duas *entradas* em território alagoano, não encontramos muitas informações. A princípio, sabe-se que apenas uma *entrada* conseguiu torna-se vila. Na verdade só dispomos de informação sobre a *entrada* organizada por Domingos Jorge Velho. O sítio de Jorge Velho, provavelmente situado em algum afluente do Paraíba do

---

[87] FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: EDUFAL, 2004.

[88] LINDOSO, Dirceu. **O Poder Quilombola.** A comunidade de mocambeira e a organização social quilombola. Maceió: EDUFAL, 2007, p.18.

[89] Azevedo, José Ferreira de. **Formação sócio-econômica de Alagoas**. O período holandês (1630-1654). São Paulo, 2002. Tese (doutorado) FFLCH/USP, p.34.

Meio, bem próximo também a Lagoa Manguaba, conseguiu torna-se um sólido núcleo populacional.

Tanto no vale do Mundaú, quanto no vale do Paraíba do Meio foi o discurso sobre os méritos dos combatentes na Guerra dos Palmares, que, no século XVIII, ajudou os bandeirantes e seus herdeiros a apropriar-se dele. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, foi "o arrazoado" dos bandeirantes sobre os seus méritos e sua valentia, que permitiu tal expansão. Para o autor, só existia um motivo que explicava "os sulistas fazerem das tripas coração no mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo" Isso se chamava: Terra. E esse interesse Domingo Jorge Velho não fazia questão de esconder. Ele em um dos requerimentos admite que "a não ser assim, que razão haveria, que largassem os suplicantes [paulistas] as terras maiores e melhores sem comparação, se lhes tirar as longitude das praças marítimas, cuja posse logravam sem nenhum impedimento nem oposição, para vierem conquistar outras?" [90] Com esse tom, os bandeirantes encaminharam centenas de pedidos de mercês à corte portuguesa. O que demonstra que a conquista das terras do interior das Alagoas, não se deu de forma gratuita e homogênea.

Os inúmeros requerimentos enviados pelo procurador dos oficiais do terço da Infantaria S. Paulistas do qual é mestre de Campo Domingos Jorge Velho começam a ser remetida a Coroa Portuguesa, logo após a destruição dos principais núcleos quilombolas no interior de Alagoas, por volta de 1695. O Terço dos Paulistas começou a enfrentar Palmares a partir de 1692, quando as autoridades coloniais organizaram uma guerra contra aqueles que ameaçavam o poder das elites locais. Apesar da morte do principal líder dos quilombos, os negros de Palmares ainda, continuaram resistentes em seus espaços de morada. A guerra continuaria mesmo com a Morte de Zumbi.

[90] Para Luiz Felipe de Alencastro essa fala revela os reais motivos da presença dos bandeiras: "recebi aqui uma carta de uns paulistas que andam nos sertões, escrita a meu antecessor [...] em que lhe pediam umas patentes de Capitão-mor e capitães para conquistarem aqueles gentios, e como isto encontrava [contrariava] as ordens de V.M. lhes não mandei. E, por estes homens serem os verdadeiros sertanejos, e se acharem com 400 homens de armas, os requeri para esta conquista dos Palmares, mandando-lhes patentes de conquistadores dele [...] chegou o tempo de verem estes [negros] levantados a sua ruína. E com outros bandeirantes, parentes, parceiros e servos de guerra, Domingos Jorge Velho sitia os quilombos. Conforme as táticas da Guerra evita batalhas frontais, bloqueia as aldeias rebeldes, captura indivíduos isolados, atravanca as trilhas, tala os campos, incendeia roças, envenena poços, monta cercos prolongados na serra da barriga. Ao cabo de varias anos de combate, os bandeirantes desbaratam em 1694 a resistência organizada dos combatentes. Mas em seguida os vencedores não poderam saborear os frutos da vitória. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Vivente**s: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pp 199-212.

Em Alagoas, os pedidos de mercês mais comuns foram cargos e postos militares. Segundo Dimas Marques, essas solicitações abarcam grande parcela da documentação sobre requerimentos de mercês. Geralmente as mercês mais solicitadas eram os filhiamentos na Casa Real, hábitos de Ordem Militares (em especial a de Cristo), cargos e postos militares. Para poder requer, o suplicante tinha de apresentar uma folha de serviços de pelo menos doze anos. Os serviços militares eram os mais importantes para se justificar um pedido de mercê, e isso no nordeste era o que não faltava. Os dois primeiros séculos de ocupação foram marcados por inúmeras guerras contra os índios resistentes, as invasões estrangeiras e as organizações quilombolas[91]. Foi a partir dessas práticas das mercês que se constituiu uma elite politica alagoana, nobilitada a partir de seus feitos, ávidos por servir a coroa em troca de recompensas, as chamadas honras e mercês, firmavam um pacto Coroa/vassalo, tendo em vista a lógica, amplamente defendida, da *econômica da graça*, ou seja, se realizaria um serviço visando, automaticamente, uma recompensa. Muitos alferes e Capitães foram contemplados com um pedaço de chão, por essa *economia*.

Além de postos locais, cargos e nomeações contribuíram para estruturar e instalar o poder luso-brasileiro nos novos territórios apossados. Cada nomeação dessas significava a atribuição de uma quantidade limitada de poder a uma pessoa que, pelas mais variadas razões, parecia ser uma força mobilizável nos territórios sertanejos. Para Dimas,

> (...) Percebe-se para os postos militares um quadro distinto em relação aos cargos da administração municipal. A vila de Penedo agora surge com uma maior organização militar em relação às vilas de Alagoas do Sul e Porto Calvo. Ou seja, se no âmbito administrativo, a cabeça da Comarca era mais organizada, no quesito militar, foi a vila de São Francisco que deteve a maior variedade de postos, incluindo também a maioria dos requerimentos de carta-patente. Entretanto, Alagoas do Sul ainda se mostrou bem aparelhada militarmente, foram doze postos contra dezoito de Penedo. Porto Calvo assim como na tabela anterior, apareceu como pouquíssimos requerimentos de cartas-patentes (...)[92]

Nota-se na pesquisa de Dimas Marques que, a distribuição de postos miliares em Alagoas, era uma maneira usual de se conquistar espaço. Acredito que, ao surgir nesse debate sobre a distribuição de postos a Vila de Alagoas do Norte em 1720 ausente até então nos requerimentos de cargos, parece não ser eventual. Percebe-se que a

[91] MARQUES, op. ci. p. 110.
[92] MARQUES, op. cit p. 110

presença do posto de Capitão Mor, na vila de Alagoas, sinaliza o processo de expansão dos domínios colônias para a lagoa Mundaú e o vale do seu rio.

Quanto mais antiga for à concessão do título, ele refletirá o movimento pioneiro de controle militar do território. Isso explica relativamente o alto número de patentes consideradas, correspondente à vila das Alagoas. A quantidade de postos militares existentes, por exemplo, é um indicador da importância da região do ponto de vista do controle militar do território. Segundo, Dimas Marques o número de requerimentos de carta-patente é superior aos pedidos de ofícios administrativos. Contabilizando os casos de solicitação de forma aligeirada, tem-se 54 requerimentos de carta-patete contra 21 de ofícios administrativos. Importante lembrar que de todos esses 8 documentos citam Palmares como justificativa de mercê, sejam os titulares ou seus descendentes.

Assim, como aconteceu com os cargos, o número de requerimentos a um mesmo posto é muito pouco. Mesmo tendo acesso a essas informações quantitativas, ainda não foi possível fazer uma distribuição geográfica das nomeações para postos militares no interior de Alagoas, já que para o presente trabalho, o mais importante é identificar como esses postos ajudaram na conquista de novos territórios coloniais[93]. Embora, os dados nos levem a pensar que em Alagoas, a maior parte dos postos militares tenha se concentrado no vale do Paraíba e na lagoa Manguaba.

Outra forma, de domínio colonial de território aparece ao lado das solicitações dos postos militares. São as cartas de doações de sesmaria. Importante instrumento de ocupação dos novos espaços conquistados. A distribuição e posse das novas terras é um dos elementos estruturantes da conquista colonial. Embora, acreditando que uma abordagem exclusivamente "sesmarial" seja bastante problemática para o estudo da apropriação dos espaços. Sabe-se, por exemplo, que a existência da carta de sesmaria não garante que as terras concedidas tenham sido efetiva e integralmente ocupadas pelo concessionário. No caso alagoano, que ainda precisa ser melhor analisado, desconfio, com base em que que muitas dessas concessões, os seus proprietários não tiveram recursos financeiros para organizar as suas unidades produtivas, e nem tão pouco garantir que ela se torna-se patrimônio da família. Dessa forma, somos obrigados a

[93] Acredito que tal problemática será melhor explorada na dissertação de mestrado (em andamento) do historiador Dimas Marques.

relativizar o papel das concessões de sesmarias como indicadores do estabelecimento luso-brasileiro em terras sertanejas.

Nesse sentido, buscando de forma mais sistemática observar o papel entre a conquista territorial e a colonização, é possível iniciar a reconstituição da instalação luso-brasileira no sertão alagoano a partir do retrato cronológico e geográfico da distribuição de sesmaria. Não sabemos informar em que medida esses movimentos foram precedidos por expedições de conquista. Sabemos que no vale do Paraíba houve um movimento inicial de conquista. Caminho que permitiu o trânsito de armas, homens livres e escravos, mercadorias e gado, permitindo assim que houvesse o assentamento dos novos ocupadores. Já para o Vale do Mundaú não dispomos dessa informação, mesmo com o indicativo da criação de um posto militar pelos idos dos anos 1720 na região, possivelmente esse posto estava situada às margens da lagoa Mundaú, onde hoje fica situada a capital do Estado de Alagoas. Maceió, logo um pouco distante das terras que margeavam o rio Mundaú.

Salientamos que a carta de concessão de sesmaria constitui um ato legal de legitimação da posse condicionada das terras. Em alguns casos, contudo, esse documento nunca é emitido. A posse da terra se baseia. O processo era informado pelo Procurador da Fazenda real, pela câmara da vila em cujo termo estavam as terras e pelo procurador da Coroa. Finalizada a tramitação da petição, a carta de sesmaria era assinada pelo governador da capitania. Tais concessões incluíam as seguintes exigências: pagamento do foro e do dízimo sobre a produção; aproveitamento; com prazo determinado, das terras concedidas; registro de carta de sesmaria; confirmação da concessão pelo rei; e medição e demarcação das terras. Segundo Lígia Osório Silva, tanto o ritual processual, quanto as exigências legais frequentemente não eram respeitados, e quando cumprido era feito apenas em parte.[94]

Tendo em vista essas circunstancias, em Alagoas encontramos algumas cartas de concessão de sesmaria que conseguiram passar por parte desse processo anunciado acima. O cumprimento das exigências legais e dos procedimentos processuais para a concessão não é, nesse contexto, tão importante quanto saber que, e por que, determinada área foi objeto de concessão num certo período, e em que medida a análise

[94] Para entender o processo de legitimação de sesmaria, consultar SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850**. 2ª Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

desse movimento pode nos ajudar a entender a formação territorial do interior da Província das Alagoas. Como não dispomos de um estudo sistematizado sobre as sesmarias alagoanas, acreditamos que se uma determinada porção do espaço do interior alagoano foi concedida como sesmaria a um peticionário, isso indica que a região já havia sido explorada e conquistada, para permite que fosse implantada uma unidade de ocupação, claro que isso se aplica em tese ao vale do Paraíba, por que em termos práticos no vale do mundaú a concessão de sesmaria funcionará como frente pioneira na formação territorial, sem anteceder muitas vezes de outras formas de conquista.

Em Alagoas, encontramos um conjunto de 40 sesmarias concedidas entre 1678 a 1828, sendo que dessas concessões 16 eram em áreas que, de acordo com a delimitação espacial desta pesquisa, estavam situadas no interior de Alagoas, mais precisamente no vale do Mundaú e do Paraíba do Meio[95]. Essas concessões dispostas no quadro abaixo correspondem a duas coleções: os volumes manuscritos do códice 428 do Arquivo Nacional, que abrangem registros de datas e demarcações de sesmarias da Provedoria da Fazenda de Pernambuco entre 1678-1700; e as sinopses das concessões de sesmarias registradas nos livros existentes no Arquivo da Tesouraria da Fazenda de Pernambuco, que abrange documentos datados de 1540-1828, publicadas pelo Arquivo Nacional. Certamente essas coleções não contemplam todas as concessões emitidas para o interior de Alagoas, penso que devem ser visto como um conjunto de dados bastante representativo. Sendo assim, apresento no quadro abaixo, todas as cartas de doação de sesmaria, situadas nos vales do Paraíba e do Mundaú. Nossa intenção era mapear qual a região que foi objeto de mais concessões num certo período. Como se poderá vê, o vale do Mundaú a partir do século XVIII concentrar tais doações.

O primeiro aspecto a ser observado nesse quadro de concessões de sesmarias é que os dados descritivos sobre os limites das propriedades não permitiram que fosse feito uma plotagem, para que pudesse ser melhor visualizada a distribuição das concessões de sesmaria no Vale do Mundaú e Paraíba. O segundo aspectos está relacionado à periodicidade da concessão das sesmarias. Percebe-se que não houve um único período no qual se concentrou a concessão de tais títulos. Os termos de concessões foram autorizados em diferentes momentos, embora, tais concessões tenham se concentrado na primeira metade do século XVIII.

[95] Ver o número de concessões de sesmaria no interior de Alagoas no Quadro 1 em anexo.

Foram concedidas no total 16 sesmarias, sendo que 10 no vale do Mundaú e 6 no vale do Paraíba. Observa-se que no final do século XVII, as concessões se concentraram no vale do Paraíba, enquanto que nos primeiros e nos segundos decênios do século XVIII no vale do Mundaú. É importante ressalta que todas as concessões de sesmaria do segundo decênio do século XVIII estão relacionadas aos herdeiros ou protagonistas da guerra dos Palmares, como se pode ver em negrito no quadro, e todas estão situadas na próxima da Serra da Barriga, onde hoje estão estabelecidos os municípios de Muricy, Santana do Mundaú, União dos Palmares e Branquinha. O tamanho das terras concedidas não ultrapassava a dimensão de 6 léguas em quadra, sendo a menor concessão de ½ légua em quadra. A maior parte das concessões doação corresponde a 1 légua de doação, conforme a legislação colonial que versa sobre doação de sesmaria.

O quadro de concessões de sesmarias[96], nos mostra que, as primeiras e grandes propriedades, especialmente no vale do Mundaú, não se formaram a partir da concessão de sesmaria, mas sim, por meio de apossamento. Notadamente por familiares de potentados, que viram na guerra dos Palmares, a possibilidade de aumentarem o seu prestígio. Acreditamos que as grandes unidades produtivas do vale do Mundaú, organizaram suas atividades econômicas baseadas na criação bovina e no cultivo do algodão. Talvez essa organização tenha se dado pelo o diálogo entre este vale e a principal vila do agreste pernambucano, Garanhuns, grande produtora de Gado. O mesmo não pode ser dito do vale do Paraíba. O vale do Paraíba teve parte de seu território ocupado por unidades produtivas voltadas para economia agroexportadora, principalmente, a região próxima ao município do Pilar. No vale do Paraíba, as terras voltadas para a produção de gêneros de primeiras necessidades.

Se fosse feito um cálculo, a grosso modo, do impacto dessas concessões na organização fundiária dos vales do Mundaú e Paraíba, cuja área total era de aproximadamente 60 léguas[97], perceberíamos que os domínios coloniais não havia

[96] Quadro 1 em anexo

[97] Esse valor compreende a soma total da extensão territorial que do rio Mundaú e Paraíba perfaz. Se observarmos o percurso do rio Paraíba "que nasce no termo de Garanhuns atravessa as Alagoas de oeste para leste, passa por entre a serra dos Dois Irmãos, e banha pela margem esquerda a povoação de Santo Amaro, e pela direita a da Capela, e depois de um curso de **30 léguas divide-se em dois braços, que vão desaguar na lagoa Manguaba"**. Já o rio Mundaú faz um percurso que atravessa a Alagoas também de oeste para leste, "banha pela margem esquerda a vila da Imperatriz, a povoação do Murici, e pela direita a da Cabeça de Porco, o lugar Pau Amarelo, separa a comarca de Maceió da antiga comarca de Alagoas, e

alcançado todo o território. Se sobrepormos o total de terras doadas no espaço que corresponde aos dois vales, veremos que tais concessões compreenderia cerca de 70% das terras dos vales do Mundaú e Paraíba. Isso considerando que todas as sesmarias concedidas conseguiram se estruturar em quanto unidade produtiva, caso contrario, esse número pode ser bem maior. Em fim, os dados demonstram que as condições materiais responsáveis pela consolidação da Zona da Mata no século XIX, enquanto, importante centro produtivo não está atrelado, exclusivamente aos resultados proporcionados pela economia açucareira, mas ao processo de devassamento da região por sujeitos não agroexportadores. O crescimento da população livre na região só fez aumentar a partir da primeira metade do século XVIII. Segundo Palacios, esse período representa para a história do campesinato no nordeste brasileiro, um momento no qual se conjugaram diversas condições para a consolidação e expansão de uma agricultura não escravista de base familiar[98].

Palmares foi a grande barreira á colonização do interior da Capitania de Pernambuco. Logo, percebo que ela foi fundamental para que a região tivesse outro tipo de ocupação. Para Silvia Hunold Lara, Palmares deve ser levado em consideração como uma verdadeira tentativa de manutenção da liberdade diante da sociedade escravista. Após, a sua destruição oficial, o medo colonial em relação a possíveis. A difícil situação financeira dos senhores de engenho e a resistência dos antigos moradores dos Quilombos dos Palmares na região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, garantia a consolidação de uma nova fronteira agrícola no centro da Província. Os poucos recursos dos senhores de engenho prejudicava a mobilidade da fronteira canavieira. Já a concentração demográfica do interior da região, não encontrava quase problema, sobretudo, a partir do final do século XVIII, quando ela ajudará a consolidar a produção de algodão e gêneros alimentícios nos vales do Paraíba e do Mundo, mesmo sendo o espaço proibido, por conta das "matas reais".

Dessa forma, essas experiências apontam para a existência de uma complexa rede de interesses econômicos que ajudou no desenvolvimento de uma economia de gêneros de primeira necessidade no interior das Alagoas. Assim, o que inicialmente começou como um grupo de negros fugitivos dos engenhos de Olinda, Recife e Cabo de

---

depois de um curso de, pouco mais ou menos, **30 léguas desemboca na Lagoa do Norte entre a povoação das Pedreiras á esquerda, e a vila de Santa Luzia do Norte".** BOMFIM, op. cit p. 46

[98] PALACIOS, op. cit p. 113.

Santo Agostinho no século XVII, e no século XVIII contava com outros setores da população livre para organizar as suas unidades produtivas, no final do século XIX, será uma prática econômica e social responsável por influenciar uma complexa organização fundiária, que tem como objetivo não apenas sobreviver, mas também prosperar e se fazer presente nas relações comerciais e culturais dos Municípios de Atalaia, Viçosa, União dos Palmares e Pilar.

Por isso, defendemos a ideia de que a ocupação do interior alagoano se materializou a partir de quatro frentes: *estradas ou caminhos, vilas, sesmaria e práticas de posseiros,* ou seja, a ocupação se deu de forma multidirecional e em diferentes tempos, seguindo os diferentes interesses dos diversos grupos que organizavam tal ação. Assim, podemos concluir que parte do vale do Paraíba foi pelos caminhos que levavam as tropas até palmar, sendo organizado como vila consequentemente, e que o vale do Mundaú foi ocupado em grande parte pelos posseiros herdeiros das práticas quilombolas e a partir de 1720 começará a ser repartido em varias sesmarias como prêmio pelos serviços prestados.

Mapa 07- Panorama das Fronteiras de colonização em Alagoas no século XVII

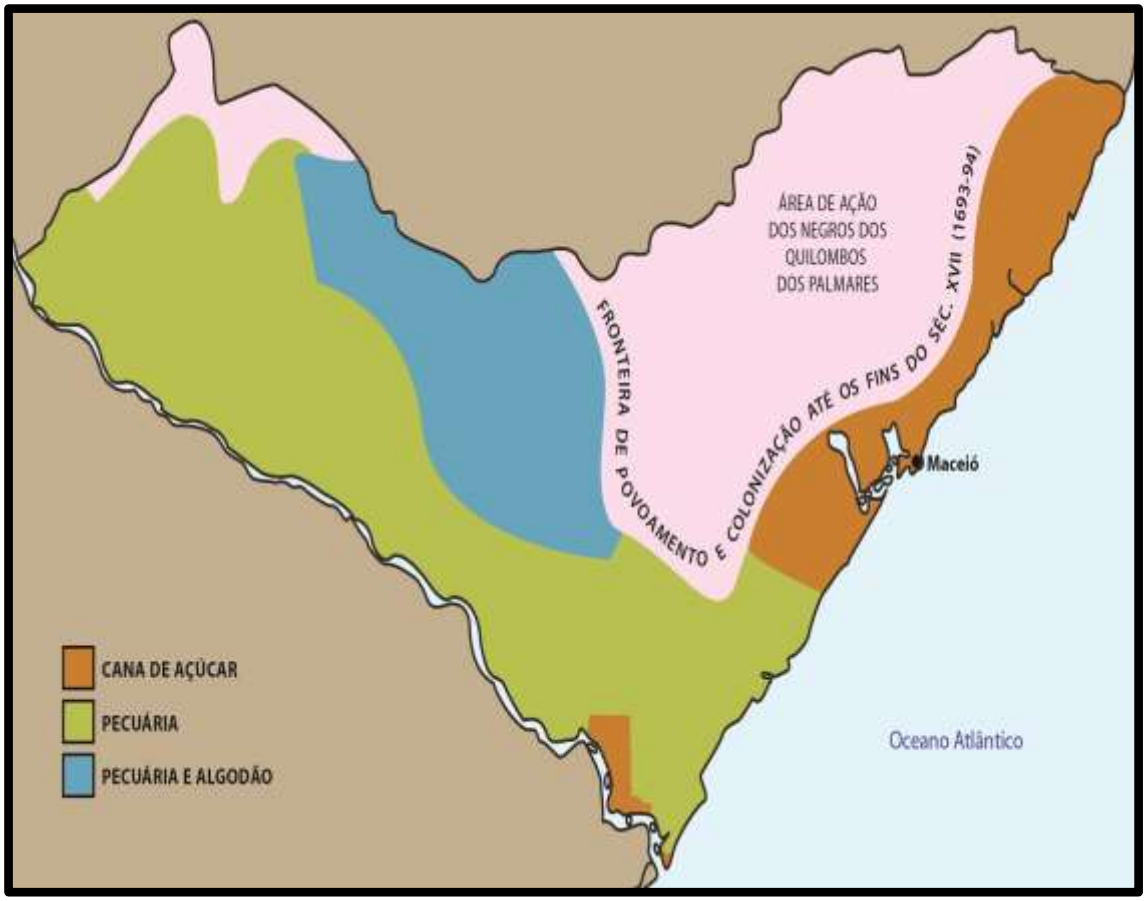


Ilustração do mapa de Alagoas que mostra a fronteira de povoamento e colonização até os fins do século XVII(1693-194). Fonte: LIMA, Ivan Fernandes. Geografia. São Paulo: EB, 1965. Adaptação: Renata Cadena .

Na primeira metade do século XVIII, a economia agroexportadora vivia mais uma de suas crises e a produção de gêneros de primeiras necessidades, pela primeira vez ganhar uma sobrevivida. O crescimento demográfico do nordeste impulsionava de forma positiva o ativamento, por exemplo, da produção da mandioca e a dinamização de outros setores produtivos. Para Guillermo Palacios, esse seria um dos elementos que contribuíram para a consolidação da agricultura camponesa no nordeste oriental, entre outros fatores, estariam: a dinamização da demanda do tabaco e a criação de uma rede específica de comercialização dos produtos desta agricultura, integrada em boa medida por pequenos intermediários; a disponibilidade de terras férteis e próximas dos portos; existência de consideráveis excedentes de população constituídos pelas camadas marginais do escravismo.

Durante todo o século XVIII a região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, serão sempre lembradas pelos cronistas coloniais enquanto espaços produtores de gêneros de primeira necessidade. os vales do Mundaú e do Paraíba concentrará inúmeros posseiros, cujas práticas agrícolas voltadas para a produção de alimentos será sua grande marca. A região atraiu muita gente, principalmente, homens e mulheres pobres das vilas açucareiras, negros fugidos e outros tantos mestiços. Não sabemos precisar o quantitativo desses sujeitos nos vales no século XVIII[99]. Mas, afirmar que sua presença se faz de forma qualitativa, marcada pelos relatos sobre suas ações e práticas agrícolas. Um interessante aspecto desse tipo de fonte é justamente o registro da organização econômica camponesa, ao sugerir indicações sobre seus "roçados" nos rincões dos sertões brasileiros, mostrando que os grupos se dedicavam á agricultura.

O autor Guillermo Palacios defende que a formação de um mercado dinâmico para os produtos tradicionais dos agricultores, como a mandioca, a "introdução e a difusão de uma droga colonial, muito mercantil, ao alcance das técnicas e das estruturas produtivas dos pobres livres, como o tabaco" foram os elementos que estimularam o processo de "reprodução originária da agricultura camponesa na região":

> Impulsionados por esses estímulos durante a primeira metade do século XVIII, ondas sucessivas de homens e mulheres pobres e livres converteram-se em agricultores de tabaco e alimentos, adotando formas camponesas de organização social e econômica e dando lugar a um amplo movimento de campesinização regional[100].

Para o autor, foi o mercado o elemento responsável pela consolidação de uma prática camponesa no interior do nordeste brasileiro. Mercado que era delimitado pelas fronteiras do Império, pela estrutura dos fluxos socioeconômicos do Mundo Atlântico. Talvez tenha sido este aspecto, acredita o historiador mexicano, o motivo pelo qual o campesinato não sobreviveu depois da segunda metade do século XVIII. Sua tese de que, com a difusão indiscriminada, indiferente e vertiginosa dos plantios de algodão em praticamente todo o território da Capitania de Pernambuco, contribuiu para uma grande expropriação dos pequenos posseiros da região oriental do nordeste brasileiro, logo para o desaparecimento dos camponeses no nordeste brasileiro. Devo lembrar que, tais questões precisam ser problematizadas de forma mais atenta, uma vez que, no final do

[99] Em 1782 Alagoa do Norte possuía 5.223, quanto que Vila das Alagoas 5.016 e Atalaia 3.010. Já em 17 88: Alagoa do Norte (aparece como Santa Luzia do Norte) com 5.605, enquanto que a Vila das Alagoas 4. 864 e 3.243. Desses números, não sabemos indicar quantas pessoas viviam as margens dos rios Mundaú e Paraíba. SILVA, op. cit 67-68

[100] Idem

século XIX esses sujeitos representavam mais da metade da população dos municípios de Atalaia, Imperatriz, Pilar e Assemblea.

Na verdade, a região vinha concentrando historicamente todas as condições propícias para abrigar os vários grupos sociais de despossuídos que migraram intensamente para lá entre o final do século XVIII e o final do XIX, sobretudo, pela grande quantidade de terra "disponível" e por conta da pouca intervenção dos domínios coloniais. Nos diferentes registros, se percebe essa presença, por exemplo, na fala do Ouvidor da Comarca das Alagoas José Mendonça de Mattos Moreira[101], ao escrever um novo relatório intitulado *A Relação das Matas*[102] dirigido ao Governador da Capitania de Pernambuco, Dom Thomaz José de Mello, no final do século XVIII. Os sujeitos aparecem na ação, ou seja, são *os roçados* que estavam destruindo as "matas de madeiras preciosas". Segundo Mattos Moreira,

> Eu pessoalmente tenho visto (de que dei parte a V. Exia.) lugares no interior das matas, em que destruirão com roçados, e fogos muitos mil páos de construção para Naós da última grandeza e destes há muitos exemplos por toda a extenção das matas.

Essa presença era tão marcante para Guilhermo Palacios, que serão adotadas medidas mais severas de expropriação, no final do século XVIII, sob o discurso de preservação ambiental para afastar de vez essa população da região. Segundo o autor, Palácios, o discurso referente à preservação das matas, nada mais era do que uma estratégia para impedir que os diferentes grupos sociais se apropriassem do espaço. E foi para isso, que as principais câmaras da Comarca se mobilizaram a fazer por quase trinta anos.

Tanto as Câmaras Municipais, os governadores gerais quanto, posteriormente, as Assembleias Provinciais, cuidaram de elaborar projetos e ações de proteção a este "patrimônio", para que fosse evitado o uso indevido e a ocupação desmedida de tais

[101] O cargo de Ouvidor passou a existir na Capitania de Pernambuco quando Alagoas passou à categoria de comarca, em sua jurisprudência, no inicio do século XVIII, por volta de 1709. Sendo o primeiro ouvidor José da Cunha Soares, nomeado em 9 de fevereiro de 1711. BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3 ed. rev. Arapiraca: EDUNEAL, 2004.

[102] Escrito pelo Ouvidor José Mendonça de Mattos Moreira, o documento traça um longo panorama político, econômico, social e jurídico das Matas de Alagoas. O documento solicitava medidas urgentes por parte da Coroa, para que impedisse a destruição das matas pelas plantações de roçados de indigentes que se instalavam. Discurso completo pode ser consultado em MOREIRA, José Mendonça de Mattos. Relação das Mattas das Alagoas, que tem princípio no Lago do Pescoço, e de todas as que ficão ao Norte destas até o Rio da Ipojuca distante dez léguas de Pernambuco. 1809 In: Apud **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, tomo XXII, Rio de Janeiro, 1859.

matas. Mas não teve jeito. A região foi moldada a revelia da legislação proibitiva[103] que institui as "matas reais"[104] e impediu a abertura de novos caminhos nas áreas não povoadas da capitania. Foram as brechas no sistema da administração colonial, as politicas mal concebidas e inconsistentes da Coroa em relação á colônia[105] que contribuem para que alguns dos instrumentos normativos impostos pela Metrópole se tornassem frágeis. No caso alagoano, a Conservadoria das Matas, instituição criada para vistoriar esses possíveis crimes e/ou irregularidades, não teve um funcionamento adequado, por uma série de motivos, entre eles a falta de recursos que pudesse manter a repartição funcionando.

O debate sobre a presença camponesa nas "matas reais", antigo sertões, também será recorrente nos discursos sobre ordem pública, justiça, propriedade e agricultura durante todo o século XIX. O grande número de pessoas nos vales, sempre deixava os administradores provinciais de sobreaviso de que a qualquer momento a paz poderia ser ameaçada por eles.

Quando em 1832, os pequenos camponeses se organizam contra a política imperial, o aparato policial e a sociedade estavam mais estruturados para enfrentar esse conflito, do que no final do século XVII contra Palmares. Ao estudar o espaço onde se desenvolveu a Guerra dos Cabanos, o historiador Dirceu Lindoso, em *Utopia Armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real* analisa minuciosamente o ambiente em que os cabanos viviam. O cenário descrito pelo historiador é elaborado a partir dos relatos dos viajantes, relatórios militares e cartas dos missionários religiosos que

[103] No ano de 1788, o Governador de Pernambuco, Dom Thomaz José de Mello, recebeu instruções do Secretário da Marinha e Ultramar, para que fosse iniciada uma cuidadosa investigação sobre a situação dos bosques da Capitania Geral de Pernambuco. As medidas serviram para que houvesse um controle nos cortes de madeira nas matas da região. Pouco tempo depois, em 1795, é publicado um alvará real, tratando das medições e demarcações das sesmarias. Neste documento, estabeleceu-se que, nos distritos próximos ao mar, as matas existentes na região estariam reservadas para uso da Coroa "pela sua qualidade, abundancia e uma melhor comodidade", essa decisão dava-se para que proibindo, no futuro, essas matas fossem dadas em sesmarias. No caso das matas existentes nas sesmarias já concedidas, ficavam os sesmeiros proibidos de cortar, sem licença dos governadores, as "madeiras grossas e de lei". PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: UNB, 2004, p.312.

[104] Ver conceito de *matas reais* em Andrade, op. cit p. 60 Vale ressaltar que a extensão de 60 léguas foi a dimensão territorial quando da doação da sesmaria de Pernambuco á Duarte Coelho, em 1530. Pensar 60 léguas, por tanto, é entender que toda a Capitania pernambucana estava cercada por estas matas. Entretanto as matas que possuíam as arvores que davam as melhores madeiras se encontravam ao seu sul (comarca de Alagoas), e uma pequena porção nos espaços da Paraíba. PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba. **De ouvidor-geral a conservador das Matas**: Estratégias políticas e econômicas de José Mendonça de Matos Moreira (Comarca das Alagoas, 1779-1798). In: CAETANO, op. cit. 196.

[105] CARNEIRO, Patrício A. S. e MATOS, Ralfo E. S. **Geografia Histórica da Ocupação da Zona da Mata** Mineira: Acerca do mito das "Áreas Proibidas".

percorreram a região em algum momento do século XIX. Percebe-se que o extrativismo, será mais uma faceta da organização econômica dos camponeses alagoanos. Segundo Dirceu Lindoso, a dieta alimentar dos homens e mulheres das antigas matas do antigo Palmar em períodos de escassez era, por exemplo, às frutas como o caroá, o catolé, o uricuri, a juçara, a amaraiá, a pindoba, o tucum, as jabuticabas, os ananases, as leitosas maçarandubas, os oitis-corós, os ingás de beira-rio, os araçás, as goiabas/brancas ou vermelhas e coradas, os bacuparis, as jeriquitiás, o murici, a sapucaia, os cajus de cores e sabores diversos, os gravatás, as mangabas tenras e pintadas, e quando esse período de perseguição cessava, eles se dedicavam a seus roçados.

Nos anos de 1830, tanto o vale o Mundaú quanto o Vale do Paraíba do Meio viverá um processo de grande transformação. Nesse período serão criadas as primeiras vilas mais dos dois vales, a vila de Imperatriz (Mundaú) e a vila de Assemblea (Paraíba do Meio). A freguesia da vila de Imperatriz sob invocação de Santa Maria Madalena será fundada em 1831. A povoação do Murici sob a invocação de Nossa Senhora da Graça. A vila da Assemblea sob a invocação do Senhor Bom Jesus do Bom-fim também será criada no mesmo decreto de lei que estabelece a criação da vila de Imperatriz. Já as demais A povoação como Quebrangulo sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Pobres, Pilar sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar e Chã Preta serão fundadas após 1850[106].

E será este movimento de expansão das fronteiras agrícolas, aliada ao crescimento demográfico da população de Alagoas, entre os anos de 1796 e 1830, que iria imprimir ao espaço uma configuração inesperada para aqueles que acreditavam que toda a Zona da Mata era coberta pelos canaviais. A Zona da das Alagoas representava um espaço de fronteiras abertas para a incorporação de novos produtos agrícolas, como o algodão, incentivado neste período, principalmente, pelo mercado internacional, sobretudo por ocasião da Guerra de Independência das Trezes Colônias inglesas da

[106] Segundo José Monteiro "o pequeno povoado de Imperatriz antes chamado CERCA REAL DOS MACACOS, foi elevado à categoria de vila e recebeu o nome de VILA NOVA DA IMPERATRIZ, homenagem feita a IMPERATRIZ LEOPOLDINA. Por conta de seu crescimento, a vila foi desmembrada do município de ATALAIA, no dia 13 DE OUTUBRO DE 1831, através do decreto do Governo Geral e elevada à categoria de cidade pela lei 1.113, de 20 de agosto de 1889. Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Nova da Imperatriz, pelo decreto de 13 de Outubro de 1831, desmembrado do município de Atalaia. Distrito criado com a denominação de Vila Nova da Imperatriz, por resolução provincial nº 8, de 10 de abril de 1835. Pela lei provincial nº 737, de 07 de julho de 1876, a vila de Vila Nova da Imperatriz é extinta, sendo seu território anexado ao município de Atalaia, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de vila com a mesma denominação anterior, pela lei provincial nº 956, de 13 de julho de 1885". www.acordauniao.blogspot.com. Acessado em 12/02/2009.

América do Norte, quando a Inglaterra passou a necessitar da fibra para suas fábricas de tecidos; ou mesmo para os chamados "sítios" dos homens livres pobres, com plantações de lavouras de mandioca, milho e feijão.

Segundo os cronistas da época, nos anos de 1832 e 1833, a Zona da Mata foi teatro de prolongada guerra. A luta originou-se na Província de Pernambuco e alastrou-se por Alagoas. Teve a feição de movimento civil com o fim ostensivo de restituir a coroa a D. Pedro I e é geralmente conhecida na história como a Guerra dos Cabanos. A região é ainda notável por ter sido teatro de numerosas escaramuças sangrentas durante a Guerra dos Holandeses e também por se ter nela localização a República dos Palmares.

Os principais artigos de exportação a província de Alagoas são: açúcar, algodão, couros, pau-brasil e pau-rosa. O açúcar vem do interior acondicionado em grandes caixas que são transportadas em rústicos carros de bois tirados por três ou quatro juntas. O algodão vem em fardos de, aproximadamente, oitenta quilos cada um. Um cavalo pode carregar dois desses fardos, acomodados sobre uma cangalha. Os muares, como animais de carga, ainda não foram introduzidos nesta zona, conquanto se considere que seriam mais úteis que os cavalos. Ultimamente a grande maioria da produção da província tem sido exportada através da Bahia ou de Pernambuco. Antigamente os navios estrangeiros visitaram a província com mais frequência e grande número de filhos de outras terras residiam na cidade.

O discurso do presidente da Província, Sr. Manuel Felizardo de Sousa e Melo, pronunciado durante a sessão da assembleia Legislativa de 1842, contem diversas passagens contristadoras com relação ao estado das populações do interior. Ao falar que *Ninguém se sentia seguro, principalmente nos sertões*. A fim de explicar tamanha inquietação o presidente da província afirma que "Nas diferentes regiões da província que tivemos ocasião de percorrer, entramos inúmeras vezes em casas de fazenda cercadas de árvores frutíferas e que, no entanto, nada mais eram que antros cobertos de palha. Os moradores dessas miseráveis palhoças passavam o dia de cócoras, á porta, com uma faca e um bacamarte ao lado, dos quais raramente se serviam a não ser para caçar ou para fazer cousa ainda pior.

O presidente da província de Alagoas Antonio Joaquim de Moura, presidente da província de Alagoas, caracterizava na primeira metade do século XIX a vila de Imperatriz como: *Central, pequena, pobre e de pouco ou nenhum commercio*. Segundo os historiadores locais Imperatriz surgiu a partir do desmembramento do município de Atalaia em 1831, desta forma entender o processo histórico de formação de tal cidade tornar-se fundamental. Atalaia tem sua origem histórica ligada a destruição do Quilombo dos Palmares, o próprio nome Atalaia, "tocaia", esclarece suas origens. Era no "Arraial do Palmares", ou seja, Atalaia onde as tropas comandadas por Domingos Jorge Velho se alojaram para atacar o quilombo em fins do século XVII. Como pode ser observado União dos Palmares tem sua origem diretamente ligada a negação do Quilombo dos Palmares, simbolizada por Atalaia (tocaia). Quando Domingos de Pino no começo do século XVIII constrói a Capela de Santa Maria Madalena, que será o primeiro nome do povoado, não está dando continuidade a cultura quilombola, no entanto, está confirmando a ruptura com o Quilombo dos Palmares.

No principio a afirmação como vila foi permeado de muito sobressaltos, sobretudo por conta das, sendo em 1876 extinta e anexado novamente ao território de Atalaia, só elevada a categoria de vila em 1885. O retorno a Vila neste momento pode ser entendido pela inauguração da estrada de ferro em 1884, 88 km que ligaria na intenção de escoar o açúcar dos bangüês, segundo Manuel Diegues Júnior, a Vila da Nova Imperatriz a Maceió. Para os pesquisadores palmarinos, é preciso considerar que o processo de povoamento realizado pós Cerca Real dos Macacos, é preciso compreender, "a sociedade palmarina foi construída em cima da negação da cultura quilombola". Afirmações do tipo, "O Município de União dos Palmares teve origem em um povoado chamado Macacos, no século XVIII, à margem esquerda do Rio Mundaú" ou num "pequeno povoado de Santa Maria, antes chamado Cerca Real dos Macacos", não corresponde à verdade histórica. Segundo Décio Freitas, ao ser destruído, do Quilombo dos Palmares, restou apenas alguns quilombolas vagando numa existência miserável, já por outro lado, a ocupação de Domingos de Pino, na primeira metade do século XVIII, parece nos confirmar a negação das raízes quilombolas na formação histórica Palmarina.

1.3-O sertão vai virá mata: o debate sobre a expansão das fronteiras agroexportadoras e a reação dos camponeses.

A partir de 1870 os vales do Mundaú e Paraíba do Meio, assumem, um novo significado como assegurou o articulista do Jornal das Alagoas, quando destacou o papel da linha férrea de Imperatriz (União dos Palmares), cujo percurso contribuía na comunicação dos dois vales:

> **Percorrendo uma zona de terrenos ferticissimos e de produção variada e abundante, com uma população superior a cento de setenta mil habitantes, dedicada em grande parte aos trabalhos da lavoura**, a linha férrea da Imperatriz, **que se destina a servir de principal comunicação entre os centros produtores e os de exportação**, preenche todas as condições e requisitos estabelecidos do decreto n. 2450; ao contrario da via férrea do norte, **que terá de atravessar o litoral e parte de uma zona que sempre dispoz de todas as facilidades e meios de comunicação e transporte para os seus produtos**, até entroncar com a estrada do Recife ao S. Francisco, com detrimento dos interesses commerciaes do engrandecimento desta província, cuja vitalidade e riqueza serão em breve absorvidas pela de Pernambuco (Grifo nosso)[107].

O debate acerca da construção da Estrada de Ferro realizado quase que diariamente na imprensa alagoana por um período de 10 anos, traz para nós, não só, as "articulações" dos empresários do ramo ferroviário na disputa pela execução do projeto em Alagoas[108], mas o papel econômico e social desempenhado pela região de Imperatriz (atual União dos Palmares) na Província das Alagoas.

Ao demonstrar preferência pela região de União dos Palmares (antiga vila de Imperatriz), os homens mais influentes da província deixavam claro que dinamizar a economia da província e espantar a crise do setor agroindustrial era o que eles mais almejavam. Depender de um único entreposto (o ancorador do Pilar e do Trapiche da Barra/Maceió) como canal de comunicação entre o interior e a capital trazia grandes transtornos, para os que viviam em Imperatriz e os que dependiam de sua produção.

---

[107] IHGAL. Jornal das Alagoas. **As vias férreas da Província. Parte V**. Maceió, 27 de novembro de 1873.

[108] Sobre os grupos que disputavam o mercado do transporte ferroviário em Alagoas, observando as articulações políticas que cada grupo estabelecia com deputados e senadores da província consultar a tese de doutorado "Capitalismo & Ferrovias no Brasil". TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo & Ferrovias no Brasil**. 2ª edição. Curitiba: HD Livros. 1996. pp.107-117.

Segundo o periódico de 14 de Maio 1878, afirmam que Imperatriz merecia ser contemplada com a linha férrea "pela posição topográfica, é de todos os pontos da província, aquele que melhores condições reúnem para ser a Estação Central da Província".

A região dos vales simbolizavam *uma zona de terrenos ferticissimos e de produção variada e abundante, com uma população superior a cento de setenta mil habitantes, dedicada em grande parte aos trabalhos da lavoura*[109]ou seja, um novo horizonte agrário para quem estava impossibilitado de adquirir novos empréstimos bancários e buscava a todo custo deslocar suas fronteiras agrícolas a partir de outras (considero essa intenção esteja ligada a produção de algodão e gado). Ao mesmo tempo, se desejava interligar a capital da Província à *outra fronteira* formada por quem possuía pequenas e médias unidades produtivas responsáveis pela produção de farinha, feijão, milho e animais para consumo (pato, galinha, vaca e boi) e não viviam em função do mercado sazonal da cana de açúcar. A linha de ferro de Imperatriz ampliaria a rede política e comercial de senhores que não queriam perder espaço, para os sujeitos situados numa fronteira "bem mais prospera".

O discurso anunciava assim, pelo menos duas faces do seu universo rural, que os pesquisadores não conheciam: uma área ocupada pela agricultura familiar (situada não na franja, mas no centro da economia agroexportadora, haja vista que de Maceió á Imperatriz-atual União dos Palmares, tinha-se apenas 80 km de linha férrea) e presença de pequenas propriedades destinadas ao cultivo de alimentos e criação de gado (que não ocupavam propriedades senhoriais, esses por sua vez, não poderiam ser chamados de moradores de engenhos, por que desde o século XVII formavam uma nova fronteira agrícola em Alagoas).

Além do dinamismo econômico, que marcou a região, ela era densamente povoada e possuía muitos espaços comerciais (Pilar, Murici, Mundaú do Meirim, União dos Palmares, Lage do Canhoto) que podiam se beneficiar com essa empreitada, diferente da *via férrea do norte*, que cortaria um espaço pouco povoado, que só possuía como centro econômico Passo do Camaragibe e Porto Calvo, e já tinha sido atendida pelo sistema de transporte *face á sua proximidade do litoral e á navegabilidade dos rios Camaragibe e Manguaba, que banham as vilas e povoações mais importantes, e por que faz todo o seu comércio com Pernambuco*[110].

[109] Idem
[110] TENÓRIO, Op. Cit. p.110.

Essa característica da região central da Província iria transforma-la em palco de diferentes práticas sociais e agrícolas. O vale do Paraíba do Meio e do Mundaú, representaria "o eldorado" para a sociedade alagoana do século XIX. Percebemos que durante os anos de 1850-1910 houve "uma ininterrupta marcha para Oeste" em Alagoas por problemas sociais e climáticos, como por exemplo, a seca de 1877, onde retirantes cearenses e pernambucanos se transformarão em preocupação aos proprietários do Pilar e União dos Palmares.

A década de 1870 ser considerada o momento de "consolidação da diversificação da economia na Província", ou melhor, do momento em que os setores agroindustrial (cana e algodão) e agropecuário buscavam expandir suas fronteiras agrícolas. Esse fenômeno representa na histórica econômica brasileira, o que Warren Dean chama de *apogeu da orientação para a exportação*, no qual o governo e o setor privado deslocaram recursos para a produção com vistas ao comércio externo, provocando, entre a década de 1870 e a de 1920, um aumento per capita das exportações de 1,31 para 2,83 libras, um ganho de cerca de 1,6 por cento ao ano[111]. Penso que nesse período, os pequenos produtores rurais, principalmente, os ligado à produção do algodão puderem ver seus sítios integrarem o comercio local.

Em Alagoas, dois movimentos políticos foram articulados em torno dessa política econômica, e não sabemos até que ponto eles dialogavam, para se efetivar. Embora, seja importante ressaltar que, os dois movimentos contaram com o apoio do capital Britânico. No âmbito da política imperial, o movimento partiu do representante da Província, o senador, e, posteriormente Ministro da Agricultura Visconde de Sinimbu, apesar de insistir em seus discursos da necessidade de recursos para a construção da linha férrea de Imperatriz, inclusive, chegando a ser procurador do empresário britânico o senhor Hugh Wilson ligado á Companhia Baiana, preocupava-se com o setor "canavieiro" do qual sua família em São Miguel dos Campos vivia. Sinimbu buscava fortalecer a Praça Comercial da Província das Alagoas (Maceió). Para Sinimbu essa empreitada *concorre para o desenvolvimento de sua indústria agrícola (açúcar) e também para, o que nós filhos da terra de há muito ambicionamos, o*

[111] DEAN, WARREN. A Economia Brasileira, 1870-1930. BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. Volume V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 1ºed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 659-705.

desenvolvimento do seu comércio transatlântico, emancipando a província das Alagoas da tutela dos mercados vizinhos[112].

O sonho dourado dos senhores de engenhos alagoanos, principalmente, os que habitavam o Norte (família Mendonça) e o Sul (família Cansanção), era romper com o "mercado paralelo" dos produtos de importação que escapavam da Alfandega alagoana para as Praças de Pernambuco e Bahia e livrar-se dos atravessadores desses centros comerciais. Percebe-se que, para o ilustre senador "diversificar" é sinônimo de "dinamizar" um setor que em 1870 precisava *adotar práticas agricultáveis modernas, iguais aos ingleses, que trabalham com o arado, e quando possível libertar-se do trabalho escravo*. De acordo com Craveiro Costa biografo de Sinimbu, esse discurso na Província não possuía muita adesão:

> **Os senhores de engenhos dos arredores, seguidores submissos da rotina imemorial, mesmo os mais ricos e tidos como mais adiantados, olhavam desdenhosamente, aquelas novidades agrárias e ouviam com indiferença as prédicas agrícolas do estadista, convidando-os a uma nova orientação nos labores da agricultura**. Falava-lhes Sinimbu com entusiasmo, constantemente, do que vira e aprendera na Europa, donde acabava de chegar, e onde o homem sabia tirar os maiores proveitos de pequenos tratos de terra secularmente cultivados, graças aos métodos racionais do trabalho agrícola. Para os senhores de engenhos, que o ouviam, Sinimbu não passava de um retórico. Todas aquelas inovações, que ele fazia no seu engenho e aconselhava insistentemente aos seus amigos, eram fantasias de político em férias, destinadas a fracasso inevitável. Seguí-las seria pôr dinheiro fora. O lavrador não precisava de preparo técnico para semear e colher. O homem do povo, o trabalhador liberto, o filho do escravo, não precisavam de escolas. No dia em que toda essa gente soubesse ler e escrever a agricultura não subsistiria. Abolir o trabalho escravo era matar a lavoura. Ninguém lhe ouvia os conselhos com ânimo de praticá-los. A rotina continuou a movimentar a lavoura, como nos tempos coloniais (grifo nosso)[113].

Enquanto que, nos domínios paroquiais, o movimento político ficava por conta dos comerciantes de Maceió. "Diversificar a agricultura" representava os anseios desse grupo, preocupada com o desempenho do "algodão alagoano no exterior" após fim da guerra civil norte americana e com o "escoamento da produção dos gêneros

[112] APA. Jornal das Alagoas. **Carta do Conselheiro Sinimbu ao Visconde do Rio Brando**. In: Estradas de Ferro da Província das Alagoas. 13 de novembro de 1873. p 4.
[113] COSTA, João Craveiro. **O visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política.** Prefácio de Aurino Maciel. Volume: 79. 1ª Edição. 1937 p.191. Texto *fac. smile* disponível no site www.brasiliana.com.br. Acessado no dia 05/04/2013.

alimentícios do interior para a capital". Os comerciantes exigiam do Presidente de Província mais empenho nas ações administrativa no que se referia a infraestrutura (vias de acesso e controle alfandegário). Pelo menos, é esse o pleito registrado no livro de atas da recém-criada Associação Comercial de Maceió em novembro de 1869[114].

O ano de 1870 parece ser emblemático para o desenvolvimento da província. A Assembleia autoriza ao presidente a construção da estrada de ferro ligando Maceió a Vila da Imperatriz, atual União dos Palmares, a Ponte de Embarque, juntamente com o prédio do Consulado quase terminado, assim como o calçamento da cidade e a ponte sobre o Riacho Maceió ligaria definitivamente Jaraguá a Capital. José Bento da Cunha Figueiredo Junior atende e menciona o pedido da Associação em seu relatório publicado em 03 de maio de 1871, na sessão sobre o *Commercio*:

> A diretoria da Associação Comercial ministrou em 19 de novembro findo, os esclarecimentos que em observância ao aviso circular do ministério da agricultura, commercio e obras publicas, de 20 de outubro, exigi sobre o estado actual do commercio suas necessidades mais urgentes, numero de companhias anonymas, agencias e caixas filiaes, seu capital e realizado, tendo de reserva e amortização.
> **A falta de vias de comunicação que liguem entre si os centros produtores da província, e facilite a vinda de gêneros para o mercado desta capital continua a ser um tropeço para o desenvolvimento comercial.**
> Com a terminação da guerra contra o Paraguay, começava o commercio a florescer de novo, quando a luta franco-prussiana, ocasionando logo a baixa dos principaes gêneros de exportação d'esta província no mercado europeu, veio embaraçar a prosperidade nascente e reduzir o commercio a duras condições.
> **A construção de linhas férreas e estradas de rodagem, facilitando o transito e diminuindo as despesas com a conducção das mercadorias fará desaparecer em grande parte o mal da diminuição da renda publica e desanimo no commercio.**
> **Esta província é uma das que mais precisam da protecção do governo, não só pela falta de capitães como pela circunstancia de sua posição entre duas grandes praças – Bahia e Pernambuco, de cuja a tutela ainda não se pode libertar.**
> Existem na província duas sociedades anonymas – a companhia União Mercantil, com uma fabrica de tecidos e a Caixa Commercial, estabelecimento de crédito, com capital insuficiente para as necessidades do commercio e agricultura. Este inconveniente poderia remediar-se si algum dos estabelecimentos bancários do paiz se lembrasse de aqui fixar uma caixa filial.
> **As companhias de navegação costeira por vapor Bahiana e Pernambucana, continuam a prestar serviços relevantes ao**

[114] ACM. **Livro de Atas das Assembléias Gerais da Associação Comércial de Maceió**, período de 1866 a 1896, p 21.

> **commercio, cooperando para maior comodidade e rapidez das transações mercantis.** (...) (grifos nossos) [115].

De todo modo, percebemos que, a pressão exercida tanto pelos senhores de engenho, representados por Sinimbu, quanto os comerciantes da Associação Comercial de Maceió representando seus 100 associados, dos quais 46 deles negociantes de algodão[116], "agilizou" a construção da Ponte de Embarque, Ponte de Jaraguá (sobre o Rio Maceió), as linhas férreas até Imperatriz (União dos Palmares) e o Telégrafo que começou a funcionar em 1873. Na prática a fiscalização do Algodão como forma de sistematizar sua logística e adaptá-lo as exigências do mercado externo levou o setor açucareiro a mesma ação a partir de 1872, com a criação do convênio para fiscalização do Açúcar, criando inclusive uma forma de classificação do produto.

Os esforços para qualificar os produtos alagoanos frente ao mercado externo são diretrizes que representa para o historiador americano Warren uma continuidade com o passado brasileiro, onde desde a "Descoberta", no século XVI que as exportações foram o principal meio usado para extrair lucros. Daí, podemos entender o empenho do "estadista são miguelense" ao demonstrar total interesse pela Estrada de Ferro de Imperatriz e o interesse dos comerciantes do algodão. Por essa razão, deve-se ter cautela com a assertiva de que o "algodão é uma cultura mais democrática", por facilitar a plantação de gêneros alimentícios em seu entorno. Se pensarmos assim, estaremos corroboração com a ideia de que a produção de alimento em Alagoas, "é parte da lógica das unidades produtivas canavieiras e pecuaristas, principalmente como atividade de reprodução dos "moradores de engenhos/usinas/fazendas".

Essa perspectiva, não rompe com o "paradigma paulista", ao pensar a condição camponesa nas regiões de *Plantation,* apenas como um *brecha camponesa.* Apesar dessas limitações, a autora Beatriz Heredia ligada a essa perspectiva, sinaliza que a importância da cana-de-açúçar deve ser relativizada, principalmente, por que a presença dos engenhos (e, consequentemente, da cana) não constitui elemento suficiente para inferir a ausência de outro tipo de cultivo.

Vê-se na documentação que os pequenos produtores da região de União dos Palmares forneciam "algodão" aos grandes proprietários e atravessadores, para que esses pudessem honrar com os compromissos comerciais no exterior (os pequenos

[115] FALLAS – Relatório de José Bento da Cunha Figueiredo Jr.. 1871 p.21.
[116] RAMOS, Benedito. **Uma Associação de Algodoeiro**. Digitado. Enviado por e-mail pelo autor em 2012 para que fosse utilizado no presente trabalho. O autor deste texto é o coordenador de Ação Cultural da Associação Comercial de Maceió.

produtores faziam parte de uma cadeia comercial que visava abastecer o mercado exportador – tipo fornecedor de algodão – e ainda estavam envolvidos com a produção de alimentos), prova dessa participação é a constante reclamação dos membros efetivos da Associação Comercial de Maceió, quanto à qualidade dos *fardos de algodão* que chegavam ao *Trapiche Novo*. Segundo José Joaquim de Oliveira, presidente da Associação Comercial de Maceió *é incontestável a frequência dos abusos que havia no commercio do algodão.* Antes da atuação desta associação, a venda dos fardos de *algodão [...] contenha vicio de qualquer natureza, como misturas de matérias hitherogenias ou mesmo homogenias*[117]. Os membros da Associação comercial de Maceió reclamavam daqueles comerciantes que "recebiam" algodão de "fornecedores distantes" cujo algodão estava sujo de lama ou ramas e pedregulhos.

Com isso, percebemos que, diferente do que considera a historiografia alagoana, o Vale do Mundaú e do Paraíba do Meio, não era nem "encoberta por engenhos e nem por fazendas de algodão". Os vales formavam uma *outra fronteira* a ser conquistada pelo "progresso industrial capitalista do final do século XIX". Embora essa meta só tenha sido alcançada nos anos de 1950, quando os usineiros, conseguiram subir e descer os tabuleiros e alcançar as várzeas do Mundaú e Paraíba do Meio.

Era um espaço ocupado por pequenos produtores. E diferente do que acredita a literatura histórica e geográfica alagoana "os vales" não foram ocupados, por que o domínio exercido pelos grandes proprietários sobre essas parcelas fez que os demais cultivos, milho, mandioca e feijão fossem "empurrados" ou "forçados" a deslocar-se para os tabuleiros, terras deixadas livres pela cana. Para os historiadores, sem poder disputar espaço com a cana, a produção de gêneros alimentícios foi realizada nas áreas ainda não alcançadas ou consideradas inadequadas para esse produto. Considero que o deslocamento foi o oposto! Os camponeses não foram empurrados para o interior, eles fizeram desses vales o lugar ideal para o seu desenvolvimento desde o século XVI. Quem precisou mexer suas fronteiras e não pode, foram os grandes proprietários. Até 1890, era muito difícil para os grandes proprietários alcançarem os vales do Mundaú e Paraíba, pelo simples fato, a região é extremamente acidentada (hoje conhecida como região Serrana) e nem os produtores de açúcar, e nem os afortunados produtores de algodão possuíam cabedal para enfrentar tal desafio topográfico.

[117] ACM. **Livro de Atas das Assembleias Gerais da Associação Comercial de Maceió**, período de 1866 a 1896, p 34.

Por todas essas questões, é a partir de 1870 que a região cortada pelos rios Mundaú e Paraíba do Meio, se tornaria o centro das atenções de senhores de engenhos, empresários do setor de transporte, imprensa, mas, sobretudo, dos flagelados da seca do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Além disso, devemos ressaltar que esse foi um momento muito importante para a história do país, marcado pelas transformações que caracterizaram a desagregação da escravidão e inicio de um tempo de adaptação á nova ordem estabelecida nas relações sociais, culturais, e, especialmente, no mundo do trabalho.

Visto no debate anterior que em meados dos anos 1850 a Província de Alagoas, ainda possuía uma grande quantidade de terra "desocupada", principalmente na região dos vales. Para o presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior em 1870 a situação era muito diferente. Ao comentar sobre a situação da Agricultura na Província, ele disserta:

> Cortado de Rios, riachos e lagoas, o território alagoano é todo apropriado para a cultura, mas há quem avalie em três quartas partes o terreno inculto da província. À exceção do assurcar e do algodão, os produtos agrícolas quase que se limitam para o consumo.Tem visto abandonadas máquinas compradas por particulares, que desanimam em presença de certas dificuldades, receia despender o dinheiro público-talvez com pura perda. E mais: não basta introduzir essas maquinas, é ainda mister encontrar quem ensine os meios de aproveita-las, e quem possa concertar-las de prompto. **Convém antes de tudo que tratemos de ir removendo as causas geraes que empedem todas as indústrias: falta de braços de atividades e de conhecimentos profissionais, de capitais e de boas vias de comunição** (grifo nosso)[118].

Além de chamar atenção para a extensão da área ocupada pelos gêneros agrícolas, que no caso seria açúcar e algodão, o Presidente da Província, também apontava os seus maiores problemas. Comentaremos apenas dois deles. A falta de capital, tanto é queixa dos senhores de engenho/algodoeiros, quanto dos representantes da administração pública. O auxilio financeiro era essencial para o funcionamento das unidades produtivas, principalmente, para aqueles que em que o produto, oferecia grandes riscos. Os senhores de engenhos, fazendeiros e outros tantos proprietários queixam-se da pouca atenção que o poder imperial e provincial tem dado ao setor. Os agricultores argumentam que não se tinha nenhuma ação do poder provincial que visasse, por exemplo, uma linha de credito. Sem crédito, alertava um dos agricultores,

[118] Relatório dos Presidentes de Província das Alagoas. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Março de 1870. Cd: IHGAL

não teria safra, e sem safra , não existiria recursos para a Thesouraria da Província. Por isso que, a cada safra o valor destinado à tesouraria era uma surpresa. E essa que dependia quase que exclusivamente da exportação desses produtos.

Sabe-se que a balança comercial de Alagoas, começou a dar sinais de recuperação quando se inaugura a navegação direta e regular para a Europa. Antes dessa inauguração, a balança avultosos déficit. Por que todas as exportações internacionais eram encaminhadas pelo porto do Recife ou da Bahia. Essa dependência consumia os poucos recursos que iria sobrar para ela. Conforme Douglas Apprato, os nossos principais produtos de exportação eram: o açúcar, o algodão, a madeiras, carnes, cocos, farinha e óleo. Muitos eram enviados aos vários portos do império inglês como Cowerd, Falmouth, Liverpool, Gilbraltar e etc. Não dispomos de informações sobre quais tipos de relações comercias eram estabelecidas entre os comerciantes alagoanos e os ingleses. O aumento das exportações também provocou o crescimento das importações, nada que chegasse a ultrapassar os da exportação. Se importava basicamente artigos de luxo, para as poucas famílias bastadas e gêneros alimentícios como (farinha de trigo, vinhos, manteiga). Para exemplificar essas variáveis do setor agroexportador, trago uma amostra da flutuação do volume produzido, e como isso interferiu na arrecadação da Província:

Tal situação parece contrariar o prognóstico feito por Douglas Apprato, ao afirmar que houve nesse período um "incremento no comércio e um aumento das exportações". Ele argumenta que a abertura das vias de comunicação com a Inglaterra, ajudaria a aumentar o que a renda da tesouraria provincial. O que não aconteceu, por motivos óbvios. A produção agrícola da Província das Alagoas não se concentrava em área próximas ao litoral. A maioria das unidades produtivas de algodão e gado estavam situadas no centro da província, ou seja, no vale do Paraíba do Meio e do Mundaú. E a sua organização fazia parte de quase metade de sua população. Basta consultar o livro de Imposto Sobre Indústria e Profissões da Coletoria de União dos Palmares e Viçosa[119], para percebe o número de pessoas envolvidas nessas atividades. Numa relação de 45 registros de profissões e indústria, teremos 38 nomes ligados a essa atividade. Estava ligada a essa atividade Manoel dos Santos Correia, que pagou a importância de 13.500 de reis por sua máquina de descaroçar algodão no sitio Canhoto,

[119] Fórum Judiciário de Viçosa e União dos Palmares. Acerco pessoal.

assim como Jonoario Clemente de Faria que pagou a mesma importância, por sua máquina de descaroçar algodão no sítio Barro Branco. Para fazer com que esses produtos chegassem ao Porto de Jaraguá, por exemplo, precisa de um grande esforço coletivo, e um bom capital, por que não existiam estradas em boas condições para o interior da província, e nem esses sujeitos possuíam tantos recursos para bancar o escoamento da sua produção, como sugere a sua condição. Mas, isso não significa que a produção ficava encalhada.

Muitos produtores de algodão e Gado do Vale do Mundaú negociavam seus produtos via agreste de Pernambuco (Garanhuns), por que os custos eram menores. Quando não tinha condições para tal se associavam para organizar "uma empeleitada" e essa articular o envio dos produtos pelo Porto do Recife. È nesse ponto, que os dois temas: ao capital e vias de comunicação se entrecruzam. Em Alagoas para participar do comércio interno era necessário certo capital, que não necessariamente financeiro. O capital cultura, nesses casos também era fundamento, principalmente numa província onde não se tinha "estradas oficiais" em pleno funcionamento. O debate sobre as vias de comunicação entre a capital e o interior foi o assunto mais importante do ponto vista político, administrativo e econômico no final do século XIX em Alagoas. O interesse de integrar de forma mais sistemática ao sistema agroexportador um território que até então, estava ligado de forma precária às relações agroexportadoras, foi o centro das atenções. Esse interesse claro é uma ação coletiva dos comerciantes da Associação Comercial de Maceió, e a alguns proprietários de terras, que tinha seu quinhão situado onde atualmente está situado o munícipio de Rio Largo, como também alguns senhores de engenhos de engenho cujas fronteiras agrícolas eram as lagoas Mundaú e Manguaba.

È nesse momento que o antigo sertão alagoano, ou melhor, os vales do Mundaú e Paraíba, passarão a ser reconhecidos como Zona da Mata, não só por seu bioma, mas por suas práticas comerciais, que a principio não estarão ligadas a cultura canavieira. Ser *Gente do Vale* era transitar por esses dois limiares identitários, onde ficar na fronteira garantia a ele uma melhor condição. Inúmeros sujeitos que resolveram permanecer na fronteira, ora pequenos produtores de algodão e criadores de gado, ora práticos das matas.

Como era uma região central, acabava concentrando muita coisa. O caso dos migrantes da seca de 1877, por exemplo, a administração provincial além de se

preocupar com o encarecendo dos gêneros alimentícios tanto na capital, quanto no interior, ela resolve "acolher" de alguma maneira tais sujeitos. Todos os flagelados da seca vindos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba que chegasse a capital Maceió, as autoridades deveriam encaminhava-los para o Alojamento Militar de Pilar e Atalaia[120]. No alojamento viviam 754 retirantes de ambos os sexos que produzam para sobreviver. Vejamos o que e o quanto era produzido:

> Estas terras prismão por sua boa qualidade e produzem facilmente com excelente exclusividade, mandioca, feijão, algodão, café (...). Junto ao arruado mandei levantar (...) até existe o trabalho de vinte cinco braças em quadra, roçadas as quaes podem admitir mais de mil covas de mandioca. No ano findo, se colheu 600 sacos com farinha, 221 sacos de feijão, 263 sacos de milho (...).

Na década de 1870, o açúcar continua, em meio a profunda crise, sendo produzido quase que inteiramente nos moldes colônias[121]. De fato, dos 404 proprietários de engenhos que responderam a um questionário distribuído pelo Governo, 235 tinham suas moendas movidas por animais, sendo apenas 18 movidos a vapor e os demais pela força da água, só os privilégios governamentais é que vinham mantendo a maioria em funcionamento até então.[122]

Penso que, a vila de Garanhuns por está mais bem estruturada social e economicamente do que Maceió, também teve influencia na ocupação do vale do Mundaú. Além dos arvoredos que encobriam os vales do Mundaú e Manguaba servindo de abrigo aos que buscavam liberdade, sua posição geográfica, conferia-lhe uma condição de porta obrigatória de passagem para o deslocamento de algumas frentes pioneiras. Talvez por isso, que os vales do Paraíba do Meio e do Mundaú a partir da segunda metade do século XIX se transformariam no centro das atenções de uma Província, cuja capital não vivia em seus melhores dias.

Em 1842, a paisagem alagoana desenhada no mapa organizado pelo Presidente da Província Manoel Felizardo de Souza e Mello, anunciava os principais desafios. Uma delas ainda continuava ligada as frentes de ocupação. Como se pode ver no mapa,

---

[120] APA. **Alojamento Militar de Pilar e Atalaia**. M2/ E: 02

[121] VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Maceió: EDUFAL, 2006. p.87.

[122] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa oficial Graciliano Ramos-CEPAL, 2011. P 145-179.

poucos eram os engenhos, sítios e vilas que estavam circunscritas a região do vale. Os pontos em azul no mapa correspondem a Maceió (no litoral) e a vila de Atalaia (no interior) e os dois traços em verde sinalizam os rios Mundaú e Paraíba. Nota-se que o número de vilas aumento, em relação o século XVII. Os vários pontos escuros do próprio mapa sinalizam áreas de Mata. Vejam que as comarcas de Atalaia, Maceió e Alagoas concentram a maior parte delas.

Na segunda metade do século XIX o processo de ocupação territorial terá outro sentido, que será estabelecido pelas relações comerciais e sociais. Não dispomos, por exemplo, de informações sobre a estrutura fundiária da Província. Ainda não foram localizados no Arquivo Público de Alagoas tais registros. Diante dessa situação, sugerimos que parte da propriedade foi adquirida num primeiro momento pelo apossamento, e, por herança e/ou compra. Embora, acredita que a forma de apossamento continuará tendo certo domínio.

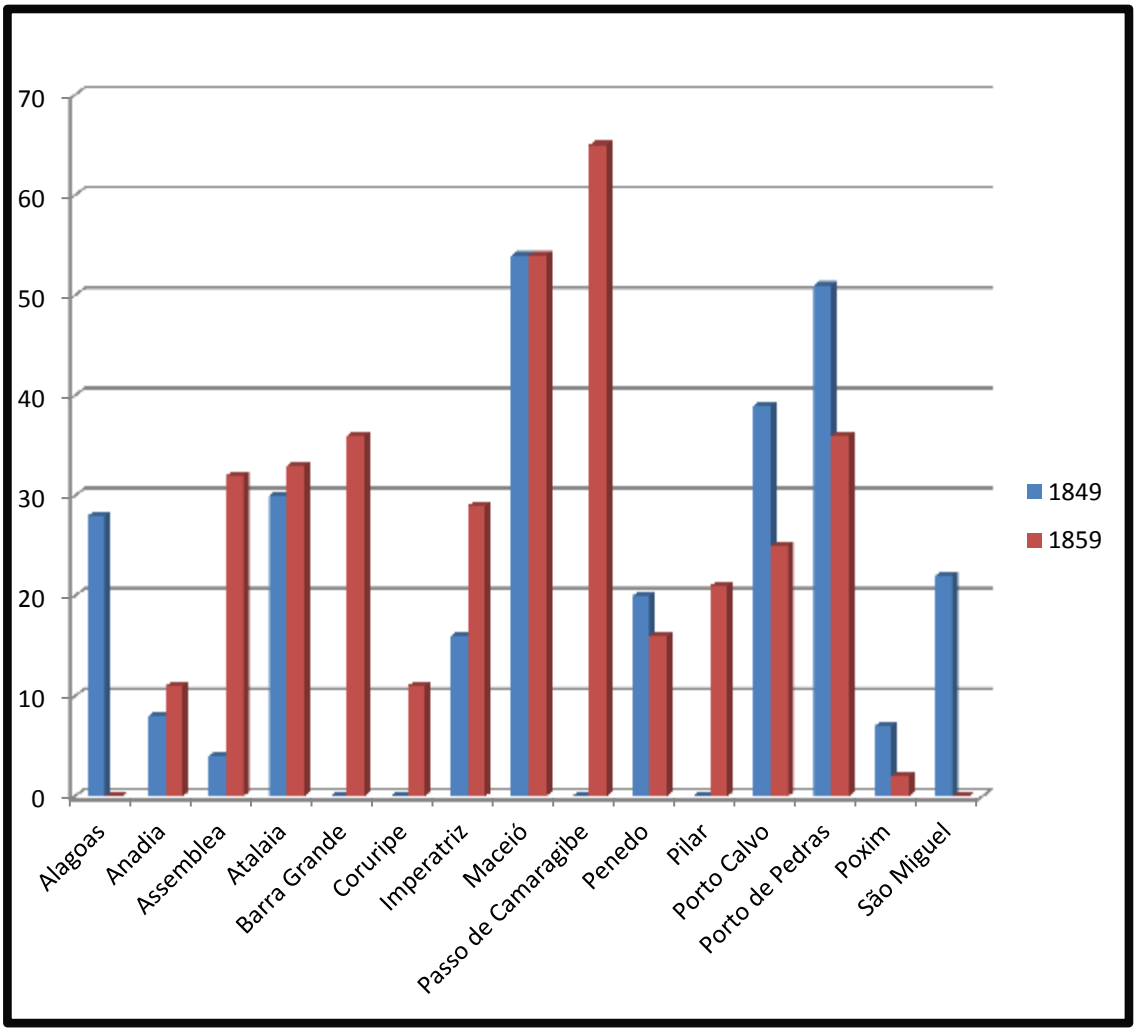
Certamente, o movimento demográfico resultante dessa expansão configurou um quadro bastante peculiar de apropriação fundiária revelado pela leitura dos diversos documentos. É importante ressaltar que o presente trabalho reconhece a existência de um duplo movimento de expansão da fronteira agrícola. O movimento organizado pelos diferentes grupos sociais que ocuparam a região do vale do Mundaú e Paraíba e o outro organizado pelos produtores de algodão e açúcar. Para Hebe Maria Mattos de Castro, analisar os possíveis conflitos desses dois movimentos de ocupação do território consiste num "fundamento básico para analise da questão fundiária".

Assim refletindo o movimento demográfico, como um elemento de formação. Vejamos o mapa de 1862, corrigido em 1890, para entender quais foram os movimentos realizados por esses diferentes sujeitos. Basta observar para o mapa e ver o número maior de cidades e habitantes. No entanto, abaixa arrecadação da província, permanecia. Segundo o Presidente de Província, José Eustáquio em 1888, não seria possível atender ao pedido dos agricultores/produtores, por que *o estado financeiro da Província, no atual exercício como em outros anteriores, não é lisonjeiro.* Como *as rendas do Thesouro Provincial tem como principal fonte a produção do açúcar e do algodão, nosso quase únicos gêneros de exportação; a importação, que concorre no orçamento com importante verba, depende d'essa que a alimenta com a troca dos produtos, principal lei que preside no comércio*. Ele assegurava a falta de recursos poderia até comprometer o zelo para com a principal cidade da Província, Maceió. Que

segundo o cronista, já não andava tão arrumada assim. Província que no final do século XIX, possuía 8 comarcas e centenas de povoados.

Se fossemos fazer uma analise do percentual de produção açucareira na província, perceberíamos que o número de engenhos moendo em Camaragibe, Maceió, Barra Grande e Porto de Pedras, na intensão de demonstrar que essa atividade sempre trouxe rendimentos para algumas cidades, observamos o gráfico abaixo:

Gráfico 01: Percentual médio do número de engenhos em Alagoas no ano de 1849 e 1859



Fonte: Dados subtraídos do número de engenho SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa oficial Graciliano Ramos-CEPAL, 2011. P 145-179

Nota-se que a sua fronteira meridional já tinha sido conquistada. Desde Mata Grande até União dos Palmares representavam nesse momento a referencia da expansão das fronteiras agrícolas tencionada pela ora pela cultura camponesa, ora pela cultura agroexportadora. Embora, tenhamos essas duas referências nas fronteiras orientais, à disputa pela demarcação dos limites interestaduais permaneceram até a primeira metade do século XX.

Os municípios que faziam parte do vale do Mundaú e Paraíba, nesse período, viviam um tenso momento de reorganização administrativa, econômica, jurídica e cultural. Pilar, com seu importante comércio de gêneros alimentícios, conseguiu se organizar urbanisticamente. Atalaia ficaria atrelada a econômica açucareira. Viçosa será munícipio mais dinâmico e com uma vida cultura agitado. Imperatriz continuará sendo um grande interposto comércio com o Garanhuns. Para Thomaz Bom-Fim na primeira metade do século XIX. Pilar possuía um importante comércio e contava com 837 fogos, 10 sobrados, três igrejas. Já Viçosa, sua estrutura administrativa é bem mais organizada, possuía alguns sobrados, mais de 220 fogos, uma coletoria e um jornal. Enquanto a Atalaia organizava-se em torno da primeira usina do estado. Imperatriz continuará com a criação de gado[123].

Perceberemos que a área terá um grande crescimento populacional era os anos de 1870-1890, principalmente por interferência das populações migrantes do período da seca. Embora, todos os povoados sentissem os efeitos de tais consequências os vale do Mundaú e Paraíba do Meio continuaram com sua economia dinâmica. Com o crescimento da produção do algodão e gêneros alimentícios tivemos o desenvolvimento de diversas cidades como Chã Preta surgiu de uma fazenda com engenho de açúcar edificado na chã pela numerosa família Inácio, de cor negra. Ibateguara, do Engenho Roçadinho, foi cercado por Vicente de Paula, o famoso "caudilho das matas", mas seus moradores, heroicamente comandados pelo senhor do engenho, resistiram ao ataque dos cabanos e os rechaçaram, entrincheirados e colocando piquetes em torno da casa-grande. São José da Lage que teve início com a vinda para suas terras de José Vicente de Lima e sua mulher Angélica de Mendonça, que, muito religiosos, doaram a São José, em 1828, "cem mil réis a bem de suas almas", edificando uma capela ao santo padroeiro. E construindo o engenho Esperança, com casa-grande e senzala.

[123] BOM-FIM, op. cit. pp 168-170.

Ao analisar em norte Agrário e o Império os dois decênios finais do regime monárquico, da ascensão do ministério Rio Branco (1871) ao golpe de Estado que implantou a República (1889). Evaldo Cabral de Melo analisa do tratamento dado pelo governo imperial ás reivindicações regionais no final do século XIX, na medida em que, além de corresponder á fase de mais intenso desenvolvimento material do regime monárquico e, portanto, de mais acirrada competição provincial pelos favores do Estado, ele corresponde, na sua brevidade, a convergência de três momentos críticos da história do Império: a "grande depressão", que afetou a economia mundial de 1873 a 1896; a crise do norte, que praticamente eliminou o açúcar e o algodão nortistas do mercado internacional; e a agonia do sistema monárquico, cujo declínio a historiografia política costuma datar de queda do terceiro gabinete Zacarias (1868).

Segundo o Evaldo Cabral de Melo os anos setenta do século XIX representaram um importante divisor de águas, a fronteira entre a chamada "era da homogeneidade", de 1830 a 1870, e a "era da diferenciação regional", de 1870 a 1930. Embora, "tudo indica que, ao contrario, durante esse período de expansão da lavoura cafeeira, persiste ainda uma certa homogeneidade econômica entre as províncias brasileiras, homogeneidade que se reflete também na sociedade e que não resulta apenas da existência do sistema monocultor-escravista". Contudo, "para o período subsequente de 1870 a 1930, não há dúvidas, as discrepâncias acentuam-se num ritmo acelerado". "Os germes dessa diferenciação já se haviam instalado com o desenvolvimento da economia cafeeira no centro-sul. Mas, só se torna irreversível a partir da substituição da mão-de-obra escrava pela livre".

Para Evaldo Cabral de Melo, as últimas décadas do século XIX para o nordeste foram extremamente complicadas:

> A despeito de toda a sua importância, Rio, Minas e São Paulo não puderam evitar que D. Pedro II designasse Rio Branco para fazer a reforma do Ventre Livre e que este, graças á Bahia e Pernambuco, governasse sem as deputações das províncias cafeeiras e, no caso da lei do Ventre Livre, até contra elas .
>
> O ministério Rio Branco, que foi por excelência o ministério dos melhoramentos materiais, embora tenha passado á história como gabinete do ventre livre, proporciona precisamente um excelente estudo de caso da natureza e dos limites da influência regional e

> provincial no processo decisório do Segundo Reinado. (...) Rio Branco, escolhido a dedo pelo imperador para fazer a reforma do elemento servil, não podia contar com as bancadas das províncias cafeeiras, onde a dissidência " puritana" encastelara-se numa recusa sistemática a qualquer medida antiescravista. Só lhe restava, portanto, apoiar-se sobre a Bahia e Pernambuco, onde o sentimento escravagista ficara enfraquecido na esteira do tráfico interprovincial de escravos e onde o controle dos chefes sobre suas máquinas partidárias parecia sólida[124].

Segundo o autor os senadores cearenses, questionaram o apoio incondicional estabelecido por Pernambuco ao Ministro Rio Branco, tendo *em vista que teria sido uma influencia estéril, que não deixa traços na história do país, que se gastou em arranjos partidários.* Entretanto, as obras de modernização do porto do Recife eram há muito tempo a grande reivindicação da província, cujos círculos comerciais tinham consciência de que delas dependia a manutenção do papel de entreposto regional que a praça exercia o período colonial.

A análise sobre as relações entre o norte agrário e o império nos permite fazer, uma reflexão crítica em torno da produção do historiografia do Segundo Reinado a identifica-lo com a dominação política da grande lavoura. Para Evaldo Cabral de Melo, Sérgio Buarque de Holanda advertira contra o "cunho anacronístico" da atribuição á grande propriedade de "uma avassaladora influência sobre as decisões políticas no Brasil Imperial', o que teria constituído " uma condição muito mais típica da Primeira República" ela se fazia sentir no bojo de complexos agrário-comerciais montados em torno dos principais produtos de exportação, o açúcar no norte e o café no sul. E se fazia presente no interior desse complexo.

Para o autor foi a "tal a convergência de posições [entre a grande lavoura e o comercio] que seria correto falar de elites rurais e comerciais não como setores distintos de classes, mas como um setor exportador dedicado aos interesses da agricultura de exportação. Nesta ótica, a análise, libertando-se da dicotomia grande lavoura-comércio, deslocar-se-ia para os complexos agrário-comerciais no norte e sul e comandados pelas grandes praças.

Em vista do volume, variedade e dispersão das fontes, o autor teve de optar pelo tipo de documentação a ser utilizado. Nossa preocupação era com a reconstituição

[124] CABRAL, Op. cit.pp-20-23

do mecanismo decisório do governo central, os anais do Parlamento do Império (Câmara, Senado e relatórios ministeriais), principalmente o parlamento , representou bem ou mal, a caixa de ressonância por excelência da nação e o grande foro onde vinham desaguar as aspirações provinciais.

A transição do trabalho escravo para o livre na grande lavoura do Império se processou em condições dessemelhantes de oferta de mão-de-obra no norte e no sul. Enquanto a grande lavoura açucareira pôde incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres, a lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias meridionais e nas províncias setentrionais. Por fim, na Amazônia, a mão-de-obra exigida pela expansão das exportações de borracha foi atendida pelos excedentes demográficos da faixa árida e semiárida das províncias do norte, especialmente do Ceará. Estas foram, em traços necessariamente esquemáticos, as formas diversificada que tomou a substituição do trabalho escravo pelo livre nas áreas dominantes da economia brasileira, nos últimos vinte anos de regime monárquico. Seria portanto de esperar que o processo emancipador gerasse

CAPÍTULO 2

Um espaço apropriado para a vida: a presença camponesa nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio

Como vimos no capítulo anterior o fato dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio terem permanecido uma fronteira aberta[125] até os anos de 1890, possibilitou o estabelecimento de grupos sociais etnicamente diversificados e com poucos recursos, que se dedicava a produção de alimentos, utilizando apenas o trabalho coletivo do núcleo familiar. Os resultados dos dados analisados que seguem abaixo se faz necessário para que possamos compreender o que representou proporcionalmente a população livre em uma região que aos poucos tornava-se agroexportadora e que sofria graves consequências pela desagregação da escravidão. Nesse sentido, as analises permitem que acompanhemos não só a evolução da população livre nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, mas também a presença de unidades produtivas consideradas camponesas, tendo em vista que, os números apresentam um predomínio de pessoas livres e um reduzido e descrente número de escravos. Utilizaremos como fonte para identificar essa presença camponesa na região do Vale do Mundaú e Vale do Paraíba os dados organizados e coletados em diferentes temporalidades (1810-1890).

Derrubando as *viçosas* matas da várzea do rio Paraíba do Meio, Manoel Francisco[126]·, agricultor da vila de Alagoas, estabeleceu seus roçados de algodão e mandioca no sitio denominado Riacho do Meio, em fins do século XVIII, localizado entre a vila de Atalaia e o povoado da Passagem, ao noroeste das Vilas de Porto Calvo e da Vila das Alagoas. Assim escreveu o historiador alagoano Alfredo Brandão, na primeira década do século XX, sobre a origem da ocupação da cidade de Viçosa, situada na "zona da mata alagoana", na obra *Viçosa de Alagoas:* o município e a cidade. Neste

[125] Por sua vez, refere-se aquelas fronteiras que não dispõe de barreiras físicas e militares como forma de separar, isolar ou dificultar a mobilidade populacional em ambos os lados. A fronteira aberta não se formaliza pela faixa, e sim no seu caráter politico, econômico e social de ambos os lados. Fronteira Aberta. In: MOTTA, Márcia. Op. cit. pp. 229- 230.

[126] Os descendentes do fundador de Viçosa, Manoel Francisco, tiveram sua participação na vida política da Vila. Em 1868, vivia ainda um filho seu, o alferes da Guarda Nacional, Antonio Pereira de Moraes, vulgo Antonio Boi. BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas**: o município e a cidade- notas históricas, geographicas e archeologicas. São Paulo: Plátano Comunicação, 2005. Ed. fac-símile de Recife: Imprensa Nacional, 1914.

trabalho, traça um panorama da ocupação da região situada no vale do rio Paraíba do Meio, coberta por densas e grandiosas matas.

Ao registrar as memórias dos moradores de Viçosa, Alfredo Brandão, preocupado com a cultura, hábitos e o cotidiano dos homens e mulheres que circulavam na região, observa que a sua ocupação se deu pela agricultura do algodão e por pequenos agricultores, homens livres pobres.

Nesse sentido, sabe-se que, depois da sua ocupação do sitio, no Riacho do Meio, pelos homens livres pobres, como Manoel Francisco, foi se constituindo um povoado maior e unido com os povoados e sítios circunvizinhos, como Sabalangá e Mata Escura, tornando-se o povoado de Nova Assemblea e, por último, a cidade de Viçosa. Estes dois últimos sítios mostram que já havia ocupação nas terras das várzeas do rio Paraíba do Meio, pois a região era ocupada por negros forros, índios e mestiços desde os tempos da Guerra dos Palmares. No vale do rio Paraíba do Meio, seguindo uma estrada tortuosa, desciam os negros forros de Porto Calvo e os homens livres pobres de Atalaia, e que, ao se embrenharem na floresta de frondosas arvores, abriam passagem para a região que compreendia as vilas de Imperatriz, São Miguel dos Campos e Garanhuns, esta, ao extremo noroeste de Alagoas, situada em Pernambuco.

Os domínios dos homens livres, na Mata Norte, não se circunscreviam apenas á Serra da Barriga e suas imediações, na vila de Imperatriz, por exemplo, mas abrangiam todo o Vale do Paraiba e Mundaú, estendendo-se, na maior parte das vezes, aos estuários de Porto de Pedras e Maceió, no litoral. Esta região da Mata Norte atraiu, principalmente, homens e mulheres pobres, porque as matas eram ricas em frutas e caças, bem como sua grande diversidade arbórea poderia oferecer mais abrigo e maiores dificuldades para possíveis investidas militares. Essas áreas são, atualmente, a noroeste da capital Maceió, União dos Palmares e Viçosa.

As terras do norte da Comarca das Alagoas tinham sido distribuídas, pela Coroa, por meio da concessão de sesmarias de terra para a construção de engenhos, criação de gado ou plantações de algodão na vila de Porto Calvo e nos povoados de Camaragibe e Porto de Pedras. No final do século XVIII, as maiores partes das antigas sesmarias já se encontravam divididas por arrendamentos e dotes e mesmo venda que, embora proibidas pela lei, ocorriam freqüentemente. As vilas da Mata Norte de Alagoas só foram oficialmente instituídas no século XIX, em pleno processo de conquista do interior da Comarca, principalmente Anadia, Viçosa, Maceió, Palmeira dos Índios, Porto de Pedras e São Miguel dos Campos. Contudo, este período não marca a

apropriação definitiva do espaço das Alagoas, pois, até 1822, o sistema de distribuição de sesmarias continuava ativo.

O núcleo administrativo, político e militar de toda essa área que denomino de Mata Norte de Alagoas, era a Vila das Alagoas, como afirmamos antes, situada às margens da lagoa Manguaba. Era, como se dizia na época, "Cabeça da capitania", sede do conselho mais importante das Alagoas, local de residência do Ouvidor e dos funcionários reais. Em Assemblea e Imperatriz, fundadas nos últimos anos do século XIX, para suas terras cobertas por matas, rios e lagoas, se dirigia grande parte da população de escravos libertos e homens pobres livres, que vinham se juntar á numerosa população de índios, remanescentes das antigas aldeias Urucu e Jacuípe, localizados no termo de Porto Calvo. Essa população residia em pequenos sítios e lugares, explorando a mata e os rios para a sua sobrevivência.

A Vila Nova d' Assemblea (1835), termo de Atalaia, era particularmente um atrativo para os negros forros e os homens livres, porque grande parte de sua área era composta de matas e terras aparentemente desprovidas de senhores, mesmo assim, consideradas pela legislação proibidas de serem ocupadas. Contudo, essa população trabalhou a terra e estabeleceu suas casas.

A grande população de livres pobres, formada, sobretudo por negros forros, seus descendentes e índios ex-aldeados, pode ser confirmada não só pela consulta aos livros dos autos policiais das freguesias de Viçosa, Atalaia, Maceió, Imperatriz, Porto Calvo, Porto de Pedras, como também aos registros eclesiásticos, que indicam a grande quantidade de pequenos sítios, denominados "lugares", existentes em toda a Mata Norte. A população que habitava nesses lugares, sobrevivendo da pesca e da coleta de frutas, recebia a pecha de vadios, principalmente pelos policias, como demonstram os registros[127].

[127] BRANDÃO, Op. cit 182

2.1- Os números populacionais da Província das Alagoas e seus indícios.

Quando Alagoas emancipou-se da capitania de Pernambuco em 16 de setembro de 1817, tendo a sede à vila de Alagoas do sul (atual marechal Deodoro), os percentuais demográficos acompanhavam essas modificações. Os primeiros números desse período pós-emancipação política de Alagoas mostram que a população chegava à casa de 100.000 mil habitantes, quando sete anos antes da emancipação tinha em seu território 89.589 mil habitantes[128]. Esse crescimento populacional continuará ascendente em 1819, quando a população atingirá o número de 140.000 mil habitantes.

Se observarmos atentamente a distribuição populacional, para o período de 1810-1819 das três principais vilas da recém-criada Capitania, notaremos que Porto Calvo, concentrará em 1810 a maior população livre e escrava, enquanto que Alagoas do Sul em 1819 será responsável por tal feito. Esse decréscimo populacional, vivo por Porto Calvo pode está relacionado as mais diferentes questões: ao período em que foi realizada a consulta, a situação produtiva da região ou a ameaça de mais um recenciamento. Já o aumento no número de pessoas nas vilas de Atalaia e Alagoas representava o movimento de expansão que tratamos a pouco, nota-se que o número da população livre é muito significativo. Vejamos dos números dessa população nas principais vilas alagoanas:

> A distribuição da população da Capitania de Alagoas entre os anos de 1810-1819. Em 1810 Atalaia tinha 18.472 livres e 2.978 escravos, quanto que Porto Calvo tinha 29.863 livres e 7.954 e Alagoas do sul 25. 751 livres e 4.963. Nos anos de 1819. Atalaia tem 22.0081 livres e 4.205 escravos, enquanto que Porto Calvo 26.876 e 5.830 escravos e Alagoas do Sul tinham 37. 324 livres e 7.986[129].

Essa população provavelmente duplicou em 1830, quando foram criados os primeiros núcleos de povoamento no vale do Mundaú, Muricy e Imperatriz (União dos Palmares) e o segundo núcleo de povoamento no vale do Paraíba do Meio, a vila de Assembleia (Viçosa). Nota-se com isso que, entre o século XVII e meados do século XIX, por não ter a presença de grandes unidades produtivas agroexportadora, a documentação chama de "população livre" os ex-escravos, libertos, indígenas que habitavam a região, principalmente do vale do Paraíba, nas imediações da vila de Atalaia.

---

[128] FALCAO, Renan. **Notícia histórica sobre a bioestatística em Alagoas**. In: Separata de Alagoas: 150 anos. Maceió: Departamento Estadual de Estatística, 1970. IHGAL.
[129] IHGAL. **Relatório Demográfico**. 1960. Cx. s/i

Esse crescimento populacional vivido por Atalaia e Alagoas representa um aumento significativo do número de pessoas que habitava pequenos sítios nas margens do rio Paraíba do Meio ou próximo do seu estuário. Esses elementos podem ser percebidos na formação social do povoado que surgiram as margens da Lagoa Manguaba a partir de 1840. Pilar despontou como representante de uma região tomada por agentes livres e com poucos recursos em 1843, por ser um grande entreposto da região. Ela ainda concentrará os retirantes da grande seca de 1877, quando o aldeamento de Santo Amaro, serviu como abrigo aos retirantes. Nesse sentido, os números da população livre alagoana para os anos de 1810-1817 antecipam uma tendência, que será vista nos sensos de 1872 e 1890.

Percebe-se uma concentração de pessoas livres em nas áreas distintas das que se tornarão núcleos populacionais (cidades e/ou vilas), ou seja, homens e mulheres ocupavam de maneira dispersa os vales do Mundaú e Paraíba do Meio. Essa tendência, de certa forma, contraria a fórmula apontada pela histografia brasileira, de que a concentração populacional no país seu dá no litoral entre os séculos XVII e XIX , uma vez que, esse espaço seria o lugar onde se concentrou o maior número de núcleos populacionais. Certamente, essa assertiva para o século XIX só levou em consideração as pessoas que podiam expressa sua identidade (nome, sobrenome, endereço, profissão e estado civil). No caso dos moradores da região estudada, essa apresentação acontecia através dos seus atos, ora com quilombolas, cabanos, homens livres pobres, ora como quebra-quilos e ex-escravos.

Essa presença significativa ao longo dos rios da região estudada orienta de forma distinta a organização da estrutura fundiária dessa região, atualmente chamada de Zona da Mata Alagoana. O inverso iria acontecer quatro décadas mais tarde, quando a partir dos anos de 1930 tem-se a consolidação dos complexos agroindustriais mais importantes das Alagoas: a Usina Central Leão, Usina Serra Grande, Usina Capricho, Usina Laginha, Usina Coruripe e Usina Santo Antônio. Pela localização das sedes administrativas desses complexos, podemos perceber que algumas áreas do Vale do Mundaú e Paraíba do Meio foram alcançadas, mais intensamente, pelos canaviais no final da segunda década do século XX[130].

[130] Para Beatriz M. Heredia em Alagoas houve então um aumento significativo da produção de cana, fato que se refletiu no crescimento significativo de um grande número de usinas instaladas na região [Oeste e Sul]. Além das usinas tradicionais existentes, a primeira que se instala nesse processo de ocupação dos tabuleiros data de 1958 e cinco novas usinas se instalaram entre os anos de 1973 e 1974. A elas acresceram as destilarias de álcool e mais cinco destilarias autônomas, instaladas a partir de 1978. Esse

A grande concentração de *homens e mulheres livres* com poucos recursos na região continua a chamar atenção para os períodos de 1872 e 1890. O fato dos vales do Mundaú e Paraíba possuírem um considerável número de livres e libertos nas últimas décadas de vigência da escravidão, sendo, segundo o recenseamento de 1872, possuidora da segunda maior população livre das Alagoas, ficando atrás apenas, da região Norte (Passo do Camaragibe), reduto de uma das famílias mais influentes da Província (Família Mendonça) faz com que os vales, não passassem despercebidos, por conta de sua representação e atuação. Como em épocas anteriores, no século XIX o sentimento não podia ser diferente. Os *desmedidos* do movimento *quebra-quilos* em 16 de Janeiro de 1875 em União dos Palmares demostraram toda a sua força "na feira da cidade", expressando que possuíam suas próprias praticas comerciais "por isso desconhecia essa forma de medir" [131] e que queriam ter suas práticas respeitadas.

Para Sidney Chalhoub, esses dados coligidos pelo senso de 1872 devem ser visto com cautela, por que ele foi construído em meio ao um contexto de grandes transformações que interferiram nas relações comerciais, religiosas e de trabalho. O contexto descreve o autor era:

> A nova premência em relação ao tema do conhecimento do país em geral esteve associada à experiência da Guerra do Paraguai e à discussão de políticas destinadas à emancipação gradual dos escravos, que empacavam no desconhecimento básico de quantos eram cativos. Pensar em emancipar escravos, respeitando-se o direito de propriedade, conforme sempre insistiam os senhores, implicava estimar custos de possíveis indenizações para as alforrias. Propunha-se libertar os filhos das mulheres escravas, mas não se sabia quantas crianças escravas nasciam no país a cada ano; pensava-se em criar um fundo para comprar alforrias, mas não se

processo foi introduzido pela ação específica do Estado, por meio do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e o chamado Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira. Esse programa objetivava reformular a política de produção açucareira, aumentando a produtividade do setor e reduzindo seus custos. Entre as medidas que tiveram maior repercussão na área, a mais relevante foi a que favoreceu a realocação, fusão e incorporação de usinas. Os financiamentos concedidos tanto podiam destinar-se á compra de terras quanto á isenção de impostos de importação das máquinas necessárias ao processo agroindustrial. Havia, ainda, a concessão de empréstimos para aquisição desses implementos. HEREDIA, Beatriz M. Alasia. **O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação**. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva e NEVES, Delma Pessanha. (org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. p. 58

[131] Nas primeiras semanas do ano de 1875 os pequenos produtores de Muricy, Imperatriz e Assembleia se recusavam a usar o novo sistema métrico para medir seus produtos vendidos na feira de Imperatriz. Essa recusa por parte dos "feirantes", não acontecia somente na Província das Alagoas, mas em outras províncias como na Paraíba, em Pernambuco e Rio Grande do Norte entre os meses de dezembro de 1874 á março de 1875. Tal revolta teve uma grande repercussão na imprensa. APA. **Relatório da delegacia de polícia do termo de Atalaia 20 de Janeiro de 1875**. Caixa Movimento sediosos na Província. Folha 9.

> tinha ideia dos recursos financeiros necessários para que tal fundo tivesse algum impacto no processo de emancipação, e assim por diante. A lei de emancipação gradual finalmente aprovada, dita do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, decidiu esses pontos todos meio escuro, por isso determinou uma matrícula geral de todos os escravos do país, a ser realizada em 1872/1873, como passo prévio para que vários de seus dispositivos entrassem em vigor.[132]

Nesse sentido, o senso foi visto em todas as províncias como uma ameaça, logo, muitos sujeitos não puderam ser contabilizados. Atento a essa questão, como comentamos anteriormente o senso de 1872 fornece um panorama geral da sociedade brasileira. Segundo Sidney Chalhoub, a população brasileira somava 9.930.478 habitantes, divididos, quanto à condição social, em 8.419.672 livres (84,7%) e 1.510.806 escravos (15,2%). Se a população escrava for comparada a que existia durante a primeira metade do século XIX, percebe-se que houve um decréscimo na proporção de escravos, já que as projeções mais comuns estimavam a população cativa entre 30% e 40% do total de habitantes do país[133].

Esse decréscimo ocorre por conta de diferentes fatores entre eles têm-se a cessação do tráfico negreiro em 1850, a baixa taxa de natalidade e a alta mortalidade, em especial devido à devastadora epidemia de cólera de 1855 e 1856, provocaram uma diminuição acentuada da população escrava nas décadas de 1850 e 1860, algo que o censo de 1872 registrou bem, apesar de indícios de que subestimou em alguma medida o número de cativos. Quanto às raças, havia 38,1% de brancos,19,6% de pretos, 38,2% de pardos e 3,9% de indígenas. Pretos e pardos somados, incluídos tanto livres e libertos quanto escravos, chegavam a 5.756.234, ou 57,9% da população total. Excluídos os escravos, chegamos a uma população livre de cor de 4.245.428, ou seja, 42,7% dos habitantes do país eram indivíduos livres de cor; logo egressos da escravidão e seus descendentes, pretos e pardos[134].

Os números do senso de 1872 revelam que a Província de Alagoas, continuará possuindo uma grande quantidade de homens e mulheres livres em todas as regiões da província. Embora, sua execução tenha sido mal organizada e por vezes atrapalhada por falta de recursos que pudessem operacionalizar o levantamento dos dados ou ainda a

[132] CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção Nacional: 1830-1889.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. pp.41-42
[133] Idem, 2013. p.42
[134] Idem, 2013. p.41

pressão da população, o quadro revela aspectos importantes da história social e economia da Província. Vejamos a tabela.

Com base nos dados do recenseamento geral de 1872, definem-se três desenhos demográficos do qual se pode inferir algumas tendências gerais, associando-se o peso relativo da população livre com uma tendência a uma menor concentração da propriedade escrava e uma maior incidência da lavoura de roça como estratégia de sobrevivência.

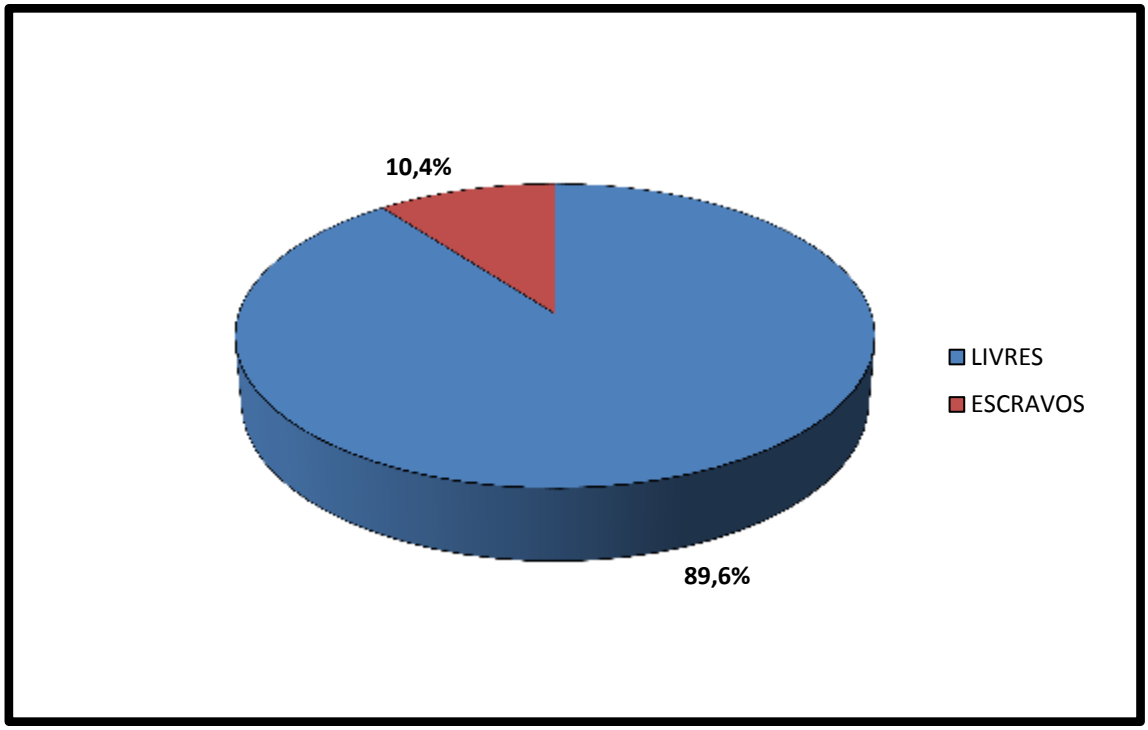
Tabela 01 –Quadro demonstrativo da população da Província das Alagoas com denominação das paroquias, condição e sexo[135].

Nº	PAROQUIA	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
		HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
1	**Maceió**	**4.671**	**5.795**	**10.466**	**667**	**965**	**1.632**	**12.098**
2	Jaraguá	1.506	1.797	3.303	199	169	368	**3.671**
3	São Miguel	4.920	5.219	10.139	1.163	1.027	2190	**12.329**
4	**Pilar**	**4.087**	**4.371**	**8.458**	**640**	**708**	1348	**9.806**
5	Pão de Açúcar	4.166	4.479	8.645	173	234	407	**9.052**
6	Norte (Santa Luzia do Norte)	3.399	3.795	7.194	989	930	1919	**9.113**
7	**Anadia**	**6.080**	**6.314**	**12.394**	**645**	**652**	1297	**13.691**
8	Santana do Panema	4.305	4.126	8.431	132	184	316	**8.747**
9	Traipú	5.937	5.920	11.857	331	398	729	**12.586**
10	Porto de Pedras	2.421	2.831	5.252	551	457	1008	**6.260**
11	**Camaragibe**	**9.195**	**9.486**	**18.681**	**1.237**	**1.235**	2472	**21.153**
12	Água Branca	2.617	2.665	5.282	143	195	338	**5.620**
13	Quebrangulo	4.843	5.101	9.944	427	420	847	**10.791**
14	Penedo	7.643	6.450	14.093	1.049	394	1443	**15.536**
15	**Atalaia**	**11.248**	**4.361**	15.609	**927**	**955**	1882	**17.491**
16	São Bento	4.157	4.600	8.757	965	904	1869	**10.626**
17	Porto Real do Colegio	6.192	6.589	12.781	241	253	494	**13.275**
18	**Muricy**	**5.310**	**5.542**	10.852	**480**	**481**	961	**11.813**
19	Matta Grande	2.214	2.121	4.335	154	123	277	**4.612**
20	Piassabussú	1.552	1.700	3.252	150	154	304	**3.556**
21	Pioca	4.053	4.621	8.674	1.071	997	2068	**10.742**
22	Porto Calvo	6.812	6.610	13.422	1.059	955	2014	**15.436**
23	**Assemblea**	**10.469**	**9.162**	19.631	**528**	**554**	1082	**20.713**
24	Limoeiro	4.521	4.462	8.983	411	444	855	**9.838**
25	Coruripe	3.706	4.046	7.752	634	300	934	**8.686**
26	Palmeira	6.764	6.847	13.611	1.612	1.799	3411	**17.022**
27	**Imperatriz**	**13.933**	**15.344**	29.277	**675**	**665**	1340	**30.617**
28	Alagoas	3.836	4.613	8.449	496	481	977	9.426
	TOTAL	**150.557**	**148.967**	**299.524**	**17749**	**17033**	**34.782**	**334.306**

[135] **APA.** Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25

Esse quadro com o número da população total da Província foi construído a partir dos dados manuscritos no relatório sobre o senso na Província da Diretoria Geral da Repartição e estatística, e seus números foram recalculados no programa Excel. Esse exercício revelou já num primeiro momento, uma distorção no resultado do total da população da província. No documento fornecido pelos membros da comissão censitária em 1872, usado para montar a tabela 1 a população total da província correspondia 410.745 mil pessoas (livres e Escravos), lançado esses dados no Excel, esse número total será alterado para 334.306 mil pessoas (livres e escravos). Essa diferença representa uma margem de erro de + 7% no total da população da Província. Distorção que não interfere no papel que o percentual médio de homens e mulheres livres e escravos representam num contexto de uma área agroexportadora. No gráfico 1 podemos observar que a população de escravos compreendia cerca de 10% do total da população da província, enquanto que aproximadamente 90% da população era formada por pessoas livres.

Gráfico 02- Percentual médio do número de Homens e Mulheres Livres e Escravos das da Província de Alagoas por municípios



APA. Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25

Segundo Peter Eisenberg, esse fenômeno significa uma *certa redistribuição demográfica, inclusive de ex-escravos, saindo da zona do açúcar e afluindo para as regiões ocidentais do agreste e do sertão*[136]. Nota-se no gráfico, que além de um maior número de domicílios sem a presença de escravos, verifica-se que, a grande maioria desses escravos estava concentrada nas mãos de poucos senhores/proprietários. Os números acima confirmam as sugestões do perfil da pirâmide de população a partir de uma quantidade, fornecendo também outras informações. A população passava por mudanças no que diz respeito: a extinção do tráfico, eliminação do contrabando, provavelmente o preço cativo deveria ter aumento, como atesta Félix de Lima Júnior, ao mencionar que uma preta de 30 anos foi vendida por 800$000, conforme escritura em

[136] EISEMBERG, P. **Modernização sem mudança.** A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 201.

1879, se tivesse sido vendida vinte anos antes, custaria 1.200$000 perderá, pois o valor de 1/3 do valor.[137]

Não dispomos de informações detalhadas sobre a distribuição da população escrava entre os domicílios, mas o espaço na qual atuavam (se urbano ou rural), o que já é um indicativo do estado da produção na região. Os lugares que tinham a presença maior de cativos correspondem áreas que a produção agroexportadora se dá de maneira mais intensa como no vale do Camaragibe, que a escravaria corresponde a 0,7. As demais paroquias, possuem uma escravaria cujo total varia entre 0,3 a 0,6 de escravos, como se pode observar na tabela 2 e gráfico 2. Nesta tabela, selecionei algumas paroquias que considero representativas em termos sociais e políticos. Se compararmos esses dados percentuais do número de escravos com o quadro demonstrativo da população escrava na Província de Alagoas entre 30 de setembro 1873 a 31 de Agosto de 1882, perceberemos que 8% desse total de 10% de escravos trabalhava na lavoura, era do sexo masculino e tinha idade entre 21 e 50 anos[138].

O mais interessante desses dados encontra-se no quadro demonstrativo da população escrava da Província das Alagoas entre os anos de 1873 a 1882. Nele se pode observar o percentual dos escravos que trabalham na zona rural e/ou zona rural, a faixa etária desses deles, e quais são as suas condições jurídicas. Percebe-se que a maior parte é homem, trabalhar na lavoura e tem entre 21 e 60 anos. Penedo, Passo do Camaragibe e Anadia, concentra o maior número de escravos jovens. Esses dados foram organizados pela Thesouraria da fazenda das Alagoas[139] no anexo.

Com relação aos dados proporcionais do número total de pessoas livres, observa-se que esse fenômeno se concentrará em algumas cidades. O vale do Paraíba do Meio e o vale do Mundaú correspondem às áreas que mais possuem pessoas livres de toda a província, perfazendo um total de 8,8% para Imperatriz e 5,9 % Assemblea 5,9%, enquanto que o percentual das outras cidades varia entre 2,5% á 3,5 %, como se pode observar na tabela 2 e gráfico 2.

Essa concentração nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio de homens e mulheres livres, é resultado de um longo processo, como discutimos no capítulo II, no qual esses agentes vivenciam uma forma especifica de está no campo. Por ser um grupo

[137] JÚNIOR LIMA, Félix. Escravidão em Alagoas. Maceió, 1975. p,.87
[138] Quadro 2 do anexo
[139] APA. **RELATÓRIO DA THESOURARIA DA FAZENDA DAS ALAGOAS.** Ofº 223. Cx. 68

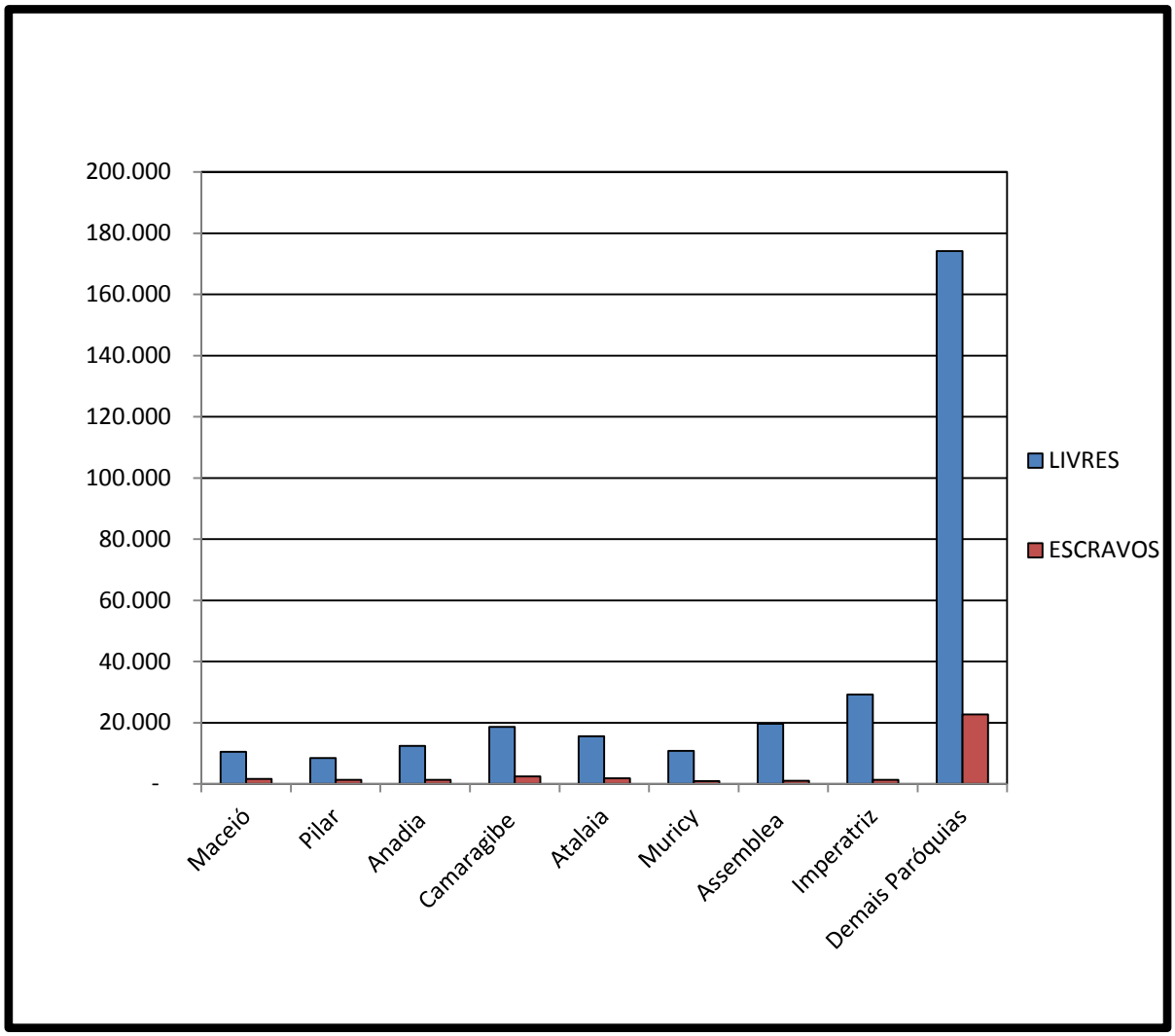
social heterogêneo, formado por brancos, negros, libertos, indígenas e quilombolas, todos compartilham da mesma experiência, que como poderemos ver na segunda parte deste trabalho que é viver uma vida camponesa.

Tabela 02 - Composição da População dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio

Nº	PAROQUIA	LIVRES		%	ESCRAVOS	%	TOTAL
1	Maceió	10.466		3	1.632	0,5	12.098
2	Pilar	8.458		2,5	1.348	0,4	9.806
3	Anadia	12.394		3,7	1.297	0,4	13.691
4	Camaragibe	18.681		5,6	2.472	0,7	21.153
5	Atalaia	15.609		4,7	1.882	0,6	17.491
6	Muricy	10.852		3,2	961	0,3	11.813
7	Assemblea	19.631		5,9	1.082	0,3	20.713
8	Imperatriz	29.277		8,8	1.340	0,4	30.617
9	Demais Paróquias	174.156		52,1	22.768	6,8	196.924
	TOTAL DE HOMENS/MULHERES	**299.524**		89,6	**34.782**	10,4	**334.306**

Fonte: APA. Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25

Gráfico 03- Percentual médio do número de homens e mulheres livres e escravos nos maiores núcleos populacionais da Província de Alagoas

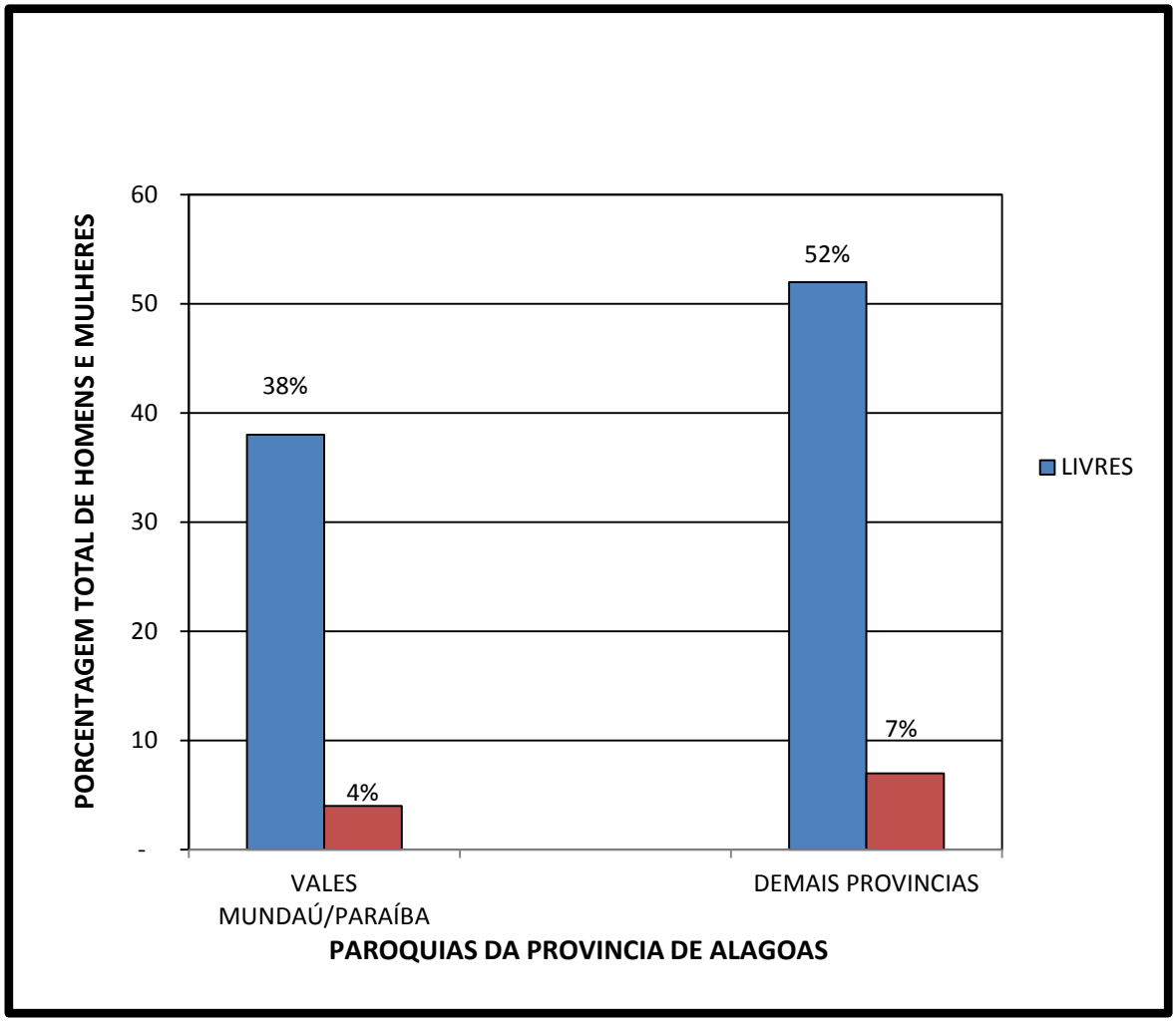


Fonte: APA. Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25.

Os dados que foram encontrados para os vales do Mundaú e Paraíba do Meio são elementos que se aproximam dos encontrados para outras regiões do país, especialmente para a região de Pernambuco, Sergipe e Paraíba. Por estes números, também, podemos visualizar o que representa esse contingente de homens e mulheres da região estuda. O total de homens e mulheres livres que habitavam o vale do Mundaú e Paraíba do Meio é de aproximadamente 30%, retirando o percentual referente as

cidades de Maceió e a Camaragibe, que entraram nos cálculos por ter parte do território ligada ao rios Mundaú.

Gráfico 04- Percentual médio do número de homens e mulheres livres e escravos nos municípios que compõem o vale do Mundaú e Paraíba do Meio



Fonte: APA. Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25

A composição social do vale do Mundaú e do Vale do Paraíba começará a sofrer alterações, a partir dos anos 1890. Embora, que inicialmente no pós-abolição a região acaba aproveitando a força de trabalho de sua população, em atividades ligadas a agricultura familiar (pequenos sítios com produção de mandioca, inhame, laranja, milho e gado), situação que será modificada a partir da década de 1950 com a consolidação

dos complexos industriais de açúcar e álcool, quando "terá inicio um intenso processo de expropriação" e esse segmento começará a migrar para a capital (Maceió) ou se tornar os contemporâneos trabalhadores do corte da cana (moradores de usinas ou de cidades cuja economia depende desse setor). Com isso, não digo que a migração interna em Alagoas só tenha acontecido a partir desse período, tenho consciência de que esse fenômeno, como demonstra a historiografia, parecer ser atemporal, tendo em vista as características das populações rurais, sobretudo, dada a sua necessidade de sobrevivência individual ou coletiva.

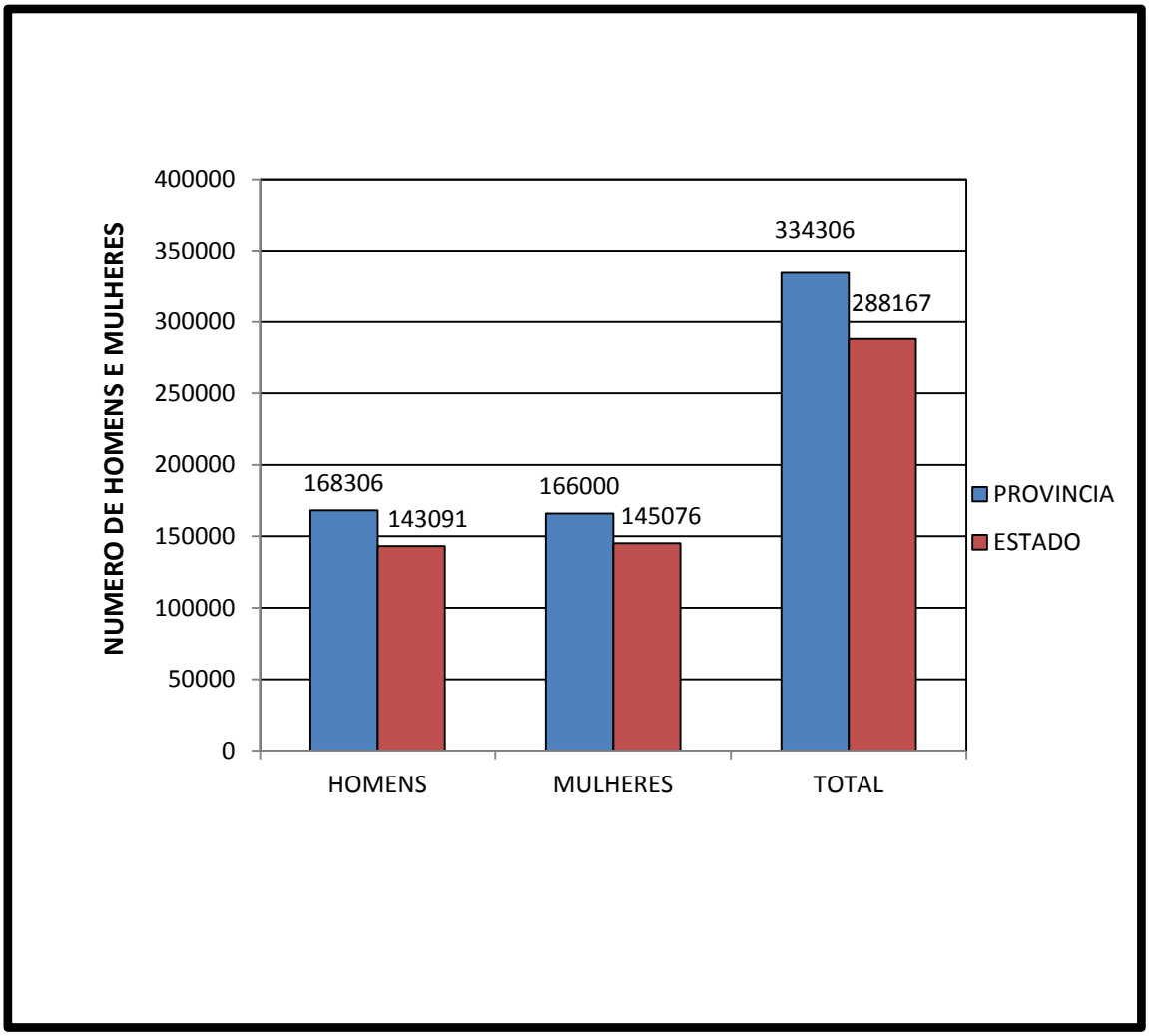
Nesse período, iremos encontrar na região outra maneira de viver o campo. Haja vista que, camponeses irão enfrentar novos tipos de conflito, principalmente os que possuem terra na antiga sesmaria de Urucu, (pertencentes ao município de Murici). Os processos de demarcação e medição das propriedades rurais buscavam a todo o momento, deslegitimar a ocupação de pequenos sitiantes na região. Quando o camponês tinha condições de acionar a justiça, arcando com os custos do processo, tinha início um longo processo de embargo, quando não os camponeses organizavam uma estratégia para se manter como camponês, uma dessas formas era o que Peter Eisenberg chama de *agregados.* Para o autor:

> Os senhores de engenho empregavam o trabalho livre de diversos modos, todos mantendo os empregados em dependência. Tradicionalmente, um dos sistemas mais comuns tinha sido a agregação (*squatting)*. Os agregados (moradores, também chamados de camumbembes) constituíam 95% da população livre do sul da zona da mata, segundo estimativa de Tollenare. O proprietário concedia um lote de terra inferior ao agregado para que ele construísse sua cabana de folhas de palmeira ou de barro e plantasse um produto alimentício, como mandioca, feijão, milho ou bananas. O dono da terra protegia o agregado, seguidamente em dificuldade com as autoridades ou com os outros fazendeiros. Em troca de tais favores o morador pagava uma parcela, talvez um décimo de sua colheita, sevia de guarda contra intrusos e alinhava-se com o fazendeiro em suas lutas contra o governo e os vizinhos. Às vezes os agregados trabalhavam um número específico de dias da semana para o dono das terras, situação conhecidas por morador de condição e que prevalecia na mata seca onde as plantações e a força escrava de trabalho eram menores.

Mesmo encontrando uma maneira de manter seu jeito de viver no campo, o impacto do processo modernização agrícola irá fazer com que o Estado sofra um decréscimo no número de homens e mulheres. Se observarmos o gráfico 4 e a tabela 3, percebemos que a população alagoana no final do século XIX começa a sentir

sensivelmente, os efeitos da discussão sobre a expansão das fronteiras agrícolas inicia em 1870.

Gráfico 05- Percentual médio do número total da população da Província de Alagoas e do Estado de Alagoas



Fonte: APA. Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25.

Tabela 03- Quadro demonstrativo da população de Alagoas por Estado e Distritos (1890)

Nº	Municípios	Homens	Mulheres	População Total do Município
1	Anadia	12.862	11.431	24.293
2	Atalaia	14.251	14.169	28.420
3	Limoeiro[140]	7.969	7.778	15.747
4	Maceió (Capital)[141]	8.811	10.530	19.341
5	Jaraguá[142]	5.945	6.212	12.157
6	Muricy	12.343	12.696	25.039
7	Passo de Camaragibe	11.437	11.259	22.696
8	Porto Calvo	14.596	13.807	28.403
9	Pilar	6.360	6.988	13.348
10	São José da Lage	7.584	7.841	15.425
11	São Miguel dos Campos	9.806	10.185	19.991
12	União	13.539	14.125	27.664
13	Villa de Viçosa	17.588	18.055	35.643
	TOTAL	**143.091**	**145.076**	**288.167**

Fonte: IBGE. Senso de 1890. www.ibg.gov.br

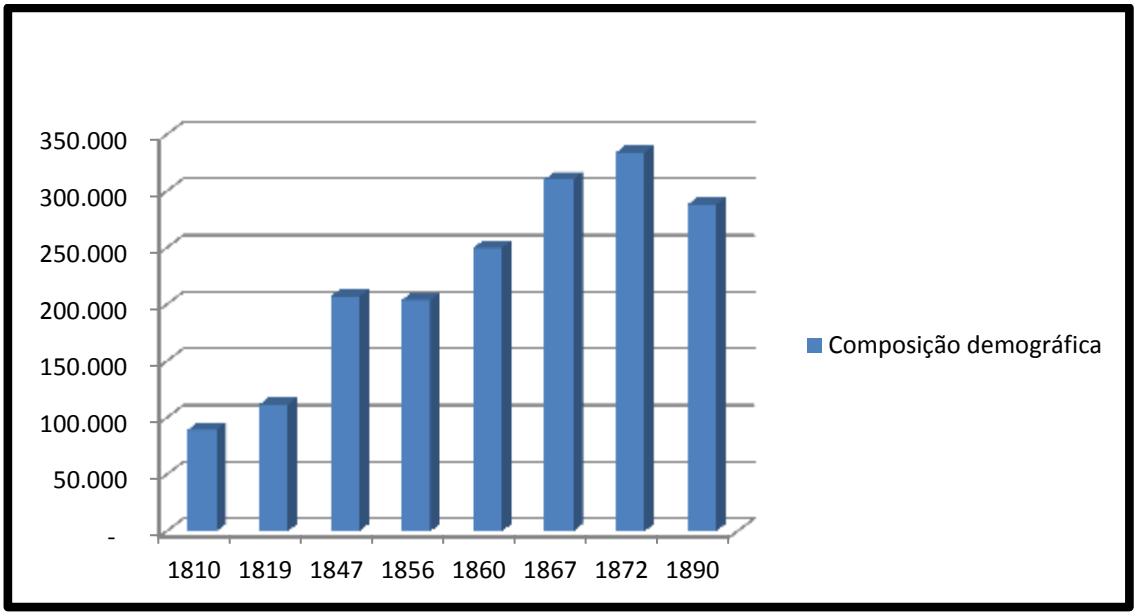
Diante desse quadro podemos concluir que da mesma forma que as áreas de produção açucareira apresentaram o maior número de cativos, também foram elas que possuem a maioria das posses, como destacamos, o papel desempenhado pelo Vale do Camaragibe, área que apresentou o maior número de escravos por paroquia. Consideramos também diante desses dados que a maioria dos domicílios os unidades não contava com a força de trabalho cativa, mas se apoiavam mesmo em família. Os números também apresentaram o decréscimo da população em 1890.

[140] Segundo o censo de 1890 esse município era composto pelos distritos de Arapiraca, Junqueiro, Limoeiro.
[141] Esse município era composto pelos distritos do Mutange, Levada, Trapiche da Barra, Bebedouro, Fernão Velho.
[142] Esse município era composto pelos distritos do Poço, Riacho Doce, Mirim, Pióca.

De modo geral, os dados aqui apresentados apontam para o fato de que a grande maioria da população do Vale do Mundaú, durante a vigência do período escravista, não contava com a posse de escravos. Além desses números, as narrativas que dão conta da presença de um grupo social considerado camponês, apontam a presença significativa desses sujeitos nesses espaços. Outros documentos arrolados têm mostrado que entre as profissões declaradas nos registros de profissão, temos ao de agricultor. Também podemos identificar que muitos homens livres no final do período imperial, estavam sendo chefe de família ou vivendo como agregado de algum proprietário, que passaram a viver sob a ótica de uma organização camponesa, cultivando seus roçados com a ajuda de filhos e outros parentes.

Manoel correia de Andrade ao observar o percentual de escravos na população nordestina no século XIX, adverte que tais taxas nunca foram particularmente altas. Os índices populacionais em Alagoas também variam significativamente, embora, seja sempre destacada pela historiografia apenas o seu crescimento.

Gráfico 06- Composição demográfica da Província das Alagoas entre 1810-1890



Fonte: APA. Diretória Geral de Estatística. Relatório do diretor Geral Interino da Repartição de Estatística. Silvino Eluidio Carneiro da Cunha. Comunicado sobre o fim do levantamento censitários das Paróquias. Província de Alagoas. Tesouraria da Fazenda. M: 164/ E: 25.

Nesse sentido, após verificar a ocupação dos Vales do Mundaú e Paraíba e acompanhar a evolução do crescimento demográfico da região, iremos mostrar como se comportou esse campesinato, nesse momento, o que será estudo nos capítulos a seguir, nos quais analisarei as características das unidades produtivas na região.

A grande população de livres pobres, formada, sobretudo por negros forros, seus descendentes e índios ex-aldeados, pode ser confirmada não só pela consulta aos livros dos autos políciais das freguesias de Viçosa, Atalaia, Maceió, Imperatriz, Porto Calvo, Porto de Pedras, como também aos registros eclesiásticos, que indicam a grande quantidade de pequenos sítios, denominados "lugares", existentes em toda a Mata Norte.A população que habitava nesses lugares, sobrevivendo da pesca e da coleta de frutas, recebia a pecha de vadios, principalmente pelos policias, como demonstram os registros. (BRANDÃO,1910)

No inverno de 1838, a correspondência do Capitão militar da vila das Alagoas, Bernardo Pereira de Vasconcelos, enviada ao Presidente da Província das Alagoas, Rodrigo Souza da Silva Pontes, solicitava reforços em seu corpo militar para conter as agitações dos homens livres pobres:

> (...) se acha acoitado no interior das matas, grande número de indivíduos que existem sem meios de subsistência e que pelo preço exorbitante dos viveres, se vêm constrangidos a lançarem mão do alheio, e abraçarem a carreira do crime. (APA. CORRESPONDENCIA, L: 148/E: 20).

O relatório nos fala, ainda, que os homens da mata eram "vagabundos, assoladores das matas, homens arruadores e provocadores", como o "façanhoso Vicente de Paula[143] que se acha acoitado no interior das matas, que da Serra São João se estende para o lado de Jacuípe" (IDEM), e precisavam ser repreendidos. Os homens livres pobres moradores das matas passaram a ser vigiados pelos capitães militares, desde o crescimento dessa população nas matas, no final do século XVIII.

A presença desses homens livres pobres era tão considerável, nas primeiras décadas do século XIX, na Comarca das Alagoas, que aumentou a preocupação com os "vagabundos e assoladores das matas", que habitavam o entorno dos engenhos por volta de 1800. Dessa forma, foi expedido um oficio, pelo desembargador e ouvidor-geral da Capitania de Pernambuco, José Joaquim Nabuco de Araújo, ao Secretário de Estado da

[143] Considerado o líder da Guerra dos cabanos - Conflito entre pobres rurais e o Estado nas províncias de Alagoas e Pernambuco. Teremos oportunidade de esclarecimento sobre o movimento e seu líder nos próximos capítulos da dissertação

Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, solicitando a criação de uma junta de justiça, para sentenciar crimes cometidos por vagabundos, índios, bastardos, carijós, mulatos e negros nas matas alagoanas, e que a jurisdição precisava mais juizes auxiliares. (AHU. CORRESPONDENCIA. AHU-ACL-CU-015, Cx. 222, D.15001).

Vagabundos, bandidos e facínoras eram os adjetivos utilizados pelas autoridades e a elite local, para identificarem os homens e mulheres livres pobres e outros "rústicos", e marginalizarem os espaços onde viviam.

De acordo com os estudos de Guillermo Palácios (1998), desde o inicio do primeiro século da colonização, a Capitania de Pernambuco, sendo grande produtora de açúcar, concentrava uma sociedade aristocratizante, que utilizava elementos culturais e sociais, como mecanismos de combate à resistência dos homens livres pobres à *plantation*:

> (...)- atravesada, simultáneamente, por criterios estamentales derivados de la esclavitude, comenzaba a producir estereótipos y tipificaciones ideológicas que se transmitirían a los siglos por venir como elementos de primera línea de la defensa ideológica del poder dominante: el mulato como ambisioso y oportunista, el "prieto" como vago e el blanco pobre como ocioso e indolente. (PALACIOS, 1998:34)

È através desses mecanismos organizados pela elite local que podemos identificar os "lugares" habitados pelos homens pobres livres na Mata Norte das Alagoas, em fins do século XVIII e início do XIX. Desse modo, as formas de organização desse espaço, para fins administrativos, econômicos e militares, expressam a apropriação e divisão em um imenso mosaico de lugares, pelas estratégias de sobrevivência da população que lá se encontrava.

Assim, os espaços na Mata Norte foram estabelecidos na luta travada, por um lado, pelos donos das terras tentando, muitas vezes conseguindo, organizá-los de modo a que atendessem as suas necessidades. Por outro lado, a Coroa tentando fiscalizar esses espaços para conter o contrabando e, bem ou mal, impedindo que as faixas de matas fossem apropriadas pelos senhores de engenhos.

E por fim, os homens livres que, de seu, só possuíam a liberdade e, em muitos casos, com a obrigação do foro, foram fundamentais para a reorganização do espaço da Mata Norte de Alagoas, pois exerciam uma pressão física por ela, ainda mais quando o seu contingente aumentava devido às secas, que traziam levas e mais levas de despossuidos para as várzeas do Paraíba e Manguaba.

Nesse sentido, o retrato da configuração espacial do final do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX, foi alterado pelas pressões exercidas pelos senhores de engenhos que, revestidos de agentes da Coroa, buscam monopolizar o espaço a partir do discurso da Conservadoria da Matas.

2.2- O conceito camponês em questão: uma categoria social em construção

Como resolvemos investigar as *experiências* de sujeitos que *viviam da pequena produção familiar*, num momento em que o país passava por grandes transformações econômicas e sociais, nosso primeiro desafio era saber o que simbolizava essas práticas sociais, culturais e econômicas para a sociedade alagoana oitocentista? Embora, pudéssemos perceber que, isso não seria uma tarefa tão fácil. Para ajudar a entender tais "modos de viver", existem pelo menos, quatro perspectivas interpretativas: o paradigma essencialista e unidimensional dos marxistas brasileiros dos anos 1950 e 1960; o paradigma paulista dos 'campinenses' sobre o papel dos homens livres pobres na transição do trabalho escravo para o trabalho livre; o paradigma econômico da brecha camponesa em áreas de *plantation*; o paradigma da resistência dos camponeses aos avanços do capitalismo na agricultura. Embora cada perspectiva tenha um significado peculiar, todas compreendem que esse "modo de viver" é prática *camponesa*.

Embora considerando a dificuldade que os estudiosos do campesinato têm em definir com precisão o seu significado. Nesse sentido, começaremos a justificar os nossos diálogos com esses diferentes caminhos interpretativos, a partir das reflexões de como esses sujeitos socialmente se apresentavam entre 1870-1890. Por que, essas "representações" nos ajudaram a identificar elementos que expressam a identidade camponesa desses sujeitos e a compreender o universo rural alagoano para além da lógica da *plantation*, ao revelar as condições de produções que viviam na Comarca de Atalaia. Vejamos três situações distintas:

Primeira situação: Em junho de 1871[144], o inverno rigoroso dava sinal de que a travessia entre o Pilar, as margens da lagoa Manguaba, e a capital da Província, seria penosa, seja por terra ou lagoa. Todavia, Hygino Sergio Tibutino de Oliveira e

[144] APA. **Autos Policiais e Administrativos. Livro de Registro da Delegacia de Maceió**, M:01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.

alguns “camaradas”, fizeram esta travessia. Por conta do mal tempo durante o dia, que alagou o caminho e fez o rio Paraíba do Meio “encher demais e sangrar na cidade do Pilar [lagoa Manguaba]”, Hygino e seus camaradas resolveram prolongar por mais tempo a permanência na cidade de Maceió na “hospedaria de Isidoro Ribeiro Campos”, até que o tempo melhorasse. No dia seguinte, já passava das três horas da tarde, e a chuva intermitente, não permitiu que Hygino retorna-se para a sua casa. Sozinho, resolveu se divertir para afastar a solidão da tarde chuvosa, convidando o alferes Isidoro, para “jogar conversa fora”. A distração se prolongou por mais ou menos três horas ao consumo “seoveja”. Tudo corria em boa camaradagem, até que Hygino começou a insiste com muito entusiasmo e quase sem pudor em brincadeiras “desnecessárias”. Se não fosse a intimidade descabida de Hygino, a tarde chuvosa poderia ter tido um desfecho perfeito, se não fosse à retaliação de Isidoro diante dessa “intimidade”.

Ao convidar Hygino a acompanha-lo até a porta de saída do estabelecimento, “que [lhe] parecia muito natural em tais [situações], visto estar encommodando os demais fregueses da casa”, foi agredido com “uma garrafa que jogou-a sobre ele (Isidoro)”. Isidoro para conter tal sujeito, “jogou-lhe uma cadeira do restaurante”, e diante da situação Hygino, foi forçado a sair do estabelecimento, mostrando-se furioso. Passado alguns instantes após a exaltação de Hygino na hospedaria, o alferes foi avisado, por Candido Passos, que “se previnisse que Hygino o vinha matar”[145]. Não tardou para que, “tomado de raiva”, Hygino viesse com um punhal em mãos em direção ao restaurante da hospedaria, lançando-se com “grande força para abrir a porta do estabelecimento, de tanto não conseguiu”. A denúncia de Isidoro, apesar de ter sido noticiada nas páginas policiais do Jornal da Alagoas, aos dez dias do mês de junho de 1871, não teve maiores consequências, por que as testemunhas atestaram que não houve nenhum grande problema. No mais, o delegado percebeu que a “briga” não trouxe transtorno para o proprietário, e dava por encerrado o caso. Isidoro Ribeiro Campos era casado, tinha 48 anos de idade, “vivia do comércio” e tinha o ofício de alferes no corpo de Polícia de Maceió. Hygino, “vivia da agricultura” no sitio denominado Pernambuco Novo, no Pilar. Esse encontro na hospedaria resultou em inquérito polícia por lesões corporais, no qual o alferes era a vítima e o agricultor o réu. No documento, não há

[145] Idem

menção á cor do denunciante, mas a do acusado, no entanto, foi mencionada em vários momentos, como preto.

Segunda situação: Cerca de três meses depois, do evento narrado logo acima o chefe de polícia de Maceió, Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, começava mais um dia de trabalho com um caso de fuga de escravo. Para a repartição assunto trivial. Dessa vez, tratava-se de Manoel, um "preto", com idade ignorada, propriedade do senhor de engenho o baiano Antonio Pereira da Silva Paranhas. Essa história seria "natural" se o chefe de polícia tivesse considerado a sua "ocupação" legítima. Buscando entender os motivos da fuga, Delfino Augusto, propôs ao preto Manoel que falasse sobre ela. Manoel, não tardou em explicar que tinha vindo de navio, que foi vendido ao capitão da embarcação pelo próprio Paranhas. E, que quando o navio atracou em Pernambuco para reparos, fugiu, e veio para Alagoas. Vivia no lugar chamado de Pernambuco Novo, as margens da lagoa, no munícipio do Pilar. Ao ser interrogado sobre o que fazia na cidade de Maceió, com o barco, respondeu que "ocupava-se algum tempo no rio [Lagoa Manguaba]"[146].

Terceira situação: Já nos inventários, que registram os bens materiais mais importantes da vida de uma pessoa, encontramos alguns fragmentos referentes às suas práticas de sobrevivência. Como no inventário de João Mariano, 30 anos, com nove filhos, *plantando para comer.* Pedro Luiz, natural de Anadia, 50 anos, agricultor que, com sua família, colheu dez alqueires de milho, trinta de feijão e vinte de mandioca, em 1878, *para seu passar*. O agricultor de 24 anos, natural de Maceió, João Francisco, que vivia com sua mulher Maria Inácia e seu filho Henrique, *plantando para sua sustentação*. E Manoel da Silva, 60 anos, pardo, que vivia com sua esposa Ana Maria, também parda, e seus cinco filhos, tendo colhido cem alqueires de mandioca, cinquenta de feijão, em 1834, *tudo para seu gasto*; Vicente José, natural de Atalaia, 35 anos, casado, pai de sete filhos, agricultor que plantava e *colhia para o consumo de sua casa*[147].

Como se pode observar, existem múltiplas expressões para nomear a mesma experiência: "viver da agricultura". Mas, o que isso significa? A primeira vista, isso representa os diferentes sentidos que as práticas agrícolas desempenham na vida de cada pessoa. Uns afirmam produzir *para a sua sustentação* (considero que essa prática não

[146]APA, **Autos Policiais e Administrativos.** Livro de Registro da Delegacia de Maceió, M: 01/ E: 02 1870/1874, folhas sem numeração.
[147] APA. Diversos. INVENTÁRIOS. 1870/1884.

exclui, por exemplo, o exercício comercial dos excedentes), outros plantam para *comer e para o gasto* (reprodução do núcleo familiar). Numa perspectiva mais ampla, esses termos, parecerem ser um daqueles enunciados capazes de revelar regras de sociabilidades e elementos constitutivos de suas identidades. Por que, ao revelar suas "ocupações", e suas formas de estabelecer relações, nos é permitido identificar os aspectos que os colocam como pertencentes a um grupo ou ainda, os ajudam a estruturar seus lugares nos campos em disputa. Nesse caso, podemos considerar que esses sujeitos, ao apresentarem similitudes em suas práticas sociais, na qual a produção de "gêneros de subsistência", a reprodução familiar a partir dos próprios esforços e os arranjos de trabalho para sobreviver, provavelmente "se filiavam por diferentes interesses" num grupo reconhecido como aqueles em que "viviam da agricultura" em Alagoas. Para a historiadora Wlamyra Albuquerque, esses sujeitos buscavam demarcar posições, estabelecer fronteiras sociais e culturais, a fim de serem reconhecidos socialmente. Ela reconhece que existem muitos elementos culturais e sociais que servem como elos entre os diferentes indivíduos. Seu estudo aponta para os arranjos "organizados" por homens e mulheres negros que tiveram limites impostos as suas vidas por conta da racialização das experiências sociais. Por isso, acreditamos que "viver da agricultura" em Alagoas, poderia até ser atividade de uma camada bastante fluida e diversificada, mas, "na hora em que a situação apertava" alguns encontravam uma maneira de reafirmar-se ou colocar-se como tal.

Todavia, as experiências citadas como a de Hygino, Isidoro, Manoel e tantos outros sujeitos que vão aparecer no decorrer do texto, demonstram que suas práticas são "formas" de "viver o/no mundo rural". Prática que será reconhecida historicamente como camponesa. Segundo Mario Grynszpan "camponês é uma forma determinada de estar no campo" [148]. E, essa "forma determinada" para ser reconhecida como tal, possui alguns princípios básicos que permite tanto aos intelectuais, quanto aos militantes dos movimentos sociais, dialogarem em torno de "pontos comuns" capazes de demonstrar a presença, a forma ou a condição camponesa, sob as variadas possibilidades de objetivação ou de situações sociais. Entre as mais reconhecidas estão aquelas em que (os sujeitos) tem acesso a uma parcela de terra para produzir (legal ou não), sua produção se faz, fundamentalmente, a partir da força trabalho familiar (não excluindo

[148] MOTTA, Márcia. (org.). **Dicionário da Terra**. Verb. Campesinato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.72-75.

uma força adicional) e sendo a unidade de produção familiar, ao mesmo tempo, consumidores e produtores (o que não excluí a possibilidade da comercialização de excedentes).

Segundo Eric Foner reconhece ser perigoso utilizar o termo " campesinato'' par algumas situações, como por exemplo, o Sul dos Estados Unidos, nos pós- emancipação. No entanto, ele acaba incorporando o conceito entender que era possível estabelecer algumas relações " entre a economia política dos negros das terras baixas," e o "campesinato reconstituído" do Caribe e a agricultura em pequena escala parcialmente independente do mercado em outros contextos históricos[149]. De fato, o problema para o autor está na dificuldade em classificar quem pode ou não ser considerado camponês. Vários os autores ao longo de todos esse tempo, tentado conceituar o que se entende por campesinato.

Já para Wagley e Harris aos estudar os camponeses latino-americanos (ligados à horticultura e outras economias regionais) afirma que os camponeses se diferenciam claramente dos trabalhadores em engenhos e usinas, pela "dependência e lealdade ao patrão, somada a característicos arranjos de propriedade fundiária, ocupação e organização comunal, peculiares ao regime de monocultura, que distingue as subculturas de engenho das subculturas camponesas". Para esses estudiosos, o que era relevante no processo de constituição da identidade camponesa era a sua autonomia.

Para Shanin o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um "mundo diferente", que apresenta padrões de relações sociais distintos, logo um modo de vida próprio. Já para o economista russo A.V. Chayanov o que caracteriza a identidade camponesa é a sua economia familiar:

> Uma análise organizacional das atividades econômicas da família camponesa é a nossa tarefa – uma família que não emprega mão-de-obra de fora, que tem disponível uma certa área de terra, tem os seus próprios meios de produção e é às vezes obrigada a gastar uma parte de sua força de trabalho em trabalhos e atividades não-agrícolas[150]

De todas essas definições, percebemos que Ploeg, consegue reunir elementos conceituais dos demais autores citados. O autor qualifica a agricultura camponesa pela articulação estreita entre a produção e as relações sociais. Ou seja, o autor chama

[149] FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**: Emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.173-174.
[150] CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974. CONGOST, R. Tierras, Leyes, Historia. Barcelona: Editorial Critica 2007. p.51

atenção para o lugar social do *campesinato* na sociedade; algo a que chama de "condição camponesa" definida por seis características: uma relação de coprodução com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

Sua concepção de campesinato seria a expressão "ampla" da natureza heterogênea dessa condição camponesa que conduz a diferentes tipos de modos de produção camponês, construídos em torno de características comuns: uma relação intima com recursos naturais vivos, mas limitados a intensificação do trabalho e a valorização da ajuda mútua; um distanciamento institucionalizado das regras do mercado capitalista associado à capacidade de autonomia.

O debate teórico sobre a categoria camponês no Brasil, em linhas gerai se divide-se entre *campesistas* e *descampesistas***,** termos utilizados por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva em texto intitulado *Terra Prometida.* Os termos referem se às perspectivas de se ver o futuro do campesinato. O primeiro apontando para a sua permanência e rearticulação ao longo da história, e o segundo enxergando sua extinção. Para Martha Marquez, esse debate sobre a permanência ou não do campesinato, resultam questões de caráter ideológico, ficando evidente que "se ainda existem camponeses hoje, é provável que eles não irão deixar de existir tão cedo". É notório que os processos sociais que viabilizam a existência camponesa têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que levam à extinção.

Para Margarida Moura, é mais correto pensar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Para a autora, as transformações históricas indicam que o camponês adaptou e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se, mas permaneceu identificável como tal e que essa permanência do campesinato na engrenagem de reprodução do capital passa a ser um fascinante tema a ser analisado e compreendido.

De acordo com Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa à importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração a sociedade. O campesinato possui uma organização da produção

baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao "descampesinamento", ora à sua reprodução enquanto camponês.

Para Paulo Zarth e Márcia Mota, organizadores de uma das mais completas coleções sobre a história social do campesinato no Brasil, ser *camponês no Brasil* é:

> Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, **a categoria será reconhecida pela produção**, em modo e grau variáveis**,** para o mercado, termo que abrange, guardando as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se **a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores** (cultivadores, agricultores, extrativistas), **as condições dessa produção** guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referência de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferentes projetos de inserção das gerações[151].

Os historiadores alagoanos são simpáticos a esses conceitos, principalmente, os que se debruçam a estudar a realidade rural local no século XX, por que eles acreditam que "apesar" do "predomínio" da cana de açúcar sob o território alagoano, os grandes proprietários "sempre" deixaram "espaço livre" para que moradores de engenhos/usinas ou trabalhadores rurais pudessem cultivar para o seu sustento[152], principalmente, na região da Zona da Mata. Considero que, pensar as experiências camponesas em Alagoas, como sendo uma "brecha camponesa", ao invés de reforçar sua presença, tem minimizado os movimentos sociais rurais, por que faz "emergir" um caráter cordato,

[151] Definição atual do conceito de Campesinato. MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. (org.). **Apresentação á Coleção.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP, Brasília Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. pp. 07-08

[152] HEREDIA, Beatriz**. Formas de Dominação e Espaços Social:** A modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq 1989.

pacífico, esgarçado, pobre coitado e isolado do conhecimento, ao acreditar que "eles (os camponeses) foram expulsos por não pode disputar com a cana-de-açúcar". De todo modo, essa relação entre moradores e proprietários legais da terra (usineiros ou senhores de engenhos) precisa ser melhor estudada em alagoas. Talvez, conceitos como autonomia e paternalismo não sejam suficientes para sintetizar tais condutas, principalmente, quando intensifica a incorporação de formas de imobilização da força de trabalho (de trabalhadoras livres e relativamente autônomas). Intensidade que estava condicionada ao papel do capital financeiro do setor agroexportador[153].

O conceito de camponês além de ser polissêmico, sempre foi polêmico. Seu emprego é marcado por debates acalorados e normalmente encontra-se associado ao seu processo de reconhecimento político. Característica, que deixava até mesmo os mais experientes historiadores, como Ciro Flamarion Cardoso, "cautelosos". Penso que, essa cautela, afastou muitos pesquisadores. Nos anos 1980 e 1990 havia certa resistência a tal noção, dado os argumentos postuladas nos anos de 1982 por Ciro Flamarion Cardoso ao chamar atenção para a imprecisão do conceito, que por ser "escorregadia" e "ampla demais" enxergava isso como uma grande dificuldade para o trabalho historiográfico[154]. Embora, venha reconhecer anos mais tarde, que seria "impossível abandonar tal noção", por se tratar de uma ideia que pertence à memória social, que foi "difundida muito antes do advento das ciências sociais", mesmo considerando ainda ser categoria uma "ampla demais e carregada de estereótipos e de lugares-comuns, culturais e políticos". Mas, a polêmica não começa, e nem termina por aí.

Para muitos pesquisadores, o campesinato é algo historicamente datado e geograficamente situado, por isso, não seria possível, falar de camponeses do século XVIII e XIX no Peru ou no Brasil, já que seus "legítimos" representantes são os agricultores de parcelar, que viviam na Europa num tempo anterior ao capitalismo. Já para outro grupo de estudiosos, que não chega a discordar da ideia anterior, o campesinato além de ser europeu, ele está fadado ao desaparecimento, porque que esses sujeitos estão organizados entre as sociedades ditas primitivas e as complexas. Também

[153]A historiadora Christine Dabat em sua tese de doutorado traz uma extensa discussão sobre os diferentes significados do termo "moradia", mas precisamente Pernambuco. DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p254.

[154] CARDOSO, Ciro F. S. **Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas**. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002. pp.19-38. _____. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

existem aqueles que, advogam o fim da condição camponesa, por que o capitalismo o teria "eliminado", ao criar uma nova divisão de classes (trabalhadores e camponeses).

Embora os cientistas sociais, tenham propagado de forma generalizada o seu fim, um grande grupo de pesquisadores, no qual estou nos incluindo, não só acreditam que ainda existem mesmo em sociedades modernas, como tem demonstrado a sua capacidade de se resignificar. Segundo Mario Grynszpan a "chave" para compreender essa persistência estaria, segundo algumas vertentes analíticas, no caráter familiar da unidade camponesa, na sua natureza ao mesmo tempo de produção e de consumo. Isso lhe conferiria um considerável grau de autonomia, de capacidade de se contrapor a pressões externas, como as do mercado, por exemplo, mesmo quando o seu acesso á terra fosse mediado por um senhor, isso seria possível graças á auto-exploração familiar e ao autoconsumo, isto é, ao consumo da produção do lote de terra.

Os usos e desusos do termo camponês na literatura nacional e internacional, nos mostra na verdade, o emprego dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. Assegurando aos historiadores preocupados, que o termo *camponês* ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia ou sincronia. Ele passa a remeter á possibilidade de simultaneidade da não-simultaneidade. Por que, historicizar os conceitos parte da premissa de que se faz necessário confrontar e medir a permanência e alteração dos sentidos atribuídos. Na verdade, o conceito é *o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período.*

Ao mesmo tempo em que se investigava a função política e social desse conceito, percebemos, que muitos historiadores não atentaram para o fato de que, *como em muitos outros casos de enquadramento social e político,* segundo Márcia Motta e Paulo Zarth, o conceito de camponês é *uma categoria de auto-identificação, portanto contextual, produto de investimentos de grupos específicos, desloca-se, sob empréstimo e (re)semantização, para os campos político e acadêmico e, nesses universos sociais, sob o caráter de signo de comportamentos especialmente hétero-atribuídos ou sob o caráter de conceito, apresenta-se como generalizável*[155]. No seu caso especifico de pesquisa os sujeitos encontrados nos documentos se auto-identificam ou são identificados lavradores, roceiros, meeiros, moradores, agricultores.

[155]MOTTA, Márcia, ZARTH, Paulo. (org.). **Apresentação á Coleção.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, Vol. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP, Brasília Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. p. 10.

No meio desse debate, dos que tentavam definir quem era ou não camponês, e os que acenavam sua persistência no mundo moderno, encontramos um esforço coletivo, não só intelectual, mas também político de diferentes profissionais, em torno do papel e do lugar dos camponeses nas sociedades capitalistas. E, parece que uma das vias de análise abertas, que rompe não só com o essencialismo das reflexões marxista dos anos 1960, mas também com o formalismo das definições mais rígidas instituídas nos anos de 1980, seriam aquelas que tomam o campesinato como uma identidade, construída e redefinida em função de fatores diversos, de contextos históricos, sociais, culturais, e mesmo do trabalho de representação de atores políticos, como organizações, partidos e lideranças, formuladas a partir dos anos 2000 quando o dialogo multidisciplinar no interior das ciências humanas estabeleceu novas delimitações para o termo *camponês*.

A partir desse movimento, os estudos envolvendo a pequena produção familiar no mundo rural brasileiro adquiriram novas nuances, como as que foram apresentadas acima, ao historicizarmos o conceito de camponês. De maneira geral, as pesquisas sobre esse segmento têm se concentrado no século XIX, uma vez que são trabalhos de campo elaborados por sociólogos e antropólogos, cuja analise são os acontecimentos contemporâneos, havendo, portanto, um contato mais direto entre investigador e o seu objeto de estudo. Enquanto que para os séculos anteriores ao XX, mais especificamente o século XIX os estudos sobre o rural brasileiro vem se consolidando, sobretudo, no que se refere "a realidade rural oitocentista do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul". Para as demais localidades, esses estudos são menos sistematizados.

O grupo de pesquisadores da primeira metade do século XXI com formação multidisciplinar que teve o caminho aberto nos anos 1980 pelas pesquisas orientadas por Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva e a produção por ela influenciada nos anos 1990 teve importante papel na "mudança" da historiografia brasileira. Faz-se notório o quanto suas produções (monografias, dissertações e teses) ajudaram a questionar "o paradigma paulista" com relação à transição do trabalho escravo para o livre, apresentando as múltiplas formas de inserção social e econômica do homem livre na sociedade escravista. Desse debate surgiam informações sobre o mercado interno brasileiro no século XVIII e XIX; o que cultivavam esses pequenos produtores; quais as estratégias de sobrevivência para "conservar e preservar" o seu pequeno capital e o que faziam para assegurar o seu acesso á terra.

Ao questionar duas "máximas" da historiografia brasileira sobre esses sujeitos históricos: a de que esse segmento possuía pouca importância para a sociedade escravista, por formar um contingente de "desclassificados, inúteis e inadaptados" [156] e a de que como essa população denominada de *trabalhadores nacionais*[157] foram "aproveitados", principalmente pelos cafeicultores nesse período predominantemente escravista, mas de constituição de um mercado de trabalho livre na província, os historiadores não só quantificaram esses indivíduos, como também procuraram explicar suas atividades agrícolas, seu modo de viver e as relações mantidas por eles com outros grupos presente na sociedade, problematizando assim o conceito de *homens livres pobres*[158]. Atualmente, os pesquisadores de posse dessas informações tornaram possível avaliar o processo de constituição da estrutura fundiária desses sujeitos que viviam no século XVIII e XIX em vários municípios, e em muitos casos, relacionar tais informações com a atividade agrícola ou econômica praticada pelos camponeses.

Quando na década de 1970 os jovens pesquisadores Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, realizavam suas pesquisas sobre a história da agricultura brasileira, no curso de pós-graduação em desenvolvimento agrícola, da Fundação Getúlio Vargas[159], o cenário político brasileiro, não era um dos melhores. Vivia-se o período o mais "difícil" da ditadura militar. Alguns anos depois, por volta de 1981, quando se iniciava o processo de abertura política lenta, geral e irrestrita, protagonizado pelo último presidente militar, João Figueiredo era organizado o resultado das atividades iniciadas há quase uma década, no livro *História da agricultura: combates e controvérsias* e na criação da linha de pesquisa em história

[156] Entre os autores clássicos da historiografia, o primeiro a apontar a existência dos homens livres pobres na sociedade escravista brasileira, parece ter sido Caio Prado Júnior, ao estudar a agricultura do país, sobretudo, quando destacou existência de dois setores distintos econômicos, o mercado interno e externo. PRADO JÙNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** – colônia. São Paulo: Companhia das Letras 2011. pp 300-304.

[157] EISENBERG, Peter L. **O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX**: sugestões para uma pesquisa. In: Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil-século XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989. pp. 223-245

[158] Em estudo pioneiro, desenvolvido nos anos de 1983 sobre a inserção dos homens livres na ordem escravocrata. Maria Sylvia de Carvalho Franco, analisou através de processos-crime as relações de poder e a funcionalidade desses trabalhadores no interior do escravismo. Para a autora os "arranjos" estabelecidos pelos homens livres para sobreviver estava ligado ao sistema autoritário de associações morais de lealdade e dependência que regulavam a "contraprestação de benefícios" por serviços prestados, ocupando terras inférteis ou servindo para a expansão da fronteira agrícola das propriedades senhoriais. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

[159] Conhecida pela atuação e militância politica, a professora Maria Yedda Linhares em plena ditadura militar institui um programa de pesquisa volta para "problematizar e investigar" a realidade agraria brasileira.

social da agricultura ou história agrária, desenvolvida a partir dos anos 1980 no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, que segundo Marcia Motta se consubstanciaria com os diversos e distintos temas ligados ao universo rural tratados no texto publicado.

Esse movimento organizado por Maria Yeda Linhares protagonizou dois movimentos pioneiros no país. O primeiro estaria ligado ao incentivo acadêmico para que discentes da graduação e pós-graduação realizassem pesquisa sobre a realidade rural do país. O segundo movimento seria o debate sobre o "paradigma plantacionista", que aprisionava os alguns sujeitos históricos "a invisibilidade" de uma sociedade polarizada entre senhores e escravos. Para Maria Yeda Linhares,

> Estudar essa economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço- expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e o uso da terra e as técnicas-**seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da casa grande (por vezes, da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei, dos coronéis do sertão** (Grifo nosso)[160].

E alguns pesquisadores respondiam a esse convite. Hebe Mattos mostrou a importância das lavouras de alimentos em Capivari/RJ e sua diversidade fundiária. Célia Maria Loreiro Muniz investigou a estrutura fundiária dos pequenos e médios produtores de alimentos em Valença/RJ. Sheila Siqueira de Castro mostraria a mesma questão só que para a região de Campos dos Goitacazes/RJ. Kátia M. de Queirós Mattoso traz para o debate o mercado de alimentos, produzidos no recôncavo baiano e comercializado em Salvador. Não sabemos como, por exemplo, os historiadores Bert Barickman e Guillermo Palacios ouviram e viram esse chamado, já que não fazem parte do "grupo" da tão propagada "Linha de Pesquisa: História Agrária". Os projetos de pesquisa desses dois últimos autores, transformados em livros no final dos anos 1980 em seus países (Estados Unidos e México), serão fundamentais para compreender "a agricultura de subsistência", a "estrutura fundiária desses pequenos produtores" e a "condição camponesa nas áreas de *Plantation*" no Recôncavo baiano e na Zona da Mata Pernambucana. Todos esses estudos buscaram na medida do possível fazer o debate das principais questões colocadas pela historiadora Maria Yeda Linhares, tentando explicar o papel da agricultura de subsistência no período colonial e no Brasil Império. Como

[160] LINHARES, Maria Yedda Leite.; SILVA; Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura:** combates e controvérsias. Rio de Janeiro: brasiliense, 1981. p.119.

resultado dessa discussão víamos a desconstrução da ideia de um "mundo rural latifundiário, monocultor e escravista", e a problematização da "subordinação" dos *homens livres pobres.*

Ao chamar atenção para a "política metropolitana e suas tentativas de regulamentar a produção de alimento no interior da colônia ou do poder imperial", a historiadora mostrava que a "atividade agrícola dos pequenos produtores de alimentos" exercia no mínimo duas funções: garantir o sustento familiar e atender as demandas sempre crescentes dos núcleos urbanos em expansão, e também as necessidades "oficiais" dos órgãos militares. Maria Yeda Linhares, também fala da importância das "formas de organização dessa pequena produção", sobretudo, as unidades produtivas de gêneros alimentícios e de pequenos animais (criações).

Estudando a presença dos gêneros agrícolas nas diferentes regiões do país, a historiadora destaca a mandioca, como o principal produto cultivado no nordeste, ao enfatizar a importância da produção de mandioca da Bahia, e reivindicando novos estudos sobre "a produção de alimentos" para o abastecimento interno de outras regiões do Nordeste. Nota-se em seus estudos, que a pecuária desempenhou um papel, importantíssimo no abastecimento dos centros urbanos. Na primeira metade do século XVIII, quando o "gado", ainda era responsável pela interiorização da América Portuguesa, os pastos de Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, possuíam entre 500 a 1,5 milhão e meio de gado, e apesar de não ter mencionado Alagoas, os atuais historiadores coloniais destacam acentuada presença de rebanhos de vacum nos vales próximos aos rios Paraíba, são Miguel e Mundaú.

Embora a historiadora Maria Yeda Linhares aponte a presença desses gêneros alimentícios em todo o território brasileiro e, ressalte o seu importante papel na dinâmica de sustentação do próprio sistema agroexportador, os historiadores alagoanos parecem "ignorar essa lógica". Isso acontece em alagoas por quê? Argumenta os historiadores, que a "produção de gêneros alimentícios por um longo período de sua história foi quase nula, exceto no início do século XVII". A máxima da historiografia local, por exemplo, é a de que "não existe história de Alagoas, sem a presença do açúcar". Segundo o historiador José Ferreira Azevedo, até os primeiros anos do século XVII, Alagoas "era um celeiro de vários produtos", no entanto a destruição durante a ocupação holandesa, e a posterior expansão canavieira, "impediram o desenvolvimento diversificado da produção de alimentos, ao ponto de, no final do século XIX e início do XX, o Estado tornar-se um importador até mesmo de farinha de mandioca e outros

produtos agrícolas básicos", assegurando assim que a presença holandesa foi de fato o elemento "responsável" pela impossibilidade de se caminhar rumo à diversificação econômica e contribuiu para a consolidação[161].

O argumento utilizado por José Ferreira de "falta de espaço" para produzir gêneros alimentícios em Alagoas (conhecida como "área de *plantation*"), por conta do "carácter reinol" da cana de açúcar no território, parece ser um discurso corrente entre os estudiosos que se debruçam sobre a realidade agrária nordestina. Pelos menos, é o que nos mostra, as investigações do historiador Cristiano Luís Christillino[162], ao questionar, a "justificativa" oferecida por Peter Eisenberg em seu renomado ensaio sobre a modernização da produção açucareira em Pernambuco[163] para a grande quantidade de terra livre existente até mesmo nas consagradas áreas de produção canavieira.

Cristiano se pergunta, por exemplo, o que fazia os senhores de engenho com "80%" de suas terras, já que somente 20% delas eram utilizadas no cultivo da cana? Certamente ironiza, não ficariam "ociosas", motivos para isso não faltavam. Para, o autor o "paradigma plantacionista" ainda é predominante nas narrativas históricas que explicam a Zona da Mata pernambucana, e reconhece, ao estudar, a estrutura fundiária de Nazaré da Mata, que tal discussão, esconde não só a produção de gêneros agrícolas, na maioria das vezes, mais importante para a saúde financeira da unidade produtiva, do que a lavoura canavieira, como também "a real finalidade da terra, nesse tipo de organização produtiva". Vejamos as suas críticas:

> Nesse período [1850], em Jaboatão, cada engenho colhia anualmente, em média, apenas 31,5 hectares de cana. Mas, pelo que vimos nos registros paroquiais da Freguesia de Nazaré, as propriedades dos engenhos eram bem maiores do que a área dos 31 hectares, logo grande parte das terras dos engenhos estariam disponíveis a outras

[161] AZEVEDO, José Ferreira. **Formação sócio-econônica de Alagoas, o período Holandês (1630-1654)**: uma mudança de rumo. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Alagoas Colonial:construindo econômicas, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp.28-29.

[162] Resultado dos estudos pós- doutoral na Universidade Federal de Pernambuco. Esse trabalho faz um analise comparativa "sobre a estrutura fundiária de dois municípios de regiões diversas do Império, um na serra gaúcha [Taquari] e o outro na zona da mata pernambucana [Nazaré da Mata], permite alcançar sínteses mais amplas da história social e agrária de um país tão extenso e culturalmente heterogêneo quanto o Brasil". CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **A zona da mata pernambucana e a serra gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX. (**no prelo). Enviado a Revista Clio do Programa de Pós-Graduação de História da UFPE no dia 15/08/2011 e aprovado 28/01/2013. Enviado em 25/07/2012 por e-mail pelo o próprio autor para pudéssemos utilizar neste trabalho.

[163] EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1997.

> culturas, ainda que parte delas estivesse em "alqueive" (descanso) e outras ainda cobertas pela vegetação florestal. O autor aponta que, entre os motivos da extensão relativamente limitada das lavouras canavieiras, estavam a precariedade do transporte da cana até os engenhos e o reduzido espaço de tempo entre a colheita e a moagem. Outro seria que o serviço nas lavouras canavieiras era "altamente trabalho intensivo", sendo o arado utilizado somente em algumas áreas de várzea, e o cultivo era feito a partir do uso da enxada. Os terrenos de montanha e de colinas eram ainda mais difíceis de serem trabalhados e, portanto, demandavam uma mão de obra ainda maior. Dessa forma, as lavouras de cana-de-açúcar não abrangiam toda a extensão das terras dos engenhos. Segundo Peter Eisenberg, a terra também era usada como reserva para a população livre, para pequenas lavouras de subsistência, para os pastos dos animais de tração e para o arrendamento. Peter Eisenberg nos oferece indícios para uma análise da estrutura produtiva da Zona da Mata de Pernambuco**,** alternativa à *visão plantacionista*, apesar disso, ele a ratifica ao afirmar que os alimentos vinham de outras regiões, fora de Pernambuco. Chegou a defender que, antes do advento da ferrovia, os cereais eram importados de Portugal e as carnes, neste caso o charque, seria adquirido no Rio Grande do Sul e na Argentina. Isso quando, no sertão pernambucano, a dedicação era quase, exclusivamente à pecuária[164].

Se não existia espaço para o cultivo de gêneros alimentícios, ao ponto dos alimentos básicos, serem trazidos do Rio Grande do Sul ou de outras províncias. Pelos menos, lugar para pescar em Alagoas tinha![165] È o que nos mostra Arthur Curvelo ao estudar a atividade pesqueira dos moradores das principais vilas alagoanas nos séculos XVII e XVIII (Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo). Sua pesquisa revela que uma das principais vilas, que depois se tornaria sede administrativa do sul da Capitania de Pernambuco, Alagoas do Sul, dotada de recursos naturais ligados ao mar e as águas de lagoas e rios, possuía uma atividade pesqueira tão "intensa" que "querelas politicas" despontaram na vila, em torno de sua organização. Curvelo revela as relações projetadas pelos poderes locais em torno do projeto de regulamentação dessa atividade em Alagoas.

De fato essas problematizações nos fazem perceber que existem alguns "desencontros interpretativos" na literatura referente à produção açucareira e a produção da lavoura de subsistência. Nota-se que a literatura é abundante quando relativa ao cultivo da cana de açúcar, e que apresenta grande desnível nas informações históricas

[164] CHRISTILLINO, Op. Cit. p. 22

[165] CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **Pescaria e Bem Comum: Pesca e Poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (século XVII e XVIII)**. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Alagoas Colonial:construindo econômicas, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp. 41-87

sobre as áreas tradicionalmente ocupadas pelos pequenos produtores e pelos cultivos que os representam. No entanto, embora a referência sobre o cultivo dita de "subsistência" sejam escassas, elas acabam sendo abundantes quando comparadas as referências, quase nulas, sobre a existência dos pequenos produtores que os produziam. Esse desnível, já apontado por Linhares, parece está ligado a necessidade de alguns autores de destacar os cultivos chamados dominantes, ou grandes cultivos, cuja importância provém do seu lugar no mercado nacional e internacional.

No caso especifico de Alagoas, esse desencontro interpretativo se faz presente na máxima "o aumento do número de engenhos/usinas ao longo do tempo, não permitiu a presença de outras atividades agrícolas". Segundo Beatriz Heredia "o aumento" foi o dado mais utilizado pela literatura para caracterizar a área como canavieira. Todavia, quando analisamos o número das unidades produtivas presentes em diferentes tempos da história de Alagoas, e, sobretudo, quando comparamos com outras informações, observamos que, esses dados são pontuais, não há indicações suficientes sobre o montante da produção desses engenhos/usinas, permitia avaliar melhor sua importância e seu peso absoluto e relativo.

Para se ter ideia, Moacir Santana grande propagador do "paradigma plantacionista" no Estado, junto com o "pupilo" de Gilberto Freyre, Manoel Diégues Júnior, possuíam dados bem "esparsos". Para ele construir um quadro geral sobre a produção açucareira, utilizou apenas informações para os referentes aos anos de 1635, 1774, 1859, 1960. Dos dados de 1960, fornecidos pela Associação de produtores de Açúcar e Álcool, só voltar a contar com eles para a segunda metade do século XVIII, quando afirma que Alagoas possuía 73 engenhos em 1774, e depois para o ano de 1859 quando esse número ascende para 234 em aproximadamente 360 no século XX, ocasião em que uma usina já estava instalada[166].

Outra questão que precisa ser problematizada, que surge com a justificativa da "ausência de espaços para a produção de produtos básicos" é o acesso a terra. Existe uma tendência na historiografia brasileira de assinalar que, no caso do Nordeste, foram os engenhos "motivos" para a concessão de terras nessa região. O que de fato aconteceu, em algumas áreas nordestinas, principalmente no século XVI e XVII. Segundo Manoel Diégües Júnior, Alagoas não fugiria a regra. Para o historiador os

[166] Op. cit. SANTANA, 1970, pp. 252-257.

primeiros engenhos funcionaram como "frentes" que iniciaram a ocupação do atual território alagoano, constituindo, de fato, uma forma de assentamento.

O processo de ocupação em Alagoas, contaria assim com três frentes, onde duas elas usaria os engenhos como forma de ocupação territorial. Desse processo, acrescenta Diégües Junior se tem a ocupação das demais partes do território. Embora todos reconheçam que essa "prerrogativa" esteja associada à ocupação de uma "pequena parcela de terra" próxima ao rio Camaragibe e a lagoa Mundaú, se faz notório, por conta da falta de "dados concretos", ou melhor, de números efetivos que demonstrem a presença de engenhos a partir do século XVII e XVII nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio a necessidade de se investigar o processo de ocupação dos demais "vales férteis da região", até então vista como um desdobramento das ações das primeiras ocupações.

Percebemos que a formação regional de Alagoas foi explicada, na maioria das vezes, por fatores e processos externos, centrados na região das lagoas ou, exclusivamente, na economia canavieira. A maior parte dos trabalhos encara o recorte territorial como uma unidade homogênea e generaliza a análise de uma parcela pouco significativa de municípios para a base regional, "todos os historiadores alagoanos" até o presente, equivocadamente, consideram alguns munícipios da Mata (Porto Calvo, Passo de Camaragibe, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte) como representativos de toda região no que diz respeito às relações socioeconômicas e culturais.

Segundo Márcia Motta, até há pouco tempo, os historiadores em geral analisavam a questão da propriedade da terra apenas como resultado da apropriação territorial, sem quase nada indagar sobre as forma de ocupação e concepções de direito em confronto, destacando a ocupação territorial enquanto um processo marcado por lutas, nesse sentido, na história da ocupação do lugar, há uma cultura histórica que explicam quais são os elementos através dos quais os seres humanos legitimam o seu acesso á terra ou de outrem, cada sujeito lançará mão de uma estratégia que o justifique como o tal. Afirma Motta,

> Logo, se para os fazendeiros a ocupação das terras devolutas e a incorporação das mesmas como parte de seus domínios faziam e fazem ainda parte de uma visão de que ser senhor de terra implica poder expandi-la sem se submeter a nenhuma determinação de terceiros, para os pequenos posseiros, há também uma tradição que justifica a legitimidade da primeira ocupação como forma de aquisição de uma parcela. Ambos, muitas vezes navegam no mesmo pressuposto: alegam serem os primeiros a ocupar o quinhão em disputa. Mas se para o fazendeiro tal pressuposto está inserido em uma concepção patrimonial acerca da terra, para os pequenos posseiros ele está relacionado á possibilidade de exercer uma liberdade efetiva, na

> reprodução de sua unidade familiar, sem a dependência de um senhor de terras[167].

Depois de levantarmos todas essas questões, percebemos que a historiografia alagoana não possui uma única leitura sobre presença do "pequeno produtor familiar" e sua forma de "produzir e se reproduzir", mas três formas de fazê-la: a primeira leitura está ligada ao discurso historiográfico do IHGAL, que sob o ideário intitulado de "ordem e progresso", associava as práticas desses sujeitos ao comportamento *selvagem, vadio e perigoso*; já a segunda filia-se a preocupação dos autores que estavam envolvidos no debate politico, nos anos de 1950-1960, sobre a natureza da sociedade brasileira e as perspectivas para o seu futuro, o centro dessas reflexões estavam à configuração das classes sociais e, de modo especial, a natureza e o papel histórico do campesinato, embora, em Alagoas essa "perspectiva" tenha tido uma "feição" no mínimo curiosa, assim como ocorreu nas demais regiões do país onde "os camponeses são mais conhecidos na historiografia pelas grandes rebeliões contra os latifúndios do que por sua formação", aqui os inúmeros trabalhos sobre a Cabanada[168], demonstram que "a revolta" foi o centro do debate; por fim os recentes trabalhos sobre a produção econômica alagoana no período colonial, que continua a olhar o mundo rural "sem a presença da prática camponesa", apesar de reconhecer a presença de "um modo diferente de viver o/no rural".

Os primeiros estudos sobre os camponeses estão ligados aos discursos historiográficos oficiais. Essas representações são encontradas nas primeiras produções historiográficas da região, ligadas, sobretudo, à tradição do Instituto Histórico e Geográfico. Os homens e mulheres que não eram considerados "senhores (as)" e nem "escravos (as)", mas, que viviam, muitas vezes, nos arredores das vilas e povoados alagoanos, passaram a ser alvo das autoridades policiais. Já que a "sociedade" se sentia ameaçada com a sua presença. Habitualmente a literatura os chamava de *vadios, pobres e preguiçosos.*

---

[167] Op. cit. MOTTA, p. 243.

[168] A Revolta dos Cabanos foi um movimento popular ocorrido entre os anos de 1832 e 1835. Embora caracterizada como uma revolta de homens livres pobres, índios e negros forros, para os estudiosos da temática, ele teria surgido como "um movimento de senhores e homens pobres", que exigia o retorno do imperador D. Pedro I. Esse movimento inicia na região do agreste pernambucano, e se estende para a Zona da Mata e litorânea de Alagoas. Embora, considere ser necessário a problematização das razões pelas quais os camponeses "entraram" em conflito com os senhores de terra. LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: EDUFAL, 2005.

Essa interpretação estará presente na produção historiografia alagoana até os anos de 1960, quando Manoel Correia de Andrade, influenciado pelo debate político, decide investigar "Antônio Timóteo, pequeno proprietário e homem humilde de Panelas do Miranda, e com os índios do Jacuípe, ganhou a revolta o apoio das massas, das camadas mais pobres da população". Apesar de anunciar tal intento, seu livro *Guerra dos Cabanos*, acaba sendo um debate sobre a revolta. Seguindo o mesmo caminho de Manoel Correia de Andrade, o historiador Décio Freitas, em *Guerrilheiros do Imperador*, se propõe ao estudo dos impactos sociais e econômicos da guerra dos cabanos para a região da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco. Seu estudo apresenta as condições de vida dos agentes que participam da revolta, enfatizando seu cotidiano na guerra, os roçados no meio da mata, para demonstrar o estado de miserabilidade desse segmento.

Segundo Freitas, os cabanos constituíam uma grande contingente de homens sem-terra que procuravam refúgio nas matas para vencerem a fome e a miséria, mesmo não dispondo de ferramentas para cultivar as lavouras, supõe o autor. Para o historiador, as ações políticas e a crise econômica colaboram para o agravamento do sofrimento dessa população. Rebelados contra o sistema, espalhando medo aos proprietários de terras e autoridades, representavam o povo sem terra que lutava na guerra, por melhores condições de vida. Nesse sentido, o autor se dispõe a fazer uma analise sobre os mecanismos de resistência utilizados por essa população. Este trabalho considera ser o mais significativo para o presente debate, porque começa apontar algumas características do campesinato em Alagoas, como por exemplo, sua dieta alimentar, e como fazem para consegui-la, mesmo em momentos "difíceis" como este.

Os estudos históricos sobre os cabanos receberiam novas contribuições depois de três décadas, dessa vez, do historiador alagoano Dirceu Lindoso, em *Utopia Armada*, que instituía como objeto o palco dos embates e combates da guerra dos cabanos em Alagoas. Inicialmente, o autor analisa as representações e narrativas sobre os cabanos, enfatizando o processo de construção do discurso pejorativo sobre estes. Em seguida, traça um panorama geográfico e sociológico do espaço cabano, na intenção de identificar os pontos principais dos combates e embates da guerra. Nesse sentido, elabora uma minuciosa descrição dos recursos naturais de que o espaço dispõe.

Nos finais dos anos 1990, temos um novo estudo sobre os camponeses, que novamente será reconhecido como "cabanos", já que as discussões permanecem ligadas à Guerra dos Cabanos. A tese de doutorado de Luiz Sávio de Almeida, intitulada:

Biographia do Capitão de Todas as Matas, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, estudar o papel do líder da Cabanada, seu trabalho enfatiza a violência dos recrutamentos dos índios das aldeias de Jacuípe e, principalmente, os mecanismos utilizados pelas autoridades no processo de expropriação das terras indígenas.

Por fim, a produção da "nova geração de historiadores", que continua a falar de mundo rural alagoano, sem atentar para o fato que, existem algumas práticas nesse espaço, que são próprias de um segmento social. Utilizar para sustentar a unidade familiar a pesca ou o capital arrecadado na venda "extra muro" do mercado, é um jeito de viver o rural, e um importante trabalho sobre a presença camponesa no nordeste brasileiro tem demonstrado isso. Não incluí nessas reflexões os trabalhos de Guillermo Palacios, por que além de ser o único material a tratar sobre o assunto, penso que seja atemporal dado o carácter "atual" de suas questões, embora seja uma produção dos anos 1990.

O historiador mexicano Guillermo Palacios, em livro *Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)* analisa o desenvolvimento do campesinato e seu papel no mercado de produção, no século XVIII e início do XIX, na capitania de Pernambuco. Para o autor, a produção de algodão e tabaco ajudou a estabelecer um sistema local de produção de alimento e motivou o deslocamento de famílias de pequenos agricultores para as terras ao sul da capitania de Pernambuco (que no caso seria o atual Estado de Alagoas). Esse processo de expansão dos pequenos agricultores foi desencadeado nas últimas décadas do século XVIII, quando as condições econômicas e sociais eram muitos favoráveis á expansão da agricultura do algodão. Embora essas condições trouxessem beneficiamento a muitos segmentos sociais, principalmente para o comercial, trazia consigo uma grande consequência social, o deslocamento de grupos de agricultores para terras próximas ao litoral:

> Este movimento ocupou espaços que estavam improdutivos em razão da decadência das áreas açucareiras, e penetrou pouco a pouco nas ricas áreas de terras virgens cobertas por florestas tropicais, até então de usufruto reservado, de fato, se não de direito, dos engenhos açucareiros [169]

[169] PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil:** Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. p.15.

Essa multiplicação de sujeitos em busca das férteis terras no interior de Alagoas, logo se constituiu em um grande problema social para as autoridades locais, uma vez que a ocupação do espaço de mata por esse segmento representava uma ameaça à expansão da propriedade de senhores de terras. Esse processo de "migração" de pequenos agricultores para as terras da Comarca das Alagoas será interrompido no final do século XVIII pela intervenção da Coroa portuguesa. Com o pretexto de conservar as áreas de matas para a reserva estratégica do Império, a Coroa consolida, através da institucionalização das madeiras de lei, a proibição desse segmento nas áreas de mata. Segundo Palácios, o destino do "movimento migratório" era quase sempre o extremo sul da Vila de Porto Calvo, essa região atualmente corresponde ao território do município de União dos Palmares. Com relação à produção de gêneros agrícolas "estimulados" por essa explosão demografia, ele destaca o tabaco, o algodão e a mandioca. Embora seu trabalho não consiga mostrar quem são esses homens e mulheres responsáveis pela produção dos diferentes gêneros agrícolas mencionadas nas mais de 300 páginas ou ainda que tipo de unidade produtiva ficavam responsável, por exemplo, pela produção de farinha que deveria ser enviada para a Praça do Recife e não foi, fazendo com que as autoridades alagoanas acusassem o govenador da Capitania de Pernambuco em 1788 de tentar resolver os problemas do núcleo do complexo agroexportador (Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Recife, Nazaré da Mata) com o "sacrifício das vilas do interior", os mesmos denunciavam ainda que os altos preços oferecidos em outras localidades estimulavam "saídas não autorizadas" de farinha de mandioca, alegando que " por causa dos muitos milhares de alqueires que dalí saíram", os moradores de Porto Calvo diziam que viam-se obrigados a procurar em outros distritos "dos muitos mil alqueires que dai tem saído"[170].

O autor constata que, de tão importante, essa atividade agrícola precisava de "normas de controle" tanto para sua comercialização, quando produção. Vê-se entre o final do século XVIII e o final do XIX as autoridades apresentaram muitos mecanismos de controle oficial do comércio interdistrital de alimentos, particularmente, medidas para coibir a ação dos atravessadores. Outro aspecto importante, levantado pelo autor referente ao comércio de gêneros alimentícios é a articulação comercial dos "distritos camponeses" por meio de canais mercantis "não monopolistas" que se estruturava em torno das caravanas de "almocreves, que percorriam sem cessar, com suas tropas de

[170] Idem

cavalos, mulas e burros, e os caminhos que uniam os pontos de produção e de consumo", Palacios assegura que em épocas de crise de abastecimento esse modo de vida da "aqueles homens que vivião de comprar ali Farinha e a vinhão vender nesta Praça" poderia ser confundida com o modo de vida dos "atravessadores".

Por conta de todas essas questões apontadas acima, o presente trabalho deve buscar refletir sobre - quais eram as possibilidades de manutenção de uma economia do tipo camponesa no momento de redefinição das relações capitalistas? Certamente inúmeras possibilidades, e isso a historiografia e até mesmo as fontes tem demonstrado, ao revelar as infinitas estratégias de sobrevivência elaboradas e executada por esse segmento a depender das situações enfrentadas. Giovanni Levi, relaciona ao termo "estratégia" a noção de "uma racionalidade especifica do mundo camponês", *que pode ser mais bem descrita se admitirmos que ela se expressava não só através de uma resistência á nova sociedade que se expandia, mas fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural*[171].

Se seguirmos esse caminho e o que foi aberto pelos diferentes profissionais das Ciências Humanas no Brasil, estaremos cada vez mais, convencidos da possibilidade de considerar como camponeses os pequenos produtores com a posse de alguns escravos e os que viviam em busca dessa condição os chamados Cabanos e Quebra-quilos, pois, como já mencionei anteriormente, os documentos indicam que parte da população livre da Província de Alagoas no final do século XIX, ou era camponês ou buscava ser. Após deixar clara alguns diálogos que este trabalho tem feito, e minha concepção de camponês, passo a mostrar como essas discussões me ajudaram na prática a entender esse universo.

Refazer os itinerários percorridos por essas pessoas que viveram no universo rural brasileiro sempre foi tarefa de antropólogos, sociólogos, geógrafos e historiadores dos mais variadas perspectivas: nova história política, história social da escravidão, história social do trabalho, dos que adotaram a perspectiva metodológica da micro-história italiana desde o final do século XX e seus esforços renderam novos debates, e instigantes problemas. Por essa razão, este trabalho se encontra como diz Robert Slenes, *numa encruzilhada de vários caminhos da historiografia recente*, onde a história agrária, a história social da escravidão e a história social do trabalho tem importante papel.

[171] LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.45

Quando na década de 1980 as teses e dissertações vinculadas às essas perspectivas de investigação abandonaram á ideia do "rural" como sinônimo de agricultura- modo pelo qual se cultiva a terra- e perceberam que havia muitas relações sociais que se desenvolve no campo que não dizem respeito à agricultura, como por exemplo, as lutas pela posse da terra da população livre e liberta no século XVIII e XIX (fossem eles brancos; pretos ou pardos); o sistema de grilagem no Brasil; o impacto da legislação agrária formulada em 1850 nas práticas culturais de senhores de terra; a relação entre senhores de engenhos e trabalhadores rurais no final da escravidão, abria-se, sobretudo, a possibilidade de se repensar os sujeitos e esses cenários.

Como se pode observar em nossa metodologia de analise, não existem fronteiras ou hierarquias rígidas entre os domínios, seja dentro das dimensões, ou entre as dimensões e as abordagens[172] citadas, dialogando dessa forma, como tem feito os historiadores, nos últimos tempos, que lançaram mão de várias estratégias para investigar o passado rural brasileiro e contar a sua história através das experiências de ex-escravos de engenhos, comunidades quilombolas, trabalhadores rurais numa nova ordem social e cultura, tendo o capitalismo como orientador. Na verdade, vamos tentar usar a nosso favor a *encruzilhada historiográfica recente* para melhor entender as relações sociais e culturais entre homens e mulheres que viviam no mundo rural alagoano do final do século XIX.

[172] BOUTIER, Jean; Julia, Dominique (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FVG, 1998.

PARTE II

NA UNIDADE E NA LUTA SE CONSTRÓI UM PROJETO DE VIDA: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES EM ALAGOAS NO SÉCULO XIX.

Capítulo 3

Em família: Características das unidades produtivas camponesas em uma sociedade de regime escravista

> Delegacia de Polícia- comunicam-nos o seguinte**: Joaquim Bolacha, homem paupérrimo e carregado de família**, devia 60$000 reis a João Nunes, este deu a divida ao subdelegado, acompanhado de um inspetor de quarteirão e mais dois capangas, **foi ao sítio** de **bolacha** e não o encontrando, **apoderou-se de um cavalo que o pobre devedor tinha**, e conduziu o para vila, deixando o dito a mulher de bolacha que a **este dissesse que ia o cavalo, e breve voltaria para tomar o roçado. E ainda o pobre bolacha corria abaixo e acima pedir quem tinha compaixão de seus pobres filhos**; e o subdelegado procurando venda para o cavalo. (...)[173].

Os últimos dias para família de Bolacha, não foram nada fáceis. O débito com João Nunes estava muito difícil de ser quitado. A situação ficou ainda mais desesperadora, quando o subdelegado, apoderou-se de seu maior instrumento de trabalho (cavalo) e ameaçou tomar o sustento de sua família (roçado). Logo aflição de Bolacha e o pedido de socorro aos vizinhos, tinha uma razão de ser. Bolacha tinha medo de perder tudo que tinha: sua família e seu roçado. Essa história contada pelo jornal Diário das Alagoas em 1882 coloca em tela o cenário em que viviam muitas famílias camponesas alagoanas no século XIX, um lugar marcado pelo desmando, violência, pobreza, mas também pela solidariedade e a possibilidade de ter uma vida próspera. Bolacha é um dos sujeitos que compõem como foi mostrado no capítulo anterior os 89,6% da população livre que habitava a Província das Alagoas no século XIX. Grande contingente populacional, no qual se encontram os ex-escravos, os camaradas, os jornaleiros, os posseiros, os moradores, funcionários públicos e um grande número de pequenos produtores de gêneros alimentícios. Os dilemas pessoais de Bolacha fazem ressaltar dois elementos fundamentais para quem vive do/no campo: o papel do núcleo familiar e o acesso a terra. Para viver de forma digna, o camponês precisa dispor de terra e do trabalho familiar para viver. Caso esses dois elementos não estejam em sintonia, os problemas vividos pela família de Bolacha serão constantes.

[173] **IHGAL.** Imperatriz- Comunicado da Delegacia de Polícia. Diário das Alagoas. 28 de setembro de 1882.

Sem dúvida, possuir um pedaço de terra, nas regiões onde esta é rara, significa em contrapartida a condição de existência e continuidade de um grupo. No entanto, em alguns casos a sobrevivência do núcleo familiar depende do trabalho coletivo da própria família, para que possa pagar a dívidas e quem sabe, viver de uma forma mais sossegada. Bolacha, o que lhe faltava era tem uma família grande, que pudesse produzir mais, e assim não precisasse contrair empréstimo.

Além de fazer parte desse grande contingente, Bolacha nos mostra que ser camponês, durante a vigência do regime escravista não era nada fácil. Possuir um roçado, viver no sítio, possuir um cavalo, não lhe garantia a uma condição de vida confortável. Embora, sua situação já lhe diferenciasse de outros grupos sociais. Para nós, Bolacha era um camponês, vivendo uma situação difícil, tinha contraído um empréstimo, provavelmente para melhorar as condições estruturais de seu sítio. Por ter uma força de trabalho familiar pequena, estava encontrando dificuldade para quitar seus débitos, uma vez que, o que produzia era apenas para o consumo da própria unidade.

São condições como esta, que teremos como objetivo de estudo nesse quarto capítulo. Nossa reflexão será acerca do comportamento da família camponesa e suas estratégias de sobrevivência no período de vigência da escravidão, para isso, procuramos explicar a composição social dessa família camponesa e como se dava o acesso a terra.

Recentemente, os pesquisadores tem se debruçado em estudar o comportamento de família como as de Bolacha. Muitos estudiosos tem se dedicado a pesquisar sobre a organização e o comportamento da família camponesa, durante a vigência do regime de escravidão. Nesse cenário, as pesquisas sobre as organizações das familiares escravas ou pobres tem contribuído de maneira significativa, para que possamos avançar na compreensão da organização familiar destes grupos. Nas últimas décadas, o modelo de família patriarcal, estabelecido em Casa Grande e Senzala, por Gilberto Freire vem sendo contestado reiteradamente por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. O debate sobre os novos arranjos familiares tem colaborado na construção de novos conceitos. Esse exercício tem ajudado a melhor classificar tais núcleos sociais, em oposição ao mais conhecido dos conceitos de família, o chamado família extensa[174]. Os estudiosos tem demonstrado que o conceito de "família

[174] Entendida como morada comum de mais de uma geração da mesma família e seus agregados.

patriarcal" de Gilberto Freire, não pode ser visto como sinônimo de família extensa, seu significado é muito mais abrangente. Família patriarcal é uma forma especifica de organização do poder e das funções familiares dentro dos grupos de elite. É um conceito onde os demais sujeitos (escravos e livres pobres) tinham as suas identidades associadas a Casa-Grande, por isso, eram incapazes, de si próprio, de formar e reproduzir culturalmente suas próprias famílias. O mesmo também pode ser considerado com o termo clã, formulado por Oliveira Viana, para a realidade centro-sul. Para Hebe Mattos, o elitismo explicito dos dois autores expõe de forma clara as consequências teóricas destas formulações para o campo dos saberes sobre as famílias não abastadas. A eliminação da família escrava ou de dependentes livres como possíveis objetos de estudo, ao serem absorvidas e dissolvidas no interior do Clã ou da Família Patriarcal, negavam a possibilidade dessas organizações nucleares serem chamadas de família.[175]

Para Hebe Mattos, os demais núcleos familiares não podem ser observados apenas como um simples arranjo biológico ou residencial, mas como espaço cultural, social e econômico construído enquanto família, principalmente, nesse contexto em que *os processos de desenraizamento e as relações pessoais exerciam papéis estruturais*[176]. A constituição de uma família para muitos homens livres representavam uma inserção na sociedade. Para a autora, a relação familiar tornava-se potencializadora de propriedade, mesmo que apenas de uma situação (agregados e posseiros) em terra alheia, ou ainda mesmo que na condição para melhorar de vida.

É por conta desse papel que na construção identitária do campesinato, consensualmente se dá a família uma importância capital. Nas organizações econômicas, sociais e culturais camponesas a família ocupa o centro da organização produtiva de determinada propriedade. Segundo Henry Mendras, a família camponesa, passou a ter recentemente, em nossa sociedade o valor de modelo ideal em algumas ideologias sócio-políticas. Por ser um grupo constituído por pessoas que vivem, segundo a sua analogia *da mesma panela e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho.* Para o autor, a segurança da vida camponesa depende da família:

[175] CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. pp.61-62

[176]Idem, p.63

> A sociedade camponesa, ao contrario, organiza o essencial da vida econômica no seio dos grupos domésticos: cada grupo doméstico assegura a produção de certos bens alimentícios ou outros, que consome ou troca por outros bens e serviços com outros grupos domésticos. Tanto é assim que as atividades econômicas que se situam fora dos grupos domésticos são raras[177].

Nesse contexto de discussão, os estudiosos enfatizam que tanto o acesso a uma parcela de terra, quanto à constituição de laços familiares são elementos essenciais para que se caracterize a existência de uma campesinato autônomo, e que pode ser considerado como estratégia de sobrevivência camponesa. A organização de laços familiares estáveis, entre enorme parcela de homens livres pobres na província de alagoas na segunda metade do século XIX, significava para eles duas questões: o abandono da vida itinerante seria a possibilidade de se fixarem em um determinado espaço e a família facilitaria o acesso a uma economia produtora de alimentos.

Esse potencial capital da família tem sido estudado por muitos autores observando os benefícios materiais e a organização de uma economia doméstica. Para Alexander Chayanov a arranjo familiar é um elemento norteador não só do ritmo das atividades agrícolas, mas da dimensão do patrimônio, por que sua lógica parte do pressuposto que quanto maior a prole, maior o tamanho da área a ser cultivada. Esse papel, da função das atividades de cada membro da família na organização das unidades produtivas, sobretudo, dos filhos foi estuda por alguns pesquisadores no Brasil. Novamente, citando Hebe Mattos, por sua vez, ela relaciona o tamanho da prole de uma unidade familiar com níveis de prosperidade, ao salientar que ter mais filhos significa ter mais braços trabalhando e, consequentemente, ampliando-se a possibilidade de uma poupança que permitisse a aquisição de determinados bens, como terras até mesmo escravos.

Essa "lógica chayanoviana" da economia camponesa foi percebida por estudiosos relativos aos pequenos produtores de outras sociedades, como a peruana e no sul dos estados unidos, por exemplo. Segundo Stephanie McCurry, o tamanho da terra cultivada variava conforme o número e a idade dos membros da família. Ou seja, quanto

[177] MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.66.

mais filhos e mais velhos eles fossem, mais terras poderiam ser trabalhadas.[178] Embora, tenha que ressaltar que essa lógica em pregada em áreas onde o acesso a terra é limitado deve ser observada com cuidado.

Os diferentes modos pelos quais se formaram esses enlaces da população livre, merece um olhar mais detalhado, embora o casamento legal tenha aparecido como pré-requisito para a composição dessas relações estáveis, como pode ser observada pelo número de uniões consagradas pelo estado e pela igreja, em detrimento do número de uniões consensuais que imperava no Brasil no século XIX. Sheila de Castro Faria, afirma que no Brasil oitocentista, o casamento terá um significado maior para a população livres com pouco ou sem nenhum recurso que morava no mundo rural. Segundo a autora, *era a constituição de uma família o principio básico de funcionamento de unidades em zonas agrárias. Casamentos e recasamentos legais orientavam a estabilidade. Dificilmente um homem ou uma mulher poderia sobreviver na zona rural. Buscar a estabilidade do matrimônio era a solução priorizada*[179].

Embora apresentado no capítulo anterior a presença de uma grande presença do campesinato, na região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio, convivendo no mesmo espaço com os senhores de engenhos e com um pequeno número intenção de discutir neste presente capítulo de maneira mais sistematizada o debate sobre o comportamento desse campesinato nessa sociedade com relações escravistas. O estudo das unidades produtivas camponesas serve como base para entendermos esse comportamento, pois, a partir delas, verificamos o acesso a terra e as formas como esse acesso se concretizou e o tipo de força de trabalho utilizado, sendo enfatizado a força do trabalho familiar haja vista que a composição de camponeses que possuíam apenas um escravo era muito pequena.

Para montar esse panorama sobre as unidades produtivas camponesas na região do vale do Paraíba do Meio, utilizamos como referência os anos de 1870 á 1888 e uma grande massa documental, basicamente composta por inventários *post mortem* e alguns registros de compra e venda imóveis, contabilizando um total de 255 inventários e 20 escrituras referentes a todo o processo de negociação da propriedade (compra ou venda

[178][178] McCuRRY, Stephanie. Masters of small worlas: yeoman households,gender relations, and the political culture of the antebellum South Carolina Low Country. New York: Oxford University Press, 1995. Acessado em 24de Julho de 2012. www.jstor.org

[179][179] FARIA, Sheila de C. **A colônia em movimento**: família e fortuna no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.134

de imóveis rurais na região de Assembleia, Atalaia e Pilar). No tocante as escrituras, as dificuldades do acesso a esse tipo de *corpus documental* foram superadas com os livros de notas pesquisados nos espaços em que foram permito, logo tivemos oportunidade de fazer leitura da documentação cartorial total, pesquisei todas as escrituras existentes do livros de notas do 1º Oficio Cível, que trazem registros de transação imobiliárias de todo o município de Assembleia, pesquisei os livros de três cartórios Pilar, Viçosa e Atalaia com escrituras referentes aos distritos de. Embora, minha pesquisa tenha interesse nos camponeses, na localização e identificação dos dados não desconsiderei outros agentes envolvidos nessas transações imobiliárias, coligindo assim dados relacionados a todos os imóveis rurais existentes para a região.

Como para formação do campesinato três elementos importantes ajudam a constituir as suas práticas. Discorreremos sobre a organização da família camponesa em seguida, falaremos como esses sujeitos tinha acesso a posse da terra, como praticavam de um mercado de terra e o que esse acesso representava para cada unidade familiar dessa.

3.1-Minha família é minha maior riqueza

Nos mês de maio de 1879 a população de Imperatriz presenciou uma estridente discussão entre alguns dirigentes locais (liberais e conservadores). O motivo para tanta exaltação estava ligado à escolha do representante para assumir o cargo de Comandante Superior de Imperatriz. Entre todas as narrativas referentes ao candidato preterido, encontramos uma, que nós sugere uma excelente reflexão sobre o que significa possuir um sítio, um engenho, uma fazenda no universo rural alagoano, sobretudo, por que não se poder ter (sobre a família o capital) *percepção real dessa sociedade sem tentar transformar em grandeza mensuráveis os comportamentos que a caracterizavam*[180]. Vejamos a justificativa da querela exposta pelos opositores conservadores no jornal Diário das Alagoas em 13 de Maio de 1879:

> **O engenho Brejo** (no liberal ultimamente crismado em Villa Flor), onde mora o Srº Capitão Vasconcelos Calheiros, **é um tosco telheiro,**

[180] LEVI, Giovanni. **A herança imaterial.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p133.

> **que nem casa de purgar tem ainda; a casa de morada, sobre acanhadíssima em dimensões, nem é atijolada, nem tem calçada, nem é caiada ao menos, e as poucas terras de que dispõe, para uma resumida safra que ali tira anualmente são quase em sua totalidade pertencentes ao patrimônio do Santíssimo Sacramento da Atalaia, e não tem tal, como falsamente afirma o Liberal, escravos nem animais alguns**[181]**.**

Segundo os conservadores, além desse estado de degradação que se encontra o patrimônio do Capitão, ele não poderia colocar esse patrimônio como seu, por que esse engenho Vila Flor é propriedade de sua mãe, a senhora Dona Maria Manoela de Vasconcelos, que também é senhora do engenho Riachão. Ora sendo isto atestado por todos os moradores de Imperatriz que o senhor Capital Calheiros não é o único herdeiro daquela respeitável senhora, ela possui netos, descendentes de filhos já falecidos, e 6 irmãos, chegamos a conclusão que *o feliz escolhido comandante superior da Imperatriz é pobríssimo*[182].Quanto ao fato dessa nomeação se dá por que ele é tem uma família notável na província, isso nada interfere, por que *o mérito decorre das virtudes pessoais, e há muito criminoso celebre com apelidos de famílias da mais alta fidalguia e nobreza*[183]. Caso não fosse, urgente acudir a população da região, este jornal não se ocuparia dos méritos e distinções do Srº Capitão Manoel Clemente de Vasconcelos Calheiros. Estamos apenas respondendo a mensagem de louvação feita pelos liberais a sua pessoa.

Não verdade esse ataque a nomeação, era para destacar as autênticas nomeações que representavam nas pessoas do Srº Oliveira para Comandante Superior desta Comarca, e o Srº Tenório para igual cargo na Comarca de Palmeira. Desconhecemos os serviços prestados por esse cidadão à causa pública, mas sabemos que é causa de seu partido prestou ele ultimamente o altíssimo serviço de desunir completamente a família liberal no distrito de seu comando. (o jornal é conservador, estava defendendo a opinião de jacinto Paes Mendonça). Mas, fiquem descansados os contemporâneos que sabemos fazer justiça e, se alguma vez respondemos, molhada a pena nos travos caustica da severidade, é por que a esse terreno somos levados pela

[181] **IHGAL**. O Liberal e seu comandante superior de Imperatriz. Maceió, 13 de Maio de 1879. Diário das Alagoas.
[182] Idem, Diário 13 de Maio de 1879.
[183] Idem

agressão de inimigos que não se apercebem quando atacam, de que por igual deve ser a defesa.

Antes dessa matéria, no dia 10 de maio de 1873 o discurso de Jacinto Paes Mendonça[184] na sessão presidida por Rio Branco revelava a importância que esse posto tinha para a sua família e para os conservadores da ala de Paes Mendonça, de modo geral. O senador, responde ao ilustre não seguem ao bel prazer colega Visconde de Niterói, *que os negócios da Província.* O senhor Visconde de Niteroi afirma que crise que há é uma crise financeira. O partido liberal está fora de questão isso é negocio de família, e que era preciso combater a oligarquia de Paes Mendonça. Peço que conservasse os primeiros lugares da lista de Porto Calvo, comarca da minha residência, o que declaro com toda lealdade, o presidente disse que não dá para nomear sem falar com vossa excelência. O presidente da Província contraria os pedidos de Jacinto para comandante e juiz de Imperatriz e São Miguel. Suas exigências para as nomeações oficiais da Província das Alagoas não podem ser assim satisfeitas, porque V. Ex. pede tudo desde o mínimo oficio de justiça até os lugares de vice-presidente da Província. Usa da política de favores e arranjos para os amigos. Pedi (ao ex-ministro da justiça) a nomeação do Juiz Municipal de Atalaia, a do Comandante Superior de S. Miguel a do Juiz Municipal da Imperatriz[185]. Disse o senhor presidente que fez nomeações importantes a parentes meus e amigos íntimos. Naturalmente s. ex ao meu irmão Barão de Anadia e ao meu amigo Srº Casado. O presidente do conselho do senado Visconde do Rio Branco, diz que ele trata as coisas muito apaixonada. O senhor Muritiba conservador. Proprietário do diário das Alagoas. Não deixei de considera-lo conservador distinto na sua província. Há má vontade para com a sua pessoa, e mais ainda para com os meus parentes residentes nas Alagoas. Dizem ser questões domésticas, algumas há de interesse público. Não tolera o nobre senador é que se essa influencia não era hoje obedecida ou seguida como outrora (está sofrendo oposição dentro do próprio partido) o senador é o próprio autor dessa dissidência naquela província, quer lançar a culpa ao ministério. (senador tinha uma grande rivalidade com o presidente da província em exercício por conta das nomeações de seus parentes e amigos que não vinham sendo atendidos).

[184] MENDONÇA, Jacinto Paes. Discurso proferido acerca dos negócios da Província das Alagoas. Anais do Senado do Império do Brasil, sessões 1873 a 1874. Livro II, p. 57 a 94. Acessado na página www.senado.gov.br/anais em 08/11/2013.
[185] Idem, Livro II.

Para além do debate sobre as condições sociais e econômicas, o tendencioso jornal traz para um debate o que representa esses elementos do cap. com relação aos níveis de riqueza e pobreza. O que isso representa para a sociedade oitocentista alagoana. e o capital da família. Ora, para além do debate que irão ocupar três edições sobre a ocupação de tal posto, e sobre a briga interna dos conservadores contra os liberais. Tal, fragmento nos permite refletir sobre a composição a unidade produtiva dos pequenos produtores, e quais os desdobramentos dessa relação com a terra. Para além dessa difamação da vida pública do capitão, observamos tais arranjos. Quem era considerado rico, pequeno ou médio produtor. Quais as ilações que podem ser feitas entorno da força familiar, da propriedade e suas relações no mercado. O que isso pode ter ligação do o capítulo anterior. Como categorizar esse tipo de fenômeno. Fica claro o que ele chama de pequena propriedade, média propriedade.

De fato talvez, seu capital familiar não fosse comparada com a de José Aprígio dos Santos Passos Vilela, natural da vila de Assemblea, cuja herança destinada no inventário do segundo consórcio da sua mãe Maria Barbosa de Jesus, viúva do Cap. José Martins Ferreira foi uma significativa quantia de 325$807, uma vaca parida no valor de 35 mil reis, uma vaca solteira e uma parte na propriedade do Engenho Boa Sorte por vinte quatro contos de reis a quantia de duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e sete reis. O patrimônio de Dona Maria Barbosa de Jesus, a ser dividido com 23 herdeiros era composto por 32 escravos entre crianças e jovens, mais de 60 gados, 27 cavalos, 12 éguas e outros bens de raiz como cita o documento:

> Declarou existir a propriedade aonde reside denominada Boa Sorte com engenho de fabricar açúcar movido por água, casa de vivenda e depurar açúcar, bolandeira de descaroçar algodão movido por água, casa de depósito para algodão e casa de fazer farinha, tendo de frente a referida propriedade meia légua, mais ou menos cuja frente principia, digo, tendo de fundos uma légua mais ou menos avaliada pelo valor de vinte quatro contos de reis. Declarou existir uma parte de terras no lugar Samalangá que houve por compra a Bernardo José da Silva Leite comprada na mesma propriedade da Boa Sorte avaliada por sessenta mil reis. Declarou existir mais um quinhão de terras no mesmo lugar deste termo, que houve por compra a Bernardo José da Silva Leite avaliada por dez mil reis. Declarou finalmente existir no termo de no lugar denominado Riacho Picado avaliado por cem mil reis. As canas de que a safra de seu engenho requeria que fossem as mesmas avaliadas, os avaliadores deram as canas da fazenda no valor

> de cento e cinquenta mil reis; Existindo também as canas dos lavradores que foram avaliadas no valor de duzentos mil reis; (...)

E nem seus padrões de econômico e social podiam ser comparados ao de Manoel Félix da Silva, herdeiro com mais uma irmã e um irmão dos finados José Renovato Maciel e Ana Custódia, que deixaram alguns bens: uma égua com um potro avaliado cada um a vinte e cinco mil reis e ambos cinquenta mil reis; duas cabras paridas avaliadas em quatro mil reis e oito mil reis; uma roda de mandioca em mal estado por oito mil reis; uma arca em mau estado por quinhentos reis; uma vara de cordão de ouro por cinco mil setecentos e sessenta reis; uma rede de varanda por quatro mil reis; um garrafão grande por mil reis; dois casais de facas e garfos por trezentos e vinte reis; um braço e conchas de pau por mil reis; uma casa de palha quatro portas por oito mil reis; uma cabra parida por quatro mil; uma parte de terras em cima da serra da Pindoba comprada a José Pereira por sessenta mil reis; uma outra parte de terra na mesma serra comprada a Manoel Joaquim de Araújo por vinte três mil e quinhentos reis. Somam estas parcelas na quantia de cento e setenta e oito mil e oitenta reis, que divididas ao meio vem ser de oitenta e nove mil e quarenta reis, e a outra parte igual sendo dividida pelos herdeiros do primeiro casal, vem à parte ser a cada um a quantia de quarenta e quatro mil quinhentos e vinte reis.

Percebo que a realidade do Capitão, se aproxima mais da realidade da família de Dona Beatriz de Holanda Brandão, viúva de José de Holanda Brandão, que deixou para 8 filhos, sendo cinco desses filhos menores de 10 anos: um escravo de nome José, pardo, solteiro, de quarenta anos no valor de quatrocentos mil reis; uma casa de morada em mau estado e um bolandeira de descaroçar algodão movido por água, casa de depósito para algodão nas mesmas condições.

Além de ser possível verificar tais padrões de condição social, percebe-se que apenas um único núcleo familiar têm o poder da força de trabalho escrava, as demais dependem do trabalho da familiar para sobreviver. O que em cada uma se produzia, como usavam a família para obter vantagens e projetar um futuro mais confortável. Explorar isso.

Embora, não pudesse pertencer nenhum e nem a outro. Havia a questão da transitoriedade social. E um debate sobre como cada um viva o campo, princípio básico

de identificar o que cada um representa na sociedade. Nesse sentido, vemos uma sociedade composta de unidades produtivas completamente distintas, na qual vamos, observar a estrutura organizacional, daqueles que vivem da agricultura.

Em esses casos, embora parcamente representativo, a análise dos inventários compravam, a utilização da família como capital social para acesso á lavoura de roça e a projetos maiores.

Desenvolver a ideia a partir dessas histórias que a família possuía todos esses elementos por que havia se estabelecido na região. Fixar-se numa região significa estabelecer laços. O casamento ou mesmo a relação consensual com uma caseira significava estabelecer relações com uma família da região. Significa deixar de ser estrangeiro ou estranho a comunidade. O casamento e a formação de uma família nuclear estável, ou outras formas de associação de caráter familiar (como o condomínio entre irmãos ou ex-escravos) tornavam-se, assim, pré-condição para a produção independente. Deste modo, do conjunto de despossuídos, sem suas diferentes histórias, os que conquistaram relações familiares estáveis e que venciam a difícil fase da primeira infância dos filhos é que chegavam a estabelecer relações de continuidade com a posse da terra e relações de solidariedade horizontal e vertical com a vizinhança, configurando-se, objetivando-se, como camponeses, mesmo quando não contavam com a propriedade legal da terra ou com o recurso do trabalho escravo.

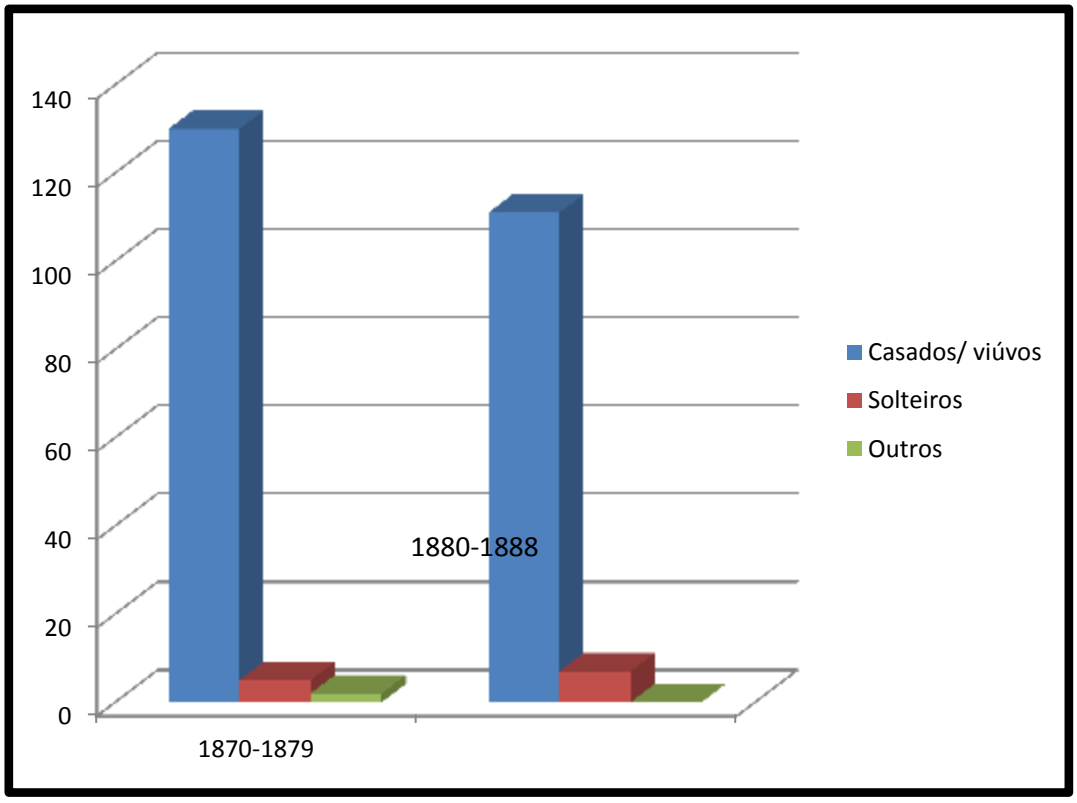
Para Sheila de Castro Faria quanto para Hebe Mattos relacionam a constituição de laços familiares estáveis com níveis de prosperidade o que, segundo as autoras, pode ser verificado nos inventários post-mortem, que apresentavam a maioria dos inventariados como casados ou viúvos. Isso se tornava mais evidente quando os casais possuíam elevado número de filhos. Os inventários são bons indicativos de prosperidade, mesmo para aqueles mais pobres, uma vez que, somente se habitiva a abrir um processo quem tivesse bens para avaliar ou tivesse filhos menores. Os processo por mim estudos na localidade dos vales do mundaú e paraíba do meio, fornecem dados semelhantes aos encontrados por outros pesquisadores, como Sonia Maria de Souza 98% e Hebe Mattos ao verificar que 85% dos proprietários rurais abriram inventários eram casados, percentual que ainda seria ainda maior se fossem considerados apenas os processos referentes as mulheres. Os dados encontrados que para os camponeses do vale do Mundaú também apontam uma maioria de casados ou viúvos que chegaram a representar 98,%.

Tabela 04- Composição social da família camponesa segundo o estado civil

Composição social	1870-1879		1880-1888		Total	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Casados/ viúvos	130	94,89	111	94,07	241	94,51
Solteiros	5	3,65	7	5,93	12	4,71
Outros	2	1,46	0	0	2	0,78
Total	137	100	118	100	255	100

Fonte: F. M. Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

Gráfico 07- Características da composição social dos camponeses segundo o estado Civil.



Fonte: F. M. Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

Os números presentes no gráfico indicam que, num total de 255 inventários de pequenos produtores camponeses, 244 eram pessoas casadas ou viúvas. Classificado na

categoria outros se encontra um processo que, certamente, pode fazer parte do grupo dos casados, aumentando esse percentual, Antônio Cândido de Oliveira, em 14 de maio de 1872, no ano em que faleceu na povoação de Quebrângulo, termo da vila da Assembleia, compareceu para fazer um auto de apreensão dos bens deixados pelo falecido, entre malas de couros e outros objetos pessoais de valor, ele deixou um sítio em terras arrendadas do outro lado do rio com casa de taipa e telha, quatro casas nessa povoação, uma em que Maria Antônia, mulher com quem vivia amasiada, outra em que mora Fernando Pinto, outra em que mora Antônio Telles, outra em que mora Laurentino. Dois cavalos de sela sendo um melado e outro foreiro sendo castanho, dois quartos um melado e outro castanho, uma um com braços de ferro com sete peças de ferro. Uma escrava de nome Benedita crioula com uma cria de nome João. Existindo uma dos vaqueiros que será realizada a sua quantidade, na de parceiro inventário, e averiguação dos interessados.

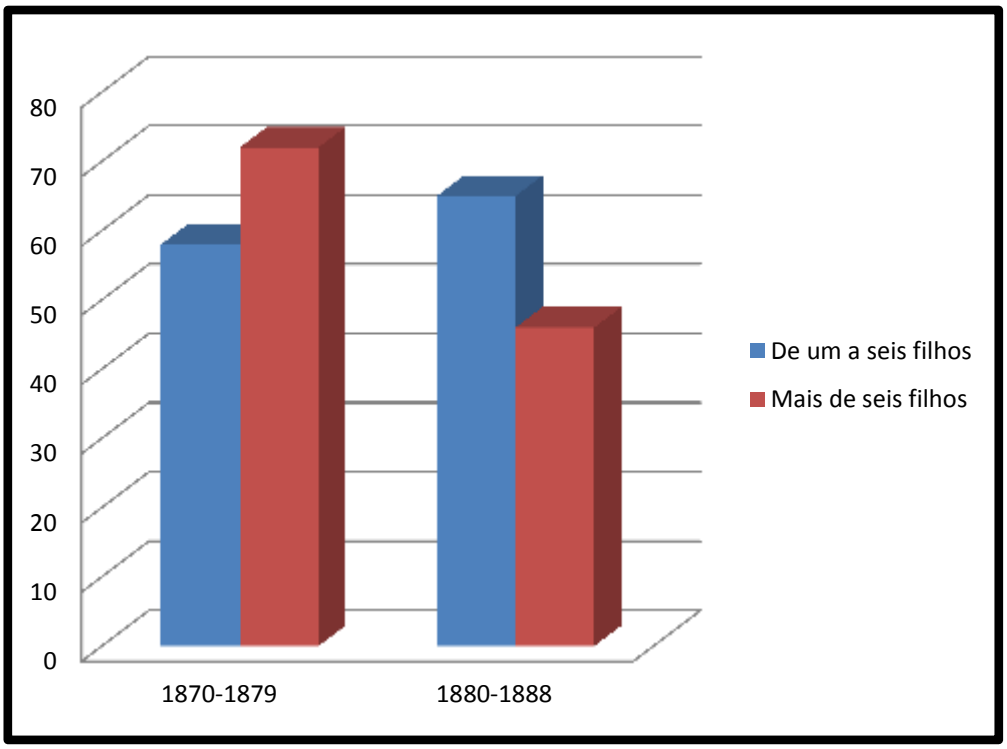
Do mesmo modo que pode ser verificado por Hebe de Castro e Sonia Souza para RJ e MG, respectivamente, na segunda metade do século 19 a maioria que constaram nos inventários post-mortem, tinham filhos. Dos 255 processos cujos inventariados eram casados ou viúvos, 242 deles deixaram filhos. Muitos desses inventários deixaram uma prole numerosa, 118 deles tiveram mais de seis filhos. Devo ressaltar, ainda que, localizei 22 processos em que os casais tiveram mais de 12 filhos e todos esses são referentes ao período de 1889-1890. Quanto aos processos que relacionavam poucos filhos, em geral eram de jovens casais e, frequentemente, o cônjuge sobrevivente casava-se novamente e, na maioria dos casos, vinha a ter mais herdeiros. Os números apontam uma média de $, que se manteve ao longo do período estudado, como informa o quadro a seguir:

Tabela 05- Número de processos inventariados, segundo o número de filhos.

Nº de filhos	1870-1879	1880-1888	Total
	Quantidade de famílias		
De um a seis filhos	58	65	123
Mais de seis filhos	72	46	118
Total			241

Fonte: F. M. Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

Gráfico 08- Percentual médio do número de filhos por família.



Fonte: F. M. Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

Mesmo os dados apresentados no quadro indiquem que, no geral, os inventariados com mais filhos de cinco filhos representaram 80%, é interessante notar que, nas décadas de 1870 e 1880, eles superaram aqueles classificados na outra faixa e

atingiram percentuais, respectivamente. Os processos em que os casais tiveram um grande prole com mais de 12 filhos foram abertos nesse período, e em dois deles, iniciados na década de 1890. De modo geral, os dados indicam a presença de famílias com grande números de filhos, se comparados, por exemplo, com aqueles encontrados por na localidade paulista de Laranjeiras. Segundo, autora, nessa região prevaleciam famílias com pequeno número de filhos, uma vez que 81,1% delas possuíam até cinco filhos e, entre elas, predominavam aquelas com apenas um herdeiro.

Já que falei nas mulheres, chama atenção que uma parte considerável dos domicílios eram chefiados por elas, não somente solteiras e casadas, mas, principalmente por viúvas. É interessante observar que, nos domicílios liderados por viúvas, elas superaram os homens da mesma condição, chefiando 21,18% das unidades arroladas, enquanto as que apresentaram homens viúvos como chefes atingiram um percentual de 18, Um maior predomínio de mulheres viúvas sobre os homens também pode ser percebido nos inventários post-mortem, pois de um total de 21,18% processos apresentam viúvos como inventariados, 54 são referentes mulheres. Mesmo considerando o alto índice de matrimônios entre os inventariados.

A organização da família para o exercício do trabalho de produção de alimentos. Como dá para perceber em que precisa se envolver para conseguir a comida da família. Na própria forma da família camponesa de São João da Cristina, síntese de determinação sociais e econômicas voltadas para impedir a fragmentação da terra entre os descendentes dos pequenos proprietários. Mas uma organização de produção, de consumo e de reprodução que emerge “pluralidade de indivíduos em interação”. Uma modalidade de família camponesa. Herança: mudança no sistema social, permanência dos sistema social camponês. A lógica camponesa: “É poupar ao máximo a integridade dos patrimônios territoriais”.

3.2-Tomar parte de uma parte de terra: o acesso a terra e o seus significados

A expressão *uma parte de terra* foi a mais utilizada nos inventários e documentos notariais para designar o tipo de patrimônio que a família possuía em seu nome. Embora, muitas vezes essa expressão seja usada para representar área da propriedade que a família. Nessa sessão, nosso interesse é mostrar como mais da metade dos 38% da população livre do vale do Mundaú e do Paraíba tomaram parte de uma parte de terra. Como eles tiveram acesso a terra. Já que esse acesso é a condição primeira para a manutenção da condição camponesa. Para Henri Mendras, esse acesso, em regiões onde a terra é restrita, essa prática significa em contrapartida a condição de existência e continuidade do grupo[186].

O acesso a terra e o seu significado para posseiros, agregados, pequenos proprietários, trabalhadores nacionais, escravos, libertos e moradores têm a algum tempo, despertado o interesse de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, sobretudo, para a sociologia e o significado da propriedade da terra no século XXI para uma grande quantidade que habita o campo. No campo da historiografia, iremos encontrar inúmeros trabalhos sobre o acesso dos libertos á terra por (usufruto, posse ou propriedade), a formação do projeto camponês negro ou seus descendentes (seja no período escravista ou pós-abolição) e sobre os moradores no período da pós-abolição. No entanto, ainda precisa ser mais aprofundado o debate acerca do acesso a terra entre a comunidade camponesa no período de vigência da escravidão, buscando entender o que essa experiência de acesso a terra representa para a formação e manutenção de um campesinato verdadeiramente autônomo.

Essas novas experiências no mundo rural brasileiro tem encontrando ressonância no campo da pesquisa história, sobretudo, desde os anos 1980, embora os estudos sobre esse tipo de experiência no Caribe, Cuba e Estados Unidos da América[187] tenha acontecido de maneira mais intensa. O debate sobre o acesso a terra pela grande maioria da população no país, provocou uma acalorada discussão acerca da economia autônoma dos cativos e do acesso dos escravos a um pedaço de terra.

---

[186] MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.p.67.

[187] Para mencionar alguns trabalhos cito: SCOTT, Rebeca J. **Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Campinas, SP: UNICAMP, 1991 e FONER, Eric. Nada Além da liberdade: emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPQ,1988 e outros.

Nesse contexto, os primeiros trabalhos no Brasil sobre o acesso à terra por essa grande quantidade de gente, foi sobre agregados, moradores e mais recentemente, há um crescente muito de publicações acerca do cotidiano do cativeiro e dos libertos no pós-abolição e a economia autônoma dos cativos, desdobrando-se no acesso dos escravos a um pedaço de terra na sua inserção no mercado local de trocas, ainda espera por estudos substanciais. Os estudos e investigações voltadas para entender o acesso dos libertos a terra e ás dificuldades para a manutenção desta situação, e as experiências históricas das comunidades negras, tem sido estimuladas pelas discussões suscitadas em torno do reconhecimento das terras de quilombolas, amparadas pelo artigo 68 da Constituição brasileira de 1988, e da re-(construção) de Memórias do Cativeiro.

Historiadores como Flávio Gomes e Márcia Motta, tem destacado o importante papel das pesquisas mais recentes acerca dos diferentes agentes sem posses que ocupavam o campo e a apropriação territorial no século XIX para os debates sobre os chamados remanescentes de quilombos. Para além do debate mais especifico sobre as experiências e trajetórias das comunidades negras reconhecidas como quilombolas, ou que reivindicam este reconhecimento, e das estratégias por elas desenvolvidas na elaboração de memórias que justifiquem suas pretensões, outras pesquisas tem contribuído para alargar a discussão acerca da relação emancipados/terra. Aliando resultados de pesquisas empíricas e técnicas de história oral, Ana Lugão e Hebe Mattos, preocuparam-se com as memórias de descendentes de escravos na região sudeste e as *condições de reprodução social desse campesinato negro, que emerge da abolição do cativeiro, ao longo do século XX*[188]. Para os autores, estas pesquisas demonstram que muitas comunidades rurais contemporâneas são herdeiras dos quilombolas e de grupos roceiros e camponeses negros e mestiços surgidos ao longo da escravidão e no pós-abolição[189].

Os camponeses do vale do Mundaú e Paraíba do Meio são herdeiros dessas experiências gestadas ao longo dos séculos XVII e XIX pelas comunidades quilombolas e indígenas que habitavam a região. Embora, haja uma forte tendência na historiografia de evidenciar a existência de comunidades negras, oriundas de doações de terras

[188] RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria C. **Memórias do cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
[189] GOMES, Flávio e MOTTA, Márcia. Terras e Territórios da Liberdade: notas de pesquisa sobre posseiros, camponeses negros e remanescentes de Quilombos. In: CAMPOS, Adriana Pereira & SILVA, Gilvan Ventura (orgs.). **Da África ao Brasil:** itinerários históricos da cultura negra. Vitória: Flor e Cultura, 2007. (p.159)

recebidas de seus ex-senhores, prática que não pode ser observada através dos inventários da região estudada. Vimos como já apresentamos reinvindicações de diferentes agentes sociais que haviam lutado contra palmares. Acreditamos que essa presença tenha sido dado por meio apossamentos, que começaram acontecer no final do século XVIII. Os libertos conseguiram se estabelecer com sucesso nas regiões economicamente insignificantes ou decadentes, nas quis as camadas dominantes não se interessavam pelo controle do acesso á terra, os libertos permaneceram nas terras até o momento em que eles se valorizaram após o que elas tornaram objeto de conflitos.

Os estudiosos vêm se debruçando sobre a importância da terra para a sociedade camponesa. Os trabalhos de Ellen Woortmann acerca dos pequenos produtores no sul e no nordeste do país revela que a terra era concebida como um patrimônio cultural e natural e não apenas como fator de produção. Segundo Woortmann, para os sitiantes, ela não era vista como mera mercadoria ou objeto de trabalho, mas como o resultado de trabalho da família. Da mesma forma, Margarida Moura observou as práticas da comunidade camponesa no Sul de Minas Gerais, que têm a terra como um patrimônio cultural, social e econômico. Por conta dessa característica, as duas autoras observaram que o importante papel ocupado pela terra na vida dessas comunidades fazia com que esses agentes procurassem evitar uma fragmentação excessiva do que era por elas considerado um patrimônio. Isso as fazia adotar regras próprias de heranças, muitas vezes contrariando a legislação em vigor. As transações mercantis não envolviam a terra em si, mas as benfeitorias nela existentes, e a maior parte das transações ocorria entre parentes, denotando um tentativa de manter a propriedade com a família

Para Carlos Rodrigues Brandão, a importância que o camponês devotava a sua terra faz com que ela estabeleça com ela uma relação respeitosa, simbiose que está representada em suas práticas agrícolas. Essas práticas tinham por objetivo retirar da terra apenas o sustento daqueles que a trabalhavam, evitando, assim, o desgaste do solo provocado por uma exploração intensiva:

> Entre as muitas e complexas atividades e relações direta de alimentos de origem vegetal e animal; entre esforços por fazer circularem tipos de "mantimento" e os momentos de consumo da comida, o lavrador emprega a maior parte do seu tempo de cotidiano e organiza o núcleo mais motivado de representações sobre o seu mundo[190].

[190] BRANDÃO, Carlos Rodrigues**. Plantar, Colher, Comer.** Rio de Janeiro: Graal, 1981, p.8

Essa visão agroecológica também será percebida por diferentes autores. Para Giovanni Levi, ao estudar o mercado de terras da região de Santena, uma pequena localidade do Piemonte, diz que:

> Ela [a terra] era, portanto, não só a base da produção, mas também do sistema de poder e d proteção social que caracterizava todo o sistema político, e isso tornava toda forma de circulação mercantil da terra não impossível, mas complexa e viscosa, obstaculizando sua fluidez: direitos familiares, senhorias, comunitários, monárquicos, enfim, contribuíram para fazer da terra algo que só muito arbitrariamente podia ser considerado parte do mercado. A terra não era uma mercadoria como outra; aliás, no fundo, não era nem mesmo mercadoria[191].

Por essas questões de viscosidades que envolvem a transação imobiliária rural e o contexto histórico de concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, principalmente durante o período escravista, fazia com que esse "elemento" fosse transformado em um bem precioso, especialmente para o camponês, que via nela um elemento que, além de garantir uma sobrevivência e reprodução como categoria social, possibilitava-lhe manter uma autonomia perante o grande proprietário. Márcia Menendes Motta, ao estudar os conflitos de terras envolvendo fazendeiros e posseiros no munícipio de Paraíba do Sul, nesse período, diz que estes procuravam garantir na justiça seu acesso á terra. Para a autora, *o ato de ocupa-la, de tirar posse, significava para os pequenos posseiros uma possibilidade real de se tornarem lavradores, permitindo alcançarem uma razoável, autonomia frente aos interesses dos fazendeiros*[192]. Hebe Mattos também demonstra a importância da terra para a manutenção do campesinato como uma classe social, ao dizer que *o acesso á terra, legal ou costumeiro, é pré-condição para que se possa desenvolver um modo de vida especificamente camponês*[193].

Os argumentos apresentados pelos pesquisadores a respeito da importância da terra para a comunidade camponesa e as estratégias encontradas por esses agentes para construir uma lógica que permitisse com que ele pudesse ter esse acesso, ganham todo o

---

[191] LEVI, Giovanni. Economia Camponesa e Mercado de Terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. E ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-histórias.** Rio de Janeiro; FGV, 2009, p.88.

[192] MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

[193] Idem, CASTRO, 1995, 82.

significado para a região que estudo, por trata-se de uma região que em 1870 vivia o auge da expansão das fronteiras agroexportadoras (algodão e açúcar), na qual a tendência era concentrar a estrutura fundiária já estabelecida (pequenas propriedades), concentrando as terras nas mãos dos senhores de engenho e produtores de algodão, por esse sentido essa preocupação do acesso a terra para a essa região se reveste de um maior significado para essa camada social.

O acesso formal ou informal a uma parcela de terras representava para o camponês sua sobrevivência como grupo e lhe garantia uma autonomia perante o grande fazendeiro, contribuindo para que não se sujeitasse ao trabalho nas fazendas ou que, pelo menos, tivesse a possibilidade de negociar as condições em que esse trabalho seria prestado. Diante das dificuldades, o camponês fez uso dos mais variados instrumentos para que esse acesso se concretizasse, fosse ele formal, por intermédio de compra ou herança, ou informar, por meio de condição de agregado, posseiro e na transição do trabalho escravo para o livre, vivia a condição de morador.

Na documentação cartorial (inventários), por mim coligida e analisada, demonstra que esse acesso a uma parcela de terra se deu de forma majoritariamente por meio de herança e por compra. Tem-se a menção do apossamento e terceiro por apossamento. Quanto ao apossamento são poucas as referências, mas esse tipo não pode ser descartada, essa forma de acesso a terra, pode ser melhor percebido nos processos envolvendo conflitos de terras essa ocupação teria ocorrido com mais frequência no período de expansão da fronteira agrícola no final do século XVIII. Ao pesquisar os processos de embargo relativos a conflitos agrários encontramos menção ao apossamento. Trata-se do processo de João Cardoso da Silva, residente no distrito de Muricy (Vila de Imperatriz) e falecido no mês de agosto de 1873. Entre os bens inventariados de seu patrimônio uma casa em mal estado, um cavalo, seis vacas leiteiras, constavam terras devolutas. A viúva alega que, tais terras haviam sido adquiridas pelo pai do seu sogro, cuja posse nunca havia sido contestada por mais de 40 anos[194]. Nos inventários uma pena parte.

Por essas peculiaridades os inventários *post mortem* constituem uma fonte privilegiada para se perceber a propriedade da terra entre os camponeses. Além disso, a

[194] **F. M. de União dos Palmares**. Inventários *post-mortem* de João Cardoso da Silva. Juiz Municipal de Órfãos. 1873.

abertura de um inventário judicial era obrigatória para todos os falecidos que deixasse herdeiros menores de 25 anos ou algum bem[195]. Possuir um pedaço de terra ou ter um ou dois escravos, já lhe obrigava a fazer essa prática. Para o período de 1870-1888, conto com um total de 255 processos, e, destes, consegui detectar a presença de terra em 244 unidades camponesas, em que o titular era o seu proprietário legal, o que corresponde a 92,4%. Já as unidades onde não havia a presença de terra, tinha a presença de benfeitorias, animais e roças encontramos um 4,3, como pode ser observado na tabela 1 e Gráfico 1 que permitem visualizar melhor a presença da terra nas unidades camponesas no decorrer do período estudado. Para o período de 1889-1890, conto com 11 inventários post-mortem, onde 09 irão apresentar acesso á terra, a maior parte está relacionada à cidade de Assemblea.

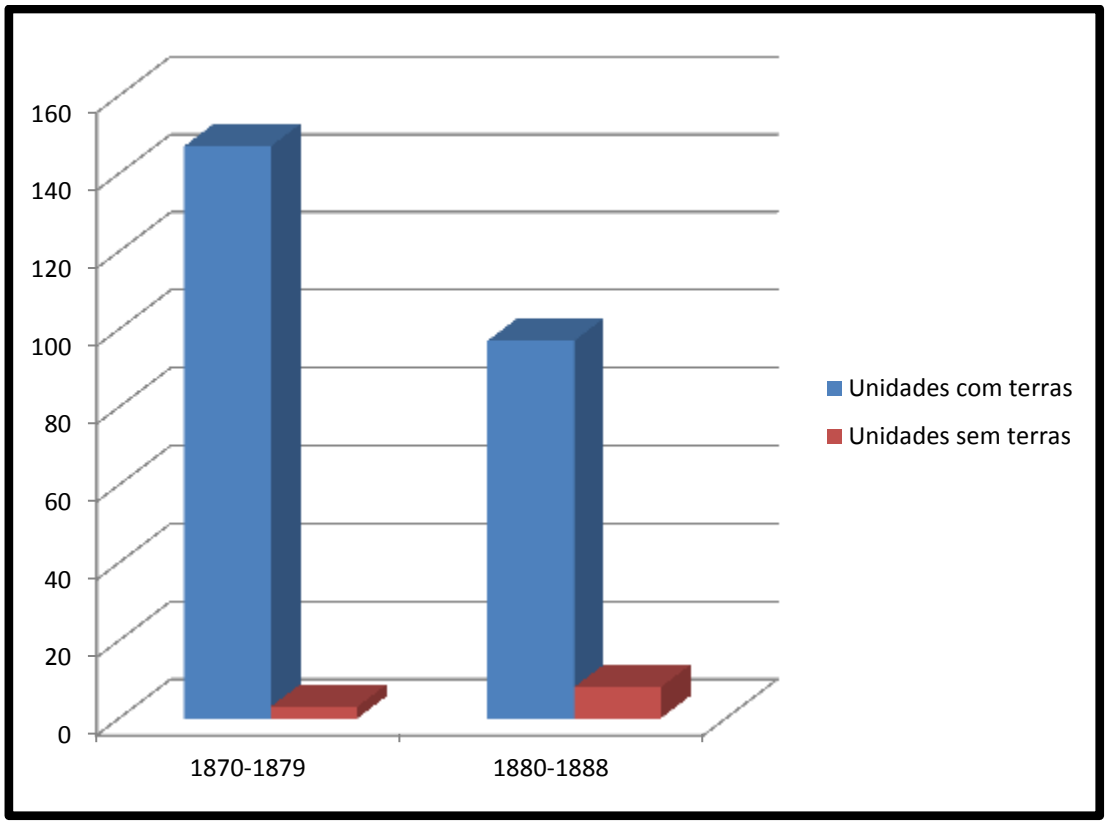
Tabela 06- Composição da propriedade da terra nas unidades produtivas camponesas

Unidades Produtivas	1870-1879		1880-1888		Total	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Unidades com terras	147	98,0	97	92,4	244	95,7
Unidades sem terras	3	2,0	8	7,6	11	4,30
Total	150	100	105	100	255	100

Fonte: F. M. das cidades de Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

[195] FURTADO, Jùnia Ferreira Furtado. A morte como testemunho da vida. In: PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 104. Assim, como foi identificado pela autora, os processos judiciais (inventários) alagoanos também estavam divido em seis partes: "1) o termo de abertura, em que, entre outros dados, informa-se o local, a data, o juiz responsável e a data do óbito; 2) a transcrição do testamento, quando há ; 3) a designação de tutor, quando há herdeiros menores e o conjugue sobrevivente é mulher, sendo obrigatório quando o espólio é de valor elevado; 4) a inventariação e avaliação dos bens por avaliador designado (bens móveis, destacando-se prata e ouro; bens imóveis, bens semoventes, animais e escravos; dívidas ativas e passivas; 5) partilha dos bens entre os herdeiros; codicilo, quando houver.

Gráfico 09- Composição da propriedade da terra nas unidades produtivas camponesas



Fonte: F. M. das cidades de Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

Esse resultado, embora não leve em consideração o acesso á terra pelos camponeses por comarca, e sim o número absoluta dos inventários encontrados na região, e ainda considerando que não consideramos aqueles agentes que desenvolviam outras atividades como (camaradas e jornaleiros), os percentuais mostram que, de certa, forma o acesso á terra era possível para os camponeses. E se observarmos as duas décadas analisadas, nota-se que há um certo equilíbrio no acesso a terra. Nos dois períodos analisados, a proporção dos que tiveram terras inventariadas foi de 95,7%. Por outro lado, as unidades que não contam com a terra entre os bens avaliados correspondem a 4,30%.

Apesar dos números apresentados acima demonstrarem a possibilidade da propriedade para a população camponesa, deve-se levar em consideração os documentos que informam sobre tais aspectos, não reflete toda a realidade dessa área camponesa, principalmente se considerarmos, a falta de organização do acervo para que eu pudesse averiguar quantos inventários com esse perfil existe para a região, mas,

sobretudo, por que o acesso á terra foi extremamente restringido, principalmente, se for considerado que o período aqui analisado coincidiu com a crise da mão obra escrava e que manter uma camada de despossuído seria uma forma de garantir uma força de trabalho regular, a intensa expansão das fronteiras agrícolas. E como disse anteriormente, como o inventário só se justificativa se houvesse bens a inventariar ou órfãos que deveriam ficar sob os cuidados de um tutor, uma grande maioria de pessoas que tinha suas vidas ligas ao trabalho na terra, deixaram de ser consideradas. Com isso, queremos afirmar que o acesso á terra não era tão democrático como nos dão a entender os números apresentados nessa amostragem.

Apesar das limitações, os inventários são prova de que o acesso a terra foi possível a essa parcela da sociedade mesmo em uma região caracterizada pela produção de gêneros de alimentícios, mas em intenso processo de apropriação pela produção agroexportadora (açúcar e algodão). Foi, portanto, com base nos dados apresentados por essas fontes que desenvolvi meu argumento de que a família e a terra foram elementos fundamentais para a sobrevivência e a manutenção desse grupo, cuja, na experiência cotidiana buscou meios de obter o acesso formal ou informal a uma parcela de terra.

Nesse universo, trazido pelas fontes a propriedade da terra foi possível até mesmo para ex-escravos. Identificamos, para esse período, dois processos em que estes figuram como proprietários de pequenas parcelas de terras. Encontramos a história do inventariado Joaquim Ferreira do Nascimento, cuja esposa era a ex-escrava Augusta Maria da Conceição. Em seu inventário, aberto em 1885 consta, entre seus bens, uma casa uma casa de palha e taipa, dois cavalos e quatro vacas, bem como uma parte de terra, que possuíam no sítio Chã Preta. Dois anos antes de falecer Joaquim e sua esposa Augusta vendeu em escritura pública uma sorte de terras que possuíam no sítio Chã Preta para Canuto José Souza por cento mil reis[196]. Muitos moradores da região discute ser a origem ocupacional da atual cidade chamada chã preta.

Será, portanto, com base nos dados apresentados por essa documentação e nas escrituras de compra e venda de terras que desenvolverei meu argumento de que a terra

[196] **F. M. de Viçosa**. Inventários *post-mortem* de Joaquim Ferreira do Nascimento. Juiz Municipal de Órfãos. 1885. Escritura pública de venda de uma sorte de terra. Joaquim Ferreira do Nascimento. Canuto José de Souza.

era elemento fundamental, quanto cultural e economicamente, para a sobrevivência desses agentes e que, na medida do possível, ele buscou meios de obter o acesso formal ou informal a uma parcela.

A força do trabalho familiar nas unidades com terras foram fundamentais. Sendo assim, as principais características das unidades em que predominou a força de trabalho familiar. Dos 255 inventários *post-mortem*, apenas 6 deles informaram presença de dois escravos, o que representa um percentual 2,35. Por outro lado, os inventários indicam que prevaleceram as unidades baseadas na força de trabalho familiar, uma vez que 98,42% delas não contavam com a posse de escravos. Os inventários cujos titulares não possuíam escravos totalizaram 244 processos, sendo que 174 para a década de 1870 e 70 para a de 1880, será com base neles que procurei analisar as unidades produtivas com terras e centradas na força de trabalho familiar.

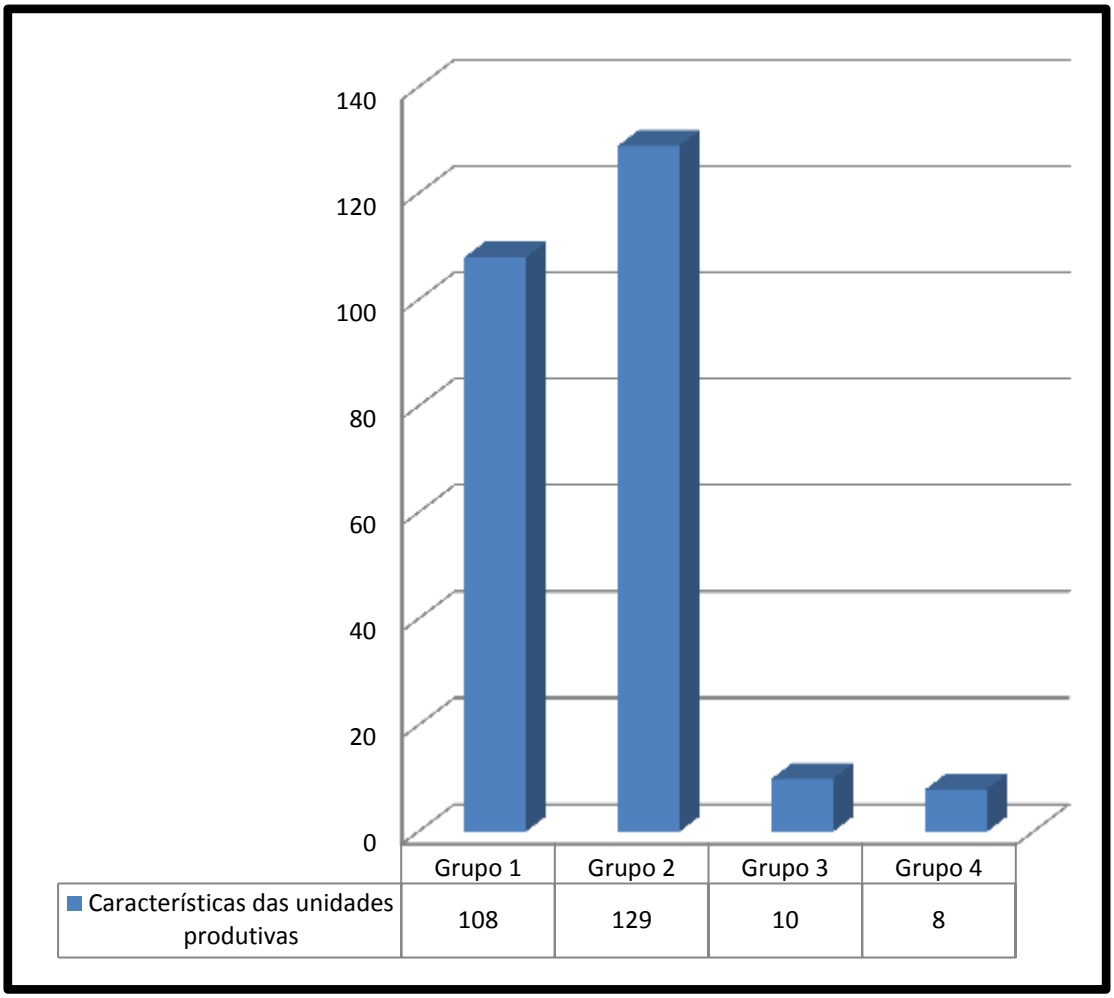
O esforço coletivo mostrava que dava resultado, as unidades se apresentavam bastante promissoras, uma vez que contavam com terras cultivas com mandioca, feijão, animais de pequeno porte (galinha e porcos) e alguns benfeitorias como um roçado de milho, como se pode perceber no quadro e gráfico a seguir:

Tabela 07- Característica das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar

Características das unidades produtivas		1870-1888	
		Nº Abs.	%
Grupo 1	Com terras, benfeitorias e animais	108	42,35
Grupo 2	Com roças, animais e terras	129	50,59
Grupo 3	Com benfeitorias	10	3,92
Grupo 4	Com animais	8	3,14
Total		255	100

Fonte: F. M. Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*

Gráfico 10- Característica das unidades produtivas baseadas no trabalho familiar



Fonte: F. M. Atalaia, Pilar, Viçosa e União dos Palmares. Inventários *post-mortem*.

Os dados apresentam números que indicam que a terra estava presente, em quase 92 % dos processos, em segundo lugar estavam os roçados e em seguida benfeitorias e animais. No caso dos animais, cavalo, vaca, gado bovino, ovelhas eram mais comuns, e o gado bovino não estava presente apenas naquelas propriedades mais prósperas. Por outro lado, as roças é um item muito significativo, enquanto que o seu armazenamento não aparece registrado. É interessante observar que, a grande presença do conjunto de terras, roças e animais, permanecerá presente para os anos de 1889 e 1890, coincidindo com o período em que terras e benfeitorias atingirão percentuais mais altos, por ocasião da forma de acesso a terra. Esse aspecto reflete uma tendência

encontrada nos processos abertos após a abolição da escravidão, quando esses itens começaram a ser citados com uma maior frequência.

Para se ter ideia da produção de uma família nesse período, observamos o relatório do Alojamento de Santo Amaro (Atalaia/Pilar), antigo aldeamento indígena, que em 1877 passou abrigar as famílias de retirantes da seca[197]. Segundo o Inspetor Moriz, alojamento que é habitado por 380 posseiros de ambos os sexos e idades. Essas famílias construíram mais de 22 casas de palhas em que moram, além de terem erguido um grande barraco para fazer farinha. Nas contas do senhor Moriz, os retirantes roçaram e plantaram seis mil covas de mandioca, intermeio das com feijão, e na margem da estrada qual a de Atalaia estão concluídos preparando outro roçado que devo admitir quatro mil da mandioca plantada, promovendo-se igualmente a edificação de casas de palha[198].

No ano seguinte 1878, os retirantes plantaram trinta mil covas de mandioca e um alqueire de feijão. Além disso, acham-se roçados quinhentas braças de terras para o plantio de canas, que se efetuou até o fim do mês de outubro. Encontrando nas terras as margens do rio Paraíba, barro próprio para telhas e tijolos, construção de casa, coberta de palha com cem palmas de comprimento e 80 de largura, e empregue nelas os retirantes profissionais neste senhor. Com relação a safra de 1877, o senhor Moriz admite que se colheu600 sacos de farinha, 221 sacos de feijão, 263 sacos de milho, 124 amarrados de cana, 40 peças de algodão groso, 40 peças de algodão fino, 40 sacos de chita 25 sacos de feijão[199].

Segundo Moriz, *todas estas terras são conhecidas como de colheita.* Para se ter ideia desses cálculos por área disponível, vinte cinco braças em quadras, roçadas as quais podem admitir mais de mil covas de mandioca[200]. Isso serve para representar que determinada unidade camponesa poderia passar por estágios bem distintos em termos de prosperidade.

[197] Segundo a própria referencia dos documentos S. Amaro está estabelecido este alojamento em terrenos do município de Atalaia no antigo Arraial, uma légua acima daquela vila, e uma milha de distancia da margem esquerda do rio Paraíba. **APA**. Alojamento Militar de Pilar e Atalaia. 1877-1878. M. 12. E..02.

[198] Idem
[199] Idem
[200] Idem

Já os processos sem terra, mas com benfeitorias e animais, como mostra o quadro por isso à justificativa de sua abertura. No inventário de Manoel Correia da Silva, embora não constassem terras, havia uma casa de taipa, suas benfeitorias no engenho Capela, dois cavalos e um pequeno roçado (o gênero não veio especificado). Os membros da família eram um total de 10 pessoas, sendo 8 filhos; três deles, com idade entre 06 e 15 anos, formavam a força de trabalho da unidade.

No que se refere a questão da organização da força de trabalho família nesta unidades, deve-se destacar novamente, que a maior parte dos inventários possuíam filhos maiores de 14 anos aptos trabalho, quando a família não podia contar que essa força, provavelmente recorria a solidariedade de parentes para que com o esforço coletivo pudesse prover a família, não identifique famílias que tenham recorrido a uma força de trabalho adicional, escrava ou livre (pagamento) para ajudar na manutenção da propriedade. Observei em alguns inventários a situação como a de Doma Jeronima de Holanda Cavalcanti, que no dia 17 de junho de 1889 o escrivão Silvério Costa, lavra em seu cartório o seu inventário, na intensão de que o viúvo o senhor Belarmino de Holanda Cavalcanti, com seus 8 filho sendo
cinco desses menores de idade pudesse ter acesso aos poucos bens deixados pela falecida. O inventário deixava claro que o casal possuía na propriedade de terras denominada "Herva do Rato" que se acha em comum união traz pequenas partes sendo duas que lhe tocarem no inventário de seu finado pai Antônio de Holanda Cavalcanti e outra que houve por compra de João Tenório Lima e sua mulher nas quais reside, tendo casa de morada em mau estado e um aviamento de fazer farinha nas mesmas condições, as quais sendo conhecidas dos avaliadores lhe deram o valor de um conto e seiscentos mil réis que vai a margem[201]. No processo não constavam terras, mas entre seus bens foram avaliados uma roçado, um cavalo e outros utensílios domésticos. O casal possuía 8 filhos, sendo que quatro desses menores do que 15 anos. Em outro processo, a falta de filhos aptos ao trabalho fez com que houvesse o recurso de se reorganizar com os Vizinhos e pais. O processo dos bens deixado por óbito de Joaquim Valentim de Araújo, casado que foi com D. Maria Francisca de Araújo, moradora no sítio Paixão(Imperatriz), que possuía cinco filhos, sendo quatro desses menores de 10 anos. A

[201] F. M da Cidade de União dos Palmares. Inventário post-mortem de Jeronima de Holanda Cavalcanti.

despeito de não possuir terras, possuía casa no Bolão, uma casa de farinha em mal estado no terreno do sogro, dois cavalos, e outros utensílios de uso doméstico[202].

Essa prática de compartilhar espaços e contar com a solidariedade da comunidade pode ser observada no processo crime de Antônio Joaquim de Santana mais conhecido por Tonico, morador na mão direita (São José da Lage) pelo fato seguinte: o denunciado no dia 5 do mês de janeiro de 1889 em companhia de sua amazia Francisca de tal fora fazer farinha no sítio Frio em um roçado pertencente a Luís Pedro e ao chegarem no dito roçado o denunciado conduzira sua amazia para um gruta deserta e ali assassinara armado com uma faca de ponta que amolava na saída do local do assassinato, sendo que o corpo de Francisca só foi encontrado 4 dias depois encontrado. O denunciado depois te ter praticado o crime ausentou-se como tudo para não ser penalizado[203]. No entanto, as relações aparecem no discurso da testemunha desse homicídio.

Pedro Nolasco das Virgens morador na mão direita deste distrito, com quarenta e quatro anos de idade, casado, agricultor, disse que no dia cinco do mês de Janeiro de 1889, achava-se na casa de seu filho Luís Pedro, quando Antônio Joaquim de Santana, conhecido por Tonico, em companhia de sua amasiada Francisca de tal seguiram para o roçado de mandiocas que existe no sítio Frio pertencente ao meu filho. O dito Tonico pediu ao meu filho para arrancarem mandioca a fazerem farinha. Percebendo que Antônio Joaquim de Santana, estando desprevenido de mantimentos e fazendo sentir essa falta ao referido seu filho; eu e meu filho imediatamente o prevenimos-lhe de bacalhau, a que deu lugar a não haver a menor desconfiança a demora da chegada de Antônio Tonico e sua amazia; passando-se porém nove dias ele testemunha recebeu a notícia de haver sido encontrado o cadáver de uma mulher no roçado de mandioca de que acima falou pertencente ao seu filho Luís Pedro, sendo dada a dita notícia por umas mulheres moradoras no referido sítio[204]. O proprietário Luís Pedro, em seu depoimento mostra que o uso dessa casa de farinha era usado por um número maior de pessoas:

> Antônio Tonico e sua amazia Francisca de tal foram arrancar mandioca em um roçado dele testemunha no sítio Frio seguido na ocasião da saída que voltara no mesmo dia ou no dia seguinte, em cuja ocasião lhe dera bacalhau para almoçar no sítio; sabe mais que

[202] F. M. da cidade de União dos Palmares. Inventário post-mortem de Joaquim Valentim de Araújo.
[203] F. M. da Cidade de União dos Palmares. Processo Crime. Réu Antônio Joaquim de Santana conhecido por Tonico. Juízo Municipal de São José da Lage. 1880.
[204] Idem

> Antônio Tonico conduzia uma faca de banda com meia ponta, sabe mais que amazia de Antônio Tonico a infeliz Francisca de tal fora encontrada morta no roçado dele testemunha, cuja identidade fora conhecida por ele testemunha, seu pai Pedro Nolasco, Custódio Ângelo do Império, Manoel Cipriano e muitas outras pessoas na ocasião **de se acharem reunidos no mesmo roçado** pela notícia de ter sido encontrada uma mulher morta[205].

Nos processos aqui analisados, chamou-nos a atenção a existência de uma unidade produtiva camponesa que, a despeito de não possuir terras, se apresentava bastante dinâmica em termos de produtividade. Trata-se do inventário de Hermenegildo Pertiniano da Rocha Courana, aberto em julho de 1885. Ao falecer deixou sua cônjuge Tereza Maria de Jesus e seus cinco filhos, três destes menores, um roçado nas terras do senhor Manoel Correia da Silva, e mais algumas benfeitorias como uma casa de taipa, e um casa de beneficiar algodão e fazer farinha, além de alguns pés de cana nas mesmas terras. Além dos cultivos, constavam do espólio quatro pintos, duas vacas, dez ovelhas, e ao lado desses bens, dos móveis, utensílios domésticos e ferramentas que compunham o espólio constava ainda uma quantia em dinheiro, no valor de cem mil reis, proveniente de "serviços no beneficiamento do algodão". O mais interessante nesse processo é que, a despeito do dinamismo da unidade, não havia uma força de trabalho apta á prestação de serviços, uma vez que os filhos eram crianças e não haviam escravos. Não acreditamos que toda essa prosperidade seja apenas o esforço do Manoel Correia da Silva, ele certamente contou com a ajuda de terceiros, talvez em sistema de multirão, uma prática comum no meio rural[206]. Além disso, na divida passiva do casal, encontrava-se as despesas com funeral, com empréstimo. Ao final do inventário, ao ser calculado todas as dividas do casal, Tereza Maria de Jesus solicitou que não fossem separados bens para quitá-las, argumentando que tinha condições para quitar tal débito. Esse fato vem demonstrar que o casal possuíam outros meios financeiros além dos listados no espólio, sendo esse mais um demonstrativo da prosperidade vivida pela família Silva.

Um dos processos de inventários sem escravos também vem demonstrar que determinada unidade camponesa poderia passar por estágios bem distintos em termos de

[205] Idem

[206] Para Antônio Candido o sistema de Multirão, está baseado na troca de serviços, era utilizado principalmente pelos camponeses sem recursos para remunerar monetariamente aqueles que lhes prestavam ajuda no trabalho dos roçados. CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 45.

prosperidades. Trata-se do inventário de Antônio Joaquim de Araújo que veio a óbito em fevereiro de 1877. Em seu inventário consta que os bens estavam em poder de seu genro Luís Martins Firmino , casado com sua filha Rosa Maria da Conceição, que por não atender ao chamado da justiça, para que pudesse informar os bens que deveriam ser inventariados foi afastado do cargo de procurador e os bens do finado Luís foram sequestrados. Dois anos depois, um novo procurador assume o cargo alegando que os bens a serem inventariados eram insignificantes, pois o finado Luís possuía apenas *uma parte terra no Oiteiro da Serra Grande*, um cavalo e cinco gados *vacum*. No entanto, apesar de dizer que o patrimônio era insignificante, o novo procurar diz que a divida no qual o espólio era credor, eram incobráveis em razão da insolvabilidade dos devedores. Um dívida de mais de 30 anos, proveniente do fornecimento de alimentos. Este último aspecto ao realçar o fato de que Luís Firmino Martins desfrutou de momentos de maior prosperidade, quando chegou até possuir dinheiro, vem corroborar o que discuti, quando afirmei que nem sempre foi possível aos pequenos produtores no nordeste do Brasil terem acesso a posse de cativo, mas quando tem muitas vezes não conseguia mantê-las.

Um questão que surge com relação aos camponeses sem terra que não moravam nas propriedades de parentes e sim de terceiros. Eram os agregados de alguns fazendeiros e senhores de engenhos Para alguns autores, esse agente é visto com um sujeito dependente do proprietário das terras em que vive, atuando como uma reserva de mão de obra. Para Christine Dabat, o morador, no caso do nordeste na região agroexportadora, essa relação expõe fortes traços de a *sujeição de grandes contingentes de mão de obra rural a condição particularmente brutais de exploração*[207]. Para alguns autores, por outro lado, esse tipo de relação permite que esses sujeitos tenham uma maior autonomia, ao defini-lo como individuo que tinha a permissão do proprietário para ocupar uma parte de sua terra e fazê-la produzir, sem que, para isso, se obrigasse a alguma forma de pagamento, a não ser alguma eventual prestação de serviço. Era essa permissão obtida que distinguia do posseiro, aquele que se instalava em terras alheiras, á revelia de seu proprietário[208].

[207]DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p17.

[208] Idem, Idbem, 1979, 56.

De certa forma, considero que as duas posturas tem razão, pois o fato de se instalar em terras alheias acabava por gerar uma relação de dependência entre o agregado e o dono da propriedade, de modo que o primeiro, talvez por gratidão ou medo de ser despejado, sujeitasse a determinadas tarefas, algumas nada não prósperos. Por outro lado, acredito também na possibilidade de uma autonomia, como a proposta por Antônio Candido, que garantia, inclusive, o acesso a outros bens, como animais ou mesmo um pedaço de terra. Vejamos a história de José Miguel dos Anjos e sua mulher Maria Cerqueira que foram réus de um processo de embargo movido por Maria dos Anjos, Martinha Jesuína de Oliveira, Maria Jesuína da Conceição e Joaquim, todos moradores da Comarca de Imperatriz. Os irmãos reclamavam na justiça que José Miguel dos Anjos em dias do mês de dezembro de 1890, na qualidade de foreiros de uma parte de terra do patrimônio do senhor do Bom fim, não estava respeitando os limites traçado pelos suplicantes e reconhecido por todos. Foi alegado em juízo que, José avançou as divisas, roçando matos e que contribuíam a fazer, sem que nunca tivesse posse na referida propriedade. José Miguel dos Anjos morava no sítio Bolão, era vizinho do sítio Caípe dos irmãos que protestavam. Nesse processo, além do conflito se mostra que a família de José permanece nessas terras por mais de vinte anos, por que quando o pai dos reclamantes em 1870 fez passar uma cerca de madeira consistente pelos limites então reconhecidos, após a demanda a qual a cerca tem sido sempre conservada e respeitada como indicativo dos mesmos limites, a pelo menos 18 anos sem contestação alguma. Nesse processo conflito que se estabelece o agregado vimos também duas questão: Um certa dependência, não se achava responsável por ela, pelo menos foi o que o procurar alegou ao justificar sua ausência na primeira audiência:

> **Antes de mais precisamos tornar saliente a circunstancia de ser o reo (apelante) José Miguel dos Anjos, um homem rústico e octogenário, e, que não teria quem aconselhasse conveniente**, aliás, o conselho que lhe deram pessoas iletradas foi de não importar com a questão, **por que sendo simples, arrendatário ou foreiro de terras do Patrimônio do S. do Bonfim, no Bolão, o administrador do dito patrimônio que tinha a obrigação de defendê-lo por isto foi o motivo de ter deixado revelia a causa em seu inicio, não obstante, mesmo o reo assistindo a 1ª audiência**, esta visto que por, pois não podia se apresentar, não tinha quem o defendesse. Explicada assim, a suposta revelia do reo já pela necessidade, já pelo conselho que lhe dão, já pela falta de pessoas habilitada no lugar da questão (...).

E um suposto contrato que lhe permitia ter certa autonomia:

> **Arrendo do Senhor José Miguel dos Anjos o terreno pertencente ao patrimônio do Senhor do Bonfim, cujo lugar chama-se Bolão, por preço e quantia de três mil reis**. Seus limites são os seguintes: Pegará da estiva que vai para Laje até [ilegível], servindo de divisão entre o meu e do senhor Nicolau, uma palmareira que se acha abaixo rio, e em cima uma oiticica, junto a estrada velha de Imperatriz, até encontrar com terras do Caípe pelo lado do brejo. Declaro que. Taperaguá 22 de Julho de 1862. Pe. José de Souza Barboza. Documento de escritura e aforamento que fez o tesoureiro da irmandade do senhor do Bom Jesus do Bom fim e de Nossa Senhora das Dores.
> Instrumento de escritura de aforamento (...), e no caso não satisfaça o aforamento de cada ano, passado que seja dois anos, perderá o domínio e posse que no mesmo tinha, ficando logo ele pertencendo ao patrimônio do mesmo senhor. **Assim como poderás fazer as benfeitoras que quiser no sitio aforado do quais lhe ficarão pertencendo a seus herdeiros se cumprirem com o aforamento anual,** poderá constar qualquer árvore que por possa prejudicar a outra sem autorização de pessoa alguma ele foreiro não poderá alegar estabelecido outros quaisquer casos inopinados. **Ele aforado de sua parte se obriga a faze-lhe este aforamento bem por sua pessoa** e ao sucederem em sua administração e Thesouraria da referida irmandade, e do cumprimento dessa obrigação e hipoteca o prédio a forrado e limita-se o sitio aforado.

De fato, esse tipo de acesso a terra, tornava-se muito viscosa, para ser trabalhado em apenas oito casos encontrados para região do vale do Paraíba. Seria preciso outros elementos que nos permitissem uma maior reflexão sobre essas relações. Dentro desse cenário temos também aqueles que tinham acesso á terra por meio da compra. Esse mercado imobiliário merece uma pequena reflexão a seguir.

3.3-Quanto vale?: Características do mercado imobiliário rural em Alagoas na segunda metade do século XIX

Ao analisar o mercado de terra na região do vale do Mundaú e Paraíba do Meio, procurei adotar o mesmo procedimento que muitos trabalhos sobre essa temática têm utilizado. São os chamados pressupostos metodológicos da micro-história. Embora, considere de extrema relevância para as minhas pretensões o trabalho desenvolvido por Giovani Levi, o qual analisa um pequeno povoado do Piemonte no século XVII, se utilizando de uma grande variedade de fontes, buscando reconstituir o cotidiano do

mundo camponês, procurando apreender as relações familiares, assim como as estratégias desenvolvidas pelos habitantes locais diante das incertezas e crises vividos por esses agentes, considero que para a analise deste seu trabalho apenas sua assertiva ao analisar o mercado de terras dessa região, ele chega a conclusão de que as transações estavam submetidas a regras de reciprocidades, em que as relações sociais e de parentesco tinham um peso importante na definição dos preços, eu diria que no caso alagoano o pessoa definido por quem estava comprando.

Segundo Giovanni Levi, numa economia apenas mercantilizada e na qual o objetivo primordial é o autoconsumo, nesse setor imobiliário não será o mercado em geral que determinará o preço da terra, mas sim, a exigência de cada família camponesa num contexto especifico de seu ciclo de vida.[209] Para Chayanov a participação dos camponeses no mercado é descontínua, porque o objetivo não é maximizar o resultado monetário, mas encontrar e conservar um equilíbrio entre as necessidades da família e o esforço distribuído. Então o que determina o preço da terra, vai variar de acordo com a situação. Por isso, queremos dizer que

> E isso não apenas se deve à artificialidade e ao próprio perigo de considerar a natureza e o ambiente como mercadoria: o postulado de que tudo aquilo que é comprado e vendido foi produzido para a venda é, para a terra, manifestadamente falso. A descrição do trabalho da terra e da moeda como mercadoria é inteiramente fictícia, e é exatamente por meio desta ficção que tais categorias são organizadas[210].

Outro autor relevante para o trabalho será Karl Polanyi, uma vez que esse autor considera que os elementos que regem as trocas em uma sociedade, muitas vezes, ultrapassam o caráter econômico, devendo ser levado em conta, também, os aspectos sociais, como as relações de parentesco. Ao estudar as sociedades sem estado, ao autor afirma que havia nelas motivações que se estendiam além do econômico, prevalecendo, na prática, elementos como reciprocidade e redistribuição, capazes de garantir a ordem da produção em benefício da família.

No Brasil o aquecimento do mercado de imóveis rurais irá acontecer a partir de 1850, com a aprovação da Lei de Terras. O acesso as terras devolução ficaria restrito a partir desse momento, e que ele não aconteceria por outro mecanismo que não fosse o título de compra, essa legislação vinha para regulamentar esse acesso, principalmente

[209] Idem, Idbem, 2009, p. 91
[210] Idem, Idbem, 2009, p. 87.

aos desprovidos de recursos. Essa medida coincide com o fim do tráfico internacional de escravos, ela tinha por objetivo, embora implícito, criar uma reserva de mão de obra, formada pela camada de homens livres do país, especialmente os mais pobres. Acreditava-se que a posse a posse da terra nas mãos desse setor da sociedade inviabilizaria tal empresa.

A obrigatoriedade de apresentar título de compra da terra ocupada a partir daquela data fez com que os que possuíam algum recurso se adaptassem a nova situação, direcionando seus investimentos, que antes eram feitos na aquisição de escravos, para compra de terras. Os estudiosos tem demonstrado, com o fim da entrada de africanos no país, o pequeno proprietário viu-se impossibilitado de adquirir o cativo, voltando-se para o mercado de terras. A razão para essa mudança de comportamento se deve ao fato de a terra ser um bem relativo mais acessível, se comparado ao preço do escravo, devido á sua relativa abundância, em que pese o fato de que grande parte dessas terras já se encontravam concentradas em poucas mãos. No caso camponês, a terra assumia dupla importância, atuando como fator de reprodução da economia camponesa e como reserva de valor, podendo ser vendida ou hipotecada em caso de dificuldade

No vale do Paraíba do Meio e Mundaú, a exemplo de outras regiões do Brasil, os pequenos proprietários responderam a essa situação inserindo-se, também nesse mercado de terras que, aos poucos, ia se consolidando. Ao analisar algumas escrituras de compra e venda de terra entre os anos de 1879-1880 percebo que a maior parte das transações efetuadas na região envolvia pequenas extensões, se comparadas os grandes engenhos existentes na região, e que 68,08% delas se referiam a propriedade que possuíam no máximo 10 braças. Também podemos perceber que a grande maioria dos envolvidos nesse mercado era formado por pequenos proprietários não vinculados ao açúcar. Pude perceber a presença dos camponeses no mercado de terra tanto nos inventários, quanto nas escrituras de compra e venda e nos livros de receita de transmissão de propriedade. Como pode ser percebido no quadro abaixo

Tabela 08- Extensões das Terras negociadas nos vales do Paraíba do Meio e do Mundaú

Extensão das terras	N° de Transações em Inventários	N° de transações em escrituras de compra e venda/Receita de Transmissão de propriedade/ literatura	Total	%
Uma sorte[211]	47[212]	3	50	16,77%
Uma parte de terra	143[213]	12	155	52,01%
Uma parte de terra em diferentes localidades	40[214]	0	40	13,42%
Até 10 braças	10[215]	3	13	4,36%
De 10,1 a 25 braças	9[216]	2	11	3,69%
De 25,1 a 35 braças em quadra	3	0	3	1%
De 35,1 a 100 braças em quadra	3	0	3	1%
Mais de 100,1 braças em quadra	0	23[217]	23	7,71
Total	255	43	298	100%

Fonte: F. M das Cidades de Atalaia, Viçosa, Pilar e União dos Palmares. Inventários *post mortem* **APA.** Receita de imposto de transmissão de propriedade- Assembleia. (1873-1874). Cx.2009. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição** à **história do açúcar em Alagoas**. Recife: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL, 1970.

Com relação ao tamanho das propriedades negociadas, algumas dificuldades se apresentam nessa documentação, uma vez que nem sempre ela traz a descrição com precisão. Foi comum encontrar expressões como uma sorte ou uma parte de terras.

[211] Expressão que aparece nos inventários para indicar extensão de terras herdadas. Geralmente, sua extensão não vem estabelecida na documentação.

[212] Esse número foi observado no material que compõe os inventários analisados nesta pesquisa, que juntos somam um total de 255 inventários. Fonte: F. M das Cidades de Atalaia, Viçosa, Pilar e União dos Palmares.

[213] Idem.

[214] Idem

[215] Idem

[216] Idem

[217]Valores maiores há 100,1 braças foram mencionados por Moacir Santana para designar o tamanho dos engenhos da região do Pilar. Os números apresentados mostram propriedades com até 34.000 braças em quadra. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição** à **história do açúcar em Alagoas**. Recife: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL, 1970, p.253.

Entretanto, boa parte das transações descrevia a extensão da área negociada, o que me possibilitou perceber que parte considerável delas envolvia tanto pequenas extensões de terras quanto pequenos valores. Quanto a extensão de um total de 20 escrituras, 3 informam que tiveram acesso á uma sorte de terra e 12 que tiveram acesso a uma parte de terra, apenas 5 informa o tamanho da propriedade negociada, e pude perceber que, destas, 4, 36% se referem a imóveis até 25 braças. Não identificamos nas transações terra negociada que era por várias vezes me deparei com descrições como quartas, litros, celamins e pratos.

Outro dado percebido é que cerca de 70% das escrituras pesquisadas se referem a transações envolvendo apenas parte do imóvel. Esse dado pode indicar um fragmentação das unidades, uma tendência que se manteve no período pós-abolição (embora em menor percentual, como poderá ser visto), em decorrência, principalmente, da diminuição da mão de obra nas lavouras de alguns engenhos.

A grande quantidade de transações envolvendo pequenas extensões de terras reflete também o fato de ter encontrado uma grande parte delas referentes a apenas uma parte do imóvel, um dado percebido, especialmente, em registros de até 10 braças. A partir disso a tendência era negociações envolvendo toda a propriedade, vendo o engenho inteiro, ou seja, entravam na negociação as terras, as benfeitorias, os animais, acessórios, plantações e até escravos.

Com relação aos valores envolvidos nas transações, convém lembrar que nem sempre eles correspondiam ao real valor de mercado, seja em extensão, seja em qualidade da terra negociada. O fato de ser um mercado influenciado por elementos de caráter extra-econômico acabava por fazer as relações sociais de parentesco e de vizinhança interferirem nos preços finais. Dessa forma, pude encontrar negociações de grandes extensões de terras com preço extremamente baixo, bem como aquelas que envolviam parcelas insignificantes com preços muito altos em relação a uma média geral. A título de exemplo, tomei algumas transações ocorridas entre os anos de 1873-1878, em que detecta os dois extremos:

Quadro 2- Valores envolvidos nas transmissões de compra e venda de Propriedades[218]

Recebido de Diliotina Maria da Conceição proveniente de siza de bens de raiz correspondente **à trinca mil reis por** quanto comprou a Manoel Alves de Britto **uma parte de terras no sitio Oiteiro deste Termo**
Recebido de Antônio Delmiro dos Santos outros provenientes de siza dos bens de raiz correspondente **a cinquenta mil reis por** quanto comprou a Rosa Maria do Espirito Santo **uma parte junto do sitio Branco deste termo.**
Recebido de Manoel Joaquim Correia, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a **duzentos mil reis por** quanto comprou a Joaquim Teixeira de Araújo sua mulher e suas herdeiras e familiares no lugar denominado Utinga deste termo, cujo **sitio pega da barra da Utinguinha pelo rio Utinga até encontrar com as terras dos herdeiros do finado Rita Maria Cavalcante.**
Recebido de Manoel Gonçalves da Cruz, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a **quarenta e cinco mil reis por** quantia comprou a Anna Dionísia da Cabral **um sitio foreiro no Patrimônio do S. Do Bomfim da Povoação de Taperaguá no lugar denominado Porto-Grande.**
Recebido de José Pedro do Bomfim Padrinho proveniente de siza de bens de raiz correspondente **a cem mil reis por** quanto comprou a Manoel Antônio da Trindade Pinto **sete braços e meia de terra no lugar [ilegível], havido por herança do finado Antônio José da Trindade Pinto com coqueiros e mangueiras.**
Recebido de José Osides de Oliveira Costa, proveniente de siza de bens raiz correspondente a um conto e **duzentos mil reis, por** quanto comprou a Thereza Maria de Jesus e mais herdeiros, um sitio de terras e fruteiras denominado Paco, com **quarenta e seis braças de frente e fundos a estrada de Branquinha.**
Recebido de Francisco Rodrigues Maria proveniente de siza de bens correspondente a **noventa mil reis, por** quanto comprou a Joaquim Ignácio Loureiro e sua mulher **um sítio de terras com nove braças a meia de frente, com seis contos dos fundos no lugar campo Grande deste termo entre sítios dos herdeiros do finado José Linz e Thereza Maria de Jesus**.
Recebido de Manoel Joaquim Barbosa, proveniente de siza de bens de raiz, correspondente a cento e **dez mil reis** por quanto comprou a Pedro Correia da Motta, e sua mulher, **duas braças e meia de terra com quarenta pés de coqueiros, quatro pés de mangueiras e um pé de fruta pão no dito sítio.**
Recebido de Ambrósio Vieira da Costa proveniente de siza de bens de raiz correspondente a duzentos mil reis por quantia comprou Maria Francisco dos Anjos **de metade do sitio denominado Gaçari e que por herança de seu finado marido Francisco da Paixão.**

Na conclusão deste capítulo, alguns pontos devem ser retomados. Chamo a atenção para o fato de que enfoquei aqui apenas uma parcela do campesinato que se fez

[218]**APA.** Valores registrados nos livros de receita de pagamento de imposto de transmissão de propriedade- Assembleia/Imperatriz/Atalaia (1873-1878). Cx.2009. Os demais valores das transações imobiliárias pode ser visto no anexo 3.

presente nas fontes. Acredito ser ela um tanto privilegiada, pois, se deixou registros foi porque teve acesso a certos recursos que lhe possibilitavam adquirir bens e deixa-los a seus herdeiros. A presença maciça de uma parcela que teve seu nome registrado, aparecer nos processos de inventários post mortem é uma demonstração de que ainda havia muito a ser conquistado.

A força de trabalho familiar teve papel preponderante na reprodução da unidade e, no caso alagoano . Embora sem escravos, muitas dessas unidades se apresentaram bastante promissoras, contando com terras ocupadas por roçados, cercados e benfeitorias. Ao analisar o comportamento desse campesinato durante o período escravista, procurei demonstrar que tanto o acesso a terra, garantia e uma existência relativamente autônoma, quanto a propriedade de, embora a região em que ela vivia se caracterizava pela agroexportação. Outra questão a ser levantada é como esses camponeses articularam sua existência após abolição.

Há que se levar em conta que a tendência mais provável era que a sua manutenção como setor autônomo se tornasse mais limitada pela necessidade de mão de obra que se impôs com o fim do trabalho escravo. No caso, especifico do vale do Mundaú, não sabemos até que ponto a "fronteira aberta" não tenha continuado aberta. Os processos criminais analisados, ao mesmo tempo em que mostram as dificuldades dos camponeses em garantir a propriedade, também revelam a importância que devotaram ao seu pedaço de terras, a ponto de se envolverem em conflitos, cujos resultados dificilmente lhes seriam favoráveis. Ao contrario do que afirmava o representante da classe dos fazendeiros veiculada no jornal eles tinham a suas parcelas de terra não visava a encobrir os frutos nas fazendas, mas garantir a manutenção de um projeto camponês que lhes possibilitasse de sobreviver de forma autônoma. Além da terra que assegurava a condição de camponês, outras foram as estratégias utilizadas para garantir sua sobrevivência, sendo muito delas de caráter extra-econômico.

CAPITULO 4

Os camponeses em defesa de seus direitos botaram pra *quebrar:* o movimento do Quebra-quilos em Alagoas e outras relações de solidariedade

Os últimos meses do ano de mil oitocentos e setenta e quatro foram agitados na Província das Alagoas. Nesse período, passeatas e manifestações arrebentaram nos quatro cantos da província. Há todo momento, chegavam a Maceió, notícias de que, *sediosos* haviam ocupado ou se preparavam para ocupar as cidades de Atalaia, Pilar e os distritos de Mundaú, Timbó, Capela e São Braz. Temendo o desdobramento dessas manifestações, as autoridades locais, exigiam do Administrador da Província *reforço para seus Destacamentos*. No entanto, sem conseguir avaliar a dimensão dos acontecimentos, e desconfiado de que estas ações poderiam ser retaliações políticas, organizadas por seus opositores, o presidente da Província de Alagoas João Viera de Araújo resolve *não mais licenciar, como havia programado, o contingente de praças da Guarda Nacional destacado em Maceió*[219], como forma de garantir a segurança do povo alagoano.

Em setembro de 1874 o gabinete da Presidência da Província recebeu o primeiro comunicado oficial de que um grupo de sediosos se aproximava do Vale do Paraíba do Meio. E assim que foi possível, deslocou parte da *Companhia de Linha de Maceió,* para as cidades de Atalaia e Pilar alguns soldados a fim de que fosse restaurada a *tranquilidade* naquelas paragens[220]. Meses depois, o palácio do governo reconhece que a situação não era pontual, e que a ordem pública em locais era bastante preocupante. Em muitas cidades as manifestações haviam se intensificado, de modo que força nacional destacada na capital não era mais suficiente, de maneira que seria preciso mobilizar forças interprovinciais e locais para afastar a desordem.

Diante desse quadro, o presidente João Vieira de Araújo encaminha um ofício solicitando ajuda militar ao Governador da Província de Pernambuco e convoca o apoio

[219] Conforme Armando Souto Maior o presidente da Província das Alagoas temendo o crescimento do movimento de sediosos em algumas regiões, resolveu garantir a segurança da província, com os soldados da Guarda Nacional que estavam *Destacados* em Maceió. SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-quilos**: Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Nacional, 1978, p. 170.
[220] Códice 603, MS. 68. Arquivo Nacional. Apud. SOUTO MAIOR, Armando. Op. cit., p.170. 1978.

de todas as autoridades municipais, pedindo que lhe fosse enviado o mais breve possível, informações sobre as *causas, natureza, desenvolvimento, e terminação das desordens que nesta comarca tiveram lugar*[221].

E, já nas primeiras semanas de 1875, os alagoanos residentes na capital avistavam no horizonte do porto de Jaraguá uma embarcação militar, enviada por Pernambuco, para proteger toda a costa da província de possíveis ataques. O que não aconteceu, por sua vez, com os comunicados acerca da situação dos distritos alagoanos. Problemas na agência de comunicação e telégrafos fizeram o presidente esperar até fevereiro para receber as primeiras notícias sobre a situação da ordem pública, por exemplo, da comarca de Imperatriz a mais afetada pelas manifestações.

Ao responder o ofício, Francisco de Araújo Lima, Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz, com jurisdição em Murici, registrou que só recebeu o *comunicado* no dia 06 de fevereiro de 1875[222] e que, apesar desse contratempo (atraso) e tantos outros que aconteceram no transcorrer do mês de janeiro, a paz na comarca havia sido restaurada, após o trabalho do *Destacamento de Imperatriz* no combate aos protestos que tomaram conta da comarca no final de dezembro de 1874. E não economiza nas palavras para explicar as razões que mobilizaram os habitantes há participarem dos protestos. Vejamos em que consistiram essas motivações:

> **As desordens aqui ocorridas** por ocasião das de Pernambuco e Paraíba, **circunscreveram-se aos povoados de Mundaú-mirim e Timbó. Como origem delas pode-se bem assinalar a ignorância do povo com reação ao novo sistema de pesos e medidas que ele mal entende**, **sua prevenção contra imposto** e por ventura **insinuações de quem mira um interesse** mais ou menos remoto nestas perturbações.
>
> **Os amotinados de Mundaú-mirim inutilizaram os pesos e as medidas que encontraram, queimaram o cartório de paz e o título ou contrato do cobrador dos impostos de feira e procuravam para queimar um papel de cativeiro. Ou porque a polícia não ofereceu resistência, ou porque os amotinados não traziam outro intento**

[221] **APA**. Correspondência. Ofício Reservado do Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz ao Presidente da Província das Alagoas. 06 de Fevereiro de 1875. Fl.2 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Revolta do Quebra-Quilos. 1874-1875. [grifo nosso]

[222] Segundo o Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz Francisco de Araújo o oficio expedido pelo Presidente da Província no dia 09 de Janeiro de 1875, somente chegou ao seu conhecimento no dia 06 de fevereiro de 1875. Certamente, não recebeu antes, assegura a autoridade de Imperatriz, quase sempre, por dois motivos: ou por ter sido extraviada a correspondência(*por ter ido parar em outra vila*) ou *impontualidade do correio*. **APA**. Correspondência. Ofício Reservado do Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz ao Presidente da Província das Alagoas. 06 de Fevereiro de 1875. Fl.2 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Revolta do Quebra-Quilos. 1874-1875.

> **senão o referido**, o certo é que nenhuma ofensa pessoal houve, notando-se que eles aparecem sem armas de fogo.
>
> **No Timbó a desordem teve por origem uma prisão que pessoas do povo reputaram ilegal, e frustraram.** Este fato, bem como o já referido do Mundaú ainda dependem de decisão minha e por isto não antecipo a respeito o meu juízo sobre a criminalidade deste ou daquele indivíduo. Basta por ora dizer que os que tomaram o partido do preso, logo que este saiu da casa onde estava detido, retiraram-se do povoado sem fazer ofensa alguma ou causas[223].

Por fim, Francisco de Araújo Lima informava ao presidente que a presença dos manifestantes na comarca não se fazia notar na comarca, por isso acreditava que estivessem terminados *os movimentos desordeiros desta comarca a julgar pela tranquilidade de que gozam os povoados e vilas deste termo*[224]. Para *o juiz*, essas manifestações que comprometeram a tranquilidade alagoana, agitando algumas de suas cidades e povoados estava sob a influência do movimento sediosos que apareceram na Paraíba e em Pernambuco, e que, logo depois de *derramarem susto* nestas duas províncias se expandiram e atingiram o território alagoano, e era também um reflexo da ignorância do povo com relação ao novo sistema métrico e tributário. Para a autoridade de Imperatriz esses seriam as principais razões tanto *quebra-quebra* na comarca.

Se levarmos em consideração o contexto no qual, essas novas leis foram estabelecidas: uma nova lei de recrutamento militar, uma nova lei de registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, um novo regimento sobre as custas judiciais, teremos um quadro completa para entender as razões desse quebra-quebra. Dessa forma, sabemos que, os diferentes sujeitos que participaram desse movimento não tinha nada de ignorante, mas sim uma consciência politica e social para interpretar que tais medidas seriam mais instrumento de opressão, mais uma tentativa de escravização. Tanto é que, em cada região esses revoltavam apresentavam uma pauta de reinvindicação. Havia um interesse coletivo, rodeado de múltiplos objetivos. E que por trás de aparentes reinvindicações imediatas, existiam reinvindicações mais amplas. A fala do Juiz de Direito de Imperatriz, coloca em tela, as grandes perdas que a população pobre enfrentava nos últimos tempos.

---

[223] **APA**. Correspondência (Ofício) Reservada do Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz ao Presidente da Província das Alagoas. 06 de fevereiro de 1874. Fl.2 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Revolta do Quebra-Quilos. 1874-1875. [grifo nosso]

[224] **APA**. Correspondência. Ofício Reservado do Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz ao Presidente da Província das Alagoas. 09 de Janeiro de 1875. Fl.3 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Revolta do Quebra-Quilos. 1874-1875.

As desordens que se referem às autoridades foram os protestos organizados por escravos, libertos, camponeses, operários, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes contra o conjunto de medidas implantadas pelo governo imperial na década de 1870, sobretudo, a aplicação dos novos padrões de pesos e medidas, a nova lei do recrutamento militar e o imposto do chão. Em Alagoas tais revoltas se concentraram em apenas dois povoados do Vale do Mundaú (Mundaú Mirim e Timbó), embora, como veremos ao longo do texto, o clima de insurreição estivesse presente no cotidiano de outras cidades e povoados da Província.

Todos estes acontecimentos, brevemente sumariados, passaram a ser conhecidos como Revolta ou Sedição do Quebra-Quilos, movimento sociopolítico que teve início nos últimos meses de 1874 e os primeiros dois meses do ano seguinte, atingindo um grande número de vilas, povoados e cidades de quatro províncias do norte do Império: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Apesar de circunscrito a estas províncias, tais acontecimentos tiveram repercussão nacional, não só por se fazer presente no debate dos anais do senado e no discurso da *fala do trono*[225], mas pelo fato desse tipo de mobilização, gerar debates e mobilizar diferentes setores da sociedade.

O ato de quebrar os padrões de medida do novo sistema métrico, como nos relata o juiz de Imperatriz e tantos outros relatos de autoridades em diferentes províncias, tornaria o movimento conhecido como tal, ou melhor, como uma manifestação de um grupo de "pessoas" que estava insatisfeita com a implantação do novo sistema de pesos e medidas. Pouco a pouco, esse gesto se tornaria um ritual de identificação de seus participantes perante as vilas e cidades nordestinas. Percebesse que a prática *do botar pra quebrar* era um convite a todos aqueles que estavam insatisfeitos com o novo sistema métrico. O ato era uma cerimônia de iniciação para a comunidade, cuja participação vinculava-se mutuamente, adquirindo, assim experiência contestatória no plano dos objetivos que pretendiam alcançar.

Esse ritual de iniciação presente em todos os atos dos manifestantes em rendeu-lhes o nome do movimento e de seus integrantes. Embora, as ações de reação ao novo sistema de pesos e medidas se concentrasse nas províncias do norte, segundo Armando

[225] LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto:** os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande. EDUFCG, 2006.

Souto Maior, essa identidade de Quebra-quilos, surgiria na capital do Império, por ocasião das arruaças de 1871, quando alguns protestantes depredaram casas comerciais que estavam usando o novo sistema de peso e medidas. Como gritaram Quebra os quilos! Quebra os Quilos! A expressão começou a ser utilizada indiscriminadamente para se referir a todos os participantes do movimento de contestação ao governo com relação ao recrutamento militar, á cobrança de impostos e a adoção do sistema métrico decimal. Para Armando Souto Maior, esse será o nome que nem a instituições arquivísticas e de pesquisa deixaram escapar. Ressaltando que, parte da documentação sobre esses acontecimentos acha-se reunida em um só códice, onde os quebra-quilos paraibanos, pernambucanos, alagoanos e rio-grandenses, se juntam as revoltadas das mulheres paulistas e mineiras contra o recrutamento militar, e em uma única classificação[226]. O autor nesse sentido chama atenção para as generalizações que foram submetidas essas experiências coletivas desses sujeitos, tanto no âmbito institucional (instituições de pesquisa), quanto no espaço político (o discurso dos contemporâneos sobre o movimento).

Nesse aspecto, concordo com os argumentos de Armando Souto Maior, por acreditar cada manifestação foi orientada por motivações peculiares. As motivações e reinvindicações dos camponeses alagoanos eram diferentes dos participantes do quebra-quilos em Pernambuco e Paraíba. Embora, todos compartilhassem do mesmo princípio (contra as novas práticas do Estado Imperial), enquanto que em Alagoas, os participantes eram pequenos produtores familiares (homens que viviam da agricultura), numa disputa com os atravessadores e comerciantes da região do vale do Mundaú pelo direito de continuar negociando com os mesmos pesos e permanecer comercializando nos espaços que costumavam negociar, na Província da Paraíba vemos um grupo de escravos, se rebelando contra o que eles entendiam ser uma nova lei do cativeiro[227].

Os camponeses alagoanos consideravam que o novo sistema métrico estava sendo construído para beneficiar comerciantes e atravessadores, uma vez que havia sido feito sob o princípio de que "um peso tem duas medidas". De fato, a população que habitava o vale do Mundaú e do Paraíba, vivenciam de perto a interferência do Estado em sua vida privada. Por essa razão, penso ser extremamente oportuno num debate sobre o comportamento do campesinato no período de desagregação da escravidão, e de

[226] SOUTO MAIOR, Armando. Op. cit, p. 56. 1978.
[227] Idem, Idbem, 2006

intenso processo de expansão das fronteiras agrícolas em Alagoas, observar o comportamento dos camponeses numa mobilização coletiva em defesa de uma economia que ultrapassava os limites domésticos, e chegava algumas vezes, sem ajuda dos atravessadores, ao mercado local ou até mesmo interprovincial.

Dessa forma, mostraremos a seguir os motivos que impulsionaram esses homens na segunda metade do século XIX a participarem desses movimentos, buscando explicar quem são? Que tipo de economia praticava? O que defendiam? É nesse contexto de tumulto que pretendemos entender o significado da participação dos camponeses do vale do Paraíba do Mundaú nessas manifestações. Não é nossa intensão neste momento, verificar a implantação do sistema métrico no cotidiano do povo alagoano, mas identificar que tipo de relação elas possuíam com esses elementos. Observando as seguintes questões: Quais as consequências que a alteração do sistema métrico trouxe para a vida dessas pessoas? Quais os elementos que compunham o conjunto de normas e obrigações sociais de funções econômicas peculiares da comunidade foram afetados?

Como a historiografia sobre o levante camponês em Alagoas no ano de 1874 não é muito extensa, para não dizermos negligenciada. O presente texto pretende mostrar o contexto no qual as agitações aconteceram, as pessoas envolvidas no movimento do quebra, o que queriam e o que fizeram para conseguir os seus objetivos.

4.1-Economia do Arranjo: um negócio que deve ser respeitado

Como foi enfatizado na introdução desse capítulo, em meados de setembro de 1874 começou a surgir boatos de uma nova sedição na Província, mas, que somente em dezembro do mesmo ano começaram os ataques aos povoados e distritos alagoanos. De certa forma, o vale do Mundaú epicentro das manifestações do quebra-quilos, vivenciava mais uma vez, uma serie de protestos coletivos contra as medidas implantadas pelo Governo Imperial. O vale do Mundaú era uma região com um longo histórico de protesto popular: quilombolas descendentes do Quilombo dos palmares enfrentando o poder colonial no processo de ocupação da região, posteriormente,

manifestações que se tornaria conhecida como revolta dos cabanos, e os protestos organizados contra o novo sistema de registro civil, conhecido como a lei do cativeiro[228].

Entre os anos de 1873- 1875 a economia do vale do Mundaú tornava-se mais dinâmica. A intensa relação comercial entre a vila de Imperatriz, comarca alagoana, as vilas de Bom Conselho e Garanhuns, comarcas pernambucanas fomentava o crescimento de algumas unidades produtivas, principalmente, as que estavam se destinavam a criar gado ou cultivar o algodão. O comércio local também vive os seus melhores dias. Para muitas famílias o ano de 1873 tinha sido de grande produção. Tanto que as principais feiras estavam sempre bastecidas, com os seus produtos. Mesmo com a crise de abastecimento que a província vivenciava. O mercado de gênero alimentício da região, não estava balado, por que a população em geral podia recorrer aos produtos vendidos pelos camponeses. Embora, essa prática só fosse possível quase sempre depois das duas da tarde, já no final da feira, como mostra a fala do articulista do Jornal do Pilar:

> Os delegados de hoje já fazem lei por conta e risco!!!
>
> Há esta hora acha-se com ordem de prisão o Honorário José Reis Braga, por ter exposto a venda no mercado público um pouco de farinha a 2.500 reis a cuia, quando se tem vendido ultimamente a 3.000 reis. Diz o ditador **subdelegado que matuto pode vender por quanto quiser, mas quem não for (matuto) não**! Só se vende a 2000 reis. Do contrário vai prezo[229]

Esse tipo de negócio era permitido até certo ponto, por que um dos grandes debates que a Câmara Municipal de Imperatriz terá no ano de 1873 será a prática comercial desse "tipo de pessoa". Dos 25 artigos que o código de postura da cidade de Imperatriz possuía, oito deles versavam sobre o controle de prática como a dos "matutos". Entre elas podemos destacar os principais artigos:

> **Art. 3º: Ninguém poderá comprar ou vender por atacado quaisquer aves e outros gêneros se não for comerciante, nas feiras, sob pena de 5.000 reis ao vendedor e igualmente comprador.**
>
> Art. 4°: Todos os gêneros alimentícios serão vendidos com qualidade proporcionalmente os de precisão de cada indivíduo, se só depois de

[228] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Resistência popular contra o Decreto 798 ou a "lei do cativeiro": Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852. In: DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções:** homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.
[229] **IHGAL.** Jornal do Pilar. 3 de Julho de 1873.

> todo abastecidos serão então permitidos as vendas por atacado. Os vendedores que fugir este prescrito pagará multa de 9.000 reis e os atravessadores duzentos mil reis e não tendo meios de pagar sofreram 4 dias de detenção.
>
> Art. 24º: Nenhuma pessoa poderá cortar carne para o consumo público se não em lugares para isso destinado, que fica sendo esta vila e a povoação de Lage do Canhoto, a povoação do Mundaú-Mirim, a povoação de São Basto e a povoação do roçadinho[230].

Outro debate enfrentado pela câmara municipal era a implantação do sistema métrico na região do Mundaú. Na reunião do dia 20 de setembro de 1873, os representantes municipais se mostravam preocupados com o final do prazo da implantação da lei que revogava o antigo sistema de pesos e medidas, principalmente, por que o professor encarregado dos ensinamentos de aferições de pesos e medidas do novo sistema havia se negado a continuar no cargo. Todos ficavam esperando uma resposta da Secretaria do Negócio do Interior como deveria proceder, tendo em vista que poucos eram os comerciantes que sabiam usar tais instrumentos. Essa resposta, não foi localizada no acervo referente a câmara municipal de Imperatriz, no entanto, será incorporado ao código um artigo que ver sobre essa dificuldade, que o novo sistema era para todos os brasileiros:

> Art. 5º: Ninguém poderá vender sem pesos e medidas sem está aferidos com o padrão ou bitala da câmara, que foi e será a do antigo sistema métrico, enquanto está câmara não tiver as medidas do novo sistema[231].

Medida que será contestada imediatamente, pela repudia pela administração provincial. Haja vista que, quando a Lei de nº 1.157 que substituía em todo o Império, o atual sistema de pesos e medidas pelo Sistema Métrico Francês foi decretada em 26 de junho de 1862, estabeleceu um prazo de 10 anos para que houvesse o aprendizado do novo sistema. Logo, a recomendação do presidente da província era de que fosse contrato um professor de fora da vila.

Mesmo com o fim do prazo, comerciantes e matutos continuaram a negociar seus produtos com as antigas medidas. Denuncia- o Diário das Alagoas:

> A farinha de Mandioca em Imperatriz. Lê-se: a pobreza reclama e lamenta-se por que em cima da carestia, o peso de quilo é inexato, a

[230] **APA**. Juízes Municipais- Imperatriz. 1863-1877. Cx. 422/344
[231] Idem, Cx. 422/344

> exceção da carestia do armazém do Srº Santos Gomes, cujo peso é sempre real, verdadeiro, raro é o que em muita, isto é, relativamente o [ilegível] onde se **vende farinha. Se a câmara não pode por seus fiscais para dar remédio, que todos reclamam nesse caso, o bem geral espera providências do poder competentes.**
>
> A farinha de mandioca tende a baixar de preço nesta cidade. A chamada de matuto já se tem vendido no mercado por 1.600 reis o **litro** quando há bem pouco se vendia por 3.00 reais.

Essa dificuldade de mudança do sistema métrico será sentido por todos os setores. Segundo Viviane Lima[232] até mesmo as instituições mais organizadas como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, irá solicitar uma nova prorrogação do prazo, a fim de que possam ser ensinados esses novos parâmetros de medidas.

Embora, esse cenário de debate que a vila de Imperatriz vivenciava em torno da regulamentação de algumas práticas comerciais, seja muito rico, duas questões nos chama atenção: Que tipo de negócio era feito por esses matutos? E quem eles estavam intitulando de matuto?

Dois processos crimes nos ajudaram a definir esses sujeitos e suas práticas. O primeiro caso foi o conflito entre Joaquim Simões dos Santos Garibaldi e Candido Augusto de Mendonça Sarmento, fiscal de finanças da coletoria de Imperatriz. Segundo Candido Augusto, quando estava no açougue público de Imperatriz no dia 24 de fevereiro de 1873 fazendo o seu trabalho de inspeção e coleta dos tributos, quando observei algumas vozes do lado da casa em que mora o senhor Garibaldi, dirigindo-se até lá com outras pessoas *vi, com efeito, partir a algazarra por Garibaldi, e isto por que o fiscal acompanhado de um praça lhe havia observado que não mais continuasse a cortar e mandasse cortar carne verde em sua casa particular, visto que era expressamente proibido por um dos artigos das posturas da câmara municipal*[233]. Garibaldi não obstante a esta reflexão feita por mim, ainda quis se opor quanto ao meu conselho. Os matutos, não se convenceram, e não deixaram, porém de cortar duas rezes que lhe pertencia. Retirando-se os demais que também cortavam para o seu sítio no Brejo Grande (Mundaú-Mirim).

O segundo caso é o processo crime dos acusados de crime de sedição em 1875. Os próprios quebra-quilos. Quando na sentença final do processo crime o juiz considera

[232] LIMA, Viviane de Oliveira. **Revoltas do Quebra-Quilos**: Levantes populares contra o Sistema Métrico Decimal. Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado em História, 2006.
[233] **APA.** Thesouraria da Fazenda das Alagoas. 21 de fevereiro de 1873. Cx. 68

que todos os pequenos agricultores são inocentes do crime de sedição, ele sugere em seu documento o lugar social ocupado por esses sujeitos:

> Mais, considerando que em face do artigo citado, só são os cabeças desse movimento são passiveis das penas nele previstas. Considerando-se mais que, se nestes autos há indícios de que os sumariados Manuel José de Araújo Neco, Manuel Thomas de Aquino, Manoel Torres, José Tavares, Joaquim Lopes e Antônio Victor tomaram alguma parte nesse movimento, **não foram, contudo, nem podiam ser por sua condição de fortuna e posição, chefes e cabeças dela**, e, que o pudessem, os depoimentos das testemunhas não oferecem base para assim se as considerar; considerando que **Antônio Thomas de Aquino, único dos sumariados que por sua posição e alguma influencia popular que tem, podia ter chefe dos sediciosos, longe de tomar parte na sedição foi, segundo o depoimento conteste das testemunhas, um dos que mais pregarão pela ordem**, procurando pacificar o povo, visto se evidencia com a leitura do inquérito, nas quais ele figura como testemunha (...)[234].

Esses dois casos, nos ajudam a entender que tipo de relação com o comércio os camponeses alagoanos estabeleciam. Nos dois processos, percebemos que os pequenos produtores do vale do Mundaú vendiam seus produtos nas feiras e mercados locais, e que possuíam uma rede de relações, que fazia com que os seus produtos pudessem ser escoados. Nota-se, principalmente no caso de Garibaldi, que os camponeses precisavam de um atravessador, no caso Garibaldi, para organizar os seus produtos que serão vendidos nas feiras. Embora o processo, não mencione esse fato a postura do fiscal diante do caso, sugeriu isso. Deve-se destacar também o papel que pessoas como Garibaldi desempenhavam na economia camponesa. Certamente, são relações marcadas por obrigações econômicas, que muitas vezes, forçava um grupo de camponeses, que não tinha onde matar o seu boi se a submetia a determinadas obrigações. Essa economia do arranjo também poderia ser vantajosa para o camponês, principalmente, quando o roçado da família não apresentava tanta riqueza.

No segundo processo, será destacada a condição social dos agricultores que participavam do quebra, observando que sua fortuna e posição, não permite que fossem enquadrados no artigo 111 do código criminal, que versava sobre o crime de sedição. Provavelmente, era também um desses matutos, mencionados por Candido Augusto, que não era um grande senhor de terras, mas também não era miserável, apenas possuía

---

[234]**APA**. Correspondência (Ofício) Reservada do Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz ao Presidente da Província das Alagoas. 06 de fevereiro de 1874. Fl.2 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Revolta do Quebra-Quilos. 1874-1875. [grifo nosso]

o necessário para fazer com que ele e a família pudessem sobreviver. Por essas questões, que o movimento do quebra-quilos em Alagoas tem uma peculiaridade, seus manifestantes eram os camponeses do Brejo Grande, Mundaú Mirim, Panela e Serra do Bolão, os pequenos distritos da comarca de Imperatriz.

Ao fazer considerações sobre os motivos das manifestações, os documentos nos fornecem algumas pistas que podem nos ajudar a entender o quebra. Embora, ressalte que as principais motivações do aparecimento das manifestações sejam à ignorância, a rejeição ao imposto do chão, que lhe parecia injusta e a lei do cativeiro. Se percebe que a origem de toda as manifestações são perdas econômicas que os sujeitos menos favorecidos novamente iriam sofrer, e modificações de práticas culturais no âmbito das relações comerciais.

Para María Verónica Secreto de fato as motivações que estimularam os participantes no quebra, não podem ser entendidas de forma unívoca, por que eles possuíam muitos objetivos. Em cada localidade ou região pode ser observada as peculiaridades de suas reinvindicação, para uns a destruição dos padrões do novo sistema métrico em oposição á implantação destes. Em algumas províncias predominou a oposição á unificação métrica, em outras a oposição á nova lei de recrutamento militar, em algumas localidades ainda foi uma clássica revolta contra impostos[235].

Nesse sentido, para entender tais elementos, partimos do pressuposto de que as manifestações aconteceram, por causa da insatisfação popular com a mudança do sistema métrico, uma vez que o antigo sistema de pesos e medidas fazia parte do seu cotidiano e enraizado em seus costumes. Concordamos com Viviane Lima ao afirma que a imposição do sistema métrico francês representava a invasão direta do Governo na vida dos brasileiros.

Inseridos num contexto de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, não se tratava apenas de uma revolta que se iniciou em outubro de 1874 e terminou no início do ano de 1875, mas sim de várias revoltas que ocorreram neste intervalo de tempo. Sem dúvida alguma, os intermitentes problemas econômicos

[235] SECRETO, María Verónica. **(Des) medidos:** a revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. SECRETO, María Verónica**. (Des)medidos Quebra-quilos** e outros quebras nos sertões nordestinos (1874-1875). In: MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo (org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. 1: Concepções de Justiça e Resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. p. 219-240.

vividos pelo império, a nova configuração política e econômica experimentada pelo norte do império, as mudanças nas práticas jurídicas exerceram grande motivação para as revoltas. No entanto, a defesa de seus direitos e costumes tradicionais compartilhados pela comunidade, percebemos ser a causa principal dessas manifestações, esse teria sido o elemento que incentivou a população a aglutinar forças contra mais uma medida que vinha para prejudicar suas relações comerciais. Se toda essa comunidade não compartilhasse das mesmas noções morais, de uma tradição, hábitos e costumes, esta comunidade não se aglutinaria para a revolta[236]. Por que, por baixo dessa aparente revolta de conteúdo material, havia valores e costumes que devem ser respeitados, enquanto algo há muito adquirido, ou experiência, vivência da população.

A revolta do quebra-quilos aconteceu, acima de tudo, em nome dos valores e dos costumes, a partir do momento que os camponeses e os outros agentes perceberam a interferência direta do governo em seu cotidiano, e que essa interferência era para lhes prejudicar, os diferentes agentes sociais botaram pra quebrar. Os revoltosos reagiam contra o governo imperial que feria seus valores, suas tradições, seus costumes seculares. Essa reação segundo Viviane Lima, era por que:

> Embora, se reconheça as dificuldades e imprecisão nas unidades de medida do antigo sistema métrico, utilizado pelos brasileiros, homens e mulheres já estavam acostumados a negociar nas feiras e mercados os itens essenciais (carne, feijão, farinha e cachaça) para sua sobrevivência e de sua família, e já sabendo a quantidade desses produtos levaria para casa. Com a mudança, a população fica desconfiada com a quantidade levada para casa, pois agora os novos metros, quilos e litros equivaliam á quantidades diferentes, com nomes diferentes, e sem saber a conversão para compra-los, ficavam naturalmente preocupados, principalmente quem comprava. Uma vez que consumidores já possuíam formas de agir, táticas para se adaptar a sua utilização. Ou seja, o sistema de pesos e medidas já havia conquistado um espaço simbólico na vida da população. Assim, todos já estavam adaptados e já conhecia manobras para o seu uso de acordo com suas necessidades[237].

Os camponeses, em várias regiões do país, procuraram assegurar os seus direitos nas relações comerciais, consagrando como costume o direito expresso na primazia de sua ocupação e/ou na percepção da injustiça. Para Márcia Motta, essa

[236] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (capítulos 3,4 e 5).

[237] Idem, Idbem,

percepção política não deve ser entendida como uma coisa abstrata, mas sim, uma experiência vivida pela comunidade, na labuta diária pela sobrevivência, na relação com a natureza e nas práticas costumeiras para a manutenção e reprodução de seu modo de vida em relação, aqueles entendidos como seus opressores.

Ao longo dos anos oitocentos, diferentes agentes sociais em várias partes do país procuraram defender o que consideravam justo. Sujeitos de sua própria história, os pobres do campo ousaram subverter a ordem, questionar o poder dos senhores de terra e realizar uma leitura particular das leis. Ao contrario do que se pensava, trataram de uma forma de expressar sua inconformidade com os grupos dominantes. Essas práticas de estratégias revelam concepções de direitos de homens e mulheres, em uma sociedade marcada pela escravidão. Historicizar os camponeses em Alagoas participando desse movimento, é, sobretudo, reconhecer a legitimidade as suas reinvindicações, e reconhecer que esses sujeitos revelam em suas experiências as diferentes formas de viver um mundo rural, marcado por muita violência e opressão. Longe de não terem razão de ser, esses homens ajudaram a construir o mercado interno brasileiro, ensaiaram técnicas de cultivo e de comercialização de seus produtos e consagraram concepções sobre justiça e direitos.

Eram práticas pautadas em códigos morais, muitas vezes desconhecidos por comerciantes que assistiram "preocupados o tumulto" [238]. A postura dos Quebra-quilos era uma reação contraria aos efeitos sociais e economicamente desagregadores do liberalismo, estabelecido pelo Estado Imperial. E numa sociedade essencialmente paternalista, como a brasileira do século XIX, impregnada de tradições e normas sociais, usos e costumes que uma série de medidas do Estado imperial ameaçava extinguir, foi tido como uma afronta. Mudar as "medidas" que sempre tiveram grande relevância para o homem, por ser ela relacionada às coisas mais apreciadas por esses sujeitos (terra, comia e bebida) [239] era no mínimo um "desaforo" ao conjunto de normas e obrigações sociais que pertenciam a sua rede de relações.

A esse conjunto de normas e obrigações sociais, de funções econômicas peculiares dos vários grupos da comunidade constitui o que Thompson definiu como

[238] Idem
[239] KULA, Wiltod. **Las medidas y los hombres**. México:Siglo XXI, 1980. p.21.

economia moral dos pobres[240]. Embora, para muitos críticos tal conceito peculiar a realidade dos ingleses não deve ser usado fora desse contexto. Concordo com a opinião de Verônica Secreto que, apesar de evidente as diferenças entre a economia moral dos pobres da Inglaterra e a dos homens pobres-livres no Brasil:

> temos uma economia moral sem uma aristocracia territorial, mas com senhores de terras e escravos, sem terras comunais ao modo inglês, mas com alguns usos comuns da terra. Para a autora a economia moral dos homens pobres-livres no Brasil durante a segunda metade do século XIX deve considerar as seguintes relações: 1) dos homens com a terra: posseiros, agregados, moradores de favor ou parceiros. Os homens livres que detinham pequenas posses nas áreas rurais estavam envolvidos em uma série de redes de relações que implicam deveres, obrigações com os grandes proprietários e alguns poucos direitos; 2) com os recrutadores ou recrutamento em geral, seja militar ou de outra espécie; 3) com os meios de subsistência, sobretudo com os alimentos e água; e 4) com magistrados, eclesiásticos e autoridades civis e militares[241].

Nota-se que as modificações nessas relações tradicionais incentivaram homens e mulheres a se manifestarem a favor de um direito que algum tempo já praticava. A reação dos manifestantes foram as mais diversas: colocar fogo nos órgãos fiscais (coletorias), destruir documentos (lei de recrutamento, regulamentos) e quebra objetos (os instrumentos de medida e pesos).

Para Verônica Secreto a revolta dos quebra-quilos não deve ser trata com um movimento vendido pelo aparato policial, que a maioria dos seus participantes serão julgados e presos. Mas, como uma ação coletiva exitosa, uma vez que, os manifestantes conseguiram a primeira vista o que queriam que era postergar a implementação do novo sistema métrico decimal. Tanto foi exitosa que o uso de tais medidas: litro, palma, pedaço foram utilizadas por um longo período.

Assim, depois de conhecer as razões que motivaram o movimento do quebra-quilos em Alagoas, passemos agora a observar como se comportavam os manifestantes em Alagoas. Os tumultos que tiveram lugar em Alagoas na década de 1870 era uma resposta dos pequenos produtores, ex-escravos, libertos, pequenos comerciantes aos problemas sociais que afligiam o seu cotidiano. Problemas como desapropriações, seca, fome eram motivos suficientes para que um levante fosse realizado. Tamanha, miséria e

---

[240] THOMPSON, E. P.**A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. In: Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[241] Idem,p29

opressão que a todo momento eclodiam pelos conflitos, ao ponto de que o Juiz de Direito da Comarca de Atalaia João Fernandes Chaves, anunciar que *"são essas noticias e fatos pequeninos, que quase sempre aparecem como sintomas precursores de movimentos desordenados, que me levam a resenhar acontecimentos mais graves a vossa Excelência (...)*[242].

4.2-Força em marcha: tumultos e manifestações no cotidiano

Na tarde do dia 27 de dezembro de 1874 a população do povoado de Timbó, distrito de Imperatriz, estava assustada com os últimos acontecimentos. Todos ficaram atônitos de ver a movimentada feira sendo tomada por manifestantes, que gritavam e quebravam os novos instrumentos de medida. Saindo desse povoado os manifestantes seguiram para outras povoações como Mundaú, Cabeça de Porco e Santo Antônio. Esse teria sido o caminho percorrido pelos manifestantes que participaram do quebra-quilos. Nessa seção pretendemos reconstituir passo a passo as ações dos quebra-quilos, tendo como ponto de partida as várias falas presentes na documentação, as múltiplas experiências que deram densidade ao movimento, observando que autoridades e imprensa tentaram minimizar tais posturas, ao enfatizar que a província estava em paz.

No dia cinco de Janeiro de 1875 o articulista do jornal Diário das Alagoas anunciava que a *Força* dos manifestantes denominados "Quebra-quilos" se encontrava *em Marcha,* e que em breve todas as comarcas seriam tomadas. O Juiz Municipal de Atalaia avisava à administração provincial que as notícias sobre a ordem pública, não eram animadoras, por que em algumas vilas de observa a presença de manifestações contra o novo sistema métrico:

> **Sou informado de que a população agita-se e mostra se tendências e desejos de imitar as desordens das províncias vizinhas**. Sou informado de que houve fogo em Bom Conselho (Papacaça) tendo os desordeiros sidos vencedores ocupando a vila. Consta-me que o povo de Mundaú Meirim (Imperatriz) [n] **o dia 27 do corrente [foram] a povoação do mesmo nome, houve movimento de quebrar os**

[242] **APA**. Correspondência Confidencial do Juiz de Direito da Comarca de Atalaia João Fernandes Chaves ao Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 24 de Dezembro de 1874. Fl. 13 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

> **quilos, e que depois voltaram pelo Riachão, [povoado] deste termo, distrito** que a subdelegacia há oito meses permanece sem autoridades policiais, pois os últimos nomeados não prestaram juramento. **No dia 26 na feira da Capela não se vendeu carne com os pesos modernos, e o fiscal viu-se sem força moral para multar os infratores da postura municipal[243].**
>
> **No Timbó a desordem teve por origem uma prisão de pessoas do povo, que reputaram ilegal[244].**

Os ataques só aconteceram nos povoados dois povoados da comarca de Imperatriz. Mas, a administração provincial mobilizou um grande batalhão. Embora, as manifestações tenham acontecido apenas em duas localidades, percebermos na documentação que a resistência não acontecia apenas no formato de manifestações coletivas nas feiras, o enfrentamento também se dava através da recursa coletiva do uso dos pesos oficiais, como fizeram os moradores do povoado Capela, distrito de Assemblea, nota-se que não há na feira a presença dos manifestantes.

Geralmente, as manifestações do quebra-quilos em Alagoas se apresentavam de forma coletiva nas feiras, onde se apropriavam dos novos instrumentos de medida, rasgavam os documentos fiscais e incendiavam os cartórios ou postos fiscais de Fazenda. Vejamos como isso acontecia, através do relato do Comandante de Destacamento da Vila de Imperatriz.

> Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que agora mesmo acabo de receber um oficio do subdelegado de Polícia do distrito de Mundaú, **o qual me comunica que ontem entraram no povoado de duzentos a trezentos homens armados e depois de quebrarem os pesos e medidas do novo sistema, incendiaram o arquivo do escrivão do juiz e romperão do titulo do procurador dos impostos municipais, para conseguir o que queriam empregaram ameaças devendo-se a não ter sido perturbado a ordem pública a influência de algumas pessoas de influencia da localidade, porque os amotinados depois de terem praticado e que levo exposto, tentaram praticar atinos provocando a desordem entre si**[245].
> Outrossim comunicar a Vossa Excelência que nesta data igualmente recebi por oficio de subdelegado 2º suplente dado subscrito nos **quais me comunica que a vista dos boatos que apareciam chegar os**

---

[243] **APA**. Correspondência Confidencial do Juiz de Direito da Comarca de Atalaia João Fernandes Chaves ao Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 24 de Dezembro de 1874. Fl. 13 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875. [grifo nosso]

[244] Idem [grifo nosso]

[245] **APA**. Correspondência Confidencial do Capitão Comandante do Destacamento da Vila de Imperatriz Floriano Vieira de Melo ao Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 27 de Dezembro de 1874. Fls. 5 e 6. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875

> **amotinados na povoação do Timbó. Prendeu dois indivíduos que exclusivamente propalavam que tinham de entrar ali cento e cinquenta homens para quebrar os Quilos.** Fazendo eles parte dos mesmos amotinados, prisão que amotinou todo o povo da feira que se opôs ferozmente a prisão pelo que mandei seguir para ali dez praças ou polícia não só para manter a ordem, mas ainda para conduzir os presos para outra vila, **são estes os fatos ocorridos neste termo e dos quais tenho agora ciência[246].**

Os manifestantes também expressavam sua indignação contra os comerciantes da região, principalmente, contra aqueles comerciantes que junto com os atravessadores tiravam vantagem desse novo sistema. Em Mundaú, uma desses comerciantes sofreu um grande atentado:

> Em aditamento do meu oficio em 29 do corrente levo ao conhecimento de Vossa Excelência que realizou-se a desordem anunciada para o Mundaú Mirim (Imperatriz) no dia 26 deste. **Depois dos atentados do costume, queimaram o cartório do juízo de paz e a subdelegacia, e tentaram matar o negociante português Antônio Monteiro, que ocultava-se em tempo[247].**

Antônio Monteiro e Pedro Antônio de Oliveira[248] eram importantes comerciantes do povoado de Mundaú-Mirim, conforme o registro de impostos sobre indústria e profissões, o primeiro atuava como dono de um armazém de secos e molhados, já o segundo como açougueiro. De fato, os dois monopolizavam os negócios em retalho na região, não encontramos na documentação nenhum outro comerciante para a região de Mundaú Mirim nesse período. Certamente, o peso e as medidas praticadas em seu armazém, não correspondiam com o que os fregueses (camponeses) estavam habituados a levar para casa.

Depois dessas ações, não se percebeu nenhuma manifestação dessa natureza. Tanto, que o jornal Diário das Alagoas, ironiza o Presidente da Província em inúmeras matérias, afirmando que essa história de sedição na província era coisa de *kylonocrasta*[249]. Segundo o jornal Diário das Alagoas, o presidente da província João

---

[246] **APA**. Correspondência Confidencial do Capitão Comandante do Destacamento da Vila de Imperatriz Floriano Vieira de Melo ao Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 27 de Dezembro de 1874. Fl. 7. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875

[247] **APA**. Correspondência Confidencial do Juiz de Órfãos da Vila de Atalaia João Fernandes Chaves ao Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 31 de Dezembro de 1874. Fl. 11. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875. [grifo nosso]

[248] **APA**. Livro de Imposto sobre Indústria e Profissões. Coletoria de Imperatriz. Cx. 2009. [grifo nosso]

[249] Expressão utilizada pela imprensa alagoana no período para designar as práticas políticas dos conservadores, na tentativa de criar um fato político que pudesse ganhar vantagem.

Vieira de Araújo, queria lucrar com esse episódio. Tanto que, vem a público informar que tais ações não se configuram uma sedição, mas uma manifestação. De qualquer forma, o presidente da província continuará a trabalhar para impedir qualquer manifestação, como também qualquer gesto que contrarie a ordem estabelecida pela legislação provincial e imperial.

Por isso, que será publicado em 15 de janeiro de 1875, de forma irônica a matéria intitulada "Princípio de Sedição" em Maceió. Para os opositores, o presidente havia mobilizado forças militares, por conta de um simples aconteceu que presenciou em Bebedouro. Para o presidente o *O princípio de sedição ainda continua, por que na tarde do dia 03, indo dar um passeio ao bebedouro, viu seis ou oito meninos de quatro a seis anos de idade formados como soldados com pausinhos dando vivas ao quebra-quilos e morras ao presidente*[250].

Além, se preocupa em responder o forte ataque da oposição, João Vieira de Araújo, procurou saber como andava a situação de vilas mais distantes da capital, sobretudo, depois da situação do vale do Mundaú está controlada. Pode-se verificar que a situação do sertão alagoano não havia sido alterada por tais movimentos, como diz o Juiz de Traipu:

> **Tenho a honra de acusar recebido o oficio de Vossa Excelência em 28 de Novembro próximo passado pelo qual Vossa Excelência se digna de recomendar-me que convenha prevenir manifestações e atos que venham à ordem e tranquilidade publica, em que não só que eu procure averiguar se no termo sujeito a minha jurisdição se notam suposto mas, que façam vencer desordens e conflitos**, como também, eu providencie em ordem a prevenir ou reprimir conforme aconselharam e permitirem as circunstancias.
> **Sobre o assunto cumpre verificar e informar a Vossa Excelência que até o presente nada me consta, que direta ou indiretamente me autorize a fazer tais juízos.**
>
> Se alguma coisa ou obra se pode recear é nas localidades de S. Amaro e Riacho do Sertão; nada, porém afianço, pois de nada tenho certeza, são meras presunções minhas, são paragens essas remotas e longínquas, com as quais poucas comunicações tenho por esta mesma razão[251].

Até mesmo a especulação de que os sediosos estavam no Povoado São Brás na região do São Francisco, o Juiz Municipal de Penedo informe ao Presidente de

[250] **IHGAL**. Princípio de Sedição. Diário das Alagoas, 15 de Janeiro de 1875. [grifo nosso]
[251] **APA**. Correspondência Confidencial do Juiz Municipal de Traipu para o Juiz Municipal do Distrito de Muricy Francisco de Araújo Lima. Em 02 de Janeiro de 1875. Fl. 18 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875. [grifo nosso]

Província, que na verdade, o que tinha acontecido em era apenas uma briga entre irmãos e amigos alcoolizados:

> **Com embargo do que a proposito o governo expus a sua presidência em oficio de 9 de outubro, que o conflito deu-se entre João Antônio, seu irmão João Paulo e Valentino de tal, em virtude de provocação dos dois primeiros que estavam bastante espiritualizados**. Subirão os dois feridos João Antônio e Valentino, que em flagrante delito foram presos, pretendendo nesse ato de prisão alguns outros indivíduos, presentes ao conflito e companheiros de tolice e com os demais alcoolizados tomaram os presos do poder da polícia, ou guarda municipal, e como não conseguiram. Estão, pois, sendo procurados os turbulentos João Antônio, João Barbosa e Valentino, e quanto ao preto da tentativa da tomada dos presos, procura-se tomar as providencias necessárias da lei. Tenho respondido oficio de Vossa Excelência.[252]

Da mesma forma que as práticas de resistência dos moradores do vale do Mundaú a tais medidas se inovavam cotidianamente, proporcionalmente, havia uma vigilância por parte das autoridades para impedir qualquer tipo de reação. Vejamos as ações de prevenção da administração da província:

> Cumpre me participar a Vossa Excelência que tendo o fiscal e inspetor do quarteirão da povoação de Cajueiro deste termo, no distrito da Capela, avisado **me que no dia sábado 16 do corrente pretendiam por a feira dali em alarma contra o sistema métrico a quem já haviam recusado com alguns insultos do respectivo fiscal**, ali apresentei-me os 10 horas do dia com o subdelegado e a força de que disponho auxiliado de paisanos, de diversos quarteirões, e não aparecendo os influentes para o tumulto[253].
>
> **E regressando a Povoação da Capela mandei chamar o fiscal o qual acompanhado de algumas praças apreendeu os pesos portugueses que encontrou fazendo restabelecer o uso dos que se acham em vigor acontecendo** o mesmo na Povoação de Cajueiro e outros lugares, e vendo restabelecida a tranquilidade publica e tudo em boa ordem retirei-me a sede do termo, nesta vila, onde me acho na expectativa para acudir ao primeiro ponto que de meus serviços respeitar, pois muito conto com o auxilio do Capitão Antônio Netto da Costa Machado que prestou nesta diligência[254].

---

[252] **APA**. Correspondência Confidencial do Juiz Municipal de Penedo Aureliano A. Rebelo Alves para o presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 25 de Janeiro de 1875. Fl. 21. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875. [grifo nosso]

[253] **APA**. Delegacia de Polícia do termo de Atalaia para o Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 20 de Janeiro de 1875. Fl. 9 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

[254] **APA**. Delegacia de Polícia do termo de Atalaia para o Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 20 de Janeiro de 1875. Fl. 10 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

Na região onde as manifestações ocorrem à força policial, também foi reforçada, principalmente, por que haviam algumas localidades na Comarca de Imperatriz, onde " se escondiam" os agitadores. O Comandante do Destacamento da Vila de Imperatriz Floriano Vieira de Mello relata a situação do povoado Lage do Canhoto conhecido por abrigar tais agitadores:

> **Cabe-me a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que até esta data nenhuma ocorrência desagradável se deu neste termo a despeito dos boatos que correm e que tem algum fundamento. A presença da força que coloquei na Lage do Canhoto ao mando do alferes Pedro José de Moura e da que postei no Roçadinho influiu poderosamente para impedir os planos da gente que se propunha a perturbar a ordem pública e dispersar o grupo que se reunia neste termo[255].**
>
> **Não posso contar que o sentimento de desordem infiltrado nos ânimos dos incautos esteja de todo abafado, mas devo contar que não se aventuraram a qualquer cometimento com tanta facilidade.** Asseguro a Vossa Excelência que empregarei todos os meios ao meu alcance para que a ordem pública não seja alterada. Informando-me que este excitamento popular é devido a malévolas sugestões de alguém [ilegível]. Vossa Excelência de quem aguardo respeitosamente as ordens[256].

No Pilar o Juiz Municipal informa que fará o necessário para que a população, não se filie a essas manifestações que há algum tempo vem alterando a ordem pública.

> Nutro a mais firme convicção de que, nesta comarca, a ordem publica não será alterada pela infeliz propaganda, que se denomina, de Quebra-Quilos, atento ao espirito da ordem, moralidade e tranquilidade dos seus habitantes[257].

Os administradores da província, não confiavam nem mesmo nos homens que compunha as forças policiais. O Juiz de Atalaia adverte ao falar sobre a situação de sua força policial que, possuía um corpo militar pequeno, uma vez que a guarda municipal,

---

[255] **APA**. Comandante do Destacamento da Vila de Imperatriz Floriano Vieira de Mello para o Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 26 de Janeiro de 1874. Fl. 69 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

[256] **APA**. Comandante do Destacamento da Vila de Imperatriz Floriano Vieira de Mello para o Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 26 de Janeiro de 1874. Fl. 70 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

[257] **APA**. Correspondência do Juiz de Direito da Comarca do Pilar Pedro Antônio da Costa para o Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 26 de Janeiro de 1874. Fl. 71 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

não poderia contar, já que seu espirito desses homens poderia está tomado pelos acontecimentos locais:

> existem aqui 22 praças; 11 de 1ª linha bem municionada, e 11 da guarda municipal **que pode estar invadida do espírito local**, e acha-se armada com espingarda antigas e sem cartuxame apropriado. **Não podemos e nem devemos contar com a população, pois do seu seio é que sobe agitações e anarquias**. **Aguarda nacional é coisa hoje em dia imprestável em todos os sentidos e momento neste termo.** A vista do exposto e ponderando a Vossa Excelência que esta vila distante 3 léguas da cidade do Pilar e 12 da Capital, compreenderá Vossa excelência a necessidade que temos de recurso e principalmente de instrução para meu governo, **muito embora como magistrado não faça e nem queira fazer parte da milícia combatente.** No estado em que estamos declaro a Vossa Excelência muito francamente que não desejo ser testemunha inerte das cenas que se tem dado em outras localidades, e que aqui se podem reproduzir as mais terríveis[258].

O comandante do Destacamento da vila de Atalaia, também desconfia dos moradores de Capela, e diz que os únicos de confiança são os moradores submisso aos seus proprietários.

> Na Povoação de Capela, deste termo, já foram recusados os pesos e medidas do novo sistema e tendo **eu ali comparecido de nada informou-me o respectivo subdelegado em exercício**; porem para poder informar a Vossa Excelência **pede-lhe esclarecimento a tal respeito mandando até sondar certos lugares na convicção de pouca confiança merece a maior parte dos habitantes daquela localidade e mesmo de outros lugares a não serem moradores sujeitos aos seus proprietários[259].**

Como se pode notar a repressão às práticas dos sujeitos que participaram do movimento do quebra-quilos foi constante. Os principais sujeitos serem os ativistas do movimento foram presos em Timbó, levados para a capital da província, onde se deu o interrogatório pelo chefe de Maceió Joaquim Guedes Correia Gondim, na secretaria de polícia. Os primeiros a serem ouvidos foram os réus Antônio Thomas de Aquino e

[258] **APA**. Correspondência Confidencial do Juiz de Direito da Comarca de Atalaia João Fernandes Chaves ao Presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 24 de Dezembro de 1874. Fl. 13 **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

[259] **APA**. Correspondência Confidencial do Comandante da Força da Companhia de Infantaria de Alagoas, estacionada na Vila de Atalaia para o presidente da Província das Alagoas João Vieira de Araújo. Em 30 de Dezembro de 1874. Fl. 19. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875

Joaquim Thomas de Aquino, que se acham recolhidos á prisão para terem o competente destino[260].

Nos interrogatórios podemos observar quem são os participantes do movimento do quebra-quilos em Alagoas, o que fazem para sobreviver e como articularam a manifestação. O chefe de polícia iniciou todos os interrogatórios, perguntando quais razões haviam motivado a participação dos réus em tal sedição.

O primeiro depoimento foi o do réu o Alferes Antônio Thomas de Aquino, homem de cinquenta e um anos, casado, natural de Pernambuco, agricultor e mora no distrito de Jussara. Acusado pelos moradores da região de ser o líder da manifestação. No interrogatório Antônio Thomas, nega participação no tumulto, dizendo que assim que soube que um grupo de desordeiros que estava na comarca de Bom Conselho/Pernambuco pretendia invadir a comarca de Imperatriz, *com intuito de inutilizar os pesos e medidas,* foi à procura do subdelegado de polícia para informar tal caso. Tanto que, no dia em que foram inutilizados os pesos e medidas, em Mundaú Mirim, estava em companhia do subdelegado em sua respectiva em casa. No entanto, sabe que *um individuo chamado de Manoel de Araújo Neco, morador da comarca de Imperatriz, declarou que se José Lopes que estava no Bom conselho com um dos sediciosos viesse a Imperatriz praticar as cenas que se deram no Bom conselho se ajuntaria a ele a fim de auxilia-lo*. Por fim, foi perguntado se esse grupo de desordeiros contava com o apoio de algum padre da comarca da Imperatriz ou de outro qualquer. Antônio Thomas de Aquino, respondeu que não sabe[261].

O chefe de polícia ouviu todos os outros acusados. No entanto, em busca de uma pista que pudesse leva-lo até o organizador das manifestações, o chefe de polícia, chama para testemunhar o inspetor de quarteirão do destacamento de Imperatriz Candido Marques Soares, o escrivão do Juiz de paz e subdelegado de Mundaú Mirim Belmiro de Torres Frasão.

O primeiro a testemunhar foi Candido Marques Soares. Na delegacia confirmou os seus dados dizendo que se chamava Candido Marques Soares, de idade de trinta anos pouco mais ou menos, casado, filho de Manoel Alberto Soares, natural da

[260] **APA**. Comunicado da Secretaria de Polícia de Maceió sobre o Interrogatório de Antônio Thomas de Aquino e Joaquim Thomas de Aquino. Em 21 de Janeiro de 1875. Fl. 62. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

[261] **APA**. Juiz de direito da comarca de Imperatriz, em Muricy, 3 de Fevereiro de 1875. **Cx. 4- ASSUNTO:** REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875**. Pasta:** Movimentos Sediosos na Província. 1874-1875.

cidade do Penedo desta província, e vive de lavouras. Perguntado onde estava na ocasião quando entrou em grupo de pessoas para a fim de quebrar os pesos e medidas no povoado de Mundaú Mirim. Ele, respondeu estava no povoado de Mundaú Mirim com mais companheiros em casa de Justino Guedes de ordem do subdelegado, o qual havia ordenado a ele e a seus companheiros que se aparecesse algum tumulto para quebrar pesos e medidas que não se opusessem, mas que proibissem, porém algum roubo que ali aparecesse ou em outra qualquer casa[262].

Também foi perguntado se ele sabia quem era responsável pela organização desses tumultos na região. Respondeu que o alferes Antônio Thomas, seu irmão Manuel Thomas, Neco das Panelas e um Alexandre de tal morador no Brejo grande, foram os autores da reunião. Foram eles que convidaram os povos do Brejo grande, Panela e de Chapéu de Palha e incentivaram os seus companheiros ou convidados praticarem tais desatinos, não só de estragarem os pesos e medidas, assim como de queimarem o cartório de paz do distrito[263].

Já o depoimento de Belmiro de Torres Frasão, foi dentre todos os depoimentos o mais detalhado. Seu depoimento, não só mencionavam o nome dos culpados mais dava pistas de como se organizou esse movimento lá em Brejo Grande, na casa de Neco das Panelas.

Em seu depoimento, respondeu as primeiras perguntas habitais. Dizendo chamar-se Belmiro de Torres Frasão, de idade de trinta e dois anos, casado, filho de Manoel Francisco de Torres Frasão, natural de Garanhuns, Província de Pernambuco. Vive como escrivão do juízo de Paz do distrito de Mundaú-Mirim e como subdelegado do mesmo termo. Na ocasião lhe foi perguntado se sabia informar o dia em que havia ocorrido tais manifestações. Respondeu que sim. Dizendo que, as manifestações ocorreram no dia 26 de dezembro de 1874 entre onze e duas horas da tarde, que um grupo superior a mais de duzentas pessoas de diferentes lugares, a saber: de Panelas, Brejo Grande e quase todas as pessoas daquele distrito por ser o dia de feira[264].

No momento da manifestação, acrescenta Belmiro, todos gritavam a uma só voz que ali não havia de pesar nem medir pelos novos pesos e medidas do novo padrão. Depois disso, parte dessa gente dirigiu-se a casa do fiscal dos impostos Jacinto Cavalcante de Albuquerque Mello, e fizeram este entregar as medidas e títulos de

[262] Idem
[263] Idem
[264] Idem

arrematação dos impostos, quebraram e rasgaram, assim como se dirigiram os mesmos revoltosos as casas de negócios e tomaram os pesos e medidas. Os manifestantes quebraram os pesos e botaram dentro do rio, e feito tudo isso, dirigiram-se até o cartório, *que se achava debaixo de sua guarda*, ali em altas vozes pediram que eu (Belmiro) lhes entregasse um papel de impostos que passava no cartório que continha a escravizar os povos, depois tocaram fogo na casa, onde ficava o cartório[265].

Dos que participavam da manifestação conhecia apenas Manoel de Torres e Joaquim Lopes, moradores na Ingazeira, sabendo que os quebradores daquelas medidas, entre eles reconheceu também Manoel José de Araújo Neco, que vinha em companhia de muitas pessoas das Panelas[266].

O depoimento do escrivão acrescenta um fato novo aos acontecimentos. Ao afirmar que tais manifestações serviam para proteger a casa de negocio de Antônio José de Cerqueira Prazeres:

> (..) uns diziam que Neco era um dos chefes daquela gente das Panelas e outros diziam ao contrario, tanto que nesse dia ele Neco esteve em casa do subdelegado igualmente reunido com o povo do Brejo Grande, capitaneado por Manoel Thomas, Alexandre de tal e Clementino de tal, e estes **diziam que eram chamados por Antônio José de Siqueira Prazeres para garantirem sua casa de negocio,** dizendo eles que andavam armados para garanti-las, certo é que esses vieram com o grupo de Brejo Grande e sempre andavam reunidos, aos daquelas povoação[267].

Ao final dos depoimentos, chega a seguinte conclusão:

> Está provado pelos depoimentos das testemunhas do sumário de folhas à folhas no inquérito policial e mais peças dos autos, que no dia vinte e seis de dezembro próximo findo reuniram-se na feira da povoação do Mundaú Mirim **pessoas do povo em numero superior a vinte, entre os quais se achavam alguns dos sumariados,** e depois de quebrarem e atirarem ao rio as medidas do sistema métrico decimal que haviam em poder do fiscal e os pesos que encontraram em diversos estabelecimentos da mesma povoação, dirigiram-se ao cartório de paz e a subdelegacia, tomando os papeis ali existentes, os queimavam; cometendo destarte o crime previsto no artigo 111 do código criminal[268].

[265] Idem
[266] Idem
[267] Idem
[268] Idem

No entanto, como consta no presente sumário que Antônio Thomas de Aquino, único dos sumariados que podia promover uma sedição, não organizou tal ação, pelo contrario, foi um dos indivíduos que auxiliaram ao subdelegado de polícia daquele lugar, para o fim de manter a ordem ali, tanto assim que o próprio delegado de polícia de Imperatriz o indicou como testemunha dos fatos no dito lugar, como consta no inquérito. Afirmamos não haver no presente sumário o mais leve indicio do que fazer ele seja chefe daquela sedição. Embora, em relação a alguns dos outros sumariados, exista nestes autos indícios de culpabilidade, peço, contudo a suspensão da prisão de todos, porque sendo eles todos, pessoas miseráveis, não podem e nem podiam ser chefes de sedição, conforme o artigo 111 do código criminal.

Tal atitude está ligada ao fato que só, considerando que em face do artigo citado, só os cabeças desse movimento são passiveis das penas nele cominadas. Mesmo observando que nestes autos há indícios de que os sumariados Manuel José de Araújo Neco, Manuel Thomas de Aquino, Manoel Torres, José Tavares, Joaquim Lopes e Antônio Victor tenham tomado parte nesse movimento, não foram contundo, nem podiam ser por sua condição de fortuna e posição, chefes e cabeças dela, e, que o pudessem, os depoimentos das testemunhas não oferecem base para assim os considerar.

E mesmo considerando que Antônio Thomas de Aquino, único dos sumariados que por sua posição e alguma influencia popular que tem, podia ter chefe dos sediciosos, longe de tomar parte na sedição foi, segundo o depoimento conteste das testemunhas, um dos que mais pregarão pela ordem, procurando pacificar o povo, visto se evidencia com a leitura do inquérito, nas quais ele figura como testemunha o que não contraria por certo se a opinião pública o indagasse como chefe da sedição, ou houvesse ao menos suspeita de que ele a favorecesse[269].

Por fim, ao observar a narração do fato, feita por todas as testemunhas, não se pode supor que tal movimento foi planejado por alguém; parecendo pelo contrario que foi o povo em massa que, não compreendo as vantagens da substituição do antigo pelo novo sistema de pesos e medidas, julgando-se elevado de imposto e estremecendo pelos movimentos análogos havido em outras províncias, sem direção nem ordem, entregou-se a pratica de semelhantes desatinos; por tudo que foi considerado e mais que dos autos consta, julgo improcedente a denuncia dos sumariados Antônio Thomas de Aquino,

[269] Idem

Manuel Thomas de Aquino, Manuel José de Araújo Neco, Manuel Torres, José Tavares, Joaquim Lopes e Antônio Victor, pagos os custos para a municipalidade, o escrivão passará alvará de soltura em favor de cada sumariado[270].

Os diferentes depoimentos no processo crime do quebra-quilos, nos mostra que definitivamente, esses manifestantes eram extremamente politizados, e que participavam ativamente das relações comerciais. Também nos dá uma amostra o quanto eles interagiam socialmente, a articulação que tinha Neco de Panelas no Brejo Grande foi fundamental, para mobilizar o coletivo.

Nesse sentido, no presente capítulo temos mostrar como á garantia de algumas práticas comerciais se tornavam interesses para um grupo de pequenos produtores de gêneros. E como esse tipo de "articulação" se tornava uma estratégia de sobrevivência para um grupo social, que tinha na produção e comercialização dos gêneros alimentícios em feiras livres uma fonte de "reprodução". A economia dos camponeses alagoanos tinham suas próprias regras e códigos próprios. Por isso, que se fez necessário observar de maneira atenta à chamada "economia moral", que envolvia uma série de relações que implicavam em deveres, obrigações.

Outra questão a ser levantada é como esses camponeses se articulavam. Ao observar o papel de alguns participantes do movimento, percebemos a importância política que esses sujeitos tinham na vida social do grupo. Esse papel é pouco debatido na historiografia alagoana. Nossa intenção foi observar o movimento do Quebra-Quilos dentro de uma tradição de protesto popular, concebendo que tal movimento foi antes de tudo, uma reação das populações camponesa contra um surto de modernização que naquele momento a região passava, e como estas interferiam num conjunto de valores significativos da vida cotidiana sedimentada no seu mundo de tradição, se viram na contingência de, através da ação coletiva, redefinir os rumos dos acontecimentos.

[270] Idem

CAPITULO 5

Na medida Certa? Tensões e conflitos em torno da terra e a tentativa de manutenção da condição camponesa no pós-abolição (1888-1890)

Em março de 1889 o jornal Diário das Alagoas, publicou a reclamação de João Francisco do Rego contra as práticas agrárias do Capitão Joaquim Aureliano de Gusmão Uchoa. Vejamos os fatos:

> Aviso. Consta que o Srº Capitão Joaquim Aureliano de Gusmão Uchoa **já pagou a siza da propriedade de engenho denominada Agua Clara**, na comarca de Imperatriz, que possui em nome desde 1862 mais ou menos e **não exigiu dos vendedores a devida escritura realizando a compra, tão somente assim o entendo para não ter os devidos limites, visto que dita propriedade é colocada em quarta parte de meia légua do engenho Bom Jesus, denominado Gameleira**. **Está claro que a quarta parte de meia légua é pouco terreno, porém o senhor capitão Aureliano fez faze-lo esticar como borracha, e diminuir a de seus ereos s. s. compra um terreno pequeno para si e sua família, e o quer fazer grande ou maior**. Sem atender os meus reclamos no terreno de minha propriedade e de meus manos, acho bom e **honesto que o senhor não queria se apossar do alheio contra a vontade de seu dono, e que todos nós temos família**, para que entrarmos em uma questão rendida, que só dali nos vem prejuízos. Engenho Meirim João Francisco do Rego[271].

Essa pratica *de fazer esticar a propriedade* sobre os terrenos alheios era comum em todo o território do país. O universo rural vivia cotidianamente contendas como essa exposta por João Francisco do Rego. Embora, trate-se de uma briga entre grandes proprietários, vê-se que a prática de comprar pequenos pedaços de terras (como apontou o capítulo 4) também será adotada pelos grandes proprietários, para fazer com que o seu patrimônio aumentasse, no caso o seu patrimônio era o status de senhor de terras.

[271] APA. Jornal Diário das Alagoas, 16 de Março de 1889.

Para além dessas disputas cotidianas entre os camponeses e senhores de engenho, o vale do Mundaú, vivenciou entre anos de 1857 á 1894 um intenso processo de demarcação de suas terras. Esse processo revelou não só as táticas estabelecidas pelos camponeses para atestarem que há algum tempo moravam naquela mesma, mas o desmando de alguns senhores de terra da região que tinham suas atividades agrícolas, principalmente as ligadas à produção de algodão e pecuária.

Nesse sentido, o presente capítulo discute os desdobramentos do pós-abolição na vida dos camponeses da região do Vale do Mundaú e Paraíba do Meio, sobretudo, no tocante a sua permanência nas propriedades em que viviam. Para isso, analisaremos um Autos de Medição e Demarcação de Terra, no qual se envolveram Mathias dos Santos. Esses três homens representam o contingente de índios e negros que habitavam o vale do Mundaú, mais especificamente os que nas terras do antigo aldeamento de Urucu, como nos mostra a imagem abaixo:

Mapa 08- Mapa da Região da Aldeia de Urucu

Recorte da CARTA TOPOGRÁPHICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS – Autor Carlos de Mornay, cópia extraída na Secretaria da Agricultura pelo Ten José Processo de Assumpção, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, papel tecido, bom estado, medindo 90,5cm x 70cm. 1862. Fonte Arquivo Histórico do Exército. Imagem 01.05.170. Intervenção: Silvio Cadena, 2014. Consulta no site: www.ahex.ensino.br. Acessado no dia 26 de junho de 2013.

Nota-se que, Urucu sinalizado no mapa com uma seta vermelha, representa ao mesmo tempo um ponto de chegada e de partida. Suas terras estavam situadas em uma fronteira. Para Savio de Almeida, esse antigo aldeamento demarcava limites:

> Havia uma fronteira móvel entre os senhores e os aldeamentos, rompível e atualizável constantemente; o índio não podia cruzá-la e ampliar a sua presença no território, mas a invasão seria natural e permanente dando-se uma nova ficção jurídica e que nos leva ao *alimite* ou *afronteira.* A noção de limites, portanto, era estabelecida de fora para o aldeamento e não havia a possibilidade de uma

> correspondência inversa. Liberar área para a economia do algodão e do açúcar prevalecerem, recompunha situação análoga á do Palmares, dentro, agora da fundamentação do agrarismo, que intentava integrar o comportamento senhorial ao vapor e a tecnologia. [272]

Por essas razões, o autor faz uma leitura particular do processo de demarcação do Urucu. Segundo Savio de Almeida, a pretensão de demarcação do Urucu não tinha relação com os direitos indígenas de propriedade, mas em "encaminhar a legitimação jurídica da invasão", desde que a legitimação política sempre esteve em operação. Depois de ouvir todos esses aportes, voltemos para o debate acerca do processo de medição e demarcação de terra na região. Escolhemos esse tipo de fonte para discutirmos o comportamento dos camponeses entre 1889 e 1890, por que os Autos do são extremamente reveladores desse universo rural, sobretudo, ao nos dá a conhecer as justificativas de ex-escravos posseiros, roceiros, sesmeiros e outros tipo sociais quanto á necessidade de estabelecer os limites de suas propriedades.

Desde a promulgação do art. 5º da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850; da chamada de *Lei de Terras,* que não era mais permitido o acesso a terra, se não fosse por meio da compra ou herança familiar. Entre as recomendações dessa legislação, estava à implantação de um órgão chamado (Repartição das Terras Públicas) que organizariam os registros de parte dos processos de revalidação e legitimação de propriedade. Em Alagoas, essa repartição foi criada em 1857, onde os trabalhos eram realizados de maneira lenta. Mesmo assim, os funcionaram conseguem reconhecer um avanço:

> Segundo as informações colhidas pelo Delegado das terras públicas até 4 de Fevereiro havia 9. 087 posses registradas nas 23 freguezias. Como porém de quatro destas não há informações posteriores a princípios de 1857, é de crer que o numero dos registros seja mais avultado.
>
> Além do Juiz commissario para o município de Porto Calvo, forão igualmente nomeados para o município da Atalaia, Francisco Carneiro da Cunha Teixeira, e para o da Assembléa, Nuno Rabello de Locio e Silva. Segundo as ultimas informações limitão-se aquelles juízes a dizer que, tendo-se-lhes marcado o prazo de 6 mezes para as legitimações e revalidações, nenhum trablho de medições se há feito, por não existirem alli pessoas habilitadas para agrimensores. Este inconveniente talvez tenha de cessar brevemente, logo que o inspector geral concluir a medição, demarcação e divisão interior do 1º

[272] ALMEIDA, Luiz Sávio. **Índio, Capital e terra:** o aldeamento do Urucu. In: ALMEIDA, Luiz Sávio. (org.) Terras em Alagoas: Temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 219.

> território; por quanto poderão os respectivos agrimensores empregar-se nas medições concernentes áquelle serviço. Entretando já existem varias requisições de partes para que se proceda a ás ditas formalidades, sendo 2 para legitimação no Porto Calvo, 23 para o mesmo fim, e 1 para revalidação de sesmaria nas Atalaia[273].

Segundo Francivaldo Nunes, a Repartição Geral de Terras Públicas organizavam as atividades da seguinte maneira:

- o processo de medições das terras públicas, especificando quais seriam as "terras devolutas", das competências dos inspetores e dos agrimensores nas mensurações e os caminhos burocráticos a serem percorridos pelos proprietários ou posseiros que se sentissem prejudicados com tais medições; especificava as terras e os títulos sujeitos à legitimação e revalidação, sendo tratados ainda os poderes de decisões dos presidentes da província, sobre esta questão, assim como as competências do juiz comissário e o seu papel nas medições e nos litígios; discorria sobre a possibilidade de se revalidar as concessões de datas e sesmarias; destacava as normas de venda das terras públicas, a situação das terras reservadas ao aldeamento de indígenas, a logradouros públicos das futuras povoações, estradas e daquelas destinadas à construção naval; tratava, ainda, das terras devolutas situadas nos limites do Império com países vizinhos, destinando uma faixa de 10 léguas (66 quilômetros) nos limites nacionais sendo, nessas condições, próprias para o estabelecimento de colônias militares e civis.
- Conforme legislação a imperial estavam sujeitas ao processo delegitimação, as terras que se achassem em poder do primeiro ocupante e que não tivesse outro título senão a sua ocupação; e ainda as posses encontradas em poder de um segundo ocupante, desde que este não tivesse adquirido a propriedade por título legítimo. Estavam também inclusas as posses adquiridas por compra ou doação em que os impostos de transferência de bens de raiz tivessem sido pagos após a publicação do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que, conforme apontamos, regulamentava a execução da *Lei de Terras*, de 1850. No caso específico das revalidações, estas faziam referências às sesmarias ou outras

[273] Avisos do ministério da agricultura. (1875-88). Cx.1351

concessões do governo imperial e provincial, que se encontrassem ainda sob o domínio dos primeiros sesmeiros ou concessionários; desde que estivessem cultivadas ou com princípio de cultura e moradia habitual, e que não tivessem sido medidas e demarcadas[274].

- Estava sob a responsabilidade dos presidentes de província a aplicação de ordenações aos juízes de direito, juízes municipais, delegados, subdelegados e juízes de paz quanto às informações sobre a existência ou não em suas comarcas, termos e distritos, de posses sujeitas à legitimação, e de sesmarias ou outras concessões que necessitassem de revalidação. Obtidas as necessárias informações, os presidentes de províncias nomeavam para cada um dos municípios um juiz comissionaria de medição. No caso da administração provincial, esta também tinha a tarefa de definir o prazo em que as terras deveriam ser medidas e demarcadas; datas que, quase sempre, levavam em consideração as circunstâncias de cada município e o maior ou menor número de posses existentes nas municipalidades. Neste caso, embora ficasse sob a responsabilidade do poder público o levantamento das terras a serem revalidadas e legitimadas, o início do processo de medição e demarcação dava-se mediante requerimento do ocupante. Neste requerimento, o proprietário designava o lugar em que se situava a propriedade e os seus confrontantes. Requerida a medição, o juiz comissionário, verificando a circunstância da cultura efetiva e morada habitual, marcava a data de início dos trabalhos; sendo que as tarefas de medir de marcar as terras eram antecedidas pela publicidade e convocação dos confrontantes quanto aos dias em que esses trabalhos seriam realizados[275].

Passadas as apresentações acerca do funcionamento da instituição, buscaremos identificar nesse processo, os motivos pelos quais motivara homens e mulheres a

[274] Francivaldo Alves Nunes. **FONTES PARA ESTUDOS DA HISTÓRIA AGRÁRIA NO BRASIL OITOCENTISTA: Caso dos Autos de Medição de Terra. Revista Sumaré,**
[275] Idem

praticarem tal ação, uma vez que, até meados de 1880 a região do vale do mundaú era área considerada "fácil" de ser ocupada. O primeiro caso se refere à posse de Mathias dos Santos, na povoação de Curralinho (distrito de Murici). O processo será aberto em 1877 pelos juízes comissário dos Munícipios de Maceió, Santa Luzia do Norte, Muricy e Camaragibe. As reinvindicações de Matias são apresentadas, logo no início do processo:

> Diz Mathias dos Santos que é índio da aldeia de Urucú que sendo morador em um sitio que por morte de seu pai, vive nesta povoação de curralinho há mais de trinta anos, onde tem cercados, casa de vivenda e plantações vem pedir a vº. sª. Para justificar o direito de posse q tem no referido lugar a presentando as necessárias testemunhas.[276]

Para que fosse atestada a veracidade dessas informações, o juiz comissionario. convocou algumas testemunhas, no dia 30 de outubro de 1877, a saber: Thomas José dos Santos, Vicente Ferreira da Silva, Felisberto Ferreira de Omena, e Ignacio Bandeira de Loyolla. A todos eles foram feitas as mesmas perguntas, como:

> Primeiro Quesito: se conhece Manoel Mathias dos Santos, e a quanto anos, se sabe ser o mesmo índio ou descente dos índios que conquistaram os Palmares? Segundo Quesito: se sabe ter o mesmo ou seu abrir em mata o lugar em que está o mesmo situado a quantos anos? Terceiro Quesito: se sabia ter sido ocupado o dito sitio manso e pacificamente ou com oposição dos vizinhos? Se no mesmo tinha o referido Manuela Mathias, cultura e de que espécie, e morada habitual?[277]

Os três testemunhos responderam as mesmas perguntas, de tais maneiras:

> Primeira testemunha
>
> Ignacio Bandeira de Loyolla, sessenta e cinco anos de idade, natural de Ipioca, termo da capital, casado, agricultor, aos costumes, disse nada, testemunha jurada aos santos evangelhos em um livro destes em que pôs a sua mão direito a e prometeu dizer a verdade respeito ao que soubesse e lhe fosse perguntado. E sendo inquerido pelo sobre os seguintes quesitos. Ao primeiro Quesito respondeu que conhece o justificante Manoel Mathias dos Santos, há vinte anos e três anos residindo no sitio em que ainda hoje mora, isto desde a residência dele testemunha nesta povoação do Curralinho, sendo que já antes disso

[276] Avisos do ministério da agricultura. (1875-88). Cx.1351.
[277] Avisos do ministério da agricultura. (1878-88). Cx.1351

alguns anos, quando por estabelecesse vinha a passeio ali sempre o viu de morada, o que sempre o conheceu como índio e descendente de índios do Urucu. Ao segundo Quesito respondeu que sabe ter o pai do justificante aberto em mata virgem e há muitos anos o sitio em que **reside hoje seu referido filho. Ao terceiro quesito respondeu que o justificante e bem assim seu pai possuíram sempre mansa e pacificamente o referido sitiado em o qual tem ainda hoje o justificante morada habitual, não sabendo porem se tiveram ou se tem ainda o justificante alguma cultura naquele lugar[278].**

Segunda Testemunha

Vicente Ferreira da Silva, idade cinquenta e nove anos, viúvo, natural da povoação de Una, comarca de Porto Calvo, residente no Curralinho, agricultor, aos costumes disse nada. Ao primeiro Quesito, que conhece o justificante desde sua meninice e sabe ser ele índio e descendente de índios do Urucú, por ter conhecido seu pai conhecido como tal. Ao segundo quesito respondeu que o sitio em que mora hoje o justificante foi aberto em mata pelo pai do mesmo e por seu tio Crispim, há vinte e oito anos. Ao terceiro quesito respondeu que sabe terem os referidos justificante e seu pai morada no dito sitio sem oposição de pessoa alguma, e habitualmente, e que sempre teve o pai do justificante e este mesmo no referido lugar cultura efetiva de mandioca, açúcar, arroz, milho e outras plantações[279].

Terceira Testemunha

Felisberto Soares dos Prazeres, idade cinquenta anos, casado, natural de Maceió, capital da província das Alagoas, morador no curralinho, artista. Ao primeiro quesito, que conhece o justificante desde mil oitocentos e quarenta e seis ou quarenta e sete, sabendo por ouvir dizer, que é ele índio e filho de índios da aldeã do Urucu. Ao segundo **quesito respondeu que sabe por ouvir dizer que fazia o mesmo sítio aberto em mata pelo pai do justificante, não podendo precisar há quantos anos. Ao terceiro quesito respondeu que desde que conhece o justificante ali morando nunca lhe constou sofrerem alguma contestação dos seus vizinhos e que tem o mesmo no referido lugar cultura efetiva de cana, mandioca, e outras plantações e morada habitual[280].**

Depois de ouvir as testemunhas que confirmavam a sua presença naquela localidade. O juiz da um parecer de que "julga procedente tais reinvindicações". Em seguida, são colocadas em prática, outra fase do processo, que é a medição do patrimônio. No processo quem fez esse trabalho. Foram convocados para este trabalho João Gomes da Silva e João Tibúrcio Ferreira para na qualidade de perito verificar a circunstancia da cultura efetiva e morada habitual exigidas pelo artigo 37 do regulamento de 30 de janeiro de 1854. A sua analise foi positiva para Mathias

[278] Avisos do ministério da agricultura. (1875-76). Cx.1351
[279] Avisos do ministério da agricultura. (1875-76). Cx.1351
[280] Avisos do ministério da agricultura. (1875-76). Cx.1351

> Auto de verificação de cultura efetiva e morada habitual existentes nos sitio de Manoel Mathias dos Santos situado na povoação do Curralinho.
>
> Aos trezes dias do mês de dezembro de mil oitocentos setenta e sete, nesta povoação do curralinho, termo do Muricy, em casa de residência de meritíssimo Juiz comissário doutor PAR, comigo escrivão, e os peritos numerados JGS e J T F, com o fim de proceder –se do exame sobre as culturas de Manoel em seu sitio no Curralinho, foi a toque de campanhia aberta a audiência e procedida pelo mesmo juiz, que deferia dos ditos peritos o juramento dos (...). **Depois do que passaram a percorrer toda a situação e lugar cultivados por si próprios (...) volta declararam que o mesmo Manoel (..) em seu dito sitio cultura effectiva da mandioca e outros cereais, diversas fructeiras e caza coberta de palha onde reside habitualmente com sua família.** A vista do que estando assim verificada a circunstancia exigida pelo artigo 37 do Regulamento do 30 de Janeiro de 1854 mandou o juiz que lhe fossem conclusas os presentes autos, que (...)[281]

Depois de confirmar e registra o efetivo cultivo da unidade produtiva deu-se o processo de medição física, conforme descreve o agrimensor responsável

> O limite do Norte da posse de Manoel Mathias:
>
> Collocada a bussula no ponto convencionado entre o sitio de Wanderley e a posse de Manoel os quaes ahi na há sem presentes e na margem sem presentes, e na margem do riacho curralinho, onde termina a cerca de bambús do mesmo Wanderley traçou-se o termo duzentos e cincoenta e oito grãos e quinze minutos quase leste Oeste (25 8º 15º L O), tanto para Oeste até á estrada do curralinho, como para leste até encontrar a linha da sesmaria do Urucú, (?) previamente o respectivo marco junto do cercado, tendo o mesmo marco quarente centrimentros de altura , trinta de largura e vinte de comprimento de espessura, com as testemunhas lateraes. Seguindo do marco para Oeste, abeirando a cerca dos bambús e subindo pela encosta oriental do morro mediram-se até um pequeno quadro cercado de madeiras e que foi antigo cemiteryo cento e vinte metros (120), vinda no mesmo rumo até a estrada, que vai de Maceió para Muricy duzentos e trinta e nove metros (239 ...) Vou-se rumo outro marco com oitenta centrimento de altura, trinta de largura e oito centrimento de

[281] Avisos do ministério da agricultura. (1878-88). Cx.1351

> espessura, Voltando ao marco cravado na margem do riacho curralinho, e prolongando o mesmo acima[282].

Na nova História Agrária a utilização dos autos de medição, tem sido considerado um dos melhores instrumentos para se entender peculiaridades da aquisição e posse de terra no Brasil. Ao estudar os conflitos agrários no século XIX, a pesquisadora Marcia Motta dos autos de medição para "desconstruir" a visão passiva que a historiografia consagrou sobre os lavradores pobres. Sua principal tese é a de que a legislação sobre terras construída no século XIX apresentava brechas à inserção camponesa e que não foram apenas os grandes fazendeiros que se utilizaram da Lei para garantir a posse da terra; no caso dos pequenos posseiros, estes também se valeram dela em seus litígios. Assim, privilegiando o conflito agrário, a autora utiliza-se dos autos de medição para resgatar a esfera de lutas de pequenos posseiros, mostrando que estas lutas não podem ser analisadas apenas no âmbito de grandes conflitos agrários, mas também em atividades isoladas de contestação ao poder do grande latifundiário.

Helen Ortiz, uma estudiosa das organizações das estruturas fundiárias, também considera que os autos de medição são fontes significativamente para compreender como se efetivou a aplicação do instituto jurídico da *Lei de Terra* na região de Soledade, no Norte do Rio Grande do Sul, propõe-se a conhecer as origens da ocupação territorial da região, as formas de acesso, uso e exploração da terra; as relações vividas entre proprietários e não proprietários e os possíveis conflitos de classes e de interesses daí decorrentes. Nesse caso, os autos de medição foram analisados na perspectiva de se compreender a estrutura agrária da região, levando em conta as contradições presentes na sociedade e as relações de trabalho, o tipo de mão-de-obra e as relações mercantis que configuraram o território do Norte do Rio Grande do Sul.

Já para Cristiano Christillino, os autos tem um papel preponderante no estudo sobre as irregularidades presentes no processo de expropriações de terras praticadas contra lavradores nacionais que faziam uso das terras florestas. De uma forma clara e objetiva, o autor nos mostrar que essas possíveis fraudes, identificadas nos autos de medição, são constructo históricos, nesse caso, os autos de medição não apenas revelaram as estratégias fraudulentas construídas pelos posseiros para assegurar o

[282] Avisos do ministério da agricultura. (1878-88). Cx.1351

domínio sobre a terra, mas também a organização de um grupo político que nas instancias de poder no Brasil do Segundo Reinado usufruíram.

Nesse sentido, o presente capítulo, procurou mostrar a partir da experiência de Mathias, a mobilização de forças para que determinado projeto se concretize. A experiência de Mathias com o processo de medição em um momento que acontecem grandes mudanças na região mostra que além desses camponeses, não serem passivos, tinham também estratégias para conseguir manter sua condição.

5.1- O processo de disputa pela posse da terra

Nesse momento observaremos a documentação referente às disputas de terra, organizada pela repartição de terras públicas em Alagoas. Vejamos:

> Auto de Medição de posse do sitio cabaceira 1877. Escriturado em 10/08/1885 Pedro A. R. 1877 Juizo commissario dos Municipios de Maceió, santa luzia do Norte, Muricy e Camaragibe. Justificação Das posses denominadas João Paulo e Cabeceira da Branca do Ferrão À requerimento de José Quirimo de vasconcellos. 1877 Escrivão. Autuação[283]
>
> Aos vinte e sete dias do mez de Agosto do Anno de mil oitocentos e setenta e sete, termo de Muricy, autuo a petição que adiante se segue,, do que para constar lavro este termo.
>
> Ilmo Srm Dor Juiz Commissario
>
> (com letra do Juiz) Como requer Marco o dia de amanhã para a justificação requ. Pedras Brancas 27 de Agosto de 1877.
>
> José Quirimo de vasconcello, tendo riquirido em audiência desse juízo, no Engenho rio Bonito, para prostar a justificação de suas posses denominado João Paulo e cabeceira da Branca do Ferrão, vem a fazer de novo q mio deste; e requer igualmente a V. Sª para im vista dos dos oderes que lhe concede a procuração junto, dar perante esse mesmo juízo a justificação das posses limão ballansa e Pedras branca, pertencente seus constituintes, josé vitusino Dias, José Patricio da Silva, e Paulo José da Silva;
>
> Nestes termos.
>
> Boa sorte 27 de Agosto de 1877
>
> José Quirino de Vasconcellos.

[283] Avisos do ministério da agricultura. (1878-88). Cx.1351

Certidão

Certifico que de ordem do meritíssimo Juiz Comissario entreguei ao senhor José Quirino de Vasconcellos, como procurador de José Patricio da Silva (?) Dias, e Paulo José da Silva; ao senhor Paulino José da Silva Costa, com procurador de Bernardino Pereira da Cunha, Gonçalo José Melquilnho e aos senhores Joaquimde Souza Texeira, Josefino e Agostinho da Costa, e Felippe da Cunha Lima Mataraca a carta de intimação dele juízo em a qual se lhes faz saber quer no dia 27 do corrente mez principiará a mesma foro a ceder as justificacções que lhes foram requeridas das posses denominadas Pedras Brancas, Balança, Limão , João Paulo Cabeceira da Branca do Ferrão, Branca do que do que ficaram scientes da fé. Pedras Brancas 27 de Agosto de 1877.

Termo de audiência

Aos trinta dias do mez de agosto do anno do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e sete, neste lugar denominado Pedras Brancas, termo do Muricy, Comarca da Imperatriz, província das Alagoas, em casa se achava o meritíssimo juiz comissário Doutor Pedro de Albuquerque Rodrigues, comigo escrivão do seu cargo, adiante nomeado; presente os senhores José Quirino de Vasconcellos, Francisco Antonio Rodrigues, Joaquim de Souza Ferreira, Josefino Martinho da Costa, Pedro Joaquim Ferreira do Silva, e Saturnino Bispo Cavalcante, foi a toque de companhia aberta a audiência, presidida pelo mesmo juiz, que declarou ser o fim da mesma, tomada as justificações requeridas as este juízo, digo, da mesma continuar a tomar as justificações requeridas para das perante este juízo. E achando-se presente o senhor José Quirino de Vasconcellos, declarou o juiz que o mesmo senhor apresentam as testemunha para justificar as posses que requerer a este juizo, denominadas João Paulo e Cabeceira de Branca do Ferrão. E logo pelo senhor José Quirino foram apresentados como testemunha para a dita justificação, os senhores Luiz Soares Cavalcante, Pedro Joaquim de Mello, Joaquim Ferreira da Silva e Saturnino Bispo Cavalcante, ás quaes passou o juiz a inquirir (depois de haver-lhes deferido o juramento dos Santos Engenhos) do modo seguinte:

Primeira Testemunha

Luiz Soares Cavalcante, idade, quarenta e oito anos, casado, proprietária, natural do lugar denominado-Pacca, deste termo do Muricy, morador no mesmo lugar; dos costumes disse nada; testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro deles sobre o qual poz sua mão direita e prometeu dizer a verdade respeito ao que soubesse e lhe fosse perguntado. E sendo inquirida pelo juiz sobre os quisito fatos, digo, sobre, os seguintes quisitos:

Primeiro Quisito se sabe terem, digo, se sabe ter João Paulo da Silva aberto uma posse no lugar denominado João Paulo, e Francisco Enudio Tenorio uma outra nas Cabeceiras da Branca do Ferrão, e em que anno.

Segundo Quisito se as mesmas são mansas e pacificas?

Terceiro quisito se alli tiveram cutlura effectiva e morada habitual?

Ao primeiro Quisito respondeu que João Paulo abrir a posse do seu nome há trinta anos, pouco mais ou menos, e em índio a posse-Cabeceiras da Branca do Ferrão também há trinta anos.

Ao segundo quisito respondeu afirmativamente.

Ao terceiro quisito respondeu que João Paulo teve cultura efetiva e morada habitual no dito lugar e hoje é sucedido pelos seus filhos. E quanto a Emigdio teve ele cultura e casa de moradia nas cabeceiras da Branca do Ferrão, sabindo apenas, d´alli aos domingo para paral-os junto com a sua família. E nada mais tendo dito a testumunha sobre os quisitos que lhe foram feitos deu o juiz a palavra ás partes. E logo pelo procurador, do tenente coronel Felippe da Cunha Lima Mataraca foi requerido que se perguntasse á testemunha quais foram os filhos de João Paulo, depois da morte deste, que ficaram em seu sitio. Sendo feita pelo juiz a dita pergunta respondeu a testemunha que Thomaz, que retirou-se de lá há dois ou trez mezes e até ajudou o seu pai abrir o dito sitio, tendo-lhe sido derivada alli a casa em cima.

E foi requerido mais pelo procurador do mesmo tenente coronel Mataraca que se perguntasse á testemunha quem ficou morando no sitio Cabeceira da Branca do Ferrão, conhecido por –Francisco Emigdio depois do seu abandono. Feita pelo juiz á testemunha a mesma pergunta respondeu que ficou Manuel Miguel, por que comprou e botou lá um morador-Joaquim Paulo- por ordem de Manuel Miguel. Perguntado pelo Juiz á testemunha se sabia ter sido inventariado por João Paulo, digo, por morte de João Paulo o dito sitio, se Thomaz é ou não filho legitimo do mesmo e a quantos anos é morte João Paulo? E se morou sempre no referido sitio? Respondeu a testemunha que não sabe houvesse esse inventario, que João Paulo é filho, digo que Thomaz é filho de João Paulo, que este morreu já um anno, pouco mais ou menos, e morou sempre no referido sitio. E logo pelo senhor Francisco Antonio Rodrigues, procurador do tenente coronel Mataraca, foi dito que contestava o depoimento da testemunha por ter sido João Paulo arranchado alli por outrem, e não poder este mesmo ser possueiro por se achar dito sitio compreendido nos limites de uma escriptura de terra do meu constituinte de compra que fez de Manuel Bezerra de, digo, Miguel Bezerra de Menezes, tendo, o mesmo João Paulo se considerado morador do meu constituinte;tanto que nem só foi

falar pessoalmente com o seu constituinte para que o dispensasse de pagar renda nem só pelo seu estado de velhice como por deferência por serem compradres, como em tempo provara com o titulo. E logo pelo senhor José Quirino foi requerido que se perguntasse a testemunha se sabe que Miguel Bezerra algum dia tivesse alli terras e no caso de ter, se essa compreendida o sitio de João Paulo, bem assim se sabe se João Paulo morou alli por auxilio de pessoa alguma. Feitas pelo juiz as mesmas perguntas respondeu a testemunha que não sabe que Miguel Bezerra tivesse alli terras, não obstante nascer e morar aqui há quarenta e tantos anos; vem a saber disso, por ouvir dizer, há pouco dias. A última parte respondeu a testemunha que João Paulo nunca alli morou por auxilio de alguém. E nada mais tendo dito as partes nem a testemunha nem lhe sendo perguntado, encerrou o juiz este depoimento, que depois de lido e achado conforme vae assignado pelo mesmo juiz, a testemunha, parte presentes (...)

Segunda Testemunha

Pedro Joaquim de Mello, idade sessenta e um anos, casado, natural do Muricy, Comarca da Imperatriz, residente no mesmo lugar; aos costume disse nada, testemunha jurada aos santos evangelhos um em livro deles sobre o qual paz sua mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. E sendo inquirido pelo juiz sobre os quisitos feitos a primeira testemunha respondeu ao

Primeiro quisito, que pode haver trinta anos que João Paulo entrou para aquelle lugar em matta virgem, e fez serviço de agricultura, e quanto a Francisco Emigdio, ouvia dizer que abrir o sitio Timbó assú, porem não andou ella testemunha neste sítio.

Ao segundo quisito respondeu que ambas as possses são mansas e pacificas por eu nunca ouvio faltar ele testemunha em contestação e por que d' alli nunca foram abolido.

Ao terceiro quisito respondeu que tiveram os mesmos cultura effectiva e morada habitual em seus sítios até que morreu João Paulo, e depois da morte deste ficaram alli em seus filhos naturaes, e havendo concorrência com a família legitima do mesmo dito sitio. E nada mais tendo dito a testemunha sobre os quisitos que lhe foram feitos, deu o juiz a palavra as partes. E logo foi dito pelo procurador do tenente coronel Mataraca que contestava o depoimento da testemunha por que o referido João Paulo foi arranchado alli por Antonio Bezerra de Menezes, para se o , digo Antonio Bezerra de Menezes, indo para alli abrir o sito por ordem deste, e ao depois da compra feita por seu constituinte a Miguel bezerra de Menezes, em cujos limites se achava o sitio João Paulo, considerou-se constituinte. Quanto ao sito de Francisco Emigdio,

sempre esteve morando alli por ordem de outrem, e retirando´se d'alli deu suas lavouras a Manuel Miguel, e este desfructando ditas lavouras, ficou o sitio em abandono, em vista do que para allo foi Joaquim Paulo, que o tem cultivado de novo; e constando ao meu constituinte que ele Joaquim Paulo não o considerava como proprietário mandou imediatamente despejal-o, nem só a ele como a Thomaz, o que confessaram ambos que se assina procediam era por insinuação de pessoas desafetas e inimigos rancorosos do meu constituinte, mas que eles sabiam ser as terras do meu constituinte por que como taç julgavam desta as compras feita; em vista do que o seu constituinte concedeu-lhe o que lucrasse as suas lavras porem dando –lhe morada na pedra branca. E logo, digo, e nada mais tendo dito as partes nem a testemunha nem lhe sendo perguntado, encerrou o juiz a, digo, o juiz este depoimento, que sendo lido e achado conforme vai assignado pelo mesmo juiz, a testemunha, as partes eu (Hilarmino Affonso da Costa leite, escrivão)

Pedro Albuquerque Rodrigues

Pedro Joaquim Mello

José Quirino de Vasconcellos

Testemunha Terceira

Joaquim Ferreira da Silva, idade sessenta para sessenta e cinco anos, viúvo, natural da villa da Imperatriz, residente nas Pacas, Termo do Muricy, aos costumes disse nada; testemunha jurada aos santos evangelhos em um livro deles sobre o que por sua não (...)

E sendo inquirida pelo juiz sobre os quisitos feitos a primeira testemunha respondeu que sabe que há muitos anos que, digo, muitos anos moram os mesmos João Paulo, e Emigdio nos referidos sítios, não sabendo se foram eles os abridores das mesmas.

Ao segundo Quisito respondeu que não lhe consta que em tempo algum fossem João Paulo e Emigdio interrompido ou contestado em suas posses.

Ao terceiro quisito respondeu que os mesmo sempre tiveram alli cultura effectiva e morada habitual e nunca de lá sahiram não lhe constando que pagassem renda a alguém. E nada mais tendo dio a testemunha sobre os quisitos que lhe foram feitos, deu o juiz a palavra as partes. E logo pelo procurador do tenente coronel Fellipe da Cunha Lima Mataraca dito foi contestava o depoimento da testemunha pelas mesmas razões que contestava a primeira testemunha. E nada mais tendo dito (...)

Quarto Testemunha

Saturnino Bispo Cavalcanti, idade de quarente e quatro anos, casado, agricultor, natural deste lugar Pedras Brancas, residente em Cannas bravas, deste mesmo termo do Muricy, aos costume e disse nada, testemunha jurada aos santos evangelhos em um livro deles sobre o qual poz sua mão direita e prometeu dizer verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. E sendo do inquirida pelo juiz sobre os quisitos feitos a primeira testemunha respondeu ao primeiro quisito, que sabe que os ditos joão Paulo e emigdigo abriram os referidos sítios, de vinte e dois para trinta anos passados.

Ao segundo quisito respondeu afirmativamente

Ao segundo, digo, ao terceiro quisito respondeu que joão Paulo sempre teve cultura effectiva e morada habitual em seu dito sitio, e que emigdio tinha morada fora do seu sitio mas assitia também em uma caza de farinha que lá possuía. (...) deu o juiz a palavra as partes. E logo foi dito pelo senhor Francisco Antonio Rodrigues, como procurador do Tenente coronel Mataraca, que contestava o depoimento da quarta testemunha pelas mesmas razões que contestou o da seguinda. E nada mais tendo dito as partes nem a testemunha, (...)

E mais testemunha alguma foi apresentada pelo justificante, em vista do que e para constar mandou o juiz lavrar este temor, que vai assignado (..)

Conclusão

E logo no mesmo dia, mez, anno e lugar indicado no termo de audiência upra e retro, faço os presentes autos conclusos ao meritíssimo juiz comissário, do que para constar lavra este termo.

Conclusão (letra do Juiz)

O escrivão junte por certidão os documentos sob o nº 19 a venda feita a Miguel Bezerra de Menezes; e sob o nº 20 de venda destes ao Capital Marataca: e igualmente os documentos sob os nº 21 de Josefina Maria da Conceição

Aos 24 dias de Antonio Bezerra de Meneses ao Capt Mataraca, os quais acha-se nos documentos que forão enviados a estes juízo por intermédio da presidência da província, depois do que faça de novo conclusos a este juízo. Maceió 26 de Outubro de 1877 Pedro Albuquerque Rodrigues.

Em cumprimento ao respeitável despacho do meritíssimo juiz commissario, certifico que do maço de documentos apresentados por Fellipe da Cunha Lima Mataraca remetidos a este juízo por intermédio da Presidencia da Província extrahi as seguintes:

Documento nº 18: “Publica Forma. Dezemos nós Miguel Bezerra de Menezes e Thomazia Maria da Conceição, marido e mulher abaixo assignados, que entre os mais bens que possuímos livres e desembargados, é bem assim um quinhão de terras com uma casa de vivenda, coberta de palha e tapada de barro, sito no lugar Pedras Brancas, deste Municipio, que as houvemos por compra a Francisco Sebastião e sua Mulher, cujo quinhão de terra e casa vendemos como de facto vendido temos do tenente coronel Felippe da Cunha Lima Mataraca pelo precço e quantia cento de cincoenta mil que recebemos do passar deste em moeda corrente e legal: pegando os limites do referido quinhão de terras na margem direita da Branca Grande, no lugar-Duas Barras ou Barra do Sueca entre as terras que ficaram de Pedrso Bezerra de Menezes e Manuel José das Neves, Todas já pertencentes aos mesmos comprador tenente coronel Mataraca e com os fim dos, que são da margem da Branca até a barra do riacho= Chico Doce= e a chã da Serra da Balança a encontrar os limites das terras do engenho Rio Bonito pelo que poderá o dito comprador possui-las como suas que são e ficam sendo de hoje em diante e lhe transferino todo o poder, jus e domínio que tínhamos nas mesmas terras e casa pois que fasemos dita venda de nossa livre e expontanea vontade o obrigando-nos a fazer em todo e qualquer tempo esta venda fora e valiosa. Em firma do que mandamos passar o presente em que nos assignamos perante as testemunhas abaico formadas. Pedras Brancas, três de agosto de mil oitocentos e setenta e três. Como testemunha e a rogo dos vendedores. Miguel Bezerra de Menezes e Thomazia Maria da Conceição, Jozé Elias da Silva, João Lins Calheiros. Ecercicio de mil oitocentos setenta e cinco a mil oitocentos setenta e seis, Numero onde. Imposto de Transmissão de propriedade. As folhas do livro de receita de impostos de transmissão de propriedade fica debitado e actual Collector Manuel da Costa Vieira pela quantia de trez mil reis, que pagou o tenente coronel Felippe da Cunha Lima Mataraca, proveniente de siza de seis porcento deduzidos de quantia de cincoenta mil reis, por quanto comprou a Miguel Bezerra de Menezes e Thomazia Maria da Conceição uma parte de terras com uma casa de palha, tapada de barro no sitio Pedras Brancas deste termo; e para constar se lhes deu o presente conhecimento assignado por mim escrivão o referido collector. Cartorio de Muricy, vinte de janeiro de mil oitocentos setenta e seis. O collector Manuel da Costa Vieira, escrivão interidmo Joaquim José de Lima, Estava esta publica forma conferido e concertada pelo tabelião Publico Esychio de Barros Bezerra que a subscreveu e assignou. Havia nesta mais o seguinte: Numero vinte e nove (Por falta de achivo). Reis quatrocentos reis, pagou quacentos reis de sello. Muricy vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e setenta e sete. Collector Manuel Vieira. O escrivão interino Lima.

Documento n° 19

Publica Forma. Digo eu abaixo assignado que existe os mais bens que possuímos de mansa e pacifica posse é bem assim uma parte de terras que houvemos por herança de nosso pae sogro e mãe e sogra Manuel Alves da Costa e Francisca Maria da Conceição, cujas terras vendemos ao senhor Miguel Bezerra de Menezes por preço e quantia certa de quatroze mil reis os quaes recebemos em moeda corrente deste império do Brasil por que foi feita esta venda de nossa livre e vontade sem constrangimento de pessoa alguma pague lhe demos posse no lugar do canto anexo a terá realenga na propriedade da Pedras Brancas e para e que lhe danos todo poder que em ditas terras temos na pessoa do dito comprador pois não queiro se chamado em juízo e nem fora dele se não para cumprir com o deduzido acima deposito, e se neste maniuscripto viu clausulas a que as hei por expressada como se de cada um fosse especial menção, e por não sabermos ter pedimos ao senhor Antonio da Rocha Wanderley este por nós passasse e a nosso rogo assignasse. Branquinha oito de Agosto de mil oitocentos e setenta. A rogo de Francisco Sebastião da Silva Anotnio da Rocha Wanderley. A rogo de Roza Francisca da Encarnação Antonia e Manuel Joaseiro. E xercicio de mil oitocentos e setenta a mil oitocentos setenta e um. Numero vinte e seis. Imposto de Transmissão de propriedade. Ás folhas cinco do livro de Receita de transmissão de propriedade fica debitado o actual collector Antero Fernandes de Medeiros pela quantia de oitocentos e quarenta reis deduzidos da quantia de quatorze mil reis que pagou Miguel Bezerra de Menezes, proveniente da compra que fez a Francisco Sebastião da Silva e sua mulher de uma parte de terras sita na propriedade denominada Pedras brancas deste termo, por titulo particular. E para constar se lhe deu o presente conhecimento assinado por mim escrivão e o referido collector Colletoria da Villa da Imperatriz dez de mil oitocentos e setenta. O collector Antero Fernandes de Medeiros. Pelo escrivão Candido Augusto de Mendonça Sarmento. Tem uma estampilha de duzentos reis instilisada com juízo commissario em Muricy, oito de outubro de mil oitocentos e setenta. Andrade,

Estava esta publica forma de escriptura conferida e concertada pelo tabelião publico Esychio de Barros Bezerra, que o subscreveu e assinou. Havia nella mas o seguinte: O numero sete (por fala de archivo) reis quatrocentos reis do sello. Muricy vinte e quatri de setembro de mil oitocentos e setenta e sete. Colletor Manoel Vieira. O escrivão em termo Lima.

Documento nº 21

Publica Forma. Disemos nós abaixo assignados que entre os maiz bens que possuímos de mansa e pacifica posse e bem um parte de

terra sita no lugar Pedras Brancas, cujas terras pegaraõ da barra do riacho do João Pires e subira de Branca acima até encontrar com as terras do senhor Manoel Ignacio, e subira pelo dito ricaho do João Pires acima com volta e revolta até chegar ao escarvado da serra branca, dobrando para a parte do nascente até encontrar o riacho branca do suéca e fara no dito lugar pinhão e seguirá em rumo para o norte até encontrar no termo do poente para o nascente cujas terras vendemos como de facto vendida temos do senhor Antonio Franscico Crispim e poderá o dito senhor possuir como suas que são e ficam sendo de hoje para sempre e eu me obrigo em todo tempo fazer esta venda firme e valiosa no valor por preço de cento e quarenta mil reis cuja quantia recebi em moeda corrente deste império do brasil, e poderá plantar e desfructar e desde já cedo todo o poder e domínio que nella tínhamos e hei por em possado quer o tome quer não valeide este papel (por escriptura publica) e rogo á justiça de sua majestade que faça o favor que não queremos ser ouvidos em tribunal de justiça e para maior clareza pedi e roguei ao senhor Manoel Francisco dos Santos que este por nos fizesse. Sitio das Pacas oito de Dezembro de mil oitocentos e trinta e cinco. Como testemunha que este fiz o rogo dos passados_Manoel Francisco dos Santos, Mathias Mendes de Macedo; Josefa Maria da Conceição. Como testemunha que este pasta Manoel Ignacio de Sant'Anna. Antonio e Maria do Carmo. Numero Cincoenta. Ás folhas onze do livro primeiro do lançamento de sizas fica carregado do collector da quantia de quatorze mil reis que recebeu de Antonio Francisco crispim, importância de siza de que paga a quantia acima de como recebeu o referido collector. Vila da Imperatriz, vinte e cinco d ejaneiro de mil oitocentos e vinte e sies. Noberto Bezerra de vasconcellos; José Camillo de amorim. As folhas trinta e oito do livro de notas deste juízo fica lançado e papel de venda de terras feitas de Antonio Francisco Crispim. Villa Nova da Imperatriz vinte e dois de março de mil oitocento e trinta e seis. Em testemunha de verdade o tabelião publico Manuel do Nascimento Lins. Digo eu Ignez Maria da Conceição e meus filhos e genro Antonio José dos Santos, José Patricio, Manoel Joaquim, como administrador de sua mulher Anna Maria, todos abaixo assignados que transferimos toda posse e domínio que nas ditas terras tínhamos na pessoa da senhora Ignacia Maria da Conceição de aos herdeiros do finado Antonio Gonçalves pela quantia que lhe somos devedores seja obrigação recebemos ao passar deste e por validade pedimos ao senhor Manoel Joaquim de Sousa este por nós passasse a rogo de num passadora assignasse. Pedras brancas três de Maio de mil oitocentos e quarenta e seis. A rogo da passadora Ignacia Maria da Conceição, Manuel Joaquim de Souza. À rogo de Antonio José dos Santos Francisco Antonio da Costa, A rogo de Jozé Patricio, e Manuel Joaquim, Manuel Joaquim de Souza. Estava esta publica forma

conferido, concertada pelo tabelião publico Esychio de barros Bezerra que a subsverce.

Documento nº 24

Publica Forma. Nós abaixo assignados Pedro Pereira de Menezes e Mathilde Maria da Encarnação, entre os mais bens que possuímos de mansa e pacifica posse, livre e desembargados é bem assim uma propriedade de terras, sita no lugar Pedrtas Brancas, deste Municipio que as houvemos por herança de nossa mãe e sogra e compra a Ignacio Bezerra de menezes e sua mulher, e João Braz de Souza e sua mulher, cuja propriedade de terras vendemos como de facto vendido temos do tenente coronel Felippe da cunha Lima Mataraca, pelo preço a quantia certa de cinco mil reiz que recebemos do passar deste em moeda corrente e legal, pegando os limites da referida propriedade de terras da barra do riacho (confrontações)denominado- João Pires, por este acima com volta e revolta até o escarvado da serra Branca e dobrando a serra do Nascente fara pinhão nas cabeceiras do mesmo riacho e seguirá rumo direito até as nascenças do Lameirão, o da barra do dito riacho João Pires subira de branca acima até encontrar com as terras que foram de Manoel de Ignacio, hoje pertencentes ao mesmo comprador tenente coronel Mataraca, nas desce barras ou barra da branca do Suéca, segundo rumo direito á do ricaho Chico Doce, e dahi para o norte até encontrar o rumo do poente para o nascente, pelo que poderá o dito comprador possuil-a como suas que são e ficam sendo de hoje em diante, e lhe transferimos todo os poder, juiz e domínio que tinhanos nas mesmas terras, obrigando-nos a todo e qualquer tempos esta venda firme e valiosa. Em firmes do que nomeamos, passar o presente (...) nos assignemos, perante as testemunhas abaixo firmadas. Pedras Brancas trinta e um de outubro de mil oitocentos e setenta Pedro Bezerra de Menezes. Como testemunha e a rogo da vendedora Mathilde maria da Encarnação, José Elias da Silva, Manoel Pires Carneiro de Melljo. Exercicio de mil oitocentos e setenta e a mil oitocentos setenta e um. Imposto de transmissão de propriedade Fica debitado ao actual collector Antero Fernades de Medeiros pela quantia de seis mil deduzidos da quantia de cem mil reis que pagou o tenente coronel Fellipe da Cunha Lima Mataraca, proveniente da compra que fez a Pedro Bezerra de Menezes e sua mulher de uma parte de terras dita na propriedade denominada Pedras brancas, deste temo por titulo particular. E para constar se lhe deu o presente conhecimento assignado por mim escrivão o referido collector. Imperatriz vinte e trez de novembro de mil oitocento e setenta . Collector Antero Fernandes de Medeiros. O escrivão interino Candido Augusto de Mendonça Sarmento, estava esta publica forma conferido e concertado pelo tabelião publico esychio de barros Bezerra; que a subcrever e assignou. Havia mais na mesma publica forma o

seguinte: numero trez (por falta de achivo) reis quatrocentos. Pagou quatrocentos, apgou quatrocentos reis de sisa. Muricy vinte e quqtro de setembro de mil oitocentos e setenta e sete. O collector Manuel viera o escrivão lima.

E mais se não continha em ditas publica formas sob números desoito, desenove, vinte e um e vinte e quatro se não o que fica a que fica fichamento copiado, do que dou fé. Eu Hilarmino Affonso da Costa Leite, escrivão jo Juiz commissario as copie nesta cidade de Maceió aso vinte e seis de outubro de 1877. (assinatura)

Conclusão

Aos vinte e seis dias do mez de outubro de mil oitocento e sentea e sete, em meu cartório nesta cidade de Maceió, faço conclusos os presentes autos do meritíssimo Juiz Comissario, do que para constar lavro este termo. Eu Hilarnimo.

Conclusão (letra do Juiz)

Em escrita do officio dirigido a este juízo em 11 de dezembro do corrente, e data ao mesmo que mando sejão juntos por copia aos presentes autos dou-me por escripto na questão das terras da Pedras Brancas. O escrivão guarde os autos até que seja solicitado pelos órgão competentes.

5.2- Estratégias e Resistência da cultura camponesa em Alagoas

Na historiografia, podemos encontrar essa caracterização como sendo típica dos homens livres pobres, contudo, neste trabalho, temos cautela em utilizar essa expressão, já que, como assinalamos, se faz necessário uma pesquisa mais densa sobre o tema. Mas, ao estudar o cotidiano dos homens livres de Campinas, a historiadora Denise Moura, no livro *Saindo das Sombras,* observa que a pobreza desses indivíduos revelava-se na capacidade de viver com os seus próprios mantimentos. Para a autora, brancos, negros, mestiços pobres e livres, libertos, pequenos proprietários de roças e os que viviam dos seus afazeres, trabalhadores livres e sazonais das grandes propriedades de açúcar que as procuravam nos períodos de colheita, trabalhadores livres detentores de ofícios e ferramentas como os sapateiros, pequenos empreiteiros, ourives e outros ofícios artesanais. Todos compuseram fragmentos de um universo social mais amplo, em crescimento e de difícil definição.

Nessa impossibilidade de um conceito mais preciso, os homens livres pobres, no clássico estudo *Homens livres na ordem escravocrata*, da pesquisadora Maria Sylvia de Carvalho Franco, são os indivíduos expropriado pela produção mercantil, mas que, apesar de não deterem a propriedade da terra, detinham a sua posse, articulando-se, a partir dessa condição, ao todo da sua sociedade.

Essa gente tão dessemelhante esteve sempre presente na historiografia, sob a denominação de *trabalhador nacional*[284], e será objeto de estudo, sobretudo, a partir da década de 1970, quando as pesquisas se concentravam na analise do papel do trabalhador livre no período de transição do trabalho escravo para o livre, principalmente na segunda metade do século XIX, na região mais dinâmica da economia brasileira.

Entretanto, apesar das inúmeras problemáticas pertinentes e originais, apontadas por estes estudos, esses trabalhos representam um período no qual prevalece a preocupação em se tentar entender como essa população de trabalhadores nacionais livres foi aproveitada por senhores nas lavouras predominantemente escravistas.

Ao certo, não podemos quantificar a população livre na sociedade brasileira escravista, e muito menos na alagoana. Contudo, podemos afirmar que o movimento de pessoas em direção as áreas de economia ascendente foi intenso nesse período. O nível de desenvolvimento das forças produtivas no século XIX gerou a necessidade de constantes e grandes deslocamentos. Nesse momento, a população cresceu vertiginosamente, as terras foram apropriadas pelo capital e a pauperização crescente obrigou aos contínuos deslocamentos[285]. Logo, as andanças entre as províncias não devem ser desprezadas e merecem ser estudados em profundidade.

Os homens livres nunca foram visto com bons olhos. O preconceito dos senhores de açúcar em relação á população mestiça e negra nacional atribuu-lhe, cada vez mais, o caráter indolente e, portanto, de incapaz de adaptar-se á nova rotina de tempo e trabalho que se introduzia na sociedade e, especialmente, nas grandes propriedades. Estes aspectos levaram muitos pesquisadores a se deterem nas representações sobre esta população, principalmente, porque a sociedade oitocentista

[284] Este conceito será amplamente discutido e utilizado pelo historiador Peter L. Eisenberg, para observar o papel dos trabalhadores livres na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, focalizando a área de São Paulo. EISENBERG, Peter. **Homens Esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil-XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 223-244.

[285] Sobre o desenvolvimento do capitalismo, ver: HOBSBAWN, Eric J. **A era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

usava os modos de vida desses sujeitos para justificar o desinteresse dos senhores de engenhos no seu aproveitamento como mão-de-obra livre.

Relatórios dos presidentes de província, discursos dos grandes proprietários em congressos e reuniões, jornais, relatos dos diversos observadores de época sobre essa população contêm um conjunto de estereótipos que desqualificam esses homens e mulheres, bem como seus costumes e maneiras de viver, mas também revelam um mundo que se redefinia em meio ás transformações da época.

Os afazeres e rituais desses sujeitos eram desconsiderados pela elite branca, como nos mostra o discurso do Capitão dos Índios Alexandre Gomes da Silva, quando encaminha, no dia 8 de novembro de 1825, uma carta para o presidente da província afirmando que não haviam peças em Palmeiras merecedoras de fazerem parte do acervo do Museu Imperial e Nacional, porque aqueles sujeitos produziam apenas arco, pote e rede. È uma população que nada possui de valor:

> Quanto aos produtos naturais, principalmente do Brasil, nada cultivam; porque como vadios que são, só se empregam na caça, e a sombra dela roubam tudo quanto pode haver dos lavradores e criadores de gados, e até fogem de mandarem os filhos aprender a ler, e a escrever, na Aula Pública de Primeiras Letras nesta Povoação, que apesar de minhas instâncias um só índio não se acha matriculado. (APA. CORRESPONDENCIA. 08/11/1825. M. 39-E11).

Essa representação não traz somente o preconceito, mas reforça os pressupostos da cultura européia. Nesse sentido, os homens livres pobres mestiços, mulatos, brancos que vivem da agricultura, pesca, caça, seriam representados, ao longo da história, como indolentes e vadios.

Não muito diferente dessa representação, encontramos os relatos de viagem do missionário norte-americano Daniel Kidder, em sua passagem pela Vila de Maceió na década de 1830. Com a missão de divulgar o evangelho de Jesus Cristo, suas expedições nos deixaram preciosas observações sobre o modo de vida da população humilde da pequena província de Alagoas. Esses modos de vida são demonstrados num relato sobre a conversa que teve com as autoridades locais, com o cônsul inglês e o governador/ presidente da província. Nela, o viajante é informado sobre a precária vida dos homens alagoanos e nos relata:

> Há ainda indivíduos que vivem constantemente cercados por verdadeiras matas de criminosos, pelo que se tornam temidos pelo povo e perigosos até mesmo as autoridades. Outros, de menos influência, era residência

> fixa, mas constantemente armados e dispostos a cometer qualquer crime. Em geral a camada mais humilde da sociedade, onde seria razoável encontrar-se uma atividade contínua, persistente, entrega-se á mais completa ociosidade, já que consegue obter o necessário para viver sem muito esforço.
> Nas diferentes regiões da província que tivemos ocasião de percorrer, entramos inúmeras vezes em casas de fazenda cercadas de arvores frutíferas e que, no entanto, nada mais eram que antros cobertos de palha. Os moradores dessas miseráveis palhoças passavam o dia de cócoras, á porta, com uma faca e um bacamarte ao lado, dos quais raramente se serviam a não ser para caçar ou para fazer cousa ainda pior. Que se poderá esperar de tais hábitos de vida? (KIDDER, 1980, p. 78).

Para este simpático viajante, como para toda a sociedade da época, esses hábitos representavam uma grande afronta aos interesses das forças produtivas capitalistas, como o costume de descansar, conversar e cochilar no universo de trabalho. Por muito tempo, parecem ter prevalecido essas representações estigmatizadoras, principalmente nas fontes e discurso oficiais.

Essa visão desqualificadora da elite se constituía a partir do tenso convívio entre uma sociedade com moderna concepção de tempo, que se erigia na sociedade capitalista, e um tempo assistemático compartilhado pelos homens livres pobres, forros e escravos. O tempo vivido por esses segmentos possuía uma coerência diferente do tempo capitalista, linear, abstrato e contabilizável[286].

Para Denise Moura, esse tempo cíclico manifestava-se no cotidiano dos homens livres pobres, onde seu sustento era regido pela lógica irregular da natureza. Assim, por exemplo, nos negócios, era envolvido em bate-papos, encontros e andanças.

A religiosidade traduzida nas festas e dias santos, a pesca, a caça, as idas à vila, nos finais de semana, para trabalhar e rezar, também eram práticas que introduziam certa irregularidade no labor cotidiano. Tratava-se de um tempo vivido descontinuamente, mas articulado ao conjunto da sociedade, pois os ajustes de trabalho pediam temporalidades dissonantes. Entretanto, na medida em que esses ajustes funcionaram em torno de certos limites tolerados, as tensões surgiam e, dentre outras formas, desembocavam no estigma do vadio.

---

[286] Ao analisar as transformações culturais e sociais na sociedade capitalista industrial nascente, o historiador Edward Palmer Thompson, ao discutir sobre a implicação do ritmo capitalista no tempo dos trabalhadores, observa que não se faz necessário apenas entender as mudanças na técnica de manufatura, que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em qualquer sociedade, mas essas mudanças como são experiências na sociedade capitalista industrial nascente. "Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra. THOMPSON, Edward P. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In:_____ **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

Diante dessa fluidez social, podemos denominar de homens livres pobres, os sujeitos que tinham em comum o fato de não ocuparem posições políticas de prestígio e de experimentarem, de diferentes formas, situações de insuficiência de recursos. Logo, neste trabalho, não existe uma definição singular do ser pobre na sociedade alagoana da época. Prenuncia-se apenas um corte desse segmento tão diversificado e matizado nas suas relações, recursos e maneiras de organizar a vida.

Desta forma, transita-se por esse universo social no qual negros, brancos e mestiços pobres e livres, que viviam dos mantimentos de suas pequenas roças, agregados a algum proprietário e, nessas práticas, teciam uma trama cotidiana com inúmeros arranjos. Em vista disso, procuramos pontuar fazeres e viveres, observando as maneiras autônomas e criativas dos homens livres produzirem seus espaços, a partir das inúmeras formas de ocupações que se multiplicavam nas propriedades rurais de diferentes dimensões.

Para estes homens, viver essa trama social de crise e redefinições implicava uma conduta que permitia uma reelaboração constante de atos e escolhas no sentido de não se manterem à parte da sociedade. Era preciso sobreviver e, diante da problemática dos recrutamentos e despejos por parte dos senhores de terra, a mobilidade condicionava suas práticas cotidianas. Mas, esses homens recriavam seu viver também nos momentos de lazer e nas suas relações sociais. Desde a preocupação com a instalação da capela no povoado até as conversas depois da missa.

Assim, neste capitulo, procuramos observar, a partir dos inventários dos pequenos agricultores e dos mapas populacionais organizados pelos chefes militares, o cotidiano dos homens livres pobres, num espaço de luta pela sobrevivência e resistência, tentando enfatizar. Quem são estes homens? Onde moravam? Quais os seus afazeres?

Vejamos quem são e quais são as suas estratégias:

> Jornal do Pilar, 1
>
> Auto de perguntas feitas a Amancio José Rabelo. Aos cinco dias do mês de Maio de 1871, nesta cidade de Atalaia, perante ao sr chefe de policia, na secretaria de Polícia, compareceu Amancio José Rabelo, a quem foram feitas as perguntas. Qual o nome, Respondeu ter 20 anos de idade, meiro, vive da agricultura. Respondeu Lino Pereira da Silva. Respondeu ter 31 anos, casado, vive da agricultura e atualmente de ser praça do corpo provisório.

Jornal do Pilar, Domingo 17 de Março de 1878.

Este jornal tem por vezes reclamado contra um individuo de nome José Messias, que depois de assassinar o irmão, vagou ao descanso muito tempo pelas ruas desta cidade, e fazia seu aposento no alto do confiador, procurem as novas autoridades saberem o rumo tomado por tal individuo, pois segundo dizem ainda não se retirou daqui. Tratem neste caso de captura-lo.

O peixe que vem ao porto não deve continuar a ser atacado, com prejuízo dos consumidores, pois tem-se dado o escândalo de chegarem no porto canoas de peixe, e quando se vai comprar para o gasto, o canoeiro diz que só vende a retalho se primeiro não poder vender por atacado.

O que se dá com relação ao peixe, dava-se com relação a farinha que está por 1.280, e não há no mercado, pois a que chega para aqui é toda atacada nos caminhos da chã da ladeira e ferrolhada!

Jornal do Pilar 18 de Abril de 1878

A farinha de Mandioca Lê-se: a pobreza reclama e lamenta-se por que em cima da carestia, o peso de quilo é inexato, a execção da carestia do armazém do Srº Santos Gomes, cujo peso é sempre real, verdadeiro, raro é o que em muita, isto é, relativamente o quibandas onde se vende farinha. Se a câmara não pode por seus fiscais para dar remédio, que todos reclamam nesse caso, o bem geral espera providencias do poder competentes.

A farinha de mandioca tende a baixar de preço nesta cidade. A chamada de matuto já se tem vendido no mercado por 1.600 reis o litro quando há bem pouco vendia-se por 3.00 reais.

Jornal do Pilar 3 de Julho de 1878

Os delegados de hoje já fazem lei por conta e risco!!!

A esta hora acha-se com ordem de prisão o Honorario José Reis Braga (liberal que não é Nicolau), por ter exposto a venda no mercado público um pouco de farinha a 2.500 reis a cuia, quando se tem vendido ultimamente a 3.000 reis. Diz o ditador subdelegado que matuto pode vender por quanto quiser mas quem não for (matuto) não! So se vende a 2000 reis. Do contrário vai prezo!

Domingo 14 de Junho de 1878

O senhor mandou numero superior a 100 retirantes derrubar o cercado do caboclo Simão, no santo Amaro, danificando as terras de que há longos anos está posse Simão. Naquele ato muitos

insultos praticaram os bandidos do senhor Mariz, por sua ordem e contra o direito de posse daquele pobre índio.

Como está o sr Mariz,

Escândalo sobre Escandalo!

Consta-nos que o afamado João Lopes tocara fogo em nove cazas de palha, no sitio Ferrolhado. Os pobres moradores escaparam milagrosamente ao incêndio! Note-se que os moradores erão de um seu irmão, filinto Lopes!

Rafael hypolito Versoza, vende duas mil braças de terra na colônia Leopoldina já demarcadas. Quem pretender dirija-se ao anunciante á rua do rozario.

O conego Antonio José da Costa declara ao senhor gerente da construção da estrada de ferro da Imperatriz que não se conforma com o modo como porque o mesmo senhor lhe mandou fechar o sítio, com cercas de varas chamadas de curral, por quanto nunca teve fechado por esse modo, nem está isso acordado com a convenção feita nem essa cerca é bastante para aguardar o interior do sitio, máxime não tendo ficado passagem conveniente de um para o outro lado do sitio que foi cortado pela estrada. Abaixo assinado protesta usar de todos os seus direitos, inclusive o de desfazer as obras que o prejudicam. E adverte ao senhor gerente que há cerca de seis mezes que reclam vendo sempre iludida as suas reclamações. Diário das Alagoas. 1883.

Diário das Alagoas

O capitão Joaquim Aureliano de Gusmão Uchôa , pagou a siza, mas não exigiu dos vendedores a devida escritura realizada na hora da compra, tão somente assim o entento para não ter os devidos limites, visto que dita propriedade é colocada em quarta parte de meia legoa do engenho Bom jesus, denominado gameleira. Está claro que a quarta parte de meia legoa é pouco terreno, porém o senhor capitão Aureliano fez faze-lo esticar como borracha, e diminuir a de seus ereos S. S. compra um mimo

Diário das Alagoas. 28 de setembro de 1882. Delegacia de Polícía-comunicam-no seguinte: Joaquim Bolacha, homem paupérrimo e carregado de família, devia 60$000 reis a João Nunes, este deu a divida ao subdelegado, acompanhado de um inspetor de quarteirão e mais dois capangas, foi a casa de bolacha e não o encontrando, apoderou-e de um cavalo que o pobre devedor tinha, e conduziu o para villa, deixando o dito a mulher de bolacha que a este dissesse que ia o cavalo, e breve voltaria para tomar o roçado. E ainda o pobre bolacha abaixo e acima pedir quem tinha compaixão de seus

pobres filhos; e o subdelegado procurando venda para o cavalo. Oh, isto é pior do que o mais bárbaro despotismo que por taes meios a divida alheia para repartir.

O senhor chefe de policia noticia.

Interior (senador Paes Mendonça) (Diário das Alagoas 1882)

O senhor paes Mendonça- senhor presidente, não pretendo fazer um discurso nem á mesa, pedindo para ela atenção do senado e do nobre ministro. A navegação da lagoa Manguaba, tem contribuído para o rápido desenvolvimento que tem lido, não só a lavoura, como o comercio das importantes comarcas do pilar. São Miguel, Atalaia. Facilmente pelo porto de Maceió, a saída dos produtos daquelas comarcas. Essa navegação tem animado por tal forma a agricultura daquela zona, que muitos engenhos de assucar se tem levantado, e a exportação desse gênero, que até pouco tempo era de 70000, 80000, sacas, hoje é de mais de 140000 Facil.

Diário das Alagoas 20 de abril de 1882.

Atalaia- informan-nos que no dia 10 ou 11 deste mês no sítio cabeça de Boi, em Atalaia, Joaquim correia, seus filhos e um irmão derão dois tiros e 6 facadas em joão ribeiro e felipe de tal que estão a respirar, e só no dia 12 apareceu um suplente de subdelegado da Capela e fez o corpo de delito deixando os criminosos em perfeita paz por serem protegidos do coronel josé Miguel, que exatou, segundo é publico, os mesmos criminosos para tomarem um terreno de José ribeiro.

Jornal das Alagoas

Junho de 1879

Assemblea, temos informação muito desagradáveis sobre o estado desse termo, sempre pafíco, asseveram-nos que ali existem grupos de malfeitores que tem invadido ás propriedades, e das autoridades. Constam-se ali os grupos pelos infiel da cabeças. Há, portanto, o grupo dos Cavalcante, o do affonsinho, e do correia, terrível exemplo foi . Não há portanto, naquele termo segurança a vida, nem de propriedade. Entretanto, nós os conservadores entre a província em paz e não havia dos danos que hoje pela falta de garantia e segurança. È necessária, e urgentíssima.

Boletim 15 de julho de 1878. Mais violentas, no dia 5 deste mês o senhor Pedro Fernandes Prado, afilhado do senhor Antônio Marcellino Prado, proprietário do engenho Serra verde, desta comarca, passando pela vila de Imperatriz de volta da villa de São José da Lage, onde fora vender diversas cargas de farinha, foi preso á ordem verbal do subdelegado a quem se apresentando este

disse que a prisão não era para ele, e sim para outro queia em sua companhia, a quem mandou dois soldados prender.

Muricy- Nos comunicam em data de 24 o seguinte: continua aqui o furto de cavalos, e o de mandioca que não há quem possa estar tranquilo, e seguro. O delegado de polícia, porém, em lugar de prevenir esses furtos, para que se possa viver sem sustos.

Jornal das Alagoas 1873.Pesos e medidas (hoje deve começar a vigorar o sistema decimal de pesos e medidas adptados pela lei de 26 de janeiro de 1862.

José Bento da Cunha Figueredo Júnior Março de 1870

Com a seca tem encarecido os gêneros alimentícios mesma na capital, e os atravessadores da farinha dão assunto as reclamações. Tenho aprovado provisoriamente algumas posturas convenientes na crise atual. Para fazer baixar o preço da farinha, como felizmente conseguiu-se, concedi a câmara municipal desta cidade autorização para despender até a quantia de 500$00 reis com a compra desse gênero para ser vendida no mercado público por preço razoável

P 73 Comércio. Sem fatiar em outras coisas gerais que dificultam de certo modo o desenvolvimento do comercio, e que também concorrem mais ou menos diretamente para atraso de outras industrias, assinalei uma necessidade que considero capital, e consiste no estabelecimento do comercio direto desta praça com o estrangeiro, libertanto-se ela da dependência em que vive das praças vizinhas, e do rio de Janeiro, donde poucos generoa recebe em permuta de assucar e algodão que ali exporta

P 73 Agricultura Cortado por rios, riachos e lagoas, o território alagoano é todo apropriado para a cultura, mas há quem avalie em três quartas partes o terreno inculto da província.

A execeção do açúcar e do algodão, os produtos agrícolas quase que se limitam para o consumo.

Convém antes de tudo que tratemos de ir removendo as causas gerais do atraso que empetecem todas as industrias. Falta de braços de atividades e de conhecimentos profissionais, de capitães e de boas vias de comunição.

Alojamento Militar de Pilar e Atalaia 1878 (M. 12/ E. 02)

Sobre os retirantes:

Homens aptos ao serviço de plantações, trabalhando com suas roças particulares. Dirigindo minhas vistas neste sentido, dividi os retirantes empregão-se nas plantações, uma na construção de casas

e outras carpintaria, e consegui por este modo os retirantes plantassem trinta mil covas de mandioca e um alqueres de feijão. Além disso achão-se roçados quinhentas braças de terras para o plantio de canas, que se efetuará até o fim do corrente mês, se o tempo permitir. Encontrando nas terras as margem do rio Parayba, barro próprio para telhas e tijolos, construção de casa, coberta de palha com cem palmas de comprimento e 80 de largura, e empregue nelas os retirantes profissionais neste mister.

Espero que em tempo muito próximo os retirantes deste alojamento obtenhão alguma colheita (uma parte, fora das necessidades das mais palpitantes, graças á fertilidade dos terrenos do que trato.

A planície que a deste o povo de cima, ali a vila de atalaia, Todas estas terras são conhecidas como de colheta.

Sendo esta plantada a plantação de mandioca, arroz e feijão.

Segundo alojamento que é habitado por 380 posseiros de ambos sexos e idades. Edificaram mais de 22 casas de palhas em que morão, além da grande barraca que levantei. Ali os retirantes roçaram e plantaram seis mil covas de mandioca, intermeio das com feijão, e na margem da estrada qual a de Atalaia estão concluído preparando outro roçado que devo admitir quatro mil da mandioca plantada, promovendo-se igualmente a edificação de casas de palha.

A preferencia que todos os retirantes dão a Santo Amaro, pela proximidade em que esta da cidade, uberdade de suas terras e a abundancia dagua potável, são razões que influenciam para se achar muitos habitantes .

S. Amaro. Está estabelecido este alojamento em terrenos do município de Atalaia no antigo arraial, uma légua acima daquela vila, e uma milha de distancia da margem esquerda do rio Parayba. Junto ao arruado mandei levantar até existe a presença o trabalho de vinte cinco braças em quadra, roçadas as quais podem admitir mais de mil covas de mandioca.

Colheu 600 sacos de farinha, 221 sacos de feijão, 263 sacos de milho, 124 amarrados de cana, 40 peças de algodão groço, 40 peças de algodão fino, 40 sacos de chita 25 sacos de feijão.

Capítulo IV

Indicador real- servirá para nele ser registrado a denominação dos imóveis, situados em cada uma das freguesias desta comarca:

Um sítio denominado, casa, sitio, terreno, uma parte de terra do engenho, poção, duas partes de terra, casa, terreno, um sitio e uma parte de terra neste município, duas partes de terra, casa, terreno,

um sitio e uma parte de terra neste município, duas partes, um sitio de fruteiras, parte de um sitio, quatorze braças de terra, dois sítios nos fundo da rua, uma parte na parte dos sítios denominados, sitio de terras próprias, com duas casas de morada, fruteiras e outras benfeitorias, uma parte no sitio de fruteiro, com 2 casas de telha e 1 de palha, um terreno com diversos fruteiros, com terreno foreiro, um terreno com diversas, sitio de cultura, sua, parte de terra no lugar bastiões propriedade de tatuassú, duas partes de terra meiação.

Capitulo III.

Entre 1872 e 1873 no 2ª livro de Impostos sobre indústria e profissões (coletoria da Imperatriz):

Imposto para sua maquina no cito sitio, a importância de sua maquina de descaroçar algodão no cito canhoto. (13.500) Manoel dos Santos Correia, Manoel das Neves, uma maquina de descaroçar algodão, a importância de bulandeira de descaroçar algodão, sitio taquara, bolão, bananal, lage, serra preta, taquara, um negocio de molhado na jussara, um açogue,

Receita de emolumentos (taxa sobre os escravos)

No livro de notas vem registrado

José Eustaquio Ferreira Jacobina (27 de Abril de 1881)

Agricultura, tendo desbancado pelos efeitos da seca, ressurgindo este ano mais prospero com o açucar e o algodão. No dizer da associação comercial a safra do açúcar atingirá a um desenvolvimento que a província atingirá a um desenvolvimento que a Província nunca teve, e a do algodão, não sendo das maiores, contudo deve ser regular. A exportação do açúcar somente pelo porto de Jaraguá excede este ano a 500. Sacas de a do algodão presumisse chegar a 60.000 fardos. Associação comercial solicitava a redução dos direitos do algodão de 6 para 2, por que cobrando Pernambuco somente 1% é evidente que os plantadores das comarcas centrais darão prefêrencia á praça do recife, certos de obterem mais 5% para o seu produto, além de vantagens que lhes possam trazer condições de fretes mais baratos, em razão da influencia de navios que fazem ali a importação estrangeira.

José Cesario de Miranda Monteiro de Barros (1888)

São bem conhecidas as circunstâncias precárias em que se acha a agricultura destas e outras províncias. Geralmente se considerada a lei que declarou extinta a escravidão no Brasil, como causa principal dos embaraços da lavoura, creio, porém que as sérias dificuldades que vão atravessando os agricultores, principalmente

os desta, mais tem influenciado a baixa dos preços seus principais produtos, unida a falta de iniciativa e a imprevidência com que eles se tem apegado á rotina.

Dr Joaquim Tavares de Mello Barreto

O comercio desta província é bastante acanhado por falta de capitais, já por achar-se encravada entre duas províncias grandes e ricas, que até o ano de 1878 não que afetuasse a sua emancipação, tornando por conseguinte todas as suas transações dependentes daquelas praças, deste modo muito diminita.

Em 1878 foi que o comercio pode estabelecer relações diretas com as praças da Europa em virtude do contrato celebrado pelo governo Provincial com a companhia Inglesa de Paquetes transatlântica e consequentemente não esteja ele inteiramente desligada das praças anteriores, já respira todavia, mais livremente, efetuados suas negociações com mais franqueza e mais vantagens.

A contrução da ferrovia da Imperatriz, infelizmente tão demorada pela desmarcada ganacia dos empreiteiros, é atualmente o melhoramento que mais pode concorrer para o engrandecimento do comércio, ligando o centro da Província ao litoral, e facilitando aos agricultores transportes modica e rápido para seus produtores.

Sumário de culpa do reo José Custodio 1871. Sumario de culpa tirado na subdelegacia do Pilar, que venho a conclusão do Doutor Juiz Municipal. Delfina Maria da Conceição e José Custodio. Aos 20 dias do mês de agosto de 1871, nesta vila de Atalaia. Em meu escritório me foram entregues estes autos crimes por parte da autora Delfina. Aos 2 dias do mês de agosto, nesta vila do Pilar, em meu cartório apareceu a queixosa de por ela me foi entregue huma petição de queixa despachada pelo subdelegado. Delfina maria da conceição nesta vila vem denunciar o senhor josé, morador, pelos fatos criminosos, que passa exprimir. Tendo a tal suplicante sem razoes com delfina de tal mulher por lhe matado uns três pintos. Acontece que jose as 8 horas da noite entrou em sua residência a força e dirigiu-lhe palavras injuriosas, e descarrendo sobre o seu rosto, como isso é um ato criminoso a suplicante vem respeitosamente pedir a v. s. que proceda o corpo de delito na forma da lei, visto que a paciente é pobre e não tem meios. Testemunha Isabel Maria da Paixão, vive dos trabalhos de seu marido. Se julgam procedente a queixa contra o reo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida da escrita da tese foi o resultado da pesquisa realizada nos acervos documentais das diferentes instituições alagoanas. Depois de compulsarmos muitos inventários *post-mortem* de pequeno/médio/grande proprietário, alguns processos crimes de homens e mulheres envolvidos em brigas por defesa da honra familiar ou processos civis com problemas entre vizinhos, três dezenas de correspondências entre autoridades, pouquíssimos registros de compra e venda de terras e inúmeros relatos sobre motins ou dificuldades financeiras vividas por senhores de engenhos, o presente trabalho buscou discutir o processo de ocupação do interior da província, estudando a região na qual se localizava a antiga Comarca de Atalaia, a partir da abertura do *Caminho para o Palmar,* ainda no século XVII.

Caminho que proporcionaria a vinda de uma população sem grandes cabedais e voltadas para a produção de alimentos desde o século XVII. Problematizar como as relações econômicas em torno do algodão e do gado no final do século XVIII, e posteriormente o açúcar contribuiu para a formação de vilas e povoado na região. Partimos do pressuposto de que esse espaço por ser considerada uma fronteira aberta, portanto, com terras "disponíveis", possibilitou o estabelecimento de uma determinada parcela social nessa localidade, principalmente de ex-escravos, libertos, brancos pobres e outros pobres do açúcar. Ao verificar a ocupação da região e acompanhar a evolução do crescimento da sua população. Procuramos perceber a presença camponesa na região.

Percebemos, por exemplo, que a até 1880 por conta das dificuldades de vias de comunicação a região do vale do Mundaú, mas especificamente o munícipio de União dos Palmares distante da Capital 90 quilômetros, ao ser mencionado no discurso dos comerciantes reunidos na Associação Comercial de Alagoas, será identificada como área situada no sertão (tais empresários ainda utilizam a mesma ideia de sertão desenvolvida no período colonial- distante dos portos e outros ancoradouros para classificar os espaços de produção). Defendemos a ideia de que só a partir de 1890 é que a região dos vales do Mundaú e Paraíba do Meio será reconhecida como Zona da Mata, período em que a região começará a ter uma nova dinâmica comercial e produtiva. Será a partir desse momento em que Alagoas, inicia o processo de internação

da produção açucareira com mais intensidade. É nesse sentido, que pós-1890 que a Zona da Mata se configura como sendo um espaço dos canaviais.

A máxima da historiografia local, por exemplo, é a de que "não existe história de Alagoas, sem a presença do açúcar". Segundo o historiador José Ferreira Azevedo, até os primeiros anos do século XVII, Alagoas "era um celeiro de vários produtos", no entanto a destruição durante a ocupação holandesa, e a posterior expansão canavieira, "impediram o desenvolvimento diversificado da produção de alimentos, ao ponto de, no final do século XIX e início do XX, o Estado tornar-se um importador até mesmo de farinha de mandioca e outros produtos agrícolas básicos", assegurando assim que a presença holandesa foi de fato o elemento "responsável" pela impossibilidade de se caminhar rumo à diversificação econômica e contribuiu para a consolidação[287].

O argumento utilizado pelos historiadores alagoanos de que "faltava espaço" para produzir gêneros alimentícios em Alagoas (nas conhecidas como "área de *plantation*"), por conta do "carácter reinol" da cana de açúcar no território, parece ser um discurso corrente entre os estudiosos que se debruçam sobre a realidade agrária nordestina. Pelos menos, é o que nos mostra, as investigações. Para, o autor o "paradigma plantacionista" ainda é predominante nas narrativas históricas que explicam a Zona da Mata pernambucana, e reconhece, ao estudar, a estrutura fundiária de Nazaré da Mata, que tal discussão, esconde não só a produção de gêneros agrícolas, na maioria das vezes, mais importante para a saúde financeira da unidade produtiva, do que a lavoura canavieira, como também "a real finalidade da terra, nesse tipo de organização produtiva".

De fato essas problematizações nos fazem perceber que existem alguns "desencontros interpretativos" na literatura referente à produção açucareira e a produção da lavoura de subsistência. Nota-se que a literatura é abundante quando relativa ao cultivo da cana de açúcar, e que apresenta grande desnível nas informações históricas sobre as áreas tradicionalmente ocupadas pelos pequenos produtores e pelos cultivos que os representam. No entanto, embora a referência sobre o cultivo dita de "subsistência" sejam escassas, elas acabam sendo abundantes quando comparadas as referências, quase nulas, sobre a existência dos pequenos produtores que os produziam. Esse desnível, já apontado por Linhares, parece está ligado a necessidade de alguns

[287] AZEVEDO, José Ferreira. **Formação socioeconômica de Alagoas, o período Holandês (1630-1654)**: uma mudança de rumo. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. Alagoas Colonial: construindo econômicas, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp.28-29.

autores de destacar os cultivos chamados dominantes, ou grandes cultivos, cuja importância provém do seu lugar no mercado nacional e internacional.

No caso especifico de Alagoas, esse desencontro interpretativo se faz presente na máxima "o aumento do número de engenhos/usinas ao longo do tempo, não permitiu a presença de outras atividades agrícolas". Segundo Beatriz Heredia "o aumento" foi o dado mais utilizado pela literatura para caracterizar a área como canavieira. Todavia, quando analisamos o número das unidades produtivas presentes em diferentes tempos da história de Alagoas, e, sobretudo, quando comparamos com outras informações, observamos que, esses dados são pontuais, não há indicações suficientes sobre o montante da produção desses engenhos/usinas, permitia avaliar melhor sua importância e seu peso absoluto e relativo.

Outra questão que precisa ser problematizada, que surge com a justificativa da "ausência de espaços para a produção de produtos básicos" é o acesso a terra. Existe uma tendência na historiografia brasileira de assinalar que, no caso do Nordeste, foram os engenhos "motivos" para a concessão de terras nessa região. O que de fato aconteceu, em algumas áreas nordestinas, principalmente no século XVI e XVII. Segundo Manoel Diégues Júnior, Alagoas não fugiria a regra. Para o historiador os primeiros engenhos funcionaram como "frentes" que iniciaram a ocupação do atual território alagoano, constituindo, de fato, uma forma de assentamento. O processo de ocupação em Alagoas, contaria assim com três frentes, onde duas elas usaria os engenhos como forma de ocupação territorial. Desse processo, acrescenta Diégues Junior se tem a ocupação das demais partes do território. Embora todos reconheçam que essa "prerrogativa" esteja associada à ocupação de uma "pequena parcela de terra" próxima ao rio Camaragibe e a lagoa Mundaú, se faz notório, por conta da falta de "dados concretos", ou melhor, de números efetivos que demonstrem a presença de engenhos a partir do século XVII e XVII nos vales do Mundaú e Paraíba do Meio a necessidade de se investigar o processo de ocupação dos demais "vales férteis da região", até então vista como um desdobramento das ações das primeiras ocupações.

Percebemos que a formação regional de Alagoas foi explicada, na maioria das vezes, por fatores e processos externos, centrados na região das lagoas ou, exclusivamente, na economia canavieira. A maior parte dos trabalhos encara o recorte territorial como uma unidade homogênea e generaliza a análise de uma parcela pouco significativa de municípios para a base regional, "todos os historiadores alagoanos" até o presente, equivocadamente, consideram alguns munícipios da Mata (Porto Calvo,

Passo de Camaragibe, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte) como representativos de toda região no que diz respeito às relações socioeconômicas e culturais.

Segundo Márcia Motta, até há pouco tempo, os historiadores em geral analisavam a questão da propriedade da terra apenas como resultado da apropriação territorial, sem quase nada indagar sobre as forma de ocupação e concepções de direito em confronto, destacando a ocupação territorial enquanto um processo marcado por lutas, nesse sentido, na história da ocupação do lugar, há uma cultura histórica que explicam quais são os elementos através dos quais os seres humanos legitimam o seu acesso á terra ou de outrem, cada sujeito lançará mão de uma estratégia que o justifique como o tal. Afirma Motta,

> Logo, se para os fazendeiros a ocupação das terras devolutas e a incorporação das mesmas como parte de seus domínios faziam e fazem ainda parte de uma visão de que ser senhor de terra implica poder expandi-la sem se submeter a nenhuma determinação de terceiros, para os pequenos posseiros, há também uma tradição que justifica a legitimidade da primeira ocupação como forma de aquisição de uma parcela. Ambos, muitas vezes navegam no mesmo pressuposto: alegam serem os primeiros a ocupar o quinhão em disputa. Mas se para o fazendeiro tal pressuposto está inserido em uma concepção patrimonial acerca da terra, para os pequenos posseiros ele está relacionado á possibilidade de exercer uma liberdade efetiva, na reprodução de sua unidade familiar, sem a dependência de um senhor de terras[288].

Depois de levantarmos todas essas questões, percebemos que a historiografia alagoana não possui uma única leitura sobre presença do "pequeno produtor familiar" e sua forma de "produzir e se reproduzir", mas três formas de fazê-la: a primeira leitura está ligada ao discurso historiográfico do IHGAL, que sob o ideário intitulado de "ordem e progresso", associava as práticas desses sujeitos ao comportamento *selvagem, vadio e perigoso*; já a segunda filia-se a preocupação dos autores que estavam envolvidos no debate politico, nos anos de 1950-1960, sobre a natureza da sociedade brasileira e as perspectivas para o seu futuro, o centro dessas reflexões estavam à configuração das classes sociais e, de modo especial, a natureza e o papel histórico do campesinato, embora, em Alagoas essa "perspectiva" tenha tido uma "feição" no mínimo curiosa, assim como ocorreu nas demais regiões do país onde "os camponeses são mais conhecidos na historiografia pelas grandes rebeliões contra os latifúndios do

[288] Op. cit. MOTTA, p. 243.

que por sua formação", aqui os inúmeros trabalhos sobre a Cabanada[289], demonstram que "a revolta" foi o centro do debate; por fim os recentes trabalhos sobre a produção econômica alagoana no período colonial, que continua a olhar o mundo rural "sem a presença da prática camponesa", apesar de reconhecer a presença de "um modo diferente de viver o/no rural".

Os primeiros estudos sobre os camponeses estão ligados aos discursos historiográficos oficiais. Essas representações são encontradas nas primeiras produções historiográficas da região, ligadas, sobretudo, à tradição do Instituto Histórico e Geográfico. Os homens e mulheres que não eram considerados "senhores (as)" e nem "escravos (as)", mas, que viviam, muitas vezes, nos arredores das vilas e povoados alagoanos, passaram a ser alvo das autoridades policiais. Já que a "sociedade" se sentia ameaçada com a sua presença. Habitualmente a literatura os chamava de *vadios, pobres e preguiçosos.* Essa interpretação estará presente na produção historiografia alagoana até os anos de 1960, quando Manoel Correia de Andrade, influenciado pelo debate político, decide investigar "Antônio Timóteo, pequeno proprietário e homem humilde de Panelas do Miranda, e com os índios do Jacuípe, ganhou a revolta o apoio das massas, das camadas mais pobres da população". Apesar de anunciar tal intento, seu livro *Guerra dos Cabanos*, acaba sendo um debate sobre a revolta. Seguindo o mesmo caminho de Manoel Correia de Andrade, o historiador Décio Freitas, em *Guerrilheiros.*

Por isso, que o debate sobre a organização das unidades produtivas familiares, de fundamental importância para a história dos movimentos sociais do campo em Alagoas. Ao analisar as características das unidades produtivas camponesas, como referencial para entender comportamento desses campesinato diante de uma sociedade escravista. Estamos enfatizando que a condição camponesa era possível para muitas famílias, diferente do que pensa a historiografia alagoana. Enfatizando a "maneira" de se ter a acesso á terra, e como esse acesso se concretizava. Discute-se o papel do trabalho familiar na reprodução da unidade produtiva, e com isso que tipo de gênero agrícola era cultivado por ele.

[289] A Revolta dos Cabanos foi um movimento popular ocorrido entre os anos de 1832 e 1835. Embora caracterizada como uma revolta de homens livres pobres, índios e negros forros, para os estudiosos da temática, ele teria surgido como "um movimento de senhores e homens pobres", que exigia o retorno do imperador D. Pedro I. Esse movimento inicia na região do agreste pernambucano, e se estende para a Zona da Mata e litorânea de Alagoas. Embora, considere ser necessário a problematização das razões pelas quais os camponeses "entraram" em conflito com os senhores de terra. LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: EDUFAL, 2005.

FONTES

Arquivo Público de Alagoas

Assembleia legislativa provincial: despesas municipais; receitas municipais; das rendas municipais; disposições gerais; alguns atos da Assembleia. (1870). Cx. 409
Avisos do ministério da agricultura. (1875-76). Cx.1351
Avisos e ofícios as Recebedorias. (1890). Cx.407
Câmaras das vilas-comarcas Imperatriz. (1875). Cx. 72
Censo da população da província. (1871). Cx. 68
Chefe de polícia - ofícios recebidos. (1890). Cx. 90
Chefe de polícia-requerimentos- vendas e transportes de escravos. (1873-74). Cx. 1145
Delegacia de polícia. (1872). Cx.1508
Delegacia pública. (1879). Cx. 1527
Eng. Estreito. (1876). Cx. 68
Eng. Pé da Serra.(1870). Cx. 68
Guarda Nacional. (1870-72). Cx.781
Imposto sobre indústrias e profissões. Imperatriz. (1872-73). Cx. 2009
Impostos sobre indústrias e profissões de Imperatriz. (1876-1877). Cx. 2009
Informações sobre a produção de Imperatriz e Atalaia. (1870). Cx.1027
Juízes de direito. Atalaia. (1872). Cx. 744/ 1055
Juízes Municipais. Atalaia, Murici, Pilar, Assembleia. (1877). Cx.422/344
Livro de registro de caixa do coletor de rendas de Imperatriz. (1889). Cx. 2515
Medição Eng. Estreito. (1876). Cx. 121
Multas de 1873-1874. Assembleia. Cx. 1649
Multas de 1872-1873. Imperatriz. Cx. 1649
Ofícios - Chefe de Polícia (1884). Cx. 725
Ofícios - juiz de direito. Imperatriz. (1872-8). Cx. 747
Ofícios - juízes de direito – Atalaia, Imperatriz, Tesouro nacional. (1879). Cx. 422
Ofícios e relatórios da estrada de ferro. (1877-1890). Cx. 930
Ofícios- guarda nacional - Assembleia, Imperatriz, Pilar. (1870-1871). Cx. 1102
Ofícios recebidos - Chefe de polícia. (1888). Cx. 1025
Palácio da província. (1879). Cx. 552
Promotores públicos. Imperatriz, Atalaia. (1879-1881). Cx.714
Receita de imposto de transmissão de propriedade- Assembleia. (1873-1874). Cx.2009
Receita eventual. Imperatriz. (1872-73) Cx.1649
Receita imposto pessoal. (1873-1884). Assembleia. Cx. 2009
Receita sobre imposto e profissão. Assembleia/Imperatriz. (1874-1885). Cx.2009
Receitas de Emolumentos. Imperatriz. (1876-1887). Cx. 414
Registro de posses. (1847-1870). Cx.
Revoltas de Alagoas - 1874-1875. Cx. 4
Secretaria do Tesouro Provincial –(1883).

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Almanak da Província das Alagoas para o anno de 1873. Ano II. Maceió: Typographia Social de Amintas e Soares, 1873.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1875. Contratado por Amintas José Teixeira de Mendonça e José Leocádio Ferreira Soares. Maceió: Typographia Social, 1875.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1877, contratado por Amintas & Soares. Ano VI. Maceió: Typographia Social, 1877.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1879, contratado por Amintas & Filho. Ano VIII. Maceió: Typographia Social, 1879.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1881, contratado por Amintas & Filho. Ano IX. Maceió: Typographia Social,1881.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1885. Propriedade de Amintas de Mendonça. Ano XIV. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1884.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1888. Edictor Proprietário Amintas de Mendonça. Ano XVII. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1887.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado das Alagoas para 1890. Edictor Proprietário Amintas de Mendonça, ano XIX (1º da República). Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1889.

Diário das Alagoas- 1873-1882

Jornal do Pilar-1874;1878

Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco.

Apelação Crime do Júri do termo de Muricy da Província das Alagoas – João Francisco Damasceno X Justiça, 1878. Tribunal da Relação. Caixa 03

Apelação Crime vinda do Júri da Cidade do Pilar na Província das Alagoas – Jonathas Antônio dos Santos X Justiça, 1884. Tribunal da Relação. Caixa 06.

Apelação Crime vinda do Júri da Vila do Pilar na Província das Alagoas- João Francisco dos Reis X Justiça, 1870. Tribunal da Relação. Caixa 06

Apelação Cível vinda do Juízo de Direito da Comarca do Pilar na Província das Alagoas - Henrique Ermetto Bittancourt e sua mulher X José Paulo Cordeiro, 1884. Tribunal da Relação. Caixa 07.

Fóruns Municipais das cidades de Pilar, União dos Palmares, Atalaia e Viçosa.[290]

Inventários. Vários. (1870-1890)

Livros de Notas. Vários. (1870-1880)

FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE REFERÊNCIA

ALVES, Hermilo. **Breve Notícia sobre a Província das Alagoas e Memória justificativa dos planos organizados e apresentados ao governo Imperial para a construção da Estrada de Ferro Central da mesma província**. Rio de Janeiro: Typographia do Soares e Niemeyer, 1880.

AMORIM DE BARROS, Francisco Reinaldo. **ABC das Alagoas**. Dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Vol I e II. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2000.

COSTA, João Craveiro. **O visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política.** Prefácio de Aurino Maciel. Volume: 79. 1ª Edição. 1937 p.191. Texto *fac. smile* disponível no site www.brasiliana.com.br. Acessado no dia 05/04/2013.

DUARTE, Abelardo. **Folclore negro das Alagoas: áreas de cana-de-açúcar**: pesquisa e interpretação. 2. ed. – Maceió: EDUFAL, 2010.

DUARTE, Abelardo. **Os primórdios do Povoamento das Alagoas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió, V. XXV, 1947. pp 7-33.

GOMES, Flávio. (org.). **Mocambos de Palmares:** histórias e fontes (Século XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras,2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). **Fontes para a História do Brasil Holandês**: a administração da conquista. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004. Vol. II. p 123-135.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro & SIMÕES, Leonardo (ORG.). **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2012. p.414.

MOREIRA, José Mendonça de Mattos. Relação das Mattas das Alagoas, que tem princípio no Lago do Pescoço, e de todas as que ficão ao Norte destas até o Rio da Ipojuca distante dez léguas de Pernambuco. 1809 In: Apud **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, tomo XXII, Rio de Janeiro, 1859.

[290] Parte dos inventários citados neste trabalho ver em anexo Quadro 3.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 112-120.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Dar nomes aos brasileiros: Joaquins, Lycurgos, Rosalindas, Caios, Jeffersons e Bismarcks. In: NOVAIS, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 53-59.

ALMEIDA, André Fernand de. **A formação territorial do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ANDRADE, Juliana Alves de. **A mata em Movimento**: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens Livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. Mestrado: UFPB, João Pessoa, 2008. p. 96.

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Nosso Estado, Nossa História.** Maceió: SERGASA, 1989.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN: Massangana; São Paulo Cortez, 2001.

ALMEIDA. Luiz Sávio de. **Dois Textos Alagoanos exemplares**. Maceió: FUNESA, 2004.

_____. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas:** guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008.

_____. Terra em Alagoas: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos populares no Nordeste no período Regencial**. Recife: FJN: Massangana, 1989.

_____. **Abolição e Reforma Agrária**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed., Recife: UFPE, 1999.

AZEVEDO, José Ferreira de. **Formação sócio-econônica de Alagoas, o período Holandês (1630- 1654)**: uma mudança de rumo. In: CAETANO, Antonio Filipe

Pereira. Alagoas Colonial: construindo econômicas, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp.28-29.

_____. **Formação sócio-econômica de Alagoas**. O período holandês (1630-1654). São Paulo, 2002. Tese (doutorado) FFLCH/USP, p.34.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas/SP: EDUNICAMP, 1997. pp. 9-11.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo. 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV – XVIII: Os jogos das trocas, Vol.2 - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes 2009.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. **Varia História**, Belo Horizonte, V. 1, n.21, p 77, 1999.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens:** Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001. Cap. 2 (Os Regimes Agrários), Cap. 3 (As Aldeias) e Cap.4 (A Revolução Agrícola e a Revolução), pp. 127-372.

BOUTIER, Jean; Julia, Dominique (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FVG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRANDÃO, Alfredo. **Viçosa de Alagoas**: o município e a cidade- notas históricas, geographicas e archeologicas. São Paulo: Plátano Comunicação, 2005. Ed. fac-símile de Recife: Imprensa Nacional, 1914.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues**. Plantar, Colher, Comer.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3.ed. rev. Arapiraca: EDUAL, 2004.

_____. **O centenário da Emancipação de Alagoas**. 2.ed. Maceió: Catavento, 2004.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite Colonial Piauiense: família e poder.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. pp. 317-318.

_____. **O vaqueiro: símbolo da liberdade e mantenedor da ordem no sertão**. In: MONTINEGRO, Antônio. (org.). História, Cultura e Sentimento: outras histórias do Brasil. Recife: EDUFPE, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Sociedade e cultura: comparação e confronto. **Estudos Ibero- Americanos**. PUCRS, v. XXIX, n. 2, p.23-49, dezembro 2003.

_____. **Escravo ou camponês?:** o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. "Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas". In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.

CAVALCANTI, Veronica Robalinho. **La produciton de l'espace á Maceió** (1800-1930). Paris: Universite de Paris I- Pantheon/Sorbone. 1998. p.38-39.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. Cidadania: Tipos e Percursos. In: **Estudos Históricos***:* **Justiça e Cidadania**, nº 18. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A construção da Ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo. Recife (1822-1850). Recife: Editora Universitária, 1998.

CASTRO, Hebe Maria. Mattos de. **Ao Sul da História**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp.19-20.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974. CONGOST, R. Tierras, Leyes, Historia. Barcelona: Editorial Critica 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. São Paulo: Vozes, 2002.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **A zona da mata pernambucana e a serra gaúcha: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX. (**no prelo). Enviado a Revista Clio do Programa de Pós-Graduação de História da UFPE no dia 15/08/2011 e aprovado 28/01/2013.

CONSOLINI, Barbara. **Impressões alagoanas, expressões holandesas:** o Rio São Francisco e a Alagoas através dos documentos da WIC (1630-1647). In: SILVA, Maria Angélica da (org.). O olhar Holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 26.

COSTA, Emília Viotti da. Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. In:_____. **Da Monarquia á República**: momentos decisivos. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: UNESP, 2007. p. 169-193.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **Pescaria e Bem Comum: Pesca e Poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (século XVII e XVIII)**. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Alagoas Colonial:construindo econômicas, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp. 41-87.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p254.

DEAN, Warrean. Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil. **The Hispanic American Historical Review,** L1, p. 606-625, Nov. 1971.

_____. A Economia Brasileira, 1870-1930. BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. Volume V. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 1ºed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. pp. 659-705.

DIAS, José Luciano de Mattos. **Medida, Normalização e Qualidade-Aspectos da história da metrologia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2006.

EISEMBERG, P. **Modernização sem mudança.** A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Homens Esquecidos.** Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001. p. 128.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhada da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: EDUNICAMP, 2006.

FRANCO, Maria. Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo: UNESP,1997.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **Antigos engenhos de açúcar "em itinerário de ativação cultural revelando a história da colonização da ex-Alagoa do Sul (Marechal Deodoro): uma proposição.** In: Revista de Arquitetura. UFAL. S/D.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativeiro e criminalidade num ambiente rural, 1830 – 1888. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Casa-Grande e Senzala**. Ed comemorativa. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Nordeste**. 6 ed. São Paulo: Global, 2004.

_____.**Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: FJN: Massangana, 1985.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2ed. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 1998.

FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: EDUFAL, 2004.

FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**: Emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: Sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Júnior Ferreira. A morte Como Testemunha da Vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi. e LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93 – 118.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

_____. A áspera verdade-Um desafio de Stendhal aos historiadores. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____.**Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Companha das Letras, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais: **metodologia e história**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp.143.

GODOI, Emília Pietrafesa. (org). **Diversidade do Campesinato**: Expressões e categorias. Vol I. Construções Identitários e sociabilidades. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade Por um Fio**: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. & REIS, João José. **Roceiros, Camponeses e Garimpeiros Quilombolas na Escravidão e na Pós-Emancipação**. In: TELLES, Marcela. (org.). Utopias Agrárias. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 221.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares**: política e economia na capitania da Parayba (1583- 1630). Bauru: Edusc, 2007. p 182.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial.** 4a ed. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **A Escravidão Reabilitada.** São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra ,1977.

GUIMARÃES, Elione Silva. (Org.). **Campos em disputa:** história agrária e companhia. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007.

GRENDI, Edvardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-histórias**. Rio de Janeiro; FGV, 2009. P. 19 – 39.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Org.) **O Brasil Imperial**, Vol. III: 1870 – 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva e NEVES, Delma Pessanha. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. p. 58.

HEREDIA, Beatriz**. Formas de Dominação e Espaços Social:** A modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq 1989.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias***:* resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. & RUDÉ, George F.E. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico. 1º v.: O Processo de Emancipação. 3 ed. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1993.

HOFFNAGEL, Marc. O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: o homem livre na sociedade paraibana. In**: Anais do Encontro Estadual de História da Paraíba-ANPUH/PB**, João Pessoa: ANPUH/UFPB, 1986. p. 49

JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo** – A Revolta dos matutos contra os doutores –1874. Brasília: Thesaurus, 1977.

KULA, Wiltod. **Las medidas y los hombres**. México: Siglo XXI, 1980. p.21.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: **Revista Projeto História**. n°16, 1998.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Economia Camponesa e Mercado de Terra no Piemonte do Antigo Regime. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. E ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-histórias.** Rio de Janeiro; FGV, 2009. P. 87 – 110.

LIMA, Luciano de Mendonça. **Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande.** Campina Grande: EDUFCG, 2006.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Cataventos, 2000

_____. Interpretação da província: estudo da cultura alagoana. Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. **A Utopia Armada:** rebelião de pobres nas matas do tombo real. Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. **O Poder Quilombola.** A comunidade de mocambeira e a organização social quilombola. Maceió: EDUFAL, 2007, p.18.

LIBBY, Douglas Cole. (Org.). Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa , Séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LINHARES, Maria Yeda Linhares & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira.** Combates e Controvérsias**.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS (Org.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 165-184.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-quilos** – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MACHADO, Humberto Fernandes & NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência** (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O Cativeiro da Terra.** 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **População e sociedade**- evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, Valter. **Nem senhores, nem escravos**: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850). Campinas: UNICAMP, 1996.

MARQUES, Dimas Bezerra. **Por meus méritos ás minhas mercês**: Elites locais e a distribuição de cargos (Comarca das Alagoas- século XVIII). In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. Alagoas Colonial: construindo econômicas, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. pp. 87-126

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema** – A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
_____. **A fronda dos Mazombos**: nobres e mascates. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MILLET, Henrique Augusto. **Os quebra-kilos e a crise da lavoura**. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1876.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Crise agrária e luta de classes**: O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília: Horizonte, 1980.

_____. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Brasil Império**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **Revolta do Quebra-Quilos**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

MENEZES, Catarina Agudo e SILVA, Maria Angélica da. **Os engenhos alagoanos e as telas de Frans Post: investigações iconográficas.** In: Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Rio de Janeiro: Paraty, maio de 2011.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTTA, Márcia (Org.); Olinto, B. A. (Org.); Oliveira, Oséias de (Org.). **História Agrária:** Propriedade & Conflito. 1. ed. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2009.

MOTTA, Márcia (Org.); Zarth, Paulo (Org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. I e II - 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008 e 2009.

MOTTA, Márcia e SECRETO, Maria Verónica. (Org.). O Direito Às Avessas: por uma história social da propriedade. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, EDUFF, 2011.

MOTTA, Márcia; Guimarães, Elione (Org.). **Propriedades e disputas:** fontes para a história dos oitocentos. Niterói; Guarapuava: EDUFF, UNICENTRO, 2011.

_____. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. In: **Lutas & Resistências**. Londrina, v.1, p. 42-59, set. 2006.

_____. **Movimentos Rurais nos Oitocentos: uma história em (re) construção**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Sociedade e Agricultura CPDA, abril de 2001. pp.1-22.

_____. **O rural redescoberto: novas perspectivas nos estudos sobre a história do direito à terra no Brasil.** Campinas: Revista ComCiência da SBPC. Nº 133. 2011. Texto disponível no site www.sbpc.org.br acessado em 29/05/2013.

MORAES, Fernanda Borges. Essas Miniaturas do Mundo: a cartografia histórica e o processo de ocupação do território na América portuguesa. **Vivência**, Rio Grande do Norte, V. 1, n. 29, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Os herdeiros da Terra. São Paulo: Hucitec, 1978.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822**: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Unicamp, 1998.

MONTEIRO, Denise Mattos. Formação do Mercado de Trabalho no Nordeste: escravos e trabalhadores livres no Rio Grande do Norte. In: **História Econômica & História de Empresas**. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, v. 08, p 25-59 2005.

NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Os Filhos da Lei**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 16, nº 45. São Paulo, Fevereiro de 2001.

NETTO, Simão Patrício. **A sedição dos Quebra-kilos**. Revista do Instituto Histórico Paraybano, vol. 6, 1928.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** Saques e outras ações de massa no Ceará. Tese de Doutorado. Mimeo. Niterói: UFF, 1998.

NEVES, Delva P. e SILVA, Maria Aparecida (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1 Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo/Brasília: Ed.UNESP/NEAD. 2008.

OLIVEIRA, Roseline. Alagoas à primeira Vista: registros de viagens. In: SILVA, Maria Angélica da (org.). **O olhar holandês e o novo mundo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil:** Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Ed. UNB, 2004. Capítulos I, II e III, pp. 25-129.

PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49-78.

PLOEG J.D. Van der. O modo de produção camponês revisitado in **A diversidade a Agricultura Familiar**. S. Schneider (org.) Porto Alegre, Editora UFRGS. 2006. pp 13-54.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **História Econômica do Brasil.** 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMOS, Benedito. **Uma Associação de Algodoeiro**. Digitado.2012.

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 92ª ed. Ed revista. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ROGERS, Thomas D. Geneticistas da Gramínea Doce em Campos Decadentes: Variedades de cana-de-açúcar, agrônomos e plantadores na abordagem da modernização agrícola (1930- 1964). In: DABAT, Christine Rufino. Revista de Pesquisa Histórica. **Clio**. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, 2009.

RUDÉ, George. **A multidão na história**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

_____. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1980.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição** à **história do açúcar em Alagoas**. Recife: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL, 1970.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial** – A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano:** 1670-1740. São Paulo: USP (Tese de doutorado). 2010. p 17-24.

SERPA, Angelo. Como prever sem imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico. In: SERPA, Angelo. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

Stédile, J. P.(org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. 225p.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

BRANDÃO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava: a** reforma social de 1871 em Pernambuco . 3. ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **" Nas Solidões Vastas e Assustadoras**"- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos século XVII e XVIII. Recife: UFPE. Tese de Doutorado. 2003. pp. 188-230.

SILVA, Maria Angélica da. **A conquista Pela Visão: Mapas e Pinturas**. In: SILVA, Maria Angélica da (org.). O olhar Holandês e o Novo Mundo. Maceió: EDUFAL, 2011. p.52.

SILVA, Bruno Rafael Véras de Morais e. **Armas afiadas, Pena Precisa**: O Discurso Bandeirante e as Mêrces Reais sob as Cinzas dos Palmares. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira (org.). Conflitos, revoltas e insurreições na América portuguesa. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 87- 105

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 10 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, família e solidariedade...:** estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição- Juiz de Fora (1870-1920). Bauru, SP. EDUSC, 2007.

SOBRINHO, Josué M. dos Passos. **Reordenamento do trabalho**: Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe (1850/1930). Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 2000.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo & Ferrovias no Brasil**. 2ª edição. Curitiba: HD Livros. 1996. pp.107-117.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (capítulos 3,4 e 5).

_____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p 16.

_____. **Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase.** Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THOMAZ, Luiz Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994, p.208.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Maceió: EDUFAL, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga: in: Martins J de S (org.). **Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, Ufrgs, Nead. 2003, pp 203-245.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp.11-22

WOORTMANN, Ellen Fensterscifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

Anexos

Fonte 3: Amostra de Algumas Receitas de Transmissão de Propriedade (1879-1880)

Autorizo ao senhor 2º escripturario Joaquim José de Sant' ana a prepara este livro, que tem de servir na Collectoria das Assemblea e Imperatriz- Receita da Transmissão de Propriedade- no exercício de 1879-1880. Thesouraria da Fazenda das Alagoas 11 de Julho de 1879. O Inspector interino. Tito de Almeida

Dia 13 de Outubro de 1879

1-Recebido de Francisco dos Chagas, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a **cem mil reis por quanto comprou a D. Maria de Jesus, seu sitio de terras e fruteiras.**

2-Recebido de Joaquim Ramos e Benedito José Joaquim proveniente de siza de bens de raiz correspondente a **duzentos mil por quanto comprou o Antônio Miguel dos Anjos e sua mulher seu sitio de terras próprias com frutarias** e qual haverão por compra a Antônio Gonçalves de Araújo e sua mãe sitio do meio deste termo.

Dia 6 de Novembro de 1879

3-Idem de Felippe José de Goveia, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a **60$ 000 comprou a Maria Joaquina de 20 pés de coqueiro, frutíferos, medindo nas dez braças de terra.**

Dia 13 de Novembro de 1879 (Transporte)

4-Recebido de Iago José de Carvalho Pedroza, provinente de siza de bens de raiz correspondente o 500$ p q.to comprou ao Capitão Antonio José de Cerqueira Vallente e sua mulher, o parte que possuírem o sitio denominado sacco deste termo de q. passão escriptura publica no cartório do Tabellião.

Dia 17

5-Idem de João Baptista dos Santos proveniente de siza de bens de raiz, correspondente a 50$000 comprou aos herdeiros a do finado Antonio Baptista de Moura, **um sitio de fruteiras no patrimônio de nossa senhora da conceição desta cidade.**

6-Idem de Francisco das Chagas Costa, proveniente de siza de bens de raiz correspondeste a 200 $ 000 comprou a joão Francisco de Mello tosta e seus **filhos uma parte do sitio e fruteiras denominado- buraco- deste termo havido por herança.**

Dia 28 de ovembro de 1879

7-Recebido de D. Maria de Moura Rolim, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 100$000,00 por comprou a Luiz Pereira de Albuquerque Cavalcante **e sua mulher, um sitio de terras e fruteira no lugar denominado Tequandula.**

Dia 1º de Dezembro de 1879

8-Idem de Eucludes de Souza Mello, proveniente de siza de bens de raiz, correspondente a 500$ 000 comprou a Joana de Farias Lôbo, **uma casa de sobrado e a metade de uma casa de fazer farinha estente no fundo do quintal do mesmo sobrado tudo na povoação de Taperaguá.**

9-Idem do mesmo, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 200$000 comprou a Joanna de Farias Lôbo, um sitio de terras foreira no patrimônio do senhor do Bom-fim da Povoação de Tapuaguá com seu limite discriptos na escriptura de aforamento passado pelo tabelião Loureiro, e toda as fruteiras e bemfeiturias nelas existentes.

Dia 31 de Dezembro de 1879

10-Recibido de Francisco oreste de Oliveira Costa, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 1.200$00 comrpou a José Oreste de Oliveira e sua mulher, sue irmão e cunhada as partes que possui nas terras e coqueiros do sitio Assusão deste termo, de que passão escriptura publica no cartório de Tabelião Loureiro.

Dia 19 de Janeiro de 1880

11-Idem de José Ignacio de Moura, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 500$000 por comprou aos **herdeiros da finada Candida Maria de Jesus 15 braças de terras com 5 pés de coqueiros de juntos e seis novas e mais benfeitorias n'ella existentes.**

Dia 20

12-Idem de Anna Maria de Messias, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 40$000 pelo pagamento comprou a Francisco Lopes de Oliveira e sua mulher uma morada de casa de taipa e telha com uma porta e uma janela de frente sita

(foto 126)

Dia 26 de janeiro de 1880

13-Recebido de justo José de Mendonça, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 60$ 000, comprou a José de Azevedo Borba 25 braças de terra próprio com todas as fruteiras n'ellas existentes no lugar denominado Estrada Nova deste Termo.

Dia 29 de Janeiro de 1880

14-Idem de Vicente Ferreira Ferro, provinente de siza de bens de raiz correspondente a 50$ 000 comprou de Manoel Francisco **Rosa 7. ½ braças de terra com 3 pés de coqueiros frutifeiros um novo e mais fruteiro no lugar Porto-Grande entre terras do comprador e da viúva do finado José Pereira de Novaes.**

Dia 29 de janeiro de 1880

15-Idem do mesmo, provinente de siza de bens de raiz correspondente a 60$ 000 referente a huma casa de taipa e têlha com uma porta e uma janela de frente na (...)

Dia 24 de Fevereiro de 1880

16-Recebido de Filippe Cabral de Holanda provinente de siza de bens de raiz correspondente a 100$ 000 por quanto comprou a Rosa Maria da Conceição uma moenda de casa de taipa soberta de telha com uma porta e uma

Dia 15 de Março de 1880

17-Idem do Tenente Capitão Nicolao Florentino de Albuquerque Maranhão, provinente de siza de bens de raiz, correspondente a 20: 000$00 comprou do Drº Lourenço Cavalcante de Albuquerque e sua mulher o Engenho Lavra deste termo, (?) as portes de seus fillhos carlos e Arthur, de que passão escritura publica no cartório do Tabeleião Loureiro.

Dia 17 de Março de 1880

18-Recebido de Anna Maria de Missias e Almeida proveniente de 5% correspondente a 120$000 por quantia lhe foi adjudicado uma canôa grande que deixou o falecida Ritta Maria da Conceição.

Dia 1º de Abril de 1880

19-Idem de Isabel Maria de Oliveira, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 200$ 000 por quanto comprou a Maria Antonia de Jesus, uma morada de casa de pedra de cal sita na rua de baixo desta cidade com uma porta e uma janela de frente.

Dia 05 de Abril de 2012

20-Idem de Maria Izidorio da Costa Almeida e Ritta Christina da Costa Almeida, proveniente de siza de bens de raiz correspondente a 400$000.00 por quanto lhes deu empagamento, sua Mai, Francisca Rodrigues de Assis duas moradas de casa com as frentes de tijolo, sitas uma na rua da Matriz e a outra na rua do meio desta cidade, visto no valor de 200$000 e o aquelle no de 120$000 e mais no sitio.

Dia 27 de Abril de 1880

21-Idem de Carlos Augusto José Morais, proveniente de siza de bens de raiz, correspontende aa 190$000 reis, por quanto comprou a Manoel Felix dos Santos, hum

pequeno sitio foreiro no patrimônio do S. do Bonfim da Povoação com casa de morar e fazer farianha e telha e taipa.

22-Recebido de Antonio Domingos dos Santos, provinente de siza de bens de raiz, correspondente oitenta mil reis

Fonte 4: Livro de Notas Cartorio do 1º Officio Assembleia. 1880

Há de servir este livro para notas do 1º Tabelião vai nomenado e rubricado . Assembleia 15 de janeiro 1880. José de Mello Costa

(P 2)

Escritura publica de venda que foi proposto Joaquim Estevão dos Passos Vilella de huma sua escravo que vendeu a Pedro Francisco de Pires Brandão. Saibão quantos este publico instrumento de escritura publica de venda (...) E pelo vendeor Joaquim Estevão dos Passos Villela fora dito que lle hé senhor e possuidor de uma escrava de nome Isabel Parda que tem idade de vinte e cinco anos. Com matriculado sob numero quatro cento e quarenta nove da matricula geral, (....) comprador Pedro pela quantia de quatro centos e cincoenta mil reis, os quais ele vendedor recebera da mão do comprador em moeda corrente do império do Brasil, de que lhe dá firma, e igual quitação de posse para não pedir mais havir em tempo algum, possuindo dita escrava por si e sua herdeira (....) fiando o comprador obrigado (....) Adiante que depois da escrava vendida de que s suma mencionei aela companha trez filhos do ventre livre a sber Maria com seus anos, pois mais ou meneos, Manoel com trez anos incompletos e Joaquim idade de trez annos

(foto 007)

Venda de terras no engenho brejo de Paulina Virgens da Conceição e Tenente Joaquim Correia de Araújo. Senhora possuidora de huma sorte de terra em um lugar denominado capor-limites estão declarados na escriptura que passara Ambrosio Machado da Cunha, cujas terras vende como com efeito vendida a fim o comprador o tenente Joaquim Correia de Araújo pela quantia de cincoenta reis.

(foto 008)

Carta de liberdade da preta Catharina Nação (Costa) que a libertou seu senhor o Tenete coronel João de Holanda Cavalcante. Por dela haver vendido a quantia de quatro centos mil reis. (testemunhas Maria Tenorio de Albuquerque, Andre Cavalcante, Antonio Ramos de Moura Torres.

(p 5 foto 009)

Procuração Mariana Joaquina da conceição

(p 6) foto 11)

Carta de liberdade da parda Antonia

(p 7 foto 13)

João dos Passos vendo escrava

(p 8 foto)

Comunicado de uma carta de liberdade da parda Joaquina que libertou seua senhora Joana Evangelista Barbora e seus filhos gêmeos.

(p 10 foto 18)

Maciel da Cunha Brandão comprou uma casa

(p 11 foto 019)

Procuração bastante que foi passar o Major Antonio Roberto de Almeida morador em seu Engenho Santo Antonio do Bananal deste Termo da Villa da Assembleia.

Saibão quantos até publico instrumento de louvação

(ler 31-32-33)

Pedro Manoel Vilella e sua mulher D. Augusta Libania Vieria e josé Martins Ferreira. Escriptura de venda de huma parte que eles outorgante tem na propriedade Samôa, termo da atalaia. Venderam pela quantia de quatro centos de reis e mil quatrocentos e mil reis, cujas terras eles obteverão por herança a Senhor José Martins Ferreira e D. MAntonia Maria e Pedro Manoel Villela e da finada D. maria Joaquina Candida Villela sogros dos vendedores

(foto 042-43-44)

Escritura publica de venda que fazem o Capitão Caetanos Torquato Brandão e sua mulher D. Laurenda Maria de Jesus Brandão de huma parte de terras no terreno da villa de Quebrangulo ao capitão João Bezerra por quinthentos mil reis. Principão distas terras com os seguinte patrimônio do senhor Bom Jesus, pelo vale denominado Quebrangulo por ele o semia athe o forão de Francisco Casdo, seguindo essa direção e iria contrar o rumo devisório a nnos corrido

(foto 47-48)

Libertou metade de uma pessoa

(foto 58-59-60-61- 67-68-69-70-71-92-93)

Escritura publica de venda que faz Joaquim José ferreira, viúvo, Morador no Engenho Bôa Sorte da parte que ele tem no Engenho Bôa Sorte, suas bem feitorias e terras lavradas por herança paterna, ficando de reis exceto as terras avidas por herança Paterna que vendo a Joaquim Estevaõs dos Passos Vilella por hum conto 1883.

Joaquim José Ferreira hé senhor de parte da propriedade Boa Sorte, engenho e terras e benfeitorias nele em cravado, por herança de sua finada mãe Maria Barbosa de Jesus, assim como as benfeitorias do engenho já dito que teve por herança de seu finado pai, ficando lhe reservado para lá as terras havida por herança do mesmo seu pai José Martins Ferreira,, vendo como de fato vendido tinha ao senhor Joaquim Estevão dos Passos Vilella pela quantia de hum conto de reiz,

(foto 63-64-65-66-67)

Escritura publica de venda que pos Joaquim Ferreira do nascimento e sua mulher D. Augusta Maria da conceição de hum sorte de terras que possuiem no sitio xam preta para Canuto josé de Sousa por até cento mil ries. Aos deseseis dias do mez de abril . Conforme dito que eles são senhores e possuidores de huma sorte de terras no sitio xam preta em comissão com outros possuidores, com três achão-se justos e contrados vender ao.

Escritura publica da venda que faz passos João Silvino Martins dce Farias e sua Mulher d. Anna de jesus Brandão como abaixo . Saibaão quantos este publico instrumento de escriptura publica de venda, ou como indireito melhor nome lugar vivem que sendo no anno do nacimento de Nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e trez aos vinte e hum dia do mês de Abril do corrente ano neste engenho Boa Sorte deste termo da villa da Assembleia houde eu tabelião foi vindo e sendo ali partes presentes de huma como vendores João Silvino Martins de farias, e sua Mulher D. anna de Jesus Brandao e de outros como comprador Joaquim Estevão Passos Vilella. Comprou quatro centos e setenta e três reis e nove contos.

Dono do Cartorio Christovão José de Aragão Cabral.

João Silvino Martins de Farias

Anna de Jesus Brandão

João Estevão dos Passos Vilella

Testemunha Isidoro Vieira de Carvalho

Escritura publica que fez D. Maria Barborsa de Jesus brandão moradora em seu Engenho Em Gabeira de termo da villa do Assemblea a Joaquim Estevão dos Passos vilella. Foi dito que ela é senhora e possuidora de parte de terras do Engenho Boa sorte. 2.318$ 428.

Escritura publica de venda que fez José Aprigio dos Pasos Vilella e sua mulher Maria Constância de Jesus Brandão da sorte que eles possuíam no engenho Boa sorte terras e suas benfeitorias a Joaquim Estevão dos Passos Vilella como abaixo

declara: 24 de abril de 1883. Quatro centos e noventa e seis mil novecentos e setenta e quatro reis.

Partilha de terra amigável

(87-88-89)

Escritura publica de venda que fazem passar Raymundo de Carvalho Seixas e sua m mulher D. Josefina Moreira da Costa, D. Isabel de Carvalho Seixas das **terras que eles possuem no lugar passo feio, catuba e Gameleira neste termo ao capitão Caetano Donato Brandão, representa** do por ser Promotor Francisco Ignacio de Moura, aqueles moradores na cidade do Pilar. Todos de meu conhecimento e das testemunhas abaixo. Vendeu pela quantia de dois contos cento e trinta oito mil reiz.

Rafael hypolito Versoza, vende duas mil braças de terra na colônia Leopoldina já demarcadas. Quem pretender dirija-se ao anunciante á rua do rozario.

Projetos apresentados no município de Atalaia, projeto nº 14, projeto lei que fixa a receita e a despesa da província para o exercício de 1871 e 1872. QUANT.: VÁRIOS. 1867- 1871**. Cx .945**

CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE PASSO DO CAMARAGIBE, PORTO REAL DO COLÉGIO, PALMEIRA, ATALAIA, MARAGOGI / TESOURARIA DA FAZENDA PROVINCIAL EM MACEIÓ / MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR. 1889-1890 CAIXA 1027

ASSUNTO: FALTA DO EXM. SNR. DR. JOSÉ MOREIRA ALVES DA SILVA NA ABERTURA DA 2ª SESSÃO DA 26ª LEGISLATURA DA ASS. PROVINCIAL DAS ALAGOAS EM 15 DE ABRIL DE 1887. (DOC. DETERIORADO) – 2 CÓPIAS/ CÓPIAS DO DOCUMENTO. / RELATÓRIO COM QUE O EX.MO SER. DR. JOSÉ CESARIO DE MIRANDA MONTEIRO DE BARROS PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS AO EXM. 1ª VICE-PRESIDENTE MANOEL GOMES RIBEIRO EM 10 DE JULHO DE 1888 (DOC. DETERIORADO) – CONTÉM MAPA DE DESPESAS EFETUADAS. / RELATÓRIO DO EXM. SR. DR. MANOEL MESSIAS DE GUSMÃO LYRA EM 1º DE AGOSTO DE 1889 EM MACEIÓ – TYPROGRAPHIA DO LIBERAL (DOC. DETERIORADO) / RELATÓRIO DO 1º VICE-PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DR. EUTHIQUIO CARLOS DE CARVALHO GAMA – PASSOU ADM. – DA PROVÍNCIA-TYPOGRAFIA DO DIÁRIO DA MANHAN DE 1882. / RELATÓRIO COM QUE AO EXM. SER. DR. MANOEL VICTOR FERNANDES BARROS PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS O EXM. SR. DR. MANOEL MESSIAS DE GUSMÃO LYRA- MACEIÓ – 1889. / RELATÓRIO DO GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS DR. MANOEL JOSÉ DUARTE – 31 DE MARÇO DE 1899 (2 VIAS/ CÓPIAS DO DOCUMENTO) / RELATÓRIO COM QUE AO EXM. SR. DR. MANOEL VICTOR FERNANDES BARROS PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS – O EXM. SR. DR. MANOEL MESSIAS DE GUSMÃO LYRA – 1 DE AGOSTO DE 1889. / DECRETO Nº 131 DE 3 DE NOVEMBRO DE 1896 – NOVO REGULAMENTO AO ASILO DE MENDICIDADE. / MENSAGEM DIRIGIDA AO CONGRESSO ALAGOANO PELO EXM. CORONEL FRANCISCO MANOEL DOS SANTOS PACHECO – 19 DE

ABRIL DE 1900 (2 VIAS/ CÓPIAS DO DOCUMENTO). / SUPLEMENTO Nº 1 AO CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL EM 1876 (RIO DE JANEIRO) – 3 VIAS/ CÓPIAS DO DOCUMENTO. / PROGRAMA DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA – 1822-1922 (RJ). / MAPA DE FRETES E PASSAGENS – MACEIÓ-31 DE OUTUBRO DE 1882. / DESCRETO N.º 144 – DE 3 DE AGOSTO DE 1897: DÁ NOVO REGULAMENTO AO CURSO DE CIÊNCIAS E LETRAS DO LICEU ALAGOANO. 1876 / 1889 / 1896 E 1897 / 1900 /1822 A 1922 CAIXA 72

DOCUMENTO: LEIS DE ALAGOAS- ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. 1860 A 1875. CAIXA 407

CAMARAS MUNICIPAIS RECEITA E DESPESA DA COMARCA MUNICIPAL QUANT.: 16 VOL. 1873-1874 CAIXA 912

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL- ofícios. : 1884 A 1889 CAIXA 409

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO/AVISOS. : 1876 A 1880 CAIXA 156

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. 1881 A 1886. CAIXA 157

CÂMARAS MUNICIPAIS. 1874-1875. CAIXA 1678

ALFÂNDEGA RECEITA EVENTUAL DA COLETORIA DA IMPERATRIZ / LANÇAMENTO IMPOSTO SOBRE INDÚSTRIA E PROFISSÃO / MULTAS / RECEITAS E DESPESAS / SELOS / DIVIDA ATIVA / AUDIÊNCIA DE ORFÃOS E JUIZES / RECEITA DA TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADES COLETORIA DAS ALAGOAS. 1872 A 1873 / 1876 A 1877 / 1879 A 1880 CAIXA 414

DOCUMENTO: ALFANDEGA / CHEFE DE POLICIA PROTOCOLO PARA AUDIÊNCIA, LIVRO DE LANÇAMENTOS, LIVRO PARA ESCRITURAÇÃO DA RECEITA / OFICIOS RECEBIDOS. 1856 / 1867 / 1878 / 1893 / 1894. CAIXA 915

OFICIOS ENVIADOS DOCUMENTO: REPARTIÇÃO FISCAL DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DAS ALAGOAS. QUANT.: 34 VOL.1875-1896.CAIXA 930

ALFÂNDEGA 1866 A 1881.CAIXA 544

ASSUNTO: DOCUMENTO: ALFÂNDEGADIVIDA ATIVA / MULTAS / EMPRÉSTIMOS COFRE DE ORFÃOS / CAIXA GERAL / IMPOSTO SOBRE LOJAS E MAIS CLASSES / DECRETOS NOVOS E VELHOS / RECEITA E DESPESA / MINUTAS / RECEITA DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE / COBRANÇA DE DIVIDA ATIVA / RECEITA EVENTUAL / RECEITA DO IMPOSTO SOBRE INDÚSTRIA E PROFISSÃO. 1819 A 1880 / 1888 / 1891 / 1908 CAIXA 545

ALFÂNDEGA / DELEGACIA FISCAL DO TESOURO NACIONAL EM ALAGOASOFÍCIOS DA COLETORIA EM ATALAIA / SELO POR VERBA / TERMO DFE ENTRADAS DE EMBARCAÇÕES / IMPOSTO SOBRE LOJAS – PENEDO / INDÚSTRIAS E PROFISSÕES / DESPESAS – MATA GRANDE / COBRANÇA DE DIVIDA ATIVA / COLETORIA DAS ALAGOAS / SELO FIXO E PROPORCINAL. 1872 A 1873 / 1878 A 1879 / 1879 A 1880 CAIXA 546

PROCESSOS DA TESOURARIA DA FAZENDA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS. 1873 A 1889. CAIXA 176

TESOURARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE ALAGOAS. 1884 CAIXA 552

DOCUMENTO: SECRETARIA DA FAZENDA E DA PRODUÇÃO 1870 A 1911 CAIXA 566

TESOURO PROVIONCIAL1876 CAIXA 567

ALFÂNDEGA 1844 A 1893. .CAIXA 575

ALFÂNDEGA1872 CAIXA 592

DOCUMENTO: ALFÂNDEGA. 1888. CAIXA 595

ALFÂNDEGA1880 CAIXA 598

COLETORIA DE ATALAIA. DOCUMENTO: SECRETARIA DA FAZENDA E DA PRODUÇÃO CAIXA 626

MINUTAS / PORTARIA JANEIRO A JUNHO / RECEITA EVENTUAL / COLETORIA DE PÃO DE AÇÚCAR / EMPRESTIMO DO COFRE DE ORFÃO / RECEITA DE IMPOSTOS SOBRE INDÚSTRIA E PROFISSÃO / COLETORIA DA ASSEMBLÉIA / VENDA DE TERRAS PÚBLICAS – LEOPOLDINA. 1880 A 1881 / 1874 A 1875 / 1879 A 1880 / 1898 . CAIXA 706

OFÍCIOS RECEBIDOS. DOCUMENTO: TESOURARIA DA FAZENDA DAS ALAGOAS1885 CAIXA 1646

RECEITA GERAL / MULTAS POR INFRAÇÃO DAS LEIS / RECEITAS DA TESOURARIA DE PORTO CALVO / COMARCAS DE MACEIÓ / PORTO CALVO / IMPERATRIZ / ALAGOAS / PASSO DE CAMARAGIBE / PAULO AFONSO / PENEDO. DOCUMENTO: TESOURARIA DA FAZENDA / JUIZES DE DIREITO E DESEMBARGADORES 1870-1871. CAIXA 1649

OFÍCIOS RECEBIDOS / IMPOSTOS DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADES / RECEITA DE IMPOSTO PESSOAL / DESPACHO / IMPORTAÇÃO / MULTAS / PAGAMENTOS. DOCUMENTO: PRESIDENTE DA PROVÍNCIA – RIO DE JANEIRO / ALFANDÊGA. 1837-1889 CAIXA 2009

COLETORIA DE SÃO FRANCISCO – LANÇAMENTO DE LICENÇA SUPERIORES / COLETORIA DE SÃO MIGUEL – LANÇAMENTO DO SELO DE PAPEL, TAXA DAS FINANÇAS / RECEITA, TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADES / DIREITOS NOVOS E VELHOS / INDÚSTRIAS E PROFISSÕES / IMPOSTO PESSOAL / TAXA DE ESCRAVOS (PORTO CALVO) / COLETORIA DE POXIM / TAXAS DE TERRAS / VENDA DE CASAS DE TAIPAS. 1836-1837 / 1870-1871 CAIXA 2515

OFÍCIOS SOBRE VENDAS DE TERRAS DOCUMENTO: CAMARAS MUNICIPAIS1853-1855 CAIXA 1030

REVOLTAS EM ALAGOAS: 1835-1875 / ACORDOS DE PAZ ASSINADO: 1833 - 1836 / OFICIOS SOBRE A REVOLUÇÃO EM ALAGOAS EM 1839 / OFÍCIOS SOBRE A VINDA DA IMPERATRIZ – 1868 / QUEBRA-QUILO – 1875 / OFÍCIOS DO CHEFE DE POLÍCIA DE MACEIÓ – 1875 / MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, GUERRA, IMPÉRIO – 1874. CAIXA 4

TRATADO DOS AUTOS DE MEDIÇÃO DA POSSE ENGENHO PEIXINHO (1877) / PROCESSO DE MEDIÇÃO DE JABOTICABA E MUCURY (1877) / MEDIÇÃO DA POSSE SÍTIO DO MEIO (1877) / TRASLADOS DE POSSE DE TERRAS (1877). CAIXA 68

REGISTRO DAS TERRAS PÚBLICAS (1854-1858) / DIRETORIA CIVIL DE TERRAS PÚBLICAS – 1857 / REPARTIÇÃO DO CONSULTOR JURÍDICO – 1912 / GOVERNO DA PROVÍNCIA – 1872 / DOCUMENTOS MANUSCRITOS – 1897 / RECIBOS DE TODAS AS AUTORIDADES DA PROVÍNCIA – 1857 / ANCORAGEM DE NAVIOS PARA FORA DO IMPÉRIO (1843-1844) / REPARTIÇÃO GERAL DAS TERRAS PÚBLICAS – 1859 / GABINETE DO GOVERNADOR – 1958 CAIXA 121

ENGENHO TRAPICHE / POÇO DA VOLTA / JACUÍPE TAQUARA / SÍTIO PEREIRA /RIACHO DE PEDRA / RIACHÃO / BARRA DO ENGENHO / CHÃ BRANCA / IZABEL DO COITÉ /PORTO DA FILHA / RIACHO SECO / ARAGUARI. DOCUMENTO: DIRETORIA DE AVIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.1857 A 1883 / 1893 / 1903. CAIXA 267

OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA. 1874 CAIXA 596

Chefe de Política/ OFÍCIOS DIVERSOS RECEBIDOS PEDINDI INFORMAÇÕES SOBRE A DELEGACIA DE PILAR DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA / DIVERSAS AUTORIDADES 1879CAIXA 1102

OFÍCIOS RECEBIDOS / OFICIOS DE SUBDELEGADOS / DIVERSAS AUTORIDADES DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1888 CAIXA 1025

ANO:

OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1889 CAIXA 980

OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1889 CAIXA 85

ANO:

CHEFE DE POLÍCIA – OFÍCIOS RECEBIDOS1890 CAIXA 86

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1888 CAIXA 725

ASSUNTO: OFICIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1887 CAIXA 747ANO:

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1873 CAIXA 842

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA / DIVERSAS AUTORIDADES FEDERAIS DE OUTROS ESTADOS. 1886 / 1896CAIXA 1144

ASSUNTO: OFÍCIOS EXPEDIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1873 CAIXA 1800

ASSUNTO: OFÍCIOS DIRIGIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1874 CAIXA 1896

ASSUNTO: OFÍCIOS EXPEDIDOS DE DIVERSOS MUNICIPIOS / EMANCIPACIONISMO E ABOLICIONISMO DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA / JUIZES MUNICIPAIS1870-1877 / 1880 CAIXA 1691.

ASSUNTO: OFÍCIOS EXPEDIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1889 CAIXA 843

ASSUNTO: LEIS E RESOLUÇÕES DA PROVINCIA / SECRETARIA DE POLÍCIA1836-1838 / 1871

ASSUNTO: QUADRO DEMONTRATIVO DO Nº DE PRESOS DISTRIBUIDOS NESTA COMARCA / TAXA DE ESCRAVOS / TRANSLADOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA (CADEIA DE MACEIÓ) 1879 - 1880 CAIXA 1097

DOCUMENTO: QUARTEL DO COMANDO SUPERIOR DE ANADIA / MURICÍ / CAMARAGIBE / PORTO CALVO / PALMEIRA DOS ÍNDIOS / MACEIÓ / PILAR / PÃO DE AÇÚCAR.1874 A 1882CAIXA 781.

ASSUNTO: REQUERIMENTOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA .1873 A 1874CAIXA 90

ASSUNTO: OFÍCIOS DOCUMENTO: DIVERSAS AUTORIDADES 1864 / 1873CAIXA 1145

ASSUNTO: PETIÇÕES / REGISTRO DE PROTESTOS DOCUMENTO: JUIZES MUNICIPAIS 1886 A 1893CAIXA 2446.

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: PROMOTORES PÚBLICOS E ADJUNTOS CAIXA 1876-18781735

DOCUMENTO: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA1881-1884 CAIXA 1351

ASSUNTO: PETIÇÃO DE TABELIÃO / OFÍCIOS DOCUMENTO: JUIZES MINICÍPAIS / TESOURARIA MUNICIPAL1871-1872 / 1877 CAIXA 2018

ASSUNTO: MAPAS / ESTATISTICAS POLICIAL E CRIMINAL DE VÁRIOS MINICIPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS DOCUMENTO: JUDICIARIO / PRESIDÊNCIA DA PROVINCIA1874 A 1876 CAIXA 1138

ANO: ASSUNTO: REVISÃO DO ALISTAMENTO ELEITORAL DOS MUNICIPIOS / QUALIFICAÇÃO DOS ELEITORES DOCUMENTO: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DA IMPERATRIZ 1881 A 1885.CAIXA 826

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOSDOCUMENTO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PENEDO / PORTO CALVO / IMPERATRIZ / ANADIA / ATALAIA

/ PAULO AFONSO / CAMARAGIBE. / TESOURARIA DA FAZENDA PROVINCIAL1869 / 1870 CAIXA 1055

ASSUNTO: OFÍCIOS DA COMARCA DA IMPERATRIZDOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO DESEMBARGADORES . DOCUMENTO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PENEDO / PORTO CALVO / IMPERATRIZ / ANADIA / ATALAIA / PAULO AFONSO / CAMARAGIBE. / TESOURARIA DA FAZENDA PROVINCIAL 1881.CAIXA 1055

DOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO DESEMBARGADORES 1877 A 1888CAIXA 741

ASSUNTO: OFÍCIOSDOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO DESEMBARGADORES1874 CAIXA 744

ASSUNTO: OFÍCIOS DA COMARCA DA IMPERATRIZDOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO DESEMBARGADORES 1873 CAIXA 745

DOCUMENTO: JUIZ DE PAZ MUNICÍPIOS. 1872 CAIXA 344

DOCUMENTO: JUIZES MUNICIPAIS1889 CAIXA 422

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS. DOCUMENTO: PROMOTORES PÚBLICOS E ADJUNTOS 1887 A 1888CAIXA 714

ASSUNTO: DEMONSTRATIVO DAS VENDAS FEDERAIS ARRECADADAS NO ESTADO DE ALAGOAS / REQUISIÇÕES DE SELOS ADESIVOS / COLETORIA DE MARAGOGI E PORTO CALVO / RECEITAS E DESPESAS DAS RENDAS DAS MESAS DE PILAR E PORTO CALVO / COLETORIA DE MATA GRANDE (INDÚSTRIAS E PROFISSÕES / IMPOSTO PESSOAL / TAXA DE ESCRAVOS. DOCUMENTO: DELEGACIA FISCAL DO TESOURO NACIONAL EM ALAGOAS (RECEITAS E DESPESAS) 1882-1884 CAIXA 1454

ASSUNTO: VÁRIOS OFÍCIOS DO INTERIOR DOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO. 1862-1863 / 1870-1871 / 1913 / 1915-1916 CAIXA 1474

ANOASSUNTO: VÁRIOS OFÍCIOS DO INTERIOR. DOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO E SEUS DESEMBARGADORES: 1861-1875 / 1952-1959 CAIXA 1479

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA 1874 CAIXA 1508

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1860 / 1876 CAIXA 1527

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OFÍCIOS E AVISOS DIVERSOS CAIXA 16411875-1876

ADJUNTOS 1887 A 1888CAIXA 714

ASSUNTO: DEMONSTRATIVO DAS VENDAS FEDERAIS ARRECADADAS NO ESTADO DE ALAGOAS / REQUISIÇÕES DE SELOS ADESIVOS / COLETORIA DE MARAGOGI E PORTO CALVO / RECEITAS E DESPESAS DAS RENDAS DAS MESAS DE PILAR E PORTO CALVO / COLETORIA DE MATA GRANDE (INDÚSTRIAS E PROFISSÕES / IMPOSTO PESSOAL / TAXA DE ESCRAVOS. DOCUMENTO: DELEGACIA FISCAL DO TESOURO NACIONAL EM ALAGOAS (RECEITAS E DESPESAS) 1882-1884 CAIXA 1454

ASSUNTO: VÁRIOS OFÍCIOS DO INTERIOR DOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO. 1862-1863 / 1870-1871 / 1913 / 1915-1916 CAIXA 1474

ANOASSUNTO: VÁRIOS OFÍCIOS DO INTERIOR. DOCUMENTO: JUIZES DE DIREITO E SEUS DESEMBARGADORES: 1861-1875 / 1952-1959 CAIXA 1479

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA 1874 CAIXA 1508

ASSUNTO: OFÍCIOS RECEBIDOS DOCUMENTO: CHEFE DE POLÍCIA1860 / 1876 CAIXA 1527

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OFÍCIOS E AVISOS DIVERSOS CAIXA 16411875-1876

Quadro1: Distribuição das sesmarias no vale dos rios Mundaú e Paraíba do Meio entre 1678 a 1828[291]

Ano/ lugar	Nome	Tamanho/Extensão	Justificativa	Processo Final
1679/Paraíba acima	Páraco Vigário da Villa das Alagoas Antônio Lopes Leitão e seus herdeiros	Sesmaria de 6 léguas de terra comprido, e 4 de largo, rumo direito, começando nas cabiceiras das terras que forão de Gabriel Soares, pelo rio Parahiba acima e Parahiba para parte do sul até intestar com as datas do Cap. mor Francisco Alvares Camello.		
1679/ Paraíba	Antônio da Silva	Sesmaria de 3 leguas e meia de terra, entre os rios Botim, Satuba e Parahiba, começando nas cabiceiras das terras de Henrique de Carvalho		
1682/ Paraíba e Mundaú	Gaspar da Costa Casado, Cap mor Manoel Coelho Pacheco, Antonio da Costa Casado, Gaspar da Costa Casado, Balthazar de Barros e Faria, Melchior de Barros de Faria, D. Isabel de Barros Pacheco, Dona Thereza Pacheco de Faria, Olavo, Coelho Pacheco, Braz Coelho	**Sesmaria de 20 leguas de terra nas Alagôas, entre os dous rios Parahiba-Grande e Mandahú, começando donde se acaba a data de Antonio da Silva até o outeiro da Barriga, e do dito outeiro para cima dez léguas em quadra, concedida.**		Deve-se, porém notar que forão concedidas duas léguas a cada um dos ditos sesmeiros.

[291]Documentação Pernambucana. **No 3º livro do Registro das sesmarias pertencente ao cartório da Thezouraria de Fazenda desta província.** Secretaria de Educação e Cultura. Biblioteca Pública. Sesmarias Vol. IV e V 1959.

1682/ Paraíba acima	Cap mór Gonçalo Pereira da Costa, Manoel Barbosa e Amaro Gonçalves	Sesmaria de 5 leguas de terra no sertão da Alagôa do Norte pelo rio chamado –Parahiba-merim-acima com três de largura, começando e fazendo pião na Alagôa dos Portos tanto para baixo como para cima		
1699/Paraíba	Rdº P Domingos de Lima, Cap. M João Dias de Araújo Lima,	Sesmaria de 1 legua de terra de comprido e meia de largo nos rios Saluy e Parahiba nas Alagôas, entre as terras do Alferes Pedro Gonçalves Ribeiro e a viúva Catharina de Araujo Donna		Esta sesmaria tinha á margem a seguinte observação: Não tem efeito esta data dada ao P. Domingos de Araujo Lima e o Cap João de Araujo Lima por testificarem, não se acharem as terras que pedião devolutas, e por despacho do Procurador e Provedor se mandou pôr esta verba que não tratem e fruão dita data, nem ficão obrigados os que as pedirão ao fôro com que se lhes deu, e o dito não puz. O despacho de imprio a fl 26.
1700/ Mundaú	João Gomes de Mello e Manoel Rodrigues Calheiros,	Sesmaria de 2 leguas de terra nas Alagoas, continua **ao engenho Nossa Senhora da Piedade pelo rio Mundahú** acima, fazendo do quadra para a parte do leste, e uma légua de comprido acompanhando a mesma légua do dito engenho pela ilharga, e outra pelas cabiceiras do mesmo engenho correndo para o sertão.		

1701/ Mundaú	Manoel Rodrigues Calheiros (o moço), Anna Deolinda	Sesmaria de 1 legua de terra em quadra nas Alagôas, pelo rio Mundahu acima da parte do leste, nas cabiceiras ou confins da data de João Gomes de mello e Manoel Rodrigues Calheiros		
1705/Mundaú	João Gomes Calheiros e Maria de Amorim Barbosa	Sesmaria de 1 legua de terra no termo da Villa das Alagôas pelo rio Mundahu acima, nas cabiceiras ou confins das do engenho da Garça-Torta, fazendo quadra para o Oeste, e fazendo do comprimento largura ou da largura comprimento		Na margem do respectivo livro achava-se a seguinte observação: Fica pertencendo esta sesmaria a Antônio Marinho Falcão, como herdeiro de João Gomes Calheiros e Maria de Amorim Barbosa, pelo que se abrio nova conta no Livro de Contas Correntes N 7, a f180. Recife de Pernambuco 1º de Outubro de 1804.
1716/ Paraíba	**D. Jeronima Cardim Fróz, viúva de Manoel do Campoz Domingos Jorge Velho**	Sesmaria de 6 leguas de terra, em quadro na fronteiras dos Palmares, para o sertão nas cabiceiras das terras de Diogo Soares, no Taboleiro das Alagoas, ao sul, regada dos rios Parahiba Grande e Pequeno Setuba, fazendo frente ao dito taboleiro ou campina denominada abroda da mata, correndo os rumos do nordeste e sudueste onde corre outro rio,		
1718/Mundaú	**Ao Cap de Infantaria do Terço dos Palmares Alexandre Jorge da Cruz**	Sesmaria de 3 leguas de terra em quadro nos Palmares no outeiro Barril, fazendo pião no rio		Sem foro ou pensão, salvo o dizimo a Deus, devendo povoa-la e pedir confirmação dentro

		Cabeça de Porco, para cima buscando o canhoto pelo rumo do Norte e sul e de leste a aoeste,		deo praso de 5 annos.
1727/ Mundaú	**Sargento mór dos índios dos Palmares e de todos os seus soldados, e das mais nacções.**	Sesmaria de 4 leguas de terra em quadro, começando nas terras do Mestre de campo Domingo Jorge defontre do rio Chamado Ourucú para parte do sul, pelo rio mundaú a coma até se encher as ditas legais sem foro mais do que o dezimo.		
1727/ Mundaú	**João Paes de Mendonça Arrás**	Sesmaria de 1 legua de terra em quadro nos Palmares no lugar do reacho onde foi o 1º Arraial do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho principiando onde acaba a terra que foi do Padre Antonio Alves de Carvalho correndo rumo competente para testada de norte a sul para parte do riacho Jacaricica se tanto couber, aliás se enteirará a dita légua nas que se acharem ente a parte do córrego d'agua de ferro, e alagoas das Antas pegando das terras q' forão d' Appolonario Ferz Padilha do sul para o norte, sem prejuízo de terceiro.		
1728/ Mundaú	**Cap. M Domingos Roiz da Silva**	Sesmaria do Cap. M Domingos Roiz da Silva de 3 leguas de terra em quadro nos		

		Palmares concedida com ônus de pagar o dezimo da Deus para D. Manoel Rolin de Moura em 8 de Fevereiro de 1723 e confirmada para carta Regia de 25 de outubro de 1728.		
1792/ Garanhuns/ Mundaú	Antônio Vaz da Costa	Sesmaria de Antonio Vaz da Costa, de uma légua de terra em quadra no lugar da Corrente, destricto dos Garanhuns, que faz extremo com as terras de Francisco Xavier domina para herança de seus paes, que chega até a barra do riacho Capaceira no rio Mandaú de cujo limite é que tem principio a dita sesmaria para parte de baixo com o foro anual de 4$000, mandada passar para D. Thomas Joaquim de Mello em 21 de Agosto de 1792.		
1810/ Mundaú	Theodoro Luiz da Costa Moreira	Sesmaria de meia légua de terra em quadro no lugar do rio Mandáu do termo e comarca da villa das Alagoas, pegando da barra do riacho denominado Capapim de digo correndo um quarto de légua para casa um dos lados do riacho digo meia légua para cada um dos lados, servindo o mesmo riacho capapim de pião, tendo a referida légua duas de fundo, correndo direito para o		

		nascente ao longo do riacho, para uma e outra parte deste; com o foro anual de 6$000 concedida em 31 de Agosto de 1810. Caetano Ptº Miranda Monte negro.		
1817/ Mundaú	Joaquim Diniz Pereira da Silva	Sesmaria de 1 légua de terra nos Palmares termo da villa d'Atalaia, que principia onde findão as terras q requerem para sesmarias o tinente coronel e Ajudante das Ordens Alexandre Thomaz procurando o sitio chamado Abeú, e continuando pela parte do sul com os heroes da beira do rio Mandaú e pelo nascente toda realenga, com o foro de 6$000 concedida em 22 de Desembro de 1817 concedida p Luiz do Rego Barreto.		

Quadro 3- Demonstrativo do número de inventários utilizados no trabalho

1894	Inventario e Partilhas	Inventario e Cobrança de Dívidas	Jacintho Medeiros (Inventariante/Comerciante) Maria Toledo de Albuquerque (Inventariado)	Atalaia
1890	Inventário e Partilhas*	Inventário	Francisco Muniz (Inventariante?) Rosa Maria (Inventariada)	Atalaia
1890	Inventario e Partilhas*	Inventario e Partilha de Bens	Francisco Muniz (Inventariante) Rosa Maria (Inventariada)	Não identificado
1890	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Partilha de Bens	José Luis da Silva (Inventariante) Antonio Luis de França (Inventariado)	Atalaia
1889	Inventario e Partilhas (Juizo de Direito)*	Inventario e Cobrança de Dívidas	Pedro Correia de Araújo (Inventariante) Felinto Lopes Cavalcante (Inventariado)	Atalaia
1889	Auto de Arrecadação de Bens	Embargo e Cobrança de Dívidas Contraídas por 5 Devedores com o Dono Engenho Riacho Preto	Vespaciano da Silva Moraes (Embargante) Francisco Felisardo, João Felisardo e + 3 (Embargados)	Atalaia
1889	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Roza de Araújo Pessoa (Inventariante) Luis da Veija de Aº Pessoa (Inventariado)	Assemble a
1889	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Partilha de Bens	Manoel Alexandre Barbosa (Inventariante) Ursula Maria da Conceição (Inventariado)	Assemble a
1889	Inventario e Partilhas (Juizo	Inventario e Partilha de Bens	Francisco Mauricio Pereira (Inventariante) Umbelina	Assemble a

	Municipal e Orphãos)		Carolina de Sampaio (Inventariado)	
1889	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Bellarmino de Holanda Cavalcante (Inventariante) Jeronimo de Holanda Cavalcante (Inventariado)	Assemble a
1889	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Partilha de Bens	José Miguel de Araújo e (Inventariante) Francisco Lucio Barros (Inventariado)	Assemble a
1889	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Izabel Francisca de Oliveira (Inventariante) Joaquim Correia de Araújo (Inventariado)	Assemble a
1888	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Ana Amelia Brandão Moreira (Inventariante) Antonio L de Moura (Inventariado)	Assemble a
1888	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Joaquina Lopes Ferreira de Carvalho (Inventariante) Tiburcio Lopes Lima (Inventariado)	Atalaia
1888	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Partilha de Bens	Francisco Moreira Cansação (Inventariante) Manoel Ferreira Bastos (Inventariado)	Atalaia
1887	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	José Francisco Lopes (Inventariante) Manoel Joaquim (Inventariado)	Atalaia
1887	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partlha de Bens	Maria da Gloria Brenand (Inventariante) Francisco de Paula Brenand (Inventariado)	Assemble a
1887	Inventario e Partilhas (Juizo de Direito)	Inventario e Partilha de Bens	Manoel Joaquim Cardoso (Inventariante) Cassimiro Rodrigues Calheiros (Inventariado)	Atalaia

1886	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Auto de Arrecadação e Arrolamento de Bens	Francisco de Paula Brenand (Inventariante) Francisco de Araújo Leite (Inventariado)	Assemble a
1886	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Antonio Baptista Freire (Inventariante) Ignacia Maria dos Prazeres (Inventariado)	Assemble a
1886	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Chirogno Elpidio de Alemida Courana (Inventariante) José Pereira Pinto de Jesus (Inventariado)	Atalaia
1886	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Antonio Candido do Bomfim Filho (Inventariante) Francisco Jeronimo do Bomfim (Inventariado)	Atalaia
1885	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Hermenegildo Pertiniano da Rocha Courana (Inventariante) Tereza Maria de Jesus (Inventariado)	Atalaia
1885	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Manoel Correia da Silva (Inventariante) Odilia Maria (Inventariado)	Atalaia
1885	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Partilha de Bens	Vesperino Lopes de Vasconcellos (Inventariante) Casimiro Rodrigues Calheiros (Inventariado)	Atalaia
1884	Inventario e Partilhas*	Inventario e Partilha de Bens	Maria Francisca Leite da Graça (Inventariante) Inventariado não identificado devido a qualidade da imagem.	Atalaia
1884	Inventario e Partilhas (Juizo	Inventario e Partilha de Bens	Antonio do Rêgo Accioly (Inventariante) João do	Pilar

	Municipal e Orphãos)		Rêgo Accioly (Inventariado)	
1884	Conclusão dos Autos de Partilha	Cobrança de dívidas, incluindo parte do pagamento de um escravo chamado Honorato	Josepha Mendes de Mello Castro (Inventariada) Manoel Aureliano Corrêia Salgado (Inventariante)	Pilar
1882	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Joaquim Teixeira de Araújo (Inventariante) Francisco Teixeira de Araújo (Inventariado)	Atalaia
1882	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Testamento/Inventario e Partilha de Bens	Joaquim Teixeira de Araújo (Inventariante) Francisco Teixeira d eAraújo (Inventariado)	Atalaia
1880	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Maria Rosaria de Albuquerque Toledo (Inventariante) Manoel Toledo Sampaio (Inventariado)	Atalaia
1863-1880	Autos de Partilhas (pequenos e vários)*	Vários autos de partilha, motivos diversos	Vários	Assemble a
1879	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Frigdiano Ernesto de Oliveira Maria (Inventariante) Manoel Joaquim Maia (Inventariado)	Atalaia
1879	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Manoel Alves dos Santos (Inventariante) Maria Sofia da Conceição (Inventariado)	Atalaia
1879	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Francisco Lucio Jarro (Inventariante) Manoel Joaquim de Torres (Inventariado)	Assemble a
1879	Autoamento de Petição	Prorrogação de Inventário	Maria do Rosário de Albuquerque Toledo	Atalaia
1878	Inventario e	Inventario e Partilha de Bens	Paulo Tenorio de	Assemble

	Partilhas (Juizo de Direito)		Albuquerque (Inventariante) a Maria Tenorio de Albuquerque (Inventariado)	
1878	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Maria José do Sacramento (Inventariante) José Correia da Mota (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Arrolamento e Partilha de Bens	Antonio Correia de Cerqueira (Inventariante) Gustavo, Roza, Candida e José (Inventariados)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Candida Rosa de Araújo (Inventariante) Antonio Joaquim de Araújo (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Antonio Toledo Machado (Inventariante) Maria do carmo Toledo (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Antonia Lopes Barbosa(Inventariante) Antonio Lopes Barbosa (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Maria Madalena de Lira Castro (Inventariante) Francisco Alves de Oliveira (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Maria Pastora da Conceição (Inventariante) Joaquim José de Farias (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	José Moreira de Amorim (Inventariante) Ana Tomazia de Belem (Inventariado)	Atalaia
1877	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Francisco Barbosa da Silva (Inventariante) Joaquim de Abreu Pereira (Inventariado)	Assemble a

1876	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Maria Dauta da Naturdade (Inventariante) Manoel Duata da Naturedade (Inventariado)	Assemble a
1876	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens (Engenho Boa Sorte)	José Martins Firmino (Inventariante) Maria Barbosa Fimino (Inventariado)	Assemble a
1876	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Joaquina Maria do Sacramento (Inventariante) Manoel José de Pontes (Inventariado)	Atalaia
1876	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Francisco Teixeira de Araújo (Inventariante) Nazaria Messias da Silva (Inventariado)	Atalaia
1876	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Inventario e Cobrança de Dívidas (Engenho Boa Sorte)	Luiza M da Conceição (Inventariante) Joaquim Pereira de Souza (Inventariado)	Assemble a
1876	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	José Antônio da Costa (Inventariante) Theresa Maria da Conceição (Inventariado)	Assemble a
1876	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Antonio de Albuquerque Fontes (Inventariante) Maria Francisca (Inventariado)	Atalaia
1875	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Luiz Inacio da Rocha Jucá (Inventariante) Ana Joaquina de Albuquerque (Inventariado)	Atalaia
1875	Testamento	Maria da Costa faz seu herdeiro seu marido Ancelmo da Costa	Maria da Costa (Testamentada)	Maceió
1874	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Joaquim Valente de Araújo (Inventariante) José Jeronimo dos Santos e Maria	Imperatriz

			Magdalena (Inventariados)	
1874	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Rosa Maria de Melo (Inventariante) Roberto Antonio de Oliveira (Inventariado)	Atalaia
1874	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Generosa Amelia da Graça (Inventariante) Jorge Domingos da Silva (Inventariado)	Atalaia
1874	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Manoel José Remigio Filho (Inventariante) José Remigio da Fonseca e Ana Joaquina da Conceição (Inventariado)	Pilar
1873	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	João Cardoso da Silva	Imperatriz
1873	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Maximo Gomes do Nascimento (Inventariante) Mariana Maria da Conceição (Inventariado)	Atalaia
1871	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Francisco de Abreu Pereira (Inventariante) Leonor M Bezerra (Inventariado)	Assemblea
1871	Inventario e Partilhas / Autoamento de Partilha (Juizo Municipal e Orphãos)	Cobrança de Dívida	Manoel de Brito Gusmão (Inventariante) Manoel José de Brito (Inventariado)	Imperatriz
1871	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	José Casado da Cunha Lima (Inventariante) Antonio Casado da Cunha Lima (Inventariado)	Pilar
1871	Inventario e Partilhas (Juizo	Inventário e Cobrança de Dívidas	Joaquim das Virgens Lima (Inventariante) Rafael	Pilar

	Municipal e Orphãos)		Fernandes Porto (Inventariado)	
1879	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Fortunata Maria da Conceição (Inventariante) José Francisco do Bomfim (Inventariado)	Atalaia
1879	Inventario e Partilhas	Inventario e Partilha de Bens	Maria Romeiro de Assunção (Inventariante) Francisco Vieira da Costa (Inventariado)	Atalaia
1879	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Joaquim Pereira do nascimento (Inventariante) Francisca maria da Conceição (Inventariada)	Imperatriz
1879	Inventario e Partilhas / Autoamento de Partilha (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Maria Pureza do Amparo (Inventariante) Ignacio da Rocha Calado (Inventariado)	Imperatriz
1879	Inventário e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Sebastião Lopes da Silva (Inventariante) Hermelinda Roza de Jezus (Inventariado)	Imperatriz
1879	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Luiz Gonçalves dos Santos (Inventariante) Manoel dos Santos Ribeiro (Inventariado)	Imperatriz
1879	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Rosa Maria de Jesus (Inventariante) José Correira Pais (Inventariado)	Atalaia
1879	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Gertrudes Maria de Jesus (Inventariante) Joaquim José Correia (Inventariado)	Imperatriz
1878	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Custodia Balbina de Farias (Inventariante) Joaquim Falcão de Souza(Inventariado)	Atalaia

1878	Inventario e Partilhas (juizo Municipal e Orphãos)	Inventario e Partilha de Bens	Carolina Leopoldina Cavalcante Duarte (Inventariante) Pedro Claudino Doarte (Inventariado)	PIlar
1878	Inventário e Partilhas*	Inventário	Ana Paes de Mendonça (Inventariada)	Imperatriz
1876	Inventario e Partilhas	Inventario e Cobrança de Dívidas	José Martins Ferreira(Inventariante) João Luiz de Araújo (Inventariado)	Assemble a
1876	Inventario e Partilhas/Autoamento de Partilha (Juizo Municipal)*	Inventario e Partilha de Bens	Roza Maria de Jesus	Atalaia
1875	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Maria Francisca dos Prazeres (Inventariante) Manoel Correia da Costa (Inventariado)	Atalaia
1875	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Nicolau Alves de Mendonça e Silva (Inventariante) Maria do Carmo de Vasconcelos (Inventariado)	Atalaia
1874	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal e Orphãos)*	Inventario e Partilha de Bens	Luiz de Almeida Braga (Inventariante) Iria Rosa do Rego (Inventariado)	Atalaia
1873	Inventario e Partilhas (Juizo Municipal)	Autoamento de Partilha Amigavel	Maria das Argeres e outros dois (Inventariante) José Renovato Maciel e Ana Custodia (Inventariado)	Assemble a
1873	Inventário e Partilhas*	Inventário e Partilha de Bens	José Clemente Bezerra, Manoel Martis Gomes e outros (Inventariantes) José Gomes da Silva (Inventariado)	Assemble a
1873	Autos de	Vários autos de partilha, motivos diversos	Vários	Assemble

	Partilhas (pequenos e vários)*			a
1873	Inventário e Partilhas*	Inventário dos bens do falecido marido de Maria Luiza e outras ações feitas por esta	Maria Luiza (Inventariante) José Bezerra Fagundes (Inventariado)	Assemble a
1872	Testamento *	Casal sem herdeiros deixa todos os seus bens para seus irmãos ou sobrinhos, além de deixar seus escravos livres	Cordeiro e Laurentina Maria da Conceição (Testamentados)	Assemble a
1872	Testamento	José Ferreira de Lima estando mutio doente preparaou seu testamento, no qual reconhece seus filhos e os deixa como herdeiros	José Ferreira de Lima (Testamentado)	Assemble a

Quadro 4- Demonstrativo do Trabalho no Espaço rural e urbano em Alagoas

ASSEMBLEA

Serviço	Idade	Matriculados até 30 de Setembro de 1873		Matriculados após 30 de Setembro de 1873		Mudados para dentro do município		Falecidos		Mudados para fora do município		Libertos						Até 1882			Observações
												Pelo Fundo		Emancipação		Atos Particulares					
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	T	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	185	149	0	0	42	33	8	11	55	29	1	1	2	2	0	0	168	229	397	
	De 21 a 60 anos	229	227	0	0	63	40	51	25	47	40	5	2	2	8	0	0	187	191	278	
	Maiores de 60 anos	10	6	0	0	4	0	6	4	1	0	0	0	0	0	0	0	7	2	9	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	2	44	0	0	3	8	1	0	2	13	0	0	0	0	0	0	2	32	34	
	De 21 a 60 anos	1	53	0	0	2	16	2	3	0	4	0	1	0	3	0	2	1	49	50	
	Maiores de 60 anos	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sem Declaração	Menores de 21 anos	148	158	0	0	16	18	10	2	30	35	1	1	1	2	1	0	121	129	250	
	De 21 a 60 anos	1	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3	

	Maiores de 60 anos	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
Total		577	641	0	0	138	116	29	55	135	138	7	5	5	15	1	3	488	541	1029	

ATALAIA

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	538	525	0	0	152	112	36	16	217	154	2	7	1	3	5	9	429	445	874	
	De 21 a 60 anos	472	468	0	0	121	138	47	31	123	130	6	14	1	3	1	6	415	422	837	
	Maiores de 60 anos	9	4	0	0	2	0	2	1	0	0							9	3	12	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	7	5															7	5	12	
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				

Sem Declaração	Menores de 21 anos																			
	De 21 a 60 anos																			
	Maiores de 60 anos																			
Total		1.028	1.026	0	0	275	250	85	48	340	284	8	4	2	6	6	15	862	202	1.764

PILAR

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	125	288	0	0	58	60	14	16	88	90	0	1	2	5	2	5	77	231	308	
	De 21 a 60 anos	106	100	0	0	26	25	15	12	68	65	4	5	5	8	3	4	37	31	68	
	Maiores de 60 anos	8	4	0	0	0	0	2	0	6	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Urbano - Serviços	Menores de 21 anos	94	80	0	0	40	46	6	8	25	28	0	0	6	10	6	5	91	75	166	

Domésticos Estranhos a Lavoura	De 21 a 60 anos	65	140	0	0	41	29	0	5	39	40	2	1	2	4	2	1	52	118	170	
	Maiores de 60 anos	2	2	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sem Declaração	Menores de 21 anos	45	58	0	0	80	60	10	12	30	28	1	0	4	6	1	1	79	71	150	
	De 21 a 60 anos	96	72	0	0	15	15	6	2	40	29	0	1	8	6	2	2	55	47	102	
	Maiores de 60 anos	2	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total		543	745	0	0	260	235	64	58	298	282	7	8	27	39	16	18	391	575	966	

PORTO CALVO

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	282	267	0	0	193	166	37	27	143	107	1	2	5	22	1	2	288	273	561	
	De 21 a 60 anos	362	308	0	0	309	265	11	8	184	154	10	3	14	24	0	9	452	375	827	

	Maiores de 60 anos	8	6	0	0	8	4	7	3	3	2	0	0	1	1	0	0	5	4	9	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	35	40	0	0	0	2	5	6	16	12	0	2	3	7	0	1	11	14	25	
	De 21 a 60 anos	24	51	0	0	1	1	9	15	9	12	2	3	5	10	0	1	0	11	11	
	Maiores de 60 anos	2	1					2	1												
Sem Declaração	Menores de 21 anos																				
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Total		713	673	0	0	511	438	71	60	355	287	13	10	28	64	1	13	756	677	1.433	

QUEBRANGULO

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	

Rural Lavoura	Menores de 21 anos	83	69	0	0	30	31	18	23	39	25	0	0	0	2	0	0	56	50	106	
	De 21 a 60 anos	158	130	0	0	37	32	22	28	48	25	4	3	4	9	0	0	117	97	224	
	Maiores de 60 anos	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	5	30	0	0	2	4	2	2	0	15	0	1	0	0	0	0	5	16	21	
	De 21 a 60 anos	23	53	0	0	1	6	2	5	6	9							16	45	61	
	Maiores de 60 anos																				
Sem Declaração	Menores de 21 anos	135	122			20	15	6	17	42	22							107	98	205	
	De 21 a 60 anos	3	4						1									3	3	6	
	Maiores de 60 anos	1	1							1	1										
Total		410	409			90	88	52	76	136	97	4	4	4	11			304	309	613	

SÃO LUIZ DO QUINTUDE

Serviço	Idade	Matriculados até 30 de Setembro de 1873		Matriculados após 30 de Setembro de 1873		Mudados para dentro do município		Falecidos		Mudados para fora do município		Libertos						Até 1882			Observações
												Pelo Fundo		Emancipação		Atos Particulares					
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	T	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	151	139	0	0	20	9	14	11	8	5	2	2	0	2	0	0	149	122	271	
	De 21 a 60 anos	317	238	2	2	26	33	61	36	11	4	1	6	2	5	3	2	269	220	489	
	Maiores de 60 anos	19	4	1	0	0	0	6	1	0	0	0	0			1		13	3	16	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	3	11				1											2	12	14	
	De 21 a 60 anos	2	5				2											2	7	9	
	Maiores de 60 anos																				
Sem Declaração	Menores de 21 anos	95	76					9	7	4	2	1	1	1	1			80	66	146	
	De 21 a 60 anos	1	5						1		1								4	4	
	Maiores de 60 anos																				

Total		588	478	3	2	46	45	90	56	23	12	4	8	3	8	4	2	512	440	952	

SANTA LUZIA

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	160	117	23	1	53	39	20	19	33	40	1	7	4	5			176	86	252	
	De 21 a 60 anos	441	434	27	42	77	80	51	41	36	40	8	3	6	20			444	452	896	
	Maiores de 60 anos	10	10	2	4			6	9					1	2			5	3	8	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	9	8		3						2			1				8	9	17	
	De 21 a 60 anos	4	17		6						1			1				5	22	27	
	Maiores de 60 anos				2														2	2	
Sem Declaração	Menores de 21 anos	201	274	9	8	25	31	5	3	12	23							227	287	514	

	De 21 a 60 anos																		9	9	
	Maiores de 60 anos																				
Total		834	860	61	75	155	150	82	72	81	106	9	10	13	27			865	870	1.735	

SÃO MIGUEL

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	289	199	0	0	72	61	22	15	79	66	2	6	1	3	1	2	256	168	424	
	De 21 a 60 anos	498	350	0	0	61	48	78	41	38	46	11	8	0	0	5	12	427	291	718	
	Maiores de 60 anos	6	9					3	1					1			2	2	6	8	
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos	Menores de 21 anos	44	95	0	0	8	18	5	8	1	10	0	2				1	46	22	68	
	De 21 a 60 anos	105	101			10	22	12	19	2	11		2				3	101	148	249	

a Lavoura	Maiores de 60 anos	2						1										1		1	
Sem Declaração	Menores de 21 anos	231	567	0	0	41	27	21	14	19	28							232	242	474	
	De 21 a 60 anos	1	4			4	6											5	10	15	
	Maiores de 60 anos		2																2	2	
Total		1.176	1.077	0	0	196	182	142	98	139	161	13	18	2	3	6	20	1.070	950	2.020	

CAMARAGIBE

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	214	174	0	0	36	31	22	19	43	26	1	0	3	0	0	2	212	157	369	
	De 21 a 60 anos	641	388	5	3	65	50	99	40	45	23	2	0	3	0	6	3	361	580	941	
	Maiores de 60	37	14	1	0	1	0	11	8	0	0	0	0	0	0	0	0	27	6	33	

	anos																				
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	57	162	1	0	12	34	5	6	8	36	1	6	2	5	0	2	54	161	215	
	De 21 a 60 anos	34	223	0	1	4	24	8	26	6	15	0	6					21	100	121	
	Maiores de 60 anos	1	3						2				1								
Sem Declaração	Menores de 21 anos	226	246	0	0	0	0	18	16	8											
	De 21 a 60 anos	2	4				1	2	1					7	5	1	4				
	Maiores de 60 anos	0	1						1												
Total		1.243	1.215	7	4	118	140	165	119	118	119	111	111	5	17	15	26	12	16	1.070	

MACEIÓ

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural	Menores de 21	208	215	0	0	110	244	56	47	103	140	0	0	14	24	10	15	135	253	388	Os cinco escravos matriculados

Lavoura	anos																			depois de setembro de 1873 foram por força de sentença, em acção ordinária, e em virtude do acordão da seleção districto de Novembro de 1875.
	De 21 a 60 anos	553	826	0	0	143	270	105	132	154	258	4	1	8	13	29	39	369	653	1022
	Maiores de 60 anos	118	96	0	0	0	21	15	13	2	5	0	0	8	8	8	8	85	83	168
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	231	215	0	2	10	16	25	27	104	43	0	1	0	17	15	28	97	117	214
	De 21 a 60 anos	489	642	1	2	12	19	49	97	150	139	12	14	19	25	48	70	224	318	542
	Maiores de 60 anos	104	87	0	0	0	2	13	11	5	0	0	0	5	10	10	9	71	59	130
Sem Declaração	Menores de 21 anos	68	60	0	0	28	35	8	9	32	19	0	0	9	7	4	8	45	52	97
	De 21 a 60 anos	18	25	0	0	67	42	5	2	16	42	0	0	6	9	3	7	57	7	64
	Maiores de 60 anos	65	96	0	0	15	14	9	5	17	15	0	0	4	10	5	0	41	10	51
Total		2.854	2.192	1	4	383	663	285	343	583	661	16	16	73	123	132	184	1.149	1.532	2.681	

PORTO REAL DO COLÉGIO

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**	**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**	**Mudados para dentro do município**	**Falecidos**	**Mudados para fora do município**	**Libertos**			**Até 1882**	**Observações**
							Pelo Fundo	**Emancipação**	**Atos Particulares**		

		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	T	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	75	58	0	0	6	4	2	0	3	2	0	1	2	3	1	2	67	50	117	
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos																				
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Sem Declaração	Menores de 21 anos																				
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Total																					

PENEDO

Serviço	Idade	Matriculados até 30 de Setembro de 1873		Matriculados após 30 de Setembro de 1873		Mudados para dentro do município		Falecidos		Mudados para fora do município		Libertos						Até 1882			Observações
												Pelo Fundo		Emancipação		Atos Particulares					
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	T	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	977	964	115	204			73	73	108	130	10	10	3	5	30	85	868	865	1.738	
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos																				
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Sem Declaração	Menores de 21 anos																				
	De 21 a 60 anos																				

	Maiores de 60 anos																			
Total																				

ANADIA

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	368	271			65	90	43	28	55	50			3	4			332	279		
	De 21 a 60 anos	670	680			69	24	49	33	77	58	10	5	10	11			393	449		
	Maiores de 60 anos	14	12					8	12									6			
Urbano - Serviços Domésticos Estranhos a Lavoura	Menores de 21 anos	7	56			4	1	1	9	4	21				2			6	25		
	De 21 a 60 anos	6	21						4	6	6										
	Maiores de 60 anos	1	1							1	1										

Sem Declaração	Menores de 21 anos	170	162			7	11	4	2	20	8				4			253	259		
	De 21 a 60 anos																				
	Maiores de 60 anos																				
Total		1.036	1.103		145	176	105	88	163	144	10	5	13	21				890	1.911		

ALAGOAS

Serviço	**Idade**	**Matriculados até 30 de Setembro de 1873**		**Matriculados após 30 de Setembro de 1873**		**Mudados para dentro do município**		**Falecidos**		**Mudados para fora do município**		**Libertos**						**Até 1882**			**Observações**
												Pelo Fundo		**Emancipação**		**Atos Particulares**					
		H	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**	**T**	
Rural Lavoura	Menores de 21 anos	176	103			50	74	12	20	77	66			1	2	3	5	183	94	2.271	
	De 21 a 60 anos	209	122			76	96	16	19	102	78	7	1	11	13	10	11	139	96	2.352	
	Maiores de 60 anos	3	+5					2	3	1	1								1	1	
Urbano - Serviços	Menores de 21 anos	21	62			15	9	9	8	16	26			2	3	2	5				

Domésticos Estranhos a Lavoura	De 21 a 60 anos	42	76			26	15	17	12	19	38			13	9	7	10				
	Maiores de 60 anos	2	2					1	1	1					1						
Sem Declaração	Menores de 21 anos	41	72			15	7		1	2	1										
	De 21 a 60 anos	36	38			7	1			3	1			1							
	Maiores de 60 anos	40	24					3	4	1	2			2	1						
Total		540	504			187	202	60	58	222	213	7	1	30	29	22	31				